

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA

ABRALIN

FILOLOGIA E CRÍTICA TEXTUAL

ISSN – impresso: 1678-1805

ISSN – on line: 0102-7158

REVISTA DA ABRALIN	VOLUME XVI	NÚMERO 2	JAN./FEV./MAR./ABRIL DE 2017

R454 Revista da Abralín / Associação Brasileira de Linguística.
Vol. I, n. 2 (junho 2002)

Volume XVI, n.2 (jan./fev./mar./abril de 2017)
Quadrimestral

ISSN 0102-7158

1. Linguística - Periódicos. 2. Gramática comparada e geral.
3. Palavra - Linguística. I. Universidade Federal de São Carlos.
II. Associação Brasileira de Linguística. III. Título.

CDD: 415

Bibliotecário: Arthur Leitis Junior - CRB 9/1548

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA

ABRALIN



NÚMERO DEDICADO AO PROF. DR. HEITOR MEGALE (1940-2009) PELO SEU LEGADO HUMANÍSTICO DEIXADO A TODOS OS PROFISSIONAIS DE LINGUAGEM DO BRASIL E DO EXTERIOR.

ISSN – impresso: 1678-1805

ISSN – on line: 0102-7158

FILOLOGIA E CRÍTICA TEXTUAL

REVISTA DA ABRALIN	VOLUME XVI	NÚMERO 2	JAN./FEV./MAR./ABRIL DE 2017

REVISTA DA
ABRALIN

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Bolívar (UCV/Venezuela)	Márcia Cançado (UFMG)
Alice Krieg-Planque (Universite Paris Ést/Creteil)	Marco Antonio Martins (UFSC)
Ana Luiza Artiaga Motta (UNEMAT)	Marcus Antonio Rezende Maia (UFRJ)
Ana Maria Zilles (UNISINOS)	Maria Bernadete Marques Abaurre (UNICAMP)
Aracy Graça Ernst Pereira (UFPEL)	Maria Carlota do Amaral Paixão Rosa (UFRJ)
Ataliba de Castilho (UNICAMP)	Maria da Graça Krieger (UNISINOS)
Beth Brait (USP/PUC-SP)	Maria Eugênia Lamoglia Duarte (UFRJ)
Bethânia Mariani (UFF)	Maria Helena Moura Neves (UNESP/Makenzie)
Bruna Franchetto (UFRJ)	Maria Inês Pagliarini Cox (UFMT)
Charlotte Marie C. Galves (UNICAMP)	Maria José Foltran (UFPR)
Denize Elena Garcia (UNB)	Maria Laura Pardo (UBA/Argentina)
Dermerval da Hora (UFPB)	Maria Luiza Braga (UFRJ)
Diana Luz Pessoa de Barros (USP/Makenzie)	Maria Marta Pereira Scherre (UNB)
Dominique Maingueneau (Université Paris IV)	Mariângela Rios de Oliveira (UFF)
Eduardo Roberto J. Guimarães (UNICAMP)	Marília Ferreira (UFPA)
Elias Alves de Andrade (UFMT)	Pablo Arantes (UFSCar)
Eni de Lourdes P. Orlandi (UNICAMP/UNIVAS)	Pedro Navarro (UEM)
Esmeralda Vailati Negrão (USP)	Renato Miguel Basso (UNICAMP)
Fátima Cristina da Costa Pessoa (UFPA)	Roberto Leiser Baronas (UFSCar)
Fernanda Mussalim (UFU)	Rodolfo Ilari (UNICAMP)
Gessiane Lobato Picanço (UFPA)	Rosane de Andrade Berlinck (UNESP/CAR)
Hillary Janks (University of Johannesburg)	Ruth Elisabeth V. Lopes (UFPR)
Ida Lucia Machado (UFMG)	Sheila Grillo (USP)
Ieda Maria Alves (USP)	Simon Bouquet (Universite Paris X/Nanterre)
Johannes Angermüller (EHESS- Paris)	Sirio Possenti (UNICAMP)
José Luiz Fiorin (USP)	Sonia Branca (Universite Paris III)
Kátia Menezes de Sousa (UFMG)	Sonia Cyrino (UNICAMP)
Leda Bisol (PUC-RS)	Sophie Moirand (Université Paris III)
Letícia Maria Sicuro Corrêa (PUC-RIO)	Suzy Lagazzi (UNICAMP)
Loredana Limoli (UEL)	Tatiana Bubnova (UNAM/México)
Luiz Carlos Cagliari (UNESP-CAR)	Teresa Cristina Wachowicz (UFPR)
Luiz Carlos Travaglia (UFU)	Thais Cristóforo Silva (UFMG)
Manoel Mourivaldo Santiago Almeida (USP)	Vanderci de Andrade Aguilera (UEL)
Maralice de Souza Neves (UFMG)	Vanice Sargentini (UFSCar)
Marcelo Módulo (USP)	Wander Emediato (UFMG)
~ ~ ~ ~ ~	~ ~ ~ ~ ~

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO DE TEXTOS

Roberto Leiser Baronas

CAPA E PROJETO GRÁFICO - Lúcio Baggio

FORMATAÇÃO - Patrícia Mabel Kelly Ramos

COMITÉ EDITORIAL

EDITOR CHEFE	EDITOR ADJUNTO	EDITOR ADJUNTO E
Roberto Leiser Baronas	Teresa Cristina Wachowicz	REPRESENTANTE JUNTO AO SER-UFPR
UFSCar	UFPR	Luiz Arthur Pagani - UFPR

~ ~ ~ ~ ~

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR

CAMPUS SÃO CARLOS

RODOVIA WASHINGTON LUIS, KM 235 - SP 310

SÃO CARLOS—SP—BRASIL / CEP: 13.565-905

TELEFONE: +55 (16) 3351 8358 (DEPARTAMENTO DE LETRAS)

FAX: +55 (16) 3351-2081 - EMAIL: baronas@ufscar.br

NOTA DO EDITOR

É com muita alegria que socializamos ao público leitor interessado em questões científicas de linguagem o Volume XVI da Revista da Associação Brasileira de Linguística, RABRALIN. Trata-se de uma edição carinhosa e competentemente organizada pelos Professores Doutores Manoel Mourivaldo Santiago Almeida e Lígia Maria Boin Menossi de Araújo, ambos ligados à Universidade de São Paulo – USP e se debruça sobre as contribuições da Filologia e da Crítica Textual para o desenvolvimento das ciências da linguagem produzidas no Brasil. A edição em questão segue fielmente a política editorial da revista que é dar visibilidade e circulação irrestrita à pesquisa linguística competentemente engendrada no Brasil, pelos linguistas brasileiros e convidados estrangeiros, nas mais diversas escolas e domínios dos estudos linguísticos.

Os textos aqui publicados trazem uma amostra significativa das importantes contribuições que tanto a Filologia quanto a Crítica Textual têm dado ao longo da história para o desenvolvimento das ciências da linguagem brasileiras. Trata-se de um conjunto de estudos produzidos por pesquisadores brasileiros e estrangeiros ligados às mais diferentes instituições brasileiras e do exterior.

Esta edição é justa e carinhosamente dedicada a um grande linguista-autor brasileiro, o Prof. Dr. Heitor Megale. O Prof. Megale graduou-se em Letras pela Universidade de São Paulo (1968), publicou a edição modernizada da Demanda do Sato Graal, pela EDUSP-T.A. Queirós, defendeu doutorado em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (1980), tese publicada por T. A. Queirós Editor, com o título: "O jogo dos anteparos - A Demanda do Santo Graal: a estrutura ideológica e a construção da narrativa. A tese de livre-docência, "A Demanda do Santo Graal: das origens ao códice português" foi publicada em co-edição FAPESP-Ateliê. Foi Professor titular da Universidade de São Paulo, atuando principalmente em filologia portuguesa, crítica

textual, história da língua portuguesa, codicologia e paleografia e edição de documentos. Foi o criador da Série Diachronica, coordenando a publicação de documentos manuscritos pesquisados no âmbito do Projeto Temático FAPESP, Filologia Bandeirante, que esteve sob sua coordenação entre 1998 e 2004. Orientou 11 dissertações de mestrado e 13 teses de doutorado. Muitos de seus ex-orientandos são pesquisadores de renome em diversas universidades brasileiras. Publicou 25 artigos em renomados periódicos nacionais e internacionais, bem como 24 livros.

Registramos um agradecimento muito especial a todos os pareceristas, que não mediram esforços para atender a nossa solicitação, contribuindo para a qualificação ininterrupta de nossa revista.

Roberto Leiser Baronas
Editor da Revista da Abralín
São Carlos, UFSCar, janeiro de 2017.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11

Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida - Universidade de São Paulo (USP)

Légia Mara Boin Menossi de Araujo - Universidade de São Paulo (USP)

ARTIGOS

O CONTROLE DE MARCAS DE INABILIDADE NA ESCRITA ALFABÉTICA E A IDENTIFICAÇÃO DAS MÃOS INÁBEIS EM CORPORA HISTÓRICO-DIACRÔNICOS	19

Afranio Gonçalves Barbosa - Faculdade de Letras-Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

XÍCARA: DO NÁUATLE AO PORTUGUÊS DO BRASIL	45

Aléxia Teles Duchowny - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Ilda Carmélia Lopes - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

EDIÇÕES DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS: A QUEM INTERESSAM? A QUEM SE DESTINAM?	71

Alicia Dubá Lose - Universidade Federal da Bahia (UFBA)

O LÉXICO FURTADO DO PASSADO, NA HISTÓRIA DO FUTURO, DE ANTÔNIO VIEIRA	87

Américo Venâncio Lopes Machado Filho - Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Ingrid Gonçalves de Oliveira - Universidade Federal da Bahia (UFBA)

ETHOS DISCURSIVO PIEDOSO EM BANDO DE 1794 DA CAPITANIA DE MATO GROSSO	105

Angelita Heidmann Campos - Escola Estadual Professora Marjane Fátima de Sá Teixeira

Alta Floresta (SEDUC- MT)

Elias Alves de Andrade - Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Grasiela Veloso dos Santos Heidmann - Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

A FILOLOGIA COMO ÉTICA DE LEITURA.....	129
<i>Arivaldo Sacramento - Universidade Federal da Bahia (UFBA)</i>	
<i>Lucas de Jesus Santos - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)</i>	
FILOLOGIA E TRADUÇÃO NO PRIMEIRO ROMANTISMO ALEMÃO.....	169
<i>Constantino Luz de Medeiros - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)</i>	
LÉXICO E HISTÓRIA: LUTAS E CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA EM DOCUMENTOS DA CAPITANIA DA BAHIA.....	191
<i>Eliana Correia Brandão Gonçalves – Universidade Federal da Bahia (UFBA)</i>	
A IDEOLOGIA NO LÉXICO TOPONÍMICO DA HISTÓRIA DE PORTUGAL DE FERNÃO DE OLIVEIRA.....	219
<i>Eliete Oliveira Santos - Universidade do Estado da Bahia (UNEB)</i>	
A RESPEITO DE UMA EDIÇÃO SINÓPTICA: A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO EDITORIAL PARA O ESTUDO DA DRAMATURGIA CENSURADA DE ROBERTO ATHAYDE.....	237
<i>Fabiana Prudente - Universidade Federal da Bahia (UFBA)</i>	
A EDIÇÃO DOS CONTOS INGÊNUOS DE JOÃO DAS CHAGAS.....	257
<i>José Pereira da Silva - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)</i>	
CARTAS DE DATAS DE JUNDIAÍ DO SÉCULO XVII: ESTUDO FILOLÓGICO E LINGÜÍSTICO PRELIMINAR.....	277
<i>Kathlin Carla de Moraes - Universidade de São Paulo (USP)</i>	
<i>Verena Kewitz - Universidade de São Paulo (USP)</i>	
AMADEU AMARAL E A PRODUÇÃO DE UM ACONTECIMENTO DISCURSIVO.....	297
<i>Lúgia Mara Boin Menossi de Araujo - Universidade de São Paulo (USP)</i>	
GRAMÁTICAS QUINHENTISTAS E SUAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O DIACRÍTICO TIL.....	313
<i>Marcelo Módolo - Universidade de São Paulo (USP)</i>	
<i>Helena de Oliveira Belleza Negro - Universidade de São Paulo (USP)</i>	

UM PROBLEMA DE FORMA E CONTEÚDO: A DATAÇÃO DAS CARTAS DE CATARINA DE BRAGANÇA A SEU IRMÃO D. PEDRO.....	341
<i>Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)</i>	
“O COLOCADOR DE PRONOMES”: MONTEIRO LOBATO E A QUESTÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA.....	355
<i>Maria Inês Pagliarini Cox - Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)</i>	
<i>Criseida Rowena Zambotto de Lima - Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)</i>	
ÁGUA VIVA, DE CLARICE LISPECTOR: CRÍTICA TEXTUAL, ESCRITURA ENTRELINHAR, PALAVRA OBJETIVADA.....	387
<i>Neiva de Souza Boeno - Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)</i>	
DEDICATÓRIAS EM OBRA DO SÉCULO XVI: INDÍCIOS DE MARCAS AUTORAIS	415
<i>Rejane Centurion - Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)</i>	
A IMAGEM DO INDÍGENA BRASILEIRO NO DISCURSO OFICIAL DO SÉCULO XVIII.....	449
<i>Renata Ferreira Munhoz - Universidade de São Paulo (USP)</i>	
<i>Paulo Roberto Gonçalves-Segundo - Universidade de São Paulo (USP)</i>	
<i>Abel Leandro Freitas Rodrigues - Universidade de Porto (U.PORTO)</i>	

APRESENTAÇÃO

Manoel Mourivaldo SANTIAGO-ALMEIDA

Universidade de São Paulo (USP)

Lígia Mara Boin Menossi de ARAUJO

Universidade de São Paulo (USP)

Esta edição temática é o segundo número, de três que serão publicados na Revista da ABRALIN, acerca das pesquisas realizadas no campo da Filologia e Crítica Textual e todos têm como homenageado o professor Heitor Megale (USP).

Os 19 artigos aqui reunidos representam algumas das muitas pesquisas que estão sendo desenvolvidas nos estudos filológicos em diferentes universidades brasileiras e do exterior, o que reitera o objetivo maior destas edições que é contribuir para os avanços dessas pesquisas assim como sua propagação.

O primeiro artigo intitulado *O controle de marcas de inabilidade na escrita alfabética e a identificação das Mãos Inábeis em corpora histórico-diacrônicos* tem por objetivo considerar as características que identificam as mãos inábeis em manuscritos conforme ponto-de-vista de usuário de corpora histórico-diacrônicos.

O segundo trabalho intitulado *Xícara: do Náuatle ao português do Brasil* tem por objetivo fazer um levantamento das informações disponíveis sobre a palavra xícara, com o intuito de conhecer sua origem e o caminho que o vocábulo percorreu até ser adotado, pelo português do Brasil, para designar o recipiente usado para servir, normalmente, bebidas quentes, como chá ou café.

Em seguida, o terceiro artigo, *Edições de documentos históricos: a quem interessam? a quem se destinam?* apresenta algumas ponderações sobre o trabalho de edição de documentos históricos, em especial sobre os

aspectos metodológicos que impactam na abrangência do acesso ao conteúdo desses documentos. O texto seguinte, o quarto desta edição, *O léxico furtado do passado, na história do futuro, de Antônio Vieira* busca investigar, do ponto de vista histórico-diacrônico, o léxico empregado por Vieira em sua obra *História do Futuro*, observando o grau de vitalidade de que se possam ter revestido seus usos lexicais no passar temporal dos quase trezentos anos que separam sua obra do presente-futuro atual.

O artigo de número cinco, *Ethos discursivo piedoso em bando de 1794 da capitania de Mato Grosso* visa estabelecer a edição de um bando (1974) pertencente à Capitania de Mato Grosso e analisar discursivamente, sob o olhar dos estudos de Dominique Maingueneau (2005, 2008, 2010, 2011), as cenas enunciativas e o ethos discursivo.

A filologia como ética de leitura, sexto artigo, apresenta uma reflexão sobre Filologia a partir do trabalho do intelectual palestino-americano Edward W. Said e da problemática editorial envolvendo o texto dramático “Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá” de Fernando Melo. O sétimo artigo, *Filologia e tradução no primeiro romantismo alemão*, investiga e discute a aproximação entre a filologia e as teorias da tradução do Primeiro Romantismo Alemão, sobretudo nas teorizações de Friedrich Schlegel, Friedrich von Hardenberg, Friedrich Daniel Ernst Schleiermacher e August Wilhelm Schlegel.

O artigo de número oito, *Léxico e história: lutas e contextos de violência em documentos da capitania da Bahia*, apresenta uma reflexão sobre o léxico relativo às lutas e aos contextos de violência, registrados em documentos manuscritos avulsos da Capitania da Bahia. Para tanto, foram selecionadas algumas unidades lexicais e analisadas as suas significações contextuais e discursivas, considerando o registro de suas acepções presentes em obras lexicográficas do português.

O nono artigo, intitulado *A ideologia no léxico toponímico da história de Portugal de Fernão de Oliveira*, tem como proposta a análise de alguns topônimos encontrados na *História de Portugal* e, a partir da Teoria da

Enunciação, nos moldes do pensamento bakhtiniano, responder de que modo a origem etimológica da onomástica toponímica pode ser vista como resultado de posição do discurso, apesar de maior rigor em relação à sua estabilidade semântica.

O trabalho *A respeito de uma edição sinóptica: a construção de um modelo editorial para o estudo da dramaturgia censurada de Roberto Athayde* – décimo artigo desta edição – analisa a tradição do texto teatral Apareceu a Margarida, materializada em um conjunto de versões produzidas em diferentes períodos e cidades brasileiras, a fim de propor um modelo editorial que considere os diferentes momentos/estados do texto e sua história.

O artigo décimo primeiro, *A edição dos Contos Ingênuos de João das Chagas* mostrar a contribuição da crítica textual na divulgação de importantes trabalhos pouquíssimo conhecidos, para a restauração dos valores de autores que tanto contribuíram para o progresso da cultura intelectual em nosso país, com as reflexões sobre a edição dos Contos Ingênuos, que Ismael de Lima Coutinho escreveu, sob o pseudônimo de João da Chagas. Já o décimo segundo artigo, *Cartas de datas de Jundiá do século XVII: estudo filológico e linguístico preliminar* objetiva descrever o Caderno de Cartas de Datas de Jundiá de 1657 quanto aos seus aspectos filológicos e identificar as estruturas linguísticas que compõem o documento com base no modelo de Tradições Discursivas (KOCH; OESTERREICHER 1990, KABATEK 2006).

O artigo décimo terceiro, Amadeu Amaral e a produção de um acontecimento discursivo tem por objetivo analisar discursivamente como se constroem novas formas de representar a obra O Dialeto Caipira de Amadeu Amaral (1920) a partir de um funcionamento discursivo próprio de cada narrador-produtor – Castro (2006) e Rodrigues (1974) – tomando como base teórica a noção de narrativa do acontecimento de Guilhaumou (2009).

Gramáticas quincentistas e suas considerações sobre o diacrítico til, é o décimo quarto artigo e propõe a análise de um processo criminal do final do século XVII e os paralelos entre a utilização do diacrítico til e sua aplicação como sinal gráfico para representação da nasalidade. O artigo décimo quinto, *Um problema de forma e conteúdo: a datação das cartas de Catarina de Bragança a seu irmão D. Pedro*, tem por objetivo demonstrar, através da análise das cartas de D. Catarina de Bragança a D. Pedro II, do século XVII, a intersecção entre forma e conteúdo que pode estar em jogo na edição de um texto manuscrito de épocas pretéritas.

O artigo seguinte, décimo sexto, intitulado “O colocador de pronomes”: *Monteiro Lobato e a questão da língua brasileira* focaliza a polêmica sobre a independência linguística do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, a partir de um conto de Monteiro Lobato, “O colocador de pronomes”, publicado em 1924.

O artigo décimo sétimo, *Água Viva, de Clarice Lispector: crítica textual, escritura entrelinhar, palavra objetivada*, partindo de alguns conceitos de Mikhail Bakhtin e de Roland Barthes em relação ao texto literário e sua interpretação, tem como objeto de estudo a obra “Água Viva” de Clarice Lispector e desenvolve a noção de “escritura entrelinhar” e da “palavra objetivada”.

O artigo seguinte, décimo oitavo, intitulado *Dedicatórias em obra do século XVI: indícios de marcas autorais* investiga – a partir de Bakhtin (1997), Chartier (1998), Hue (2004), Pereira Filho (1965), entre outros – as dedicatórias de diferentes versões da “Historia da provincia Sãcta Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil”, de Pero de Magalhães de Gândavo que se encontram arquivadas em bibliotecas de três países diferentes.

E, por fim, o artigo *A imagem do indígena brasileiro no discurso oficial do século XVIII* tem por objetivo analisar como os governantes portugueses da segunda metade do século XVIII construíram a imagem dos índios brasileiros em seus discursos. A partir de textos do período pombalino e de uma proclamação endereçada aos próprios indígenas, pelo viés

crítico-discursivo, observam-se, as estratégias linguístico-cognitivas de posicionamento e de aproximação espacial, temporal e axiológica empregadas na proposta de amizade e ruptura com o passado hostil.

Esperamos, pois, que os trabalhos reunidos nesta edição temática, assim como no primeiro volume e no próximo que será publicado, sejam ponto de partida para outras pesquisas na área da Filologia e da Crítica Textual e permitam uma propagação e consolidação dos trabalhos cada dia maior.

Estamos, mais uma vez, muito gratos aos pesquisadores – além das universidades e agências de fomento a que estão ligados – que enviaram seus trabalhos assim como à diretoria da Associação Brasileira de Linguística e ao editor da Revista da ABRALIN pela oportunidade de divulgá-los.

São Paulo, janeiro de 2017.

Os organizadores

ARTIGOS

O CONTROLE DE MARCAS DE INABILIDADE NA ESCRITA ALFABÉTICA E A IDENTIFICAÇÃO DAS *MÃOS INÁBEIS* EM *CORPORA* HISTÓRICO-DIACRÔNICOS

Afranio Gonçalves BARBOSA

Faculdade de Letras - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

RESUMO

Este artigo tem por objetivo considerar as características que identificam as mãos inábeis em manuscritos conforme ponto-de-vista de usuário de corpora histórico-diacrônicos. Independência das dimensões de inabilidade. Mãos inábeis na pluriortografia do século XVIII.

ABSTRACT

This paper aims at considering aspects of poor writers' handwriting from the point of view of users of historic-diachronic corpora. Independence among handwriting inability dimensions. Poor writers in the eighteenth-century pluriorthograph context.

PALAVRAS-CHAVE

Mãos inábeis. Corpus Histórico-diacrônico. Pluriortografia.

KEYWORDS

Poor writers. Historic-diachronic Corpus. Pluriorthograph.

Introdução

A expressão *mão inábil* é uma ótima versão, em língua portuguesa, do francês *scripteurs maladroits*, que usa a metonímia da *mão do redator* pela *escrita* por ele produzida para assinalar as marcas reveladoras de que ele

parou em fase inicial de aquisição de escrita alfabética. Embora usada por Blanche-Benveniste (1993), foi talvez MARQUILHAS (2000), desde seu formato de tese acadêmica em 1996, quem melhor tenha feito repercutir essa noção dentre investigadores debruçados sobre a documentação histórica em língua portuguesa. A partir de sua pesquisa sobre fatores externos à escrita que atuaram sobre “indivíduos pouco familiarizados com a língua escrita, por pressão das circunstâncias, fossem autores materiais de alguns dos textos arquivados” (MARQUILHAS, 2000: 234) por promotores da Inquisição em Portugal, no século XVII, a pesquisadora portuguesa empreende caracterização *interna* das suas produções gráficas. Elencando critérios para sistematizar propriedades de manuscritos como produtos gráficos de redatores inábeis em qualquer época e em qualquer lugar, a autora analisa, nos Cadernos do Promotor, as falhas (assim assumidas por comparação aos textos de pessoas hábeis) dos textos produzidos por pessoas inábeis sob a pressão de se defenderem de acusações do tribunal de Inquisição.

A inabilidade na escrita alfabética, portanto, não é, em si, questão histórica de língua, de oralidade, também não está relacionada à aquisição de língua falada ou, necessariamente, ao nível sócio-cultural do redator, refletindo usos mais ou menos vernáculos. De fato, as *mãos inábeis* dizem respeito a questões de *escriptualidade*, não de oralidade. Mesmo contando, dentre as marcas de inabilidade com a escrita fonética, o texto de um redator inábil não é reflexo direto desta ou daquela época, deste ou daquele lugar, mas, em grande parte de suas características, atemporais: Barbosa (1999) encontra marcas de inabilidade em redator do fim do século XVIII; Oliveira (2006) descreve essas marcas para *atas* escritas por africanos e afrodescendentes inábeis na Bahia do século XIX; e Santiago (2012) estuda as mesmas características em cartas pessoais de sertanejos baianos do século XX. Esses e outros trabalhos lidam com as mesmas marcas de crianças ou adultos que estejam ou tenham parado em fase inicial de escrita de diferentes lugares e de diferentes épocas. Não

importa nem quando, nem onde, se português do século XVII ou um francês do século XVIII, as marcas caracterizadoras de *mão inábeis* são marcas de dificuldade de representação escrita. A escrita mais fonética é apenas um aspecto dessa dificuldade. De fato, como lembra Marquilhas (2000: 236) “os dados colhidos junto dos inábeis corroboram a ideia (...) de que *acesso à escrita* (...) não significa transposição gráfica da oralidade”.

No entanto, a experiência com usuários de *corpora* histórico-diacrônicos tem mostrado que, por vezes, supõe-se relação entre essa escrita de redatores inábeis (que abriga, por vezes, variantes escritas mais transparentes de processos fonéticos) e uma maior abertura à oralidade mais vernácula em outros planos da língua, como o sintático e o morfológico. É a tentadora ilusão de se supor uma sintaxe mais próxima da fala (em relação a outros tipos de *corpora* linguísticos) por encontrar marcas de oralidade na escrita de um inábil.

Outra suposição errônea que parece circular entre usuários de *corpora* linguísticos diz respeito à identificação de um inábil ser, apenas e necessariamente, uma questão de se constatarem marcas físicas oriundas da dificuldade motora de execução caligráfica da mão pouco exercitada. Seriam marcas tais como *traçado muito inseguro*, *módulo grande* das letras e mais cinco características comumente elencadas. Apesar de estar claramente expresso em Marquilhas (2000: 238) que “É natural que a presença destas características não seja cumulativa nem equilibrada”, e de haver fac-símile de texto de inábil sem essas marcas em Marquilhas (2000: 341), encontram-se editados materiais sem marcas físico-caligráficas em *corpora* histórico-diacrônicos, mas com evidentes traços de inabilidade relativos à dificuldade de representação silábica, sem qualquer menção descritiva, em seus cabeçalhos ou em notas, ao perfil de seus redatores como *mãos inábeis*. Por outro lado, diante da, nos termos de Marquilhas (2000: 257) “Atestação de fenômenos de mudança fonética e fonológica”, há descrições e comentários em *corpora* disponibilizados que apontam para uma inabilidade de redatores que, na

verdade, seriam redatores *hábeis* em nível elementar de letramento, ainda que em fronteira com inábeis.

Diante dessas suposições, e de algumas outras confusões, trataremos aqui de retomar as marcas de inabilidade a partir da experiência como usuários de *corpora* histórico-diacrônicos para demonstrar como se opera a independência de certas dimensões de inabilidade nesses *corpora*. Nesse sentido, e a partir de documentação manuscrita levantada no âmbito do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB), procuramos discernir a sobreposição de uma dessas dimensões à realidade ortográfica em determinada fase histórica.

1. Dimensões de inabilidade em escrita alfabética.

Marquilhas (2000) consolida (1) as sete características físico-caligráficas apontadas para as mãos inábeis, completando-as com outras, e distribui (2) as características da dificuldade dos inábeis em representar, na escrita alfabética, a segmentação fonológica tanto em termos silábicos, quanto em nível de unidades infrassilábicas de consoantes e vogais. Observemos, primeiro, de modo esquemático, os termos expressos em Marquilhas (2000: 138-166).

(1) Características físico-caligráficas:

- Traçado muito inseguro
- Incapacidade de alinhar perfeitamente as letras num regramento ideal
- Tendência para conferir às mesmas letras uma aparência desenquadrada
- Uso de módulo grande
- Recurso a letras do alfabeto maiúsculo, mesmo em interior de palavra
- Ausência quase total de abreviaturas e elementos de ligações

- rigidez e falta de leveza ao conjunto
 - Irregularidade da empaginação
 - Letras monolíticas
- (2) Dificuldade de representar a segmentação fonológica
- 2.1) No plano silábico
- Hipersegmentação
 - Grafia para sílabas com consoante líquida
- 2.2) No plano infrassilábico
- Escrita fonética sensível à variação/mudança no vocalismo
 - Escrita fonética sensível à variação/mudança no consonantismo.

Definidos e exemplificados em Marquilhas (2000), os aspectos acima sumarizados podem, de acordo com dados em outros *corpora* linguísticos, como em Barbosa (1999), Oliveira (2003) e Santiago (2012), que muito bem os exemplifica, ser considerados planos de inabilidades em gradiência às vezes em um só nível isolado, às vezes em conjunto. Em função disso, os usuários de *corpora* podem, quando não estão diante de um grau máximo em nível de caligrafia, não distinguir a tênue separação entre uma *mão inábil* e uma *mão hábil em nível elementar de letramento*. Do ponto de vista da identificação de inabilidade e de habilidade elementar para usuários de *corpora* linguísticos, é tarefa nossa redistribuir as características sumarizadas e acrescentar outros aspectos observados durante a organização dos *corpora* do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB).

Os planos de inabilidade físico-caligráficos e de representação fonológica podem ser rearrumados de modo mais operacional para o reconhecimento de mãos inábeis em *corpora* disponibilizados à pesquisa linguístico-histórica sem fac-símile, o que é mais comum. Deixemos por último os níveis percebidos com fac-símile, e comecemos, por ordem

de percepção em edição mecanográfica, pelo restante, retomando e adicionando coisas ditas por nós e por outros.

(1) Na dimensão da escriptualidade, os *grafismos*, epifenômeno da oralidade em grau de representação ainda mais desvinculado do que se pronuncia. É a escriptualidade tradada no sentido simples de convencionismos mais desvinculados da oralidade.

Na prática, para os usuários de *corpora*, isso se traduz em observar insegurança (ou em grau maior o quase desconhecimento do redator) em (a) assumir sistematicamente *grafismos* (convencionismos motivados por tradições culturais e não pelo esforço intrínseco da escrita em escolher caracteres gráficos para representar a segmentação de vogais e consoantes) ou (b) grafar sílaba complexa com /r/ ou /l/. Estão aqui reunidos (a) e (b), de naturezas diferentes, por praticidade para o usuário, e por oposição aos símbolos gráficos pronunciados na escrita mais fonética, já essa, outra dimensão na caracterização das mãos inábeis vista a seguir.

Os grafismos reúnem desde grafiação, ou não, de dígrafos (<qu> ~ <q> ~ <c>, <ph> ~ <f>), latinismos (<u> ~ <v> ou <sch> ~ <c>), de diacríticos variando com letras na representação de uma mesma qualidade sonora (a nasalidade indicada por <n> ~ <m> ~ <~>). A dificuldade de grafiação de líquidas (/r/ ou /l/) em coda ou em ataque ramificado produz dados de inabilidade claros para quem tem um texto de uma mão inábil a sua frente. Ela desfaz a grafiação CCV ou CVC com inclusão gráfica de vogal, ou com a inversão de posição de <r> ou <l>. Por exemplo, a sílaba CCV de <letras> é desfeita em <leteras> ou escrita <letars>. A percepção do grau de inabilidade é mais objetiva por essas marcas em caracteres gráficos sempre que o inábil, nessa dimensão, não o é nos planos supragráfico e paleográfico reunidos.

(2) Na dimensão da aquisição do nível fonológico a escrita, sua tradução, em termos práticos, na estagnação do redator na fase de *escrita fonética* da aquisição da escrita: representação gráfica de sons vocálicos e

consonantais busca formas de imitar a pronúncia e tende a se afastar das convenções gráficas.

Neste trabalho, as grafias que indicam essa aproximação do som representado são chamadas aqui de *índices grafo-fonéticos*. Na última seção trataremos da importante ressalva, do importante cuidado para que os usuários de *corpora* não confundam essa dimensão de inabilidade e uma característica da ortografia até os fins dos setecentos: a *pluriortografia*.

(3) Na dimensão do epifenômeno, a *pontuação*, no tocante à dificuldade em usar sinais gráficos dentro das práticas mais ricas dos impressos. Elenco reduzido de sinais (quase unicamente ponto e vírgula) e sem variedade ao marcar funções sintático-discursivas como, por exemplo, indicar intercalações.

Uma gradiência interessante entre inábeis e hábeis elementares, significativamente a partir do século XIX, aplica-se na inversão de orações circunstanciais. Do praticamente zero de uso no inábil e aumentando em progressão tanto em uso, quanto em sua marcação visual por vírgula, a inversão cresce no hábil elementar e continua a crescer conforme sobe o grau de letramento dos redatores.

(4) Na dimensão lexical, a repetição de vocábulos em sequência na mesma sentença ou em sentenças subsequentes. Sinal objetivo ligado em direto à oralidade, esse nível está finamente esmiuçado em SANTIAGO (2012). Afora as funções coesivo-discursivas, a repetição de uma mesma palavra três ou quatro vezes deve refletir um pouco da busca de uma riqueza lexical não aprendida no contato com textos modelares da cultura escrita de sua época. Isso difere da repetição com termos lado a lado, claramente o famigerado lapso ao copiar manuscritos em mais de uma via. É um traço, muito frequentemente, cumulativo às dificuldades da dimensão (1).

(5) Na dimensão lexical, a dificuldade de riqueza na variação e precisão no léxico. Controle quantitativo a ser feito com aplicativos usados nos estudos lexicais para identificação de vocabulários básicos e

específicos em textos de inábeis a partir da comparação com léxico de *corpora* com textos modelares e multitemáticos em cada fase histórica. Como por exemplo, verificar a gradiência de riqueza vocabular de diferentes redatores desde inábeis, passando a hábeis elementares, medianos, cultos e eruditos por comparação ao vocabulário de jornais da mesma época. Um trabalho em aberto.

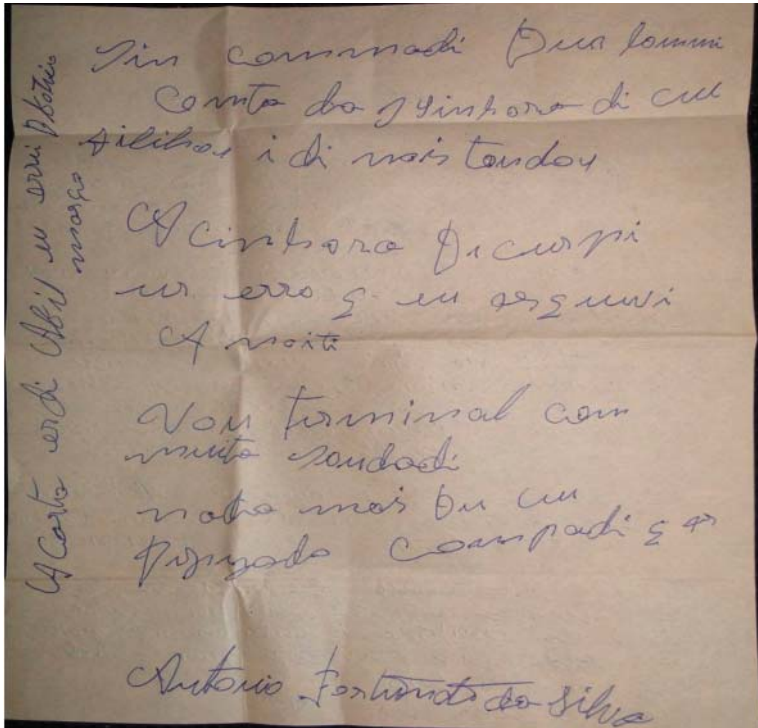
(6) a reproduzir aspectos sintáticos complexos em imitação a estruturas não vernáculas encontradas na leitura (ou memória da audição de leitura) de intercalações e ordenações de sentenças de tradições discursivas não vernáculas, de ambiência religiosa, jurídica, cartorial, etc.

(7) a reproduzir tendências e modelos discursivos em fórmulas, estratégias discursivas ou evocações no texto, conforme tradições discursivas mais frequentemente lidas (ou ouvidas) por mãos hábeis.

Por fim, nas dimensões supragráfica e paleográfica, os mais perceptíveis, mas somente com fac-símiles inseridos nos *corpora*:

(8) à habilidade motora, ao treinamento literalmente da mão que escreve (níveis supragráfico e paleográfico) que são as de imediata e indubitável percepção que quem acessa os *corpora* hoje disponibilizados com fac-símile. Importante esse tratamento para *corpora* com manuscritos: mesmo com edições mecanográficas e conservadoras, sem o empenho de sempre inserir o fac-símile o usuário não tem como perceber de imediato o alto grau de inabilidade do redator do documento à sua frente. É a dimensão que se materializa em: ausência de *cursus*, módulo grande, ausência de regramento, traçado inseguro e letras com aparência desenquadrada, ausência de regramento ideal, dentre outros. Um bom exemplo desses traços físico-caligráficos é a imagem de um inábil do sertão baiano no século XX publicada em Santiago (2012, p.77):

FIGURA 1: Carta com marcas de inabilidades físico-caligráficas – séc. XX.



(9) à segmentação gráfica em termos não apenas da hipersegmentação, as também à hipossegmentação.

Importante não se deixar confundir essa dificuldade com a prática essa normal em redatores coloniais hábeis pela percepção de que sua aplicação não co-opera com o alinhamento do final de linha, que deixa a mancha gráfica com o efeito de um texto justificado. A percepção dessa marca de inabilidade também exige a presença de fac-símile junto a edições mecanográficas: é a irregularidade do tamanho do espaço em branco deixado na hipersegmentação que melhor denuncia a inabilidade, e não o fato em si de haver espaço. Somente pela observação da

imagem do original o usuário de *corpora* pode discernir entre os espaços sistemáticos e comuns, por exemplo, da escrita colonial de qualquer redator e os espaços deixados pela dificuldade motora de a mão inábil, desacostumada, em escrever.

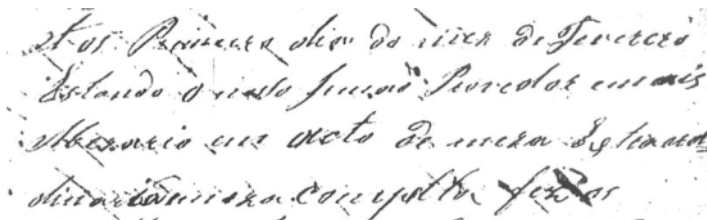
Em vários documentos estudados, percebe-se a possibilidade de marcas em um nível de inabilidade se manifestarem com mais dados do que em outro. É provável que seja esse o caráter não equilibrado a que Marquilhas (2000: 238) se referia quando afirmava “É natural que a presença destas características não seja cumulativa nem equilibrada” em relação às dimensões de inabilidades. O interessante é que o quão mais numerosos são os dados de um nível em relação a outro, mais forte fica a impressão de o redator ser inábil em vários níveis, e não apenas na dimensão *inflacionada*. Também é interessante o fato de um redator pode ser hábil em um nível, em uma dimensão, ao mesmo tempo em que é marcadamente inábil em outro. O cruzamento desses planos pode permitir a oposição entre subgrupos de inábeis, desde um hipotético grau máximo de inabilidade até um grau mínimo.

2. O tratamento de marcas de inabilidade em sincronias passadas: independência entre dimensões.

Como dito na seção anterior, as chamadas *mãos inábeis* apresentam marcas de inabilidade em diferentes planos da escrita em cooperação e, em cada plano, podem estar em diferentes graus. Não há um elenco fixo de características que, por si só, defina uma *mão inábil*, mas o peso do grau máximo de características de um desses planos, ou o peso da reunião de características pertencentes a planos distintos. Um manuscrito pode ser considerado como o de uma mão inábil em um nível e ser um bom exemplo de habilidade em outro. Examinemos, nesta seção, exemplos desse descompasso em manuscritos.

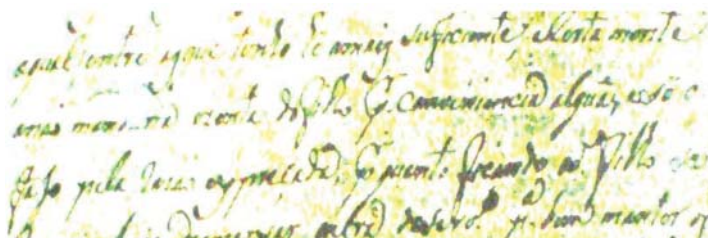
O afrodescendente ex-escravo na Bahia oitocentista, Feliciano Primo Ferreira, é o autor do documento a cuja imagem acessamos no fragmento de documento editado em Oliveira (2003: 671 - linhas 1- 4):

FIGURA 2: Texto de inábil sem marcas físico-caligráficas – séc. XIX.



A observação do fac-símile, mesmo nesse trecho mínimo, revela não se tratar, nos níveis supragráfico e paleográfico (8), de uma mão inábil. Não há insegurança no traçado, nem módulo grande, Hipersegmentação ou falta de regramento. Uma simples comparação com o aspecto geral de escrituração no fragmento abaixo – de carta guardada na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: **Gaveta nº 99 V-VASCONCELOS, J.** Vasconcelos, José de Frias e. **Correspondência Avulsa.** – de um redator hábil do século XVIII confirma isso.

FIGURA 3: Carta de mão hábil – séc. XVIII.



Qualquer sugestão de inabilidade no texto do afrodescendente só pode ser pensada no nível gráfico. Consideremos trechos do documento editado em Oliveira (2003).

“do mez de **Feverero** | Estando O nosso Irmaão
Provedor emais | Mezario em acto de meza Extraord- |
inariaemeza **compelta**” (linhas 1- 4)
“Em **Vertude** do Artigo 10 **Paragarfo**” (linha 8)
“os Irmãos | Que Estiverem de **entra** para esta Devoção
(linhas 8-9)
“Em **puder** da Comição (linha 11)
“ficando sempre | **sugetas** aos meças” (linhas 22-23...)
“pella quanptia que athe | **antão** havia” (linhas 30-31)
“para serem **Sulicitados** (linhas 40-41)”
(OLIVEIRA: 2003, p. 367-368, grifos nossos)

Dentre os itens vocabulares destacados, apenas o plano (1) pode realmente ser destacado como portadores de um traço indubitável de inabilidade: a inversão de <r> e <l> em sílaba complexa <paragarfo> por <paragrafo> e <compelta> por <completa>. Todos os outros até poderiam criar dúvida de serem marcas fonéticas na escrita de qualquer mão hábil em grau elementar, fosse de um português, afrodescendente, brasileiro, ou luso. Se por um lado, dados como os da monotongação (<feverero> por <fevereiro> e <sugetas> por <sugeitas>) e o abaixamento/alteamento (<Vertude> por <virtude> e <Sulicitados> por <Solicitados>) são comuns em alguns dentre os textos de portugueses e brasileiros não tão categoricamente inábeis no século XVIII na documentação editada por BARBOSA (1999), o apagamento de <r> em fim de sílaba (<entra> por <entrar>) coletado no texto desse afrodescendente, tão comum hoje na fala brasileira, não é facilmente encontrada na documentação colonial e imperial brasileiras. Num inábil, sobe a oportunidade de dados mais raros de escrita fonética.

Não seria a simples presença dessas marcas na escrita de Feliciano Primo Ferreira que o define uma mão inábil e o outro, hábil elementar, mas sim o qualitativo de marcas mais raras e a maior concentração de

variantes escritas que sugeriram variantes fonéticas mais gerais da fala.

A carta mandada de Pernambuco a Lisboa pelo português José Aires, em 1798, editada em Barbosa (1999: 390), é um excelente exemplo disso. Sua letra cursiva, se comparada à do afrodescendente Feliciano Primo Ferreira em fins dos oitocentos, estaria mais próxima da escrita menos assentada, mais livre de alguns modelos caligráficos seguidos nos setecentos. Ao atentarmos para as escolhas gráficas, observamos que esse mercador português deixa transparecer tanto uma série de índices grafo-fonéticos comuns a todos os redatores setecentistas, quanto outra reveladora de marcas regionais.

Ligeiro que eu **tanho** caregado Capⁱta^m Joze Luis Pereira
(linha 5)
emais [[mais]] 3 **Caxas** deaSucar (linha 6)
que eu **tanho** caregado naCorveta Conceição Capⁱta^m
Belxior (linha 7)
os **em panhos** muntos eu não poco hir neste navios *que*
ain (linha 9)
tanho fazenda porvender **i** manteiga pois nam estou
para ca (linhas 10-11)
não **axo** Soquerem fiado iso não mefaz comta (linha 14)
que **tanho** de mefiar denenhu caxoro desta tera **u** que
quere | m eLograr agente (linhas 16-17) – (BNL - mss.
224/262). (**Grifos nossos**)

Se no texto do afrodescendente o <antão> é dado de centralização de /e/, dentre todos os índices grafo-fonéticos grifados, nesse redator português esse repetido processo fonético pode distinguir-se como índices de regionalismo nos dados <tanho> (= <tenho>) e <em panho> (= <empenho>), alguns dentre outros do mesmo redator em outros documentos. Como se trata de uma carta entre mercadores, seu conteúdo é bem próximo do dia a dia dos portos coloniais. Sua escrita não

está modelada por fórmulas da administração pública ou privada, como era o caso das *actas* dos ex-escravos. Também o espírito mais livre de relatos, nada cerimoniosos, proporciona tom mais agressivo em relação a quem pedia fiado para levar vantagem na compra das mercadorias encalhadas. O xingamento de “cachorro” para os compradores chega a ser retificado em outra via da carta, o que não diminui o modo mais cotidiano de tratar assuntos e a escrita. Esse Português apresenta mão segura no traço, regramento, módulo de letra pequeno, conteúdo do dia a dia, muitas marcas fonéticas, etc. No entanto, **não** inverte a posição de <r> e de <l> em sílaba complexa. Tamanha a incidência de marcas fonéticas, que permitem registrar no século XVIII a variante centralizada de /e/: <tanho> por tenho (linhas 7,10,11 e 16); <empanhos> por <empenhos> (linha 9), marca dialetal do norte de Portugal. O redator José Aires era nomeado mão pouco hábil em BARBOSA (1999) apenas para indicar seu ponto intermediário na gradiência, um ponto qualquer entre inábeis e eruditos. Sabia-se que havia graus de habilidade a serem identificados e nomeados. Contrastando com as marcas de estagnação em fase inicial de aquisição de escrita (inversão de <r> e <l> em sílabas complexas) ainda presente no ex-escravo com caligrafia mais segura que o mercador português, podemos supor o afrodescendente inábil em um plano, hábil em outro e o português furioso com os compradores “cachorros” redator *elementar* no conhecimento da pluriortografia num plano e pouco hábil no plano paleográfico, no critério de embelezamento das letras vigente no século XVIII.

No plano da sintaxe, no caso do afrodescendente, as sentenças sob fórmulas espelhadas em atas e termos da máquina burocrática nada teriam a ver com uma sintaxe vernácula associada por uma escrita mais fonética, mas, noutro sentido, espelham conhecimento de modelos de escritura por porte do ex-escravo. O grau de inabilidade, em seu texto, concretiza-se apenas na inversão gráfica de <r> e <l>, fato longe de sua fala. Como com qualquer redator inábil de qualquer origem ou época,

as líquidas /r/ e /l/ são pronunciadas normalmente na sílaba complexa, mas invertidas na escrita. A organização sintática das sentenças no texto, no caso do mercador português, revela uma escrita simplificadora das fórmulas iniciais do corpo do texto (presentes apenas na fixação da localização, datação e destinatário no protocolo), uma total ausência de estruturas formulaicas no corpo do texto, e a presença de fórmulas bem gerias de despedida apenas escatocolor da carta. Nesse sentido, uma estruturação menos modelada e mais próxima de uma escrita corrente.

Podemos dizer que, salvo erro, todos os redatores que apresentavam inabilidade no nível do controle motor do uso do instrumento de escrita, no nível dito paleográfico, eram também inábeis no plano da escrita fonética e da dificuldade de grafar dígrafos e sílaba complexa com <r> e <l>, mas nem todos os inábeis nesses dois últimos planos eram inábeis no plano motor.

A bem da ilustração mais paramétrica de uma mão inábil por grau de qualidade e quantidade de dados nas dimensões (1) e (2), vale observar a carta, em 1798, de um pai para um filho em Portugal, do norte, para Lisboa, em 1798. Ao examinarmos o fac-símile, até podemos notar o traçado inseguro no enlace na primeira letra da primeira palavra do texto, no <m> do pronome <meu>. Mas não se pode dizer que esse caso isolado seja elemento definidor de enquadramento no nível de inabilidade paleográfica. Como um todo, o texto é equilibrado, tem regimento, módulo das letras estáveis, etc. A sua identificação como *inábil* vem do grau de incidência do *conluio* entre as dimensões (1) e (2). Experimenta-se isso já na primeira linha. Observe-se o fac-símile do documento guardado na Biblioteca Nacional de Lisboa – Seção de Manuscritos: caixa 224/manuscrito n. 2:

34

Numa transcrição diplomático-interpretativa das primeiras linhas, notamos que a presença de marcas fonéticas com significado na dimensão espacial e da dificuldade de grafiação de sílabas complexas é não apenas frequente, mas conjunta numa mesma palavra. Apesar de uma harmonia geral do texto na distribuição das margens esquerda e direita, do regramento, do módulo das letras, dentre outros aspectos da escritura no suporte, a junção daqueles elementos gráficos torna difícil a decifração de seu conteúdo para usuários de *corpora* histórico-linguísticos.

Meu *filbo* doCorasao Com sumo gosto resevi atua
aCompan / hada Com as duas Letars cada hua de 200
mil reis as Coais / *muuto* berbe bou Coberar e te fiCo
muuto obirgado pelo teu Cui / dado deos tehade pagar
quanto me fazes [...]

Nesse fragmento, há exemplo de índice grafo-fonético que reflete o significado espacial de uma variante diatópica. Sendo o redator do norte de Portugal, não por acaso a oscilação gráfica entre e <v> para casos onde não há oscilação entre /b/ e /v/ denotam a variante até hoje encontrada em Portugal: a variante /β/, som que se pronuncia como se fosse fazer a bilabial oclusiva /b/, mas sem oclusão articulatória total e com traço [+contínuo], aproximando-se de um /v/. Para o som /β/, muito frequentemente pessoas semi-alfabetizadas costumam oscilar na escrita entre e <v>, como por exemplo em <trabalho> / <travalho> e <vaca> / <baca> nas regiões em que esse *betacismo* permanece até hoje. É exatamente o mesmo caso conferido no fragmento nos vocábulos <resevi>, <berbe> e <bou>. Em <resevi> e <bou>, com índice grafo-fonético de /β/, vemos troca por <v> da grafia em “recebi” e a troca por da grafia <v> em “vou”. Dificuldade maior de leitura ao aliar-se a essa insegurança em grafar o *betacismo* à insegurança ao representar a sílaba complexa (CCV) com <r> em ataque ramificado

solucionada de forma diferente pelo redator inábil: inversão de <r> em <berbe> (por “breve”) e inclusão de letra vogal, aqui no caso <e>, para desfazer a sílaba complexa em <Coberar> (por “cobrar”). Tudo junto e somado à abreviatura do vocábulo “muito, escrita” <m^{to}> aumenta o grau de dificuldade de leitura não só do trecho <Mto berbe bou Coberar>, mas dos dados que vão se somando ao <obrigado>, logo a seguir, e à emblemática <Letars>, um pouco antes. O usuário de *corpora* que não decodifica rapidamente “muito em breve vou cobrar”, talvez demore a entender as “letras” cobradas como notas promissórias, vales de 400 mil réis ao todo. Sentido monetário de “letra” ainda vivo hoje em expressões como “letras de câmbio”. Esse documento é exemplo, para nós, prototípico de mão inábil em um dado nível de inabilidade na escrita, mas não em nível supragráfico e motor.

O que supomos é ser esse conluio entre (2) a maior incidência de marcas gráficas de processos fonéticos e (1) a presença da marca de inversão de <r> e <l> um ponto que por si só classifica uma *mão* como *inábil*, uma *mão* que deixa prova material da estagnação do redator em fase inicial de alfabetização, independentemente de haver habilidade em outros planos. Um documento sem inversão de <r> e <l> (ou outra solução para desfazer sílaba complexa), mas cheio de marcas grafo-fonéticas, pode não ser de um inábil e sim de um redator pouco hábil, elementar. A recíproca nunca é verdadeira, pois um documento com inversão de <r> e <l> sempre apresenta, também, vários casos de escrita fonética. Um inábil que acrescenta a seu rol de marcas de inabilidade de (1) e (2) um elemento de qualquer outro nível (sintático, pontuação, etc.) seria um inábil em grau acima. Se o nível acrescentado a (1) e (2) for o das marcas motoras de traçado, a dimensão (8), em nível supragráfico e paleográfico, o inábil seria um inábil em grau maior. Marcas de inabilidade no nível motor são, aparentemente, por si só, identificadoras de uma mão inábil porque elas nunca estão sozinhas, nunca estão sem (1) e (2).

3. A dimensão inábil *escrita fonética* e a pluriortografia dos setecentos

A dimensão de inabilidade *escrita fonética* é a mesma em qualquer época, no sentido que é ligada ao processo de aquisição da escrita, mas é diferentemente percebida nos *corpora* histórico-diacrônicos por conta de sua interação com as diferentes convenções de época a época. No século XX, de convenção ortográfica homogeneizante, com uma grafia para cada palavra, qualquer dado grafo-fonético é denunciante de algum grau de escrita fonética. No século XIX, quando se valorizam sobremaneira as grafias latinizantes e se retira a possibilidade de haver escrita fonética na ortografia, os dados grafo-fonéticos são marcas de inabilidade, mas de forma não tão contundente como no século XX. Por conta das práticas de escrituração do século XVIII, que vão decaindo ao longo do XIX, ainda se encontram manuscritos de redatores em grau mediano de letramento em certa quantidade de dados grafo-fonéticos na primeira metade do século. Se apresentar poucas latinizações passa a ser sinal de nível elementar de letramento gráfico, no plano escriptológico, a crescente presença de certos tipos de índices grafo-fonéticos constituem gradiência desde inabilidade até o nível elementar de habilidade. No século XVIII de modo mais contundente, mas também daí para trás, as marcas grafo-fonéticos faziam parte, em relação pendular, de algumas ortografias publicadas. A escrita fonética como dado de inabilidade se escamoteia e se mistura com dados grafo-fonéticos presentes no padrão escrito, inclusive no padrão praticado nos impressos. Basta comparar a brusca queda da variação gráfica, por exemplo, de índices grafo-fonéticos de alteamentos vocálicos entre os verbetes de Bluteau (1712) e os do dicionário Moraes Silva (1813), disponíveis em página do IEL/USP, para se confirmar isso. É tamanha a variação no padrão gráfico no século XVIII, que se constata, nas palavras de Lobato (1824: lxxvii) na introdução de sua gramática, o choque de opiniões sobre as formas-padrão de escrita:

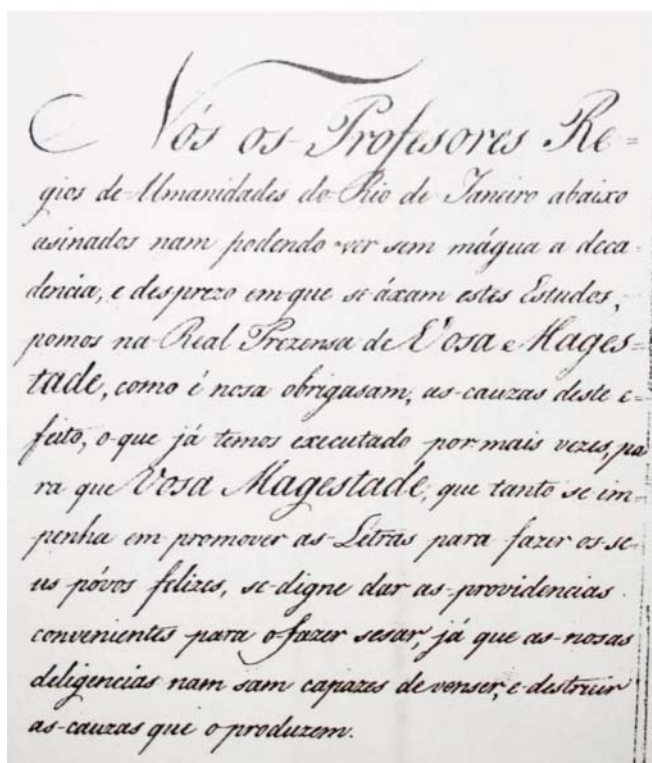
Advertindo porém que em matérias de ortografia se me apartar das regras, que alguns seguem, ninguém repute isto por erro por serem nesta matéria tantas opiniões quanto os Escritores. Com justa razão julguei que devia seguir a Ortografia, que vejo usada pela Corte, reservando para o tratado desta, que brevemente darei ao público o dizer o que sinto nesta matéria.

Se um gramático precisa advertir seu leitor que poderá haver estranhamento em relação a algumas práticas ortográficas assumidas em sua gramática causados por ele seguir a ortografia que julga ser usada na Corte e não outras *opiniões* (leia-se propostas de ortógrafos), imagine-se a variedade de práticas ortográficas à disposição dos redatores comuns. Por tudo isso, não é incomum haver confusão entre a escrita mais fonética de uma mão inábil (ou de redatores elementares) com os dados escritos mais fonéticos de redatores experientes e até profissionais por conta de a própria ortografia abonar dados mais fonéticos. É o caso do desconhecimento de normatizações setecentistas que incluem, conforme demonstra Gonçalves (1992), uma escrituração pendular: ora em grafação mais fonética, ora em grafação cheia de convencionalismos ortográficos. Talvez por isso chegue-se a supor “pouco rigor ortográfico” como algo generalizado no Brasil-colônia, conforme dito em:

Outra característica desses manuscritos é a variabilidade de algumas palavras. Um exemplo pontual: encontra-se o artigo “uma” grafado, entre outras maneiras, como “ua”, “huma”, “uma”, e isto, por vezes, na mesma fonte. Ponto este que revela o pouco rigor ortográfico, típico dos dois primeiros séculos de Colônia [...]. (SAMARA, 1999: 19)

Diante desse quadro, é importante chamar a atenção a vários aspectos dessa pluriortografia durante o século XVIII para distingui-los das características de inabilidade na escrita alfabética. Se olharmos para mãos habilíssimas e conhecedoras de normas padrão para a grafia no fim do século XVIII, como é o caso do manuscrito enviado do Rio de Janeiro para a rainha, Dona Maria, em Lisboa, escrito por professores régios que reclamam das razões para a falência das aulas públicas na cidade – guardado no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa/Portugal: AHU – Doc. Avulsa – Rio caixa nº 153/29 e editado em Barbosa (1999: 283-290) –, constatamos como eram diversas as propostas dos ortógrafos setecentistas.

FIGURA 5: Manuscrito oficial ortografia fonética – séc. XVIII.



De encaminhamento mais fonético, a prática ortográfica desses professores nesse documento concentra dados que aparecem ora nuns, ora noutros documentos coevos. Um usuário de *corpus* linguístico, incipiente no trato com edições conservadoras, pode confundir uma carta como esta, com esse padrão ortográfico, com a de alguém afastado do “padrão” da época. Basta encontrar uma carta assim com autores desconhecidos que dificilmente suporia ser possível ter professores escrevendo assim para a rainha. Veja-se que, por exemplo, não acolhe dígrafo latinizante <ss>, que passa a <s>, em <Profesores>, <vosa>, e é usado para todo som /s/, como em <venser> e <sesar> (=“cessar”). Não usam <h> inicial latinos (em <Umanidades>) e trocam o a representação da fricativa palatal <ch> por <x> sistematicamente. Com esses dados, um desavisado suporia, aqui, um texto de um inábil ou hábil elementar.

Somente o cruzamento entre práticas ortográficas de cada fase histórica e o mapeamento da prática de grafiação nos documentos dos *corpora* usados pode demonstrar que um texto com **marcas fonéticas** e/ou **grafismos** convencionados pode ser de um redator inábil ou hábil em gradiência de conhecimento que vão desde um grau mínimo elementar, até um grau máximo de erudição escrita. Tudo isso a depender da tipologia e concentração de uso das padronizações gráficas de seu tempo. Essa é tarefa da Linguística de Corpus. Ao usuário, vale o cuidado de não aplicar correlações diretas, sem a relativização nos setecentos.

Diferentemente do século XVIII, um inábil do século XIX teria na presença de escrita fonética uma proximidade apenas de um redator elementar, nunca de um mediano, culto ou erudito na normatização gráfica oitocentista, pois, se era possível encontrar escrita fonética em manuscritos e impressos até de homens de elevada erudição escrita no século XVIII, essa presença é exígua em cultos e eruditos no século XIX, em especial da 2ª metade. Nessa fase, a deflação de grafismos latinizantes e dígrafos junto à dificuldade de grafar <r> e <l> em sílabas

complexas é o que vai identificar uma mão inábil nos oitocentos. Em relação ao século XX, quando a ortografia brasileira vai deixando de lado os princípios latinizadores e assume o carácter homogeneizante de prever uma única forma de escrever cada palavra (com raras exceções, uma palavra, uma forma de ser escrita), o mapeamento da gradiência de habilidades e inabilidades de conhecimento das convenções do padrão gráfico se estabelece mais direta: partindo dos níveis elementares de habilidade e passando às mãos inábeis, aumenta a incidência das marcas grafo-fonéticas e aumenta a proporção de erros de um dado redator em relação ao grafismo preconizado no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e dicionários. Uma mão inábil seguiria essas gradiências de afastamento das referências oficiais da codificação do padrão escrito oficial e contaria com a presença e sistematicidade da inversão de <r> e <l> em sílabas complexas, ou seja, a marca atemporal em nível de escriptualidade (1). Uma mão inábil extrema acrescentaria a esse conluio a inabilidade em nível paleográfico, ao nível motor da escritura. Gradiências e cruzamento com a História Social da Escrita.

Conclusão

Após retomar o trabalho clássico de Marquilhas (2000) com as chamadas *mãos inábeis* em língua portuguesa, incluir alguns aspectos e reordenar todos sob uma perspectiva operacional para que usuários de *corpora* histórico-diacrônicos identifiquem e explorem as gradiências de marcas de inabilidade ali encontradas, esse artigo examinou dois casos documentais com traços de inabilidade para demonstrar e aprofundar questões sobre a complementariedade e intercessão de elementos de três dimensões de inabilidade consideradas na primeira parte do artigo. Um afrodescendente na Bahia oitocentista e um português setecentista são os informantes aos nossos pesquisadores de como se podem confundir aspectos de inabilidade com práticas ortográficas ou pluriortográficas

em sincronias passadas. Com suas ajudas, com seus testemunhos de seu tempo e de como a língua escrita estava incluída em suas atividades, poderemos levar leitores-usuários atuais desses informantes à melhor compreensão do que escreveram e também do grau de inabilidade (ou de pouca habilidade) na escrita alfabética que os dispuseram gradientes dentro de uma escala postulada de letramento. Um controle extralinguístico para distribuir e escalonar redatores-informantes do passado, e fazer usuários de *corpora* da pesquisa histórica refletirem.

Referências

BARBOSA, Afranio Gonçalves. **Para uma história do português colonial:** aspectos linguísticos em cartas do comércio. 1999. 484 fl. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

_____. **Fontes escritas e história da língua portuguesa no Brasil:** as cartas de comércio no século XVIII. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui BARBOSA, 2008. p. 181-211.

BLANCHE-BENVENISTE, Claire. **Les unités: langue écrite, langue orale.** In: PONTECORVO, Clotilde & BLANCHE-BENVENISTE, Claire (ed.). *Proceedings of the workshop on Orality versus Literacy: concepts, methods and data – Siena, Italy, 24-26 September 1992*. Estrasburgo: Science European Foundation, 1993, p.133-194.

BLUTEAU, D. Raphael. **Vocabulario Portuguez e Latino.** Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de JESU. E, 1712.

GONÇALVES, Maria Filomena. **Madureira Feijó, ortografista do século XVIII:** para uma história da ortografia portuguesa. Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Série Identidade Língua Portuguesa), 1992.

LOBATO, Antonio dos Reis. **Arte da grammatica da língua portuguesa**. 15ª impressão. Porto. Imprensa na rua de Stº Antonio, 1824 (1ª Ed. 1770), p. lxxvii (Introdução).

MORAES SILVA, António de. **Diccionario de Lingua Portuguesa**. Lisboa: Typografia Lacérdina., 1813.

MARQUILHAS, Rita. **Norma Gráfica Setecentista - do Autógrafo ao Impresso**. Lisboa: INIC (série Linguística, n. 14), 1991.

_____. **Leitura e Escrita em Portugal no Século XVII**. Tese de Doutoramento em Linguística Portuguesa, Lisboa: Universidade de Lisboa/ Faculdade de Letras, 420 fl. (*Mimeo*), 1996.

_____. A Faculdade das Letras: Leitura e escrita em Portugal no séc. XVII. Lisboa: IN-CM, (Filologia Portuguesa) 2000.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Paleografia e fontes do período colonial**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999, p. 19.

SANTIAGO, Huda da Silva. **Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de “mãos cândidas” do sertão baiano**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, 2012, V. 2.

_____. CD-ROM1. **Cartas em Sisal: Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu** (1906-2000): edição fac-similada, V.3. In. SANTIAGO, H. S. (Org.); CARNEIRO, Z. O. N. (Org.); OLIVEIRA, K. (Org.). Volume 3 de Cartas brasileiras (1809-2000): coletânea de fontes para o estudo do português.. 1. ed. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.

Recebido em 10/10/2016 e aceito em 06/12/2016.

XÍCARA: DO NÁUATLE AO PORTUGUÊS DO BRASIL

Aléxia Teles DUCHOWNY

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Ilda Carmélia LOPES

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

RESUMO

Este artigo tem por objetivo fazer um levantamento das informações disponíveis sobre a palavra xícara, com o intuito de conhecer sua origem e o caminho que o vocábulo percorreu até ser adotado, pelo português do Brasil, para designar o recipiente usado para servir, normalmente, bebidas quentes, como chá ou café. Para tanto, foram consultados dicionários de uso do português e do espanhol, além de dicionários etimológicos nas duas línguas e também em italiano, e textos sobre língua e cultura náuatle. Também foram consultados corpora do português e do espanhol disponíveis em rede e, como resultado, foi possível traçar o percurso e a difusão da palavra xícara. Porém muitas informações importantes ainda não foram encontradas, o que abre precedentes para novas pesquisas sobre o assunto. Apesar de não termos conseguido todos os dados almejados, concluímos que a busca pela origem e pelo étimo da palavra é, sem dúvida, um exercício que aumenta o conhecimento não só das línguas, como também de aspectos culturais de diferentes povos que interagiram entre si.

ABSTRACT

This article aims to make a brief survey of the available information about the word xícara (“cup”) in order to learn its origin and the way that the word has come to be adopted in Brazilian Portuguese to designate the container used to serve normally hot drinks, like tea or coffee. Therefore, we consulted Portuguese and Spanish dictionaries, in addition to etymological

ones in both languages and in Italian, and texts about Nahuatl culture and language. We also consulted Portuguese and Spanish corpora available on the Web. As a result, it was possible to learn more about the word xicara, but a lot of important information is still missing, opening precedent for further research on the subject. Although we have not achieved all the desired data, we conclude that the search for the origin and etymology of xicara is certainly an exercise that increases knowledge not only of language but also of cultural aspects of different people.

PALAVRAS-CHAVE

Castelbanismo. Castelhanização. Etimologia. Léxico do português do Brasil. Nahuatlismo. Palavra xicara.

KEYWORDS

Castillianism. Castillianization. Etymology. Brazilian Portuguese lexicon. Nahuatlism. Word xicara.

Introdução

Malkiel (1996: 155-163) aponta alguns fatores que levam à existência de tão poucos estudos etimológicos: predomínio de estudos sincrônicos, de um modo geral; a ausência de teoria bem embasada; a perda do prestígio desses estudos; o alto grau de subjetividade na área; a consciência da complexidade das inter-relações quando do aparecimento de um lexema; a necessidade de um olhar crítico a toda análise etimológica anterior; entre outros. Ademais, como deixa clara a leitura de Viaro (2013), as informações etimológicas das línguas em geral são importantes para os estudos diacrônicos, e mesmo os sincrônicos. Viaro (2014: 231), ainda, ressalta que a “pesquisa etimológica é particularmente útil na questão dos ‘falsos amigos’, nos quais se revelam mudanças semânticas importantes para o ensino de língua”. Ou seja, a etimologia pode ser de grande ajuda para esclarecer a existência dos diferentes significados

de palavras com grafia ou pronúncia semelhantes e proporcionar uma melhor compreensão do léxico. Sentimo-nos, assim, motivados a iniciar nosso estudo.

Os brasileiros utilizam o vocábulo *xícara* que, apesar de ser de origem diversa das palavras correspondentes em outras línguas latinas como o espanhol *taza* ou o francês *tasse*, e até mesmo da palavra usada pelos portugueses, *chávena*, assemelha-se muito a outro vocábulo, o espanhol *jícara*, um tipo de vasilha pequena, de louça, ou uma cabaça, feita com o fruto da árvore *Crescentia cujete* (DRAE). O que motivou este trabalho é o desejo de compreender essas semelhanças e diferenças entre o espanhol e o português e como o vocábulo *xícara* veio a ser adotado pelo português do Brasil. Com essa finalidade, decidimos trabalhar com os pares de falsos cognatos português *xícara* e espanhol *jícara*, tendo-se como arcabouço teórico-metodológico Viaro (2104) e Durkin (2009).

A fim de conhecer melhor o caminho percorrido pelo vocábulo *xícara* do náuatle até o português do Brasil, organizamos o nosso texto da seguinte maneira: após esta breve introdução, discorreremos sobre dois processos/fenômenos relacionados ao contato linguístico, os nahuatlismos, os americanismos e a castelhanização em geral. Em seguida, levantamos algumas questões relativas às palavras *xícara* e *jícara*, finalizando com uma sucinta conclusão.

1. Nauatlismos e castelhanização

Náuatle, também conhecido como asteca, foi uma das línguas usadas no Império Asteca e que ainda é falada no México, entre outros países, nos dias atuais. Estima-se que mais de um milhão de pessoas ainda falem náuatle, principalmente no México, e que haja 28 dialetos da língua (ETHNOLOGUE, 2016). A língua mexicana, como é chamada por seus nativos, é uma das primeiras tradições orais da Antiga América com registro escrito (PROEL, 2016). Embora muitos textos tenham

sido queimados por sacerdotes católicos que os consideravam profanos, ainda hoje há documentos náuatles em bibliotecas de todo o México e de outros países, principalmente europeus. Isso se deve ao fato de que eles eram levados para a Europa e oferecidos como presente a reis e nobres por sua beleza e exotismo durante a Idade Média. Muitos textos escritos em náuatle foram transcritos no sistema de escrita europeu trazido pelos espanhóis no século XVI. Entre eles há poesia, prosa, textos políticos e administrativos e discursos para ocasiões importantes, como casamentos e funerais, de acordo com Hernández (2013).

Para Zamora Vicente (1996), haveria mais de 123 famílias de línguas no território controlado pelos espanhóis, existindo, entretanto, poucos casos de substrato morfológico e sintático e maior presença no terreno do léxico, o que não nos surpreende, pois “O vocabulário de uma língua, consideravelmente estruturado de forma mais solta do que sua fonêmica e sua gramática é, sem dúvida alguma, o domínio mais propício para empréstimo” (WEINREICH, 1970: 56, tradução nossa). O náuatle era apenas uma dessas muitas línguas indígenas faladas na região da antiga Mesoamérica, mas foi a que mais deixou marcas linguísticas no espanhol do México. Segundo León-Portilla (1981: 219), isso se deve ao fato de que o náuatle foi usado como língua franca nos últimos séculos do México pré-hispânico e se manteve como tal por mais um século durante o período colonial, além de ter sido o idioma do grupo dominante na região. Conforme o antropólogo mexicano, palavras originárias de outras línguas ameríndias ficaram mais restringidas à região onde a língua correspondente era falada, enquanto o náuatle influenciou, com seus vocábulos, outras línguas da América, o espanhol do México e o da Espanha.

LAPESA (1981) afirma que a maior contribuição vinda das línguas ameríndias está no léxico, reforçando a asserção já citada de WEINREICH (1970), uma vez que os espanhóis encontraram na América uma grande quantidade de elementos da natureza diferentes daqueles da Espanha,

assim como os costumes indígenas. Os espanhóis adaptaram nomes náuatles, por exemplo, das coisas para as quais eles não tinham palavras correspondentes em seu idioma e levaram muitas delas para a Europa. Tais empréstimos são numerosos, em especial as que designam realidades mexicanas peculiares. Essas palavras se encontram principalmente dentro do reino vegetal para nomear frutas, flores e plantas, mas também no reino animal. Há ainda nomes indígenas para certos alimentos típicos e determinados objetos associados à cultura mexicana (LOPE BLANCH, 1969a). Nas palavras de Lapesa (1981: 537-539), “as relações históricas e linguísticas entre o espanhol e os idiomas aborígenes da América respondem às mais diversas modalidades que podem apresentar-se no contato entre as línguas ou, com terminologia mais velha, porém mais exata, nos conflitos de línguas e culturas” (Tradução nossa). Abordemos, então, o fenômeno do americanismo, intrínseco às manifestações e problemas de substrato, com influxo de uma língua eliminado sobre a língua eliminadora, como lembra o mesmo autor.

Americanismo é um termo controverso e alguns linguistas, inclusive, rejeitam o termo¹. Bravo-Garcia (2015: 61) afirma que são “certos elementos léxicos e semânticos que revertem em uma designação peculiar de América e, de forma especial, aquelas palavras que têm sua origem em uma das línguas autóctones do continente” (Tradução nossa). Já Morínigo (1985, Prólogo (Tradução nossa)) apresenta quatro definições, seguidas de exemplos, sendo claro para nós que o termo em estudo se enquadra na primeira definição:

- (i) Palavras indígenas incorporadas firmemente ao espanhol geral ou regional, tanto em sua forma etimológica adaptada como na fonologia e na morfologia (*tabaco, butaca, cigarro*);
- (ii) As palavras criadas na América ou derivadas de outras espanholas, para designar elementos americanos (*armadillo, churrasco, chapetón*);

¹ Não nos ateremos a esta polêmica no momento. Havendo interesse, sugere-se a consulta a Pottier-Navarro (1992).

- (iii) Palavras espanholas que têm na América acepções diferentes das palavras da Espanha (*león, laurel, lagarto*);
- (iv) Os arcaísmos, marinheirismos e regionalismos espanhóis desconhecidos hoje na língua espanhola peninsular geral ou regional (*garúa, durazno, carozo*);
- (v) Os latinismos, africanismos, etc que entraram para o léxico americano ou regional.

O nome dado a palavras ou locuções oriundas da língua indígena náuatle que foram, muitas vezes, adaptadas foneticamente ao espanhol é nauatlismo. O *Diccionario de la lengua española* (DRAE) define nauatlismo como: “1. m. Maneira de falar própria e privativa da língua náuatle; 2. m. Vocábulo ou elemento fonético do náuatle empregado em outra língua” (Tradução nossa). O termo é sinônimo de astequismo ou mexicanismo. Línguas europeias como o português e o espanhol sofreram forte influência das línguas indígenas das colônias americanas. Desde o século XV, época do início da colonização da América Latina, houve uma grande movimentação de desbravadores pelas terras do continente. Como citado anteriormente, com eles iam novos costumes, objetos e novas palavras, usadas pelos nativos para nomear sua realidade. A falta de correspondência para os novos vocábulos no espanhol provocou muitos empréstimos e, assim, a língua europeia sofreu um importante enriquecimento nesse período. A dificuldade de pronúncia das novas palavras por parte dos espanhóis levou a adaptações dos vocábulos ao castelhano, a castelhanização, que retomaremos na próxima seção, e assim foram sendo formados os nauatlismos.

Em seu estudo, Léon-Portillo (1981) cita diferentes tipos de nauatlismos que chegaram à Espanha. Divide essas palavras em grupos de acordo com a maneira como foram levadas e absorvidas, ou não, pela cultura espanhola. Um desses grupos é no qual se encontra o termo que, provavelmente, deu origem à palavra *xícara* do português é

o grupo de “Nauatlismos que acompanharam o princípio da degustação do chocolate” (LEON-PORTILLA, 1981: 224, tradução nossa). Certamente, não faltam trabalhos sobre os nauatlismos, mas León-Portilla (1981) alerta para o fato de muitos deles carecerem de rigor científico. Ele detalha sete tipos de nauhatlismos, que entraram para o castelhano (p. 224),

- 1) No início da Conquista e que caíram em desuso;
- 2) Cujo uso foi restrito geograficamente;
- 3) Nos séculos XVI ou XVII, sofrendo mudanças em seus significados e restrições em suas acepções;
- 4) Acompanhando a inicial degustação do chocolate na Espanha;
- 5) Até os séculos XVI ou XVIII e, bem enraizados, florescem até hoje no castelhano da península;
- 6) Apenas conhecidos por pessoas cultas ou especialistas de certas áreas;
- 7) Mais recentemente, no século XX.

Não há dúvida de que a palavra *jícara* é um nahuatlismo do tipo 4, conforme a proposta acima. O percurso da palavra se encontra documentado antes de 1535², por Fernández de Oviedo, e por outros autores do século XVI, como veremos a seguir.

² É claro para nós que, como bem alerta Viaro (2014) e Venâncio (2013), quando um autor consultado indica a primeira ocorrência de um vocábulo em dada língua, trata-se, na verdade, da primeira ocorrência atestada, presente em documentos escritos que chegaram até o tempo presente, havendo sempre a possibilidade de um recuo cronológico.

Encontram-se representados nos achados arqueológicos maias e do mundo mesoamericano, os mais variados tipos de vasilhas para se guardar a bebida espumosa feita de cacau que se tomava ao final da refeição (HERNÁNDEZ, 2013). Na Espanha, a palavra se restringiria a uma vasilha de louça, usada para se tomar chocolate, diferentemente da vasilha original indígena, feita de cabaça. Além do mais, Kiddie (1944 *apud* LEÓN-PORTILLA, 1981: 234) afirma que na província espanhola de Murcia a palavra significa uma das oito divisões da meia libra de chocolate, em Soria os isolantes de vidro encontrados no topo dos postes de telégrafo, indicando novas conotações em relação à original.

Anteriormente, o termo “castelhanização” foi usado por Lope Blanch (1969b) para definir a adaptação de palavras indígenas à língua espanhola. Alguns sons eram difíceis ou mesmo impronunciáveis para os espanhóis, como é o caso do som palatal surdo /tʎ/ que serve como sufixo em muitas palavras náuatles (*tomatl* > *tomate*, por exemplo). Por essa razão, algumas adaptações eram feitas nos vocábulos de origem indígena, tendo como base a fonética e a escrita do castelhano. Outro exemplo de adaptação feita pelo castelhano é a substituição do *x* pelo *j*, mudança que até hoje provoca dúvida na escrita do topônimo México e cuja provável explicação pode ser encontrada no *Diccionario panhispánico de dudas* (2005):

na Idade Média, a grafia *x* representava um som palatal fricativo surdo, cuja pronúncia era muito similar ao do *sh* inglês ou ao *ch* francês atuais. Assim, palavras como *dixo* (hoje *dijo*) ou *traxo* (hoje *trajo*) se pronunciavam [dísho] ou [trásho] (donde [sh] representa um som parecido ao que emitimos quando queremos impor silêncio). Este som arcaico se conserva no espanhol do México e de outras zonas da América em palavras de origem náuatle, como *xola* [shóla] ou *mixiote* [mishióte]

(o que não acontece com *xochimilco*, pois o *x* soa como /s/), e na pronúncia arcaizante de certos sobrenomes que conservam sua forma gráfica antiga, como *Ximénez* ou *Mexía*.

O som medieval descrito anteriormente evoluiu a partir do século XVI ATÉ SE CONVERTER NO SOM velar fricativo surdo /j/, que na escrita moderna é representado com as letras *j* o *g* (antes de *e*, *i*). No entanto, a grafia arcaica com *x* se conserva hoje em vários topônimos americanos, como *México*, *Oaxaca*, *Texas*, com seus respectivos derivados *mexicano*, *oaxaqueño*, *texano*, etc., e em variantes americanas de alguns nomes próprios de pessoa, como *Ximena*, ou sobrenomes como os citados anteriormente. Não se deve esquecer que a pronúncia correta destas palavras é com o som /j/ ([méjiko], [oajáka], [téjas], [jiména]), e não com o som /ks/ ([méksiko], [oaksáka], [téksas], [ksiména]). Também há resquícios deste *x* arcaico em alguns topônimos espanhóis que hoje se pronunciam correntemente com o som [k + s], como *Almorax*, *Borox*, *Guadix* y *Sax*. Seus respectivos gentílicos (*almorojano*, *borojeño*, *guadijeño* y *sajeño*) demonstram que, em sua origem, o *x* que contém se pronunciava /j/ (Tradução nossa).

O texto acima explica, com clareza, a transformação de *xicalli* > *jícara*, que retomaremos na próxima seção. Mais abaixo, também aplicaremos os conceitos de americanismo, nahuatlismo e castelhanização ao vocábulo português *xícara*, centro de nosso estudo.

2. Espanhol *jícara*

León-Portilla (1981: 224) atribui à apropriação do chocolate pelos espanhóis a chegada de determinados nautlismos à Espanha. Juntamente com o elemento chocolate, foram levados a palavra *chocolate* (*chocolatl*), já adaptada ao castelhano em solo mexicano, assim como outros objetos e seus respectivos nomes castelhanizados, que faziam parte do que ele denomina como a “cultura do chocolate”, como *el cacao*, *el metate* (pedra usada para moer o cacau), *el molinillo* (objeto usado para aerar o chocolate) e, finalmente, *la jícara*, recipiente feito, inicialmente, do fruto da cabaceira (“jícara”) e que era usado para a degustação da bebida. Este último vocábulo teria originado a palavra *xícara*, usada, correntemente, no português do Brasil.

Já castelhanizado, o termo *jícara* foi levado da América para a Espanha pelos espanhóis para denominar o recipiente no qual os astecas tomavam chocolate e é usado até hoje na língua espanhola. Para o *DRAE* (p. 1320), *jícara* vem do náuatle *xicalli*, copo feito da casca do fruto da cabaceira ou ‘güira’. O dicionário traz ainda duas acepções da palavra, a primeira é “vasilha pequena, geralmente de louça, usada para tomar chocolate” e a segunda é “vasilha pequena de madeira, geralmente, feita da casca do fruto da cabaceira e usada como a de louça de mesmo nome na Espanha” (tradução nossa). Menéndez Pidal (1994: 29), também assevera que *jícara* é um americanismo.

A cabaceira é uma árvore também conhecida como “jícara” ou “güira”, cujo fruto é uma espécie de cabaça e dele os mexicanos fazem, ainda hoje, a *jícara* usada, desde o período pré-hispânico, para tomar uma bebida feita à base de cacau que deu origem ao chocolate. A planta da *jícara* é conhecida no Brasil como árvore de cuia, cuité ou cabaceira e as primeiras *jícaras* feitas em louça pelos espanhóis não possuíam asa como o objeto que hoje se conhece no Brasil como *xícara*, tendo as *xícaras* com asa aparecidos somente no século XVIII.

Corominas (1954: 1054) também cita, como no *DRAE*, que a provável origem da palavra *jícara* é o náuatle *šikállī*. O lexicólogo explica que a palavra significa ‘vasilha de cabaça, vasilha de umbigo’, e que é um composto de *šiktlī* ‘umbigo’ e *kallī* ‘receptáculo’. Temos também acesso à datação das primeiras documentações do vocábulo que são do século XVI: “*xícalo*, Fz. de Oviedo, pouco depois de 1535; *xícara*, 1540, Fr. Marcos de Niza.”

Ademais, há, assim como no *DRAE* (2001: 1320), a referência de que a *jícara* era uma vasilha feita, primitivamente, do fruto do cabaceiro e que era usada para tomar o chocolate, para lavar as mãos e depositar alimentos. Do castellano a palavra passou para outros idiomas como o italiano *chicchera* [séc. XVII: Zaccaria] e o catalão *xicra*³. Em Corominas, encontramos também alguma informação sobre a mudança, isto é, a castelhanização, de *xikallī* para *jícara*. Segundo o lexicógrafo, “A mudança do acento se explica pela explosão gutural que afetava a primeira sílaba do vocábulo e que os espanhóis podem ter entendido como um acento; comp. *México* > *Méjico*, *šicamatl* > *jícama*, y *petla-kallī* > *petaca*.” (COROMINAS, 1954: 1054). Porém, não há nenhuma informação sobre a transformação do *x* em *j*, nem tampouco sobre a mudança da letra *ll* transformada em *-r* na sílaba final da palavra. Quanto à datação da palavra *jícara*, o *Corpus Diacrónico del Español* (CORDE) informa que na Espanha é o ano de 1665 e no México, 1576.

O *Nuevo tesoro lexicográfico de la lengua española* (NTLLE) apresenta apenas seis ocorrências de *xícara*, a primeira datada de 1705 e a última de 1803. A primeira ocorrência é do *Diccionario nuevo de las lenguas española e francesa*, de Francisco Sobrino, sendo definida como “taça de talavera³ para tomar chocolate” (p. 374, v. 1). As demais ocorrências, até se chegar à última, são todas do próprio *DRAE*, que definem a palavra assim: “vaso de loza en forma de um cubilete pequeño, en que se toma el chocolate”. Entretanto, a edição de 1739 é a única que informa que “Es

³ Prato ou peça de cerâmica de Talavera de la Reina (Espanha), famosos na Europa desde meados do séc. XVI (HOUAISS, 2009).

voz Americana, que vale coco, ò vaso, de que se hace dél.” A partir da edição de 1780, a informação deixa de existir.

Ao consultarmos o *NTLLE*, encontramos 32 verbetes encabeçados por *jícara*. Abaixo, indicamos em que obra o termo se encontra, a datação da obra, a definição dada e eventualmente a etimologia do lema:

QUADRO 1: O lema *jícara* no *NTLLE*

Data	Obra; Autor	Definição	Etimologia	Verbetes afins
1787	<i>Diccionario castellano</i> [...]; Terreros y Pando	“vaso, que comunmente sirve para tomar chocolate; Fr. <i>tasse á prendre du chocolat</i> ; Lat. <i>Scyphus ad cocolátum</i> . It. <i>Tazza</i> ”	Ø	Ø
1817, 1822, 1832, 1837	<i>DRAE</i>	“vaso de losa em forma de um cubilete pequeno, em que se toma el chocolate. <i>Scyphus fictilis chocolatae potioni sumendae aptus</i> ”	Ø	<i>jicarica</i>
1843	<i>DRAE</i>	“vasija pequeña de loza, que sirve para vários usos, y principalmente para tomar chocolate. <i>Scyphus fictilis chocolatae potioni sumendae aptus</i> ”	Ø	<i>jicarica, jicarón</i>
1846	<i>Nuevo diccionario de la lengua castellana</i> ; Salvá	<i>Idem</i> anterior + “p. Méj. Escudilla hecha del fondo del guaje, pintada y barnizada según el gusto chinesco.”	Ø	<i>Idem</i> anterior
1852	<i>DRAE</i>	<i>Idem</i> anterior	Ø	<i>Idem</i> anterior

1895	<i>Diccionario enciclopédico de la lengua castellana;</i> Zero	<i>Idem</i> anterior + “Cub. Vasija pequeña de calabaza.”	“Del ár. [...], <i>cicaya</i> copa.”	<i>jicarazo, jicarita, jicarón</i>
1901	<i>Nuevo diccionario enciclopédico ilustrado de la lengua castellana;</i> Toro y Gómez	<i>Idem</i> anterior	Ø	<i>jicarazo, jicarón</i>
1914	<i>Gran diccionario de la lengua española;</i> Pagès	<i>Idem</i> DRAE (1849)	“Del mejic. <i>xicalli</i> , güira”	Ø
1917	<i>Diccionario de la Lengua Española;</i> Alemany y Bolufer	“Pequeña vasija de loza, en que generalmente se toma el chocolate; <i>Méj.</i> Escudilla pintada según el gusto chinesco; <i>Hond.</i> y <i>Guatem.</i> , calabaza, 2ª acep.; <i>Amér.</i> Pequeña vasija de calabaza.”	“Del mejic. <i>xicalli</i> , vaso hecho del fruto de la güira”	<i>jicarazo, jicarón</i>

1918	<i>Diccionario general y técnico hispano-americano;</i> Rodríguez Navas y Carrasco	“Tacita; Vaso de loza en forma de cubilete pequeño, en que se toma el chocolate; <i>Amer.</i> En Cuba, vasija pequeña, hecha de una calabaza; En Méjico, pintada y barnizada según el gusto chinesco, Los mejicanos llaman xica’lli a una especie de pequeño vaso; los árabes usaban las dos voces, puchero y [...], copa.”	Ø	<i>jicarazo,</i> <i>jicarilla,</i> <i>jicarón</i>
1925	<i>DRAE</i>	“ <i>Amér.</i> Vasija pequeña de madera, ordinariamente hecha de la corteza del fruto de la güira, y usada como la de loza del mismo nombre en España; Vasija pequeña, generalmente de loza, que suele emplearse para tomar chocolate.”	“Del mejic. <i>xicalli</i> , vaso hecho de la corteza del fruto de la güira”	jicarazo, jícara, jicarón
1927	<i>Diccionario manual e ilustrado de la lengua española;</i> RAE	“Vasija pequeña que suele emplearse para tomar chocolate; <i>Amér.</i> Vasija pequeña hecha de la corteza del fruto de la güira; <i>Guat.</i> Fruto del jícara; <i>Méj.</i> Arquilla en que se llevan frutas, panecillos, etc.”	Ø	<i>Idem</i> anterior
1936, 1939, 1947	<i>DRAE</i>	<i>Idem DRAE</i> (1925)	<i>Idem DRAE</i> (1925)	<i>jicarazo,</i> <i>jícara,</i> <i>jicaró[n]</i>

1950	<i>Diccionario manual e ilustrado de la lengua española;</i> RAE	“Vasija pequeña que suele emplearse para tomar chocolate; <i>Amér. Central y Méj.</i> Vasija pequeña, hecha de la corteza del fruto de la güira; <i>Guat.</i> Fruto del jícara; <i>Méj.</i> Arquilla en que se llevan frutas, panecillos, etc.”	Ø	jicarazo, jícara, jicarón
1956	DRAE	<i>Idem</i> DRAE (1925)	<i>Idem</i> DRAE (1925)	<i>Idem</i> anterior
1970	DRAE	<i>Idem</i> anterior	<i>Idem</i> anterior	<i>Idem</i> anterior
1984	DRAE	<i>Idem</i> anterior	<i>Idem</i> anterior	<i>Idem</i> anterior
1984	<i>Diccionario manual e ilustrado de la lengua española;</i> RAE	<i>Idem</i> DRAE (1925) + <i>And.</i> y <i>Extr.</i> Onza de chocolate; <i>Amér.</i> Fruto del jícara; <i>Méj.</i> Arquilla en que se llevan fruta, panecillos, etcétera.	Ø	jicarada, jicarazo, jicarazo, jicarón
1989	<i>Diccionario manual e ilustrado de la lengua española;</i> RAE	<i>Idem</i> anterior	Ø	<i>Idem</i> anterior
1992	DRAE	<i>Idem</i> DRAE (1925) + <i>Amér. Central y Méj.</i> Fruto del jícara.	“Del nahua <i>xicalli</i> , vaso hecho de la corteza del fruto de la güira.”	jicarazo, jicarón, jícara

Como se pôde perceber, não há grandes diferenças entre os dicionários cotejados, nem quanto à definição de *jícara* e nem quanto a sua etimologia. Com exceção do dicionário de Zerolo, o único que afirma que *jícara* adviria do árabe *cicaya*, “taça”. Encontramos outro autor que também afirma que o termo seria de origem árabe, EGUILAZ Y YANGUAS (1886, 432): “De [...] xáccara, “olla, jarra, puchero, marmita llena de vianda”. Mas Corominas (1954, v. 2) alerta: “o argumento decisivo contra o árabe está na abundante documentação americana do s. VXi e a especial fixação da palavra no México e na América Central” (Tradução nossa). Assim, a hipótese de origem árabe do termo fica enfraquecida em relação à origem nahuatl.

3. Português *xícara*

Logo no início de seu esclarecedor artigo, Venâncio (2013) afirma que o contato dos portugueses com a língua vizinha era tão generalizado que se pode pensar que “o aproveitamento de recursos lexicais castelhanos pelo português pôde tornar-se um fenómeno estrutural” (p. 146), ainda alertando para a quase ausência de estudos sobre a história do léxico português e a precariedade das datações lexicais. Apesar de todos esses desafios ainda a encarar, não há dúvida de que há uma sistemática anterioridade das formas castelhanas. Então, *xícara* teria chegado ao português, como tantos outros empréstimos, pela via do espanhol. Esse autor define castelhanismo da seguinte maneira:

Um vocábulo português é um castelhanismo a) quando a forma em causa é de reconhecida fabricação castelhana, **mesmo se derivada de outro idioma** (grifo nosso); b) quando ela está em clara circulação castelhana antes da primeira atestação portuguesa, c) quando as primeiras atestações portuguesas surgem em “ambiente” castelhanizante (autor bilíngue, tradução do castelhano,

texto com significativas marcas do castelhano), e adicionalmente d) quando a distribuição posterior da forma castelhana manifesta uma nitidamente superior concentração de ocorrências (VENÂNCIO, 2013: 151).

A detalhada definição acima será aplicada no nosso objeto de estudo: *xícara* será entendido por nós como um castelhanismo.

Venâncio (2013: 173) cita alguns fatores que favoreceram os empréstimos do castelhano para o português: “o longo e íntimo contacto dos portugueses com a escrita de Castela, o bilinguismo da corte portuguesa, a duradoura presença em Portugal de agentes culturais castelhanos (no ensino, na espiritualidade, na música vocal, nos divertimentos), o elevado número de estudantes portugueses em universidades do reino vizinho, enfim, o secular fascínio pela sociabilidade descomplexada e mundana de Castela”.

Hoje em dia, usa-se predominantemente em todo o Brasil o vocábulo *xícara* quando queremos nos referir ao recipiente usado para servir bebidas quentes, como café ou chá, que apresenta uma asa para se segurar. Outros termos são usados para se referir a objetos semelhantes, como a palavra *caneca* ou *caneco*, que costuma ser maior do que a *xícara*. Conforme Houaiss (2009), datado de 1706, português *xícara* < espanhol *jícara* “*xícara*” < náuatle *xicalli* “espécie de vasilha”, opinião que não difere de Cunha (1986). O VPM não o encontrou em seu *corpus*. BUENO (1974, p. 4312) acrescenta a seguinte informação:

No Brasil, *xícara* é o termo vulgar e indica sempre taça pequena, ao passo que *chávena* é literário e tem o significado de taça grande para chá, café com leite. Em Portugal é justamente ao contrário, *chávena* é vulgar e pequena, *xícara* é literário e grande.⁴

⁴ Ouvimos na cidade de Araxá, no interior de Minas Gerais, estado brasileiro, o uso da palavra *chávena*.

O autor cita ainda que se pode considerar que o termo é um arcaísmo no português do Brasil⁵. Já Houaiss (2009: 2896) traz duas acepções para a palavra. A primeira é “pequeno recipiente usado especialmente para bebidas quentes, com asa para facilitar a manipulação” e a segunda mostra que, *xícara* significa também “a quantidade de bebida que comporta”. Estas duas acepções são encontradas também em Ferreira (1986: 1798). Houaiss (2009: 2896) apresenta ainda duas grafias para a palavra, em diferentes períodos: 1706 *chicara*, 1858 *xícara*. Os dicionários apresentam apenas duas derivações para a palavra *xícara*, o diminutivo *xicrinha* e a palavra *xicarada*. Houaiss (2009: 2896) informa que *xicarada* designa o conteúdo da xícara, assim como o próprio vocábulo *xícara* que, como citado acima, também significa, por metonímia, a medida que cabe nesse recipiente. A palavra não está documentada em Bluteau (1712-1728), Pinto (1832) e tampouco em Silva (1813). Também não foi encontrada em Machado (2015), o que era de se esperar, pois seu *corpus* data de 1488 a 1499, período anterior à presença de *jícara* no espanhol.

Assim como no espanhol, poucos autores afirmam a origem asiática do termo. Coelho (s/d) é um deles: “Xícara: Taça, vaso para tomar chá, café, chocolate, etc (**T. asiático**)” (grifo nosso). Já Silva (1951, v. 11: 865) afirma que xícara vem do italiano *chicchera*. A proposta não é impossível, mas o contato com o espanhol era muito mais intenso do que com o italiano, o que nos leva a descartar a hipótese de um empréstimo do italiano. O *Dizionario etimológico online* (PIANIGIANI, 1907) assevera que italiano *chicchera* < espanhol *jícara*, sendo palavra mexicana, apesar de outros afirmarem ser palavra árabe. Tommaseo (1879) apenas cita o termo em espanhol e em “mexicano”, sem indicar o étimo ou a origem da palavra. Palazzi (1946), Migliorini (1953: 104), Prati (1951: 267) e Battisti; Alessio, 1968: 897) garantem que *chicchera* < espanhol *xícara*. O

⁵ No texto introdutório de seu dicionário, o autor critica negativamente a maioria dos dicionários etimológicos da língua portuguesa: Eduardo Faria é “fantasista”; Raphael Bluteau apresenta “muitos desacertos”; Caldas Aulete, “se acerta é por acaso”; Francisco Coelho indica “etimologias inaceitáveis”; Augusto Magne apenas “repete o que os outros disseram”.

segundo autor listado ainda afirma que a origem é do espanhol do século XVI, e o último autor data o termo em espanhol como do século XVII.

Outra questão nos estimula: por que o uso de *xícara* no português do Brasil e o de *chávena* em Portugal? Houaiss (2009) data *chávena* de 1649 e afirma que adviria do malaio *čavan*, chinês *č'a-kevan*. O termo inexistente no VPM e Cunha (1986) indica que se trata de um sinônimo de xícara e que encontrou a forma *xavena* em 1704.

Ao procurarmos os termos *xícara/xicara/chícara/chicara* no *Corpus do português* (DAVIES; FERREIRA, 2016), encontramos um total de 314 ocorrências iniciadas por *x* e apenas quatro por *ch*. Apenas uma delas é datada do século XVIII e as demais são do século XIX: “As mortificaçoens com que a Madre Elena estragou o estomago, lho reduziras a tanta debillidade, que todas as menhaãs lhe era preciso huma **chicara** de chocolate” (*Rellação da Vida e Morte da Serva* - Maria do Ceu - 1721).

Torna-se relevante comentar sobre palavra sinônima a *xícara*, a *chávena*. Cunha (1986) afirma que *chávena* e *xícara* são sinônimos, havendo como primeira atestação a forma *xavena*, em 1704. *Chávena* < malaio *chavan* < chinês *cha-kevan* seria o percurso do termo, também para Machado (1987) e Nascentes (1955). Machado (1987) afirma ter encontrado atestação no século XVII, na *História trágico-marítima*. A busca por *chávena/chavena* no *Corpus do português* (DAVIES; FERREIRA, 2016) nos leva a apenas 78 ocorrências, todas do século XIX (*xávena/xavena* não foram encontradas). Silva (1951) e Bueno (1974) asseveram que se trata de um sinônimo de xícara e o segundo argumenta que “pelos documentos antigos o Brasil é que está certo: Lucena escreve que chávena era o mesmo que escudela⁶ de barro” (p. 694, v. 2). Não encontramos, entretanto, nenhum autor que explique a preferência do uso de *xícara* no Brasil e de *chávena* em Portugal. Mostra-se, aqui, a necessidade de se entender, também o percurso de *chávena*, o que deve ficar para estudos posteriores.

⁶ “Vasilha de madeira pouco funda, geralmente arredondada, própria para comida” (HOUAISS, 2009).

Considerações finais

Como alerta Messner (2006), é comum, na linguística, nunca se chegar a um resultado definitivo, assim como refazer análises já feitas por antecessores. Contudo, o objetivo inicial deste estudo foi alcançado - fazer um levantamento das informações existentes sobre o percurso da palavra *xícara*, do náuatle até o português do Brasil. Muitas perguntas ainda ficam sem respostas precisas: em que momento a palavra começou a ser usada no português com o sentido que se tem hoje, como chegou ao Brasil e em que data, ou ainda em que momento foi dada a preferência pela palavra *chávena* em detrimento de *xícara*, em Portugal, ou se os dois vocábulos teriam sempre coexistido. Assim, estas questões deixam um espaço aberto para novas pesquisas que precisam ser feitas sobre o assunto.

É possível, porém, afirmar que a palavra se origina da língua náuatle e a semelhança entre o espanhol *jícara* e o português *xícara* não é mera coincidência. Refutou-se as hipóteses de que *xícara* se originaria do árabe ou do italiano. Foi possível também entender um pouco mais sobre como muitas palavras eram levadas para a Europa e emprestadas para outras línguas, assim como conhecer aspectos históricos e culturais de povos que interagiram entre si.

É preciso aceitar que fazer um levantamento sobre a etimologia de uma palavra e o caminho feito por ela pode não levar exatamente ao que se espera. No entanto, é inevitável reconhecer que o próprio exercício de busca da palavra promove um enriquecimento linguístico e cultural muito grande. Ao buscar informações sobre a palavra, tem-se uma visão mais abrangente de seu significado, não enquanto designação ou sinônimo de algo, mas de tudo o que um vocábulo pode portar e guardar sobre as características de um povo, ou de povos, seus costumes, tradições e história, o que vem a ressaltar mais uma vez o caráter sócio-histórico e cultural dos estudos etimológicos. Dessa maneira, os estudos etimológicos, não somente beneficiam o estudo de uma língua, mas

também, e principalmente, modifica e amplia a visão da importância das palavras na construção da nossa realidade.

Referências

BATTISTI, Carlo; ALESSIO, G. **Dizionario etimológico italiano**. Firenze: Barbèra, 1968.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 8 v. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 6 set. 2016.

BRAVO-GARCIA, Eva. El diccionario de americanismos; una aproximación formal al léxico del español em América. **RiCOGNIZIONI. Rivista di lingue, letterature e culture moderne**, n. 3, v. 2, 2015, p. 59-67.

BUENO, Francisco da Silveira. **Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa**. Santos: Brasília, 1974.

COELHO, Francisco Adolpho. **Manual etimológico de língua portuguesa**. Lisboa: P. Plantier, s/d.

COROMINAS, Joan. **Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana**. v. 2. Madrid: Gredos, 1954.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. **Vocabulário português medieval**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2006.

DAVIES, Mark; FERREIRA, Michael. **Corpus do português**. Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org/>>. Acesso em: 5 set. 2016.

_____. **Corpus del español**. Disponível em: < <http://www.corpusdelespanol.org/hist-gen/>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

Diccionario panhispánico de dudas. Real Academia Española, 2005. Disponível em: <<http://lema.rae.es/dpd/srv/search?id=genTPtyahD6kw8AJ2P>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

DURKIN, Philip. **The Oxford guide to Etymology**. Oxford: OUP, 2009.

ETHNOLOGUE LANGUAGES OF THE WORLD. Disponível em: <<https://www.ethnologue.com/subgroups/nahuatl>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

EGUILAZ Y YANGUAS, P. Leopoldo de. **Glosario etimológico de las palabras españolas de origen oriental**. Granada: La Lealtad, 1886.

FARIA, Eduardo. **Novo dicionário da língua portuguesa**. S. I.: S. D., 18???. 4 v.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HERNÁNDEZ TRIVIÑO, Ascensión. *Chocolate: historia de um nahuatlismo*. **Estudios de cultura nahuatl**, n. 46, jul.-dez. 2013, p. 37-87. Disponível em: < <http://www.historicas.unam.mx/publicaciones/revistas/nahuatl/pdf/ecn46/945.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2016.

KIDDLE, Lawrence. The Spanish word *jícara*, a word history. **Philological and Documentary Studies**, v. 1, n. 4, 1944 *apud* León-Portilla (1981).

LAPESA, Rafael. **Historia de la lengua española**. Madrid: Gredos, 1981.

LEÓN-PORTILLA, Miguel. Otro testimonio de aculturación hispanoindígena: los nahuatlismos en el castellano de España. **Revista española de antropología americana**, Madrid, v. 11, 1981, p. 219-243. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/REAA/article/viewFile/REAA8181110219A/25210>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

LOPE BLANCH, Juan. **El léxico indígena en el español de México**. México, D. F.: Colegio de México, 1969a.

_____. **La filología hispánica en México**. Universidad Nacional Autónoma de México, México, D. F.: Dirección general de publicaciones, 1969b.

MACHADO, José Barbosa. **Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa**. 4 v. Braga: Vercial, 2015.

_____. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Lisboa: Horizonte, 1987.

MALKIEL, Yakov. **Etimología**. Madrid: Cátedra, 1996.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. **Manual de gramática histórica española**. Madrid: Espasa Calpe, 1994.

MESSNER, Dieter. Sobre estudios históricos del léxico español. **Alfa**, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 69-83, 2006.

MIGLIORINI, Bruno; DARO, Aldo. **Prontuario etimologico della lingua italiana**. Torino: G. B. Paravia, 1953.

MORÍNIGO, Marcos Augusto. **Diccionario de americanismos**. Barcelona: Muchnik, 1985 *apud* BRAVO-GARCIA (2015).

NTLLE. **Nuevo tesoro lexicográfico de la lengua española**. Disponível em: <<http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1955.

PALAZZI, Fernando. **Novissimo dizionario dela lengua italiana**. Milano: Ceschina, 1946.

PIANIGIANI, Ottorino. **Vocabolario etimologico della lingua italiana [1907]**. Disponível em: < <http://www.etimo.it/?pag=hom>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz**. Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/diccionario/edicao/3>>. Acesso em: 6 set. 2016.

POTTIER-NAVARRO, Huguette. El concepto de americanismo léxico. **Revista de filología española**, v. 72, n. 3/4, 1992, p. 297-312. Disponível em: <<http://xn--revistadefilologiaespaola-uoc.revistas.csic.es/index.php/rfe/article/viewArticle/562>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

PROEL. Promotoría española de lingüística. Disponível em: <<http://www.proel.org/index.php?pagina=mundo/amerindia/uto/nahuatl>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la lengua española**. Madrid: Espasa Calpe, 2001.

_____. Banco de datos (CORDE). **Corpus diacrónico del español**. Disponível em: <<http://www.rae.es>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

_____. **Diccionario de la Real Academia Española (DRAE)**. Disponível em: <<http://www.rae.es>>. Acesso em: 21 jun. 2016. SILVA, António de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza** - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>>. Acesso em: 6 set. 2016.

_____. **Grande dicionário da língua portuguesa**. Lisboa: Confluência, 1951.

TOMMASEO, Niccolò. **Dizionario Della Lingua Italiana. 1879**. Disponível em: < <http://www.dizionario.org/d/index.php?pageurl=chicchera&searchfor=chicchera%20&searching=true>>. Acesso em: 6 set. 2016.

VENÂNCIO, Fernando. *Airoso e castiço*. Sobre o adjectivo castelhano em português. **Estudos linguística galega**, n. 5, 2013, p. 145-188. Disponível em: < <http://www.usc.es/revistas/index.php/elg/article/view/1351>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

VIARO, Mario Eduardo. Uma breve história da Etimologia. **Filologia e linguística portuguesa**, São Paulo, v. 15, n. spe., p. 27-67, dez. 2013. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/flp/article/view/82818>>. Acesso em: 5 set. 2016.

_____. **Etimologia**. São Paulo: Contexto, 2014.

ZAMORA VICENTE, Alonso. **Dialectología española**. Madrid: Gredos, 1996.

WEINREICH, Uriel. **Languages in contact**. The Hague: Mouton, 1970.

Recebido em 10/10/2016 e aceito em 06/12/2016.

EDIÇÕES DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS: A QUEM INTERESSAM? A QUEM SE DESTINAM?

Alicia Duhá LOSE

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

RESUMO

Trabalhar com documentos históricos é um privilégio para poucos. Documentos que permanecem fora do alcance dos olhos e das mãos da maioria das pessoas por décadas ou séculos são objeto de curiosidade e podem preencher lacunas da história e mudar a forma como vemos determinados fatos. Este artigo apresenta algumas ponderações sobre o trabalho de edição de documentos históricos, em especial sobre os aspectos metodológicos que impactam na abrangência do acesso ao conteúdo desses documentos.

ABSTRACT

Working with historic documents is a privilege of a few. Documents which remain hidden or out of reach for most of the people for decades or centuries are objects of curiosity and can fill in historical blanks and change the way certain facts are conceived. This article presents some considerations regarding the field of historic documents edition, especially methodological aspects which impact the broad access to the documents.

PALAVRAS-CHAVE

Edição. Critérios. Documentos históricos.

KEYWORDS

*Edition. Criteria, Historic documents.*exto do resumo

Introdução

O Brasil é um país “jovem” em comparação com diversos outros países do mundo. Levamos a pecha de não sabermos cuidar do nosso patrimônio, de sermos um país sem memória. Sabemos – ou imaginamos – que os investimentos do poder público em cultura, pesquisa, memória e educação são escassos e mal aplicados. No entanto, para a sorte da história, nem sempre essas máximas são verdadeiras.

Escondidos em alguns recantos há pesquisadores que, contando ou não com apoio (público, institucional, privado...), se dedicam a localizar essa “memória”, acessá-la, resgatá-la, preservá-la, compreendê-la e divulgá-la.

Difícil, no entanto, é saber qual das partes do trabalho citado acima – acesso, resgate, preservação, compreensão, divulgação – é a mais importante, difícil e melindrosa, sem incorrer em leviandade.

Segundo os intelectuais do século XVII, “a escrita é a base fundamental de todas as ciências. Ou, como diz o poeta, permite fazer do passado presente, falar o mudo, sentir o ausente, criar permanências que não são perdidas pelo tempo. Assim, tornou-se a base da imortalidade e da continuidade ao registrar e rememorar as experiências individuais e coletivas. A escrita esclarece ideias, reaviva lembranças; registra uma presença, uma ausência, uma norma, uma memória; manifesta agrado ou desagrado e dá voz aos incapazes ou distantes. Com essas características, permite traçar uma linha temporal que vai do passado ao futuro.” (ALMADA, 2012:31)

Restringindo, assim, nosso olhar à memória dos quatro primeiros séculos de “formação cultural brasileira” (séc. XVI-XIX) encontrada e registrada em papel, diríamos que as dificuldades para chegar a essa “memória escrita” iniciam-se pelo acesso ao material.

A memória em papel, geralmente, se encontra em locais de acesso restrito como instituições religiosas (prioritariamente nos dois primeiros séculos), instituições da administração pública ou militares. Esses lugares,

na maioria dos casos não são instituições de natureza arquivística, não têm organização formal de fácil decodificação (com inventários e catálogos minimamente organizados), nem pessoal especializado para atendimento ao público interessado na documentação. Muitos deles nem costumam atender a “público”, como é o caso das instituições religiosas regulares (conventos e mosteiros).

Desta forma, saber o que há nesses acervos, depende de acesso e o acesso depende de saber a quem procurar e como procurar. Compreender o fato de não obter acesso – que muitas vezes gera conjecturas da existência de “mistérios e segredos” – na grande maioria dos casos não é difícil se respondermos a algumas perguntas: não havendo conhecimento do que há (falta de organização, inventários e catálogos) como saber se existe ou não o que o pesquisador solicitante procura? Como saber onde se localiza o item procurado? Quem retirar de alguma tarefa cotidiana institucional para poder ficar à disposição do pesquisador enquanto ele pesquisa? Por todas essas questões, será necessário conquistar a confiança dos arcontes institucionais (na concepção de Derrida) para, junto com eles ou sozinho, trilhar os caminhos documentais na busca do que interessa.

Assim, transposta essa primeira barreira, chegamos à barreira seguinte: como localizar nos acervos acessados os documentos/materiais/conteúdos procurados? O tempo despendido nesta etapa pode ser grande e os resultados frustrantes, ou pelo despreparo do pesquisador que não conhece a tipologia documental de cada instituição (e espera encontrar, por exemplo, registros de batismos e enterramento em instituições religiosas regulares, quando deveria procurar nas seculares; busca encontrar documentação de irmandades religiosas em conventos e mosteiros, quando deveria procurar normalmente em igrejas e dioceses) ou porque os documentos procurados (e por vezes encontrados) não possuem as informações desejadas.

Digamos, no entanto, que feita a busca, encontre-se o material e o conteúdo desejado. Mais uma dificuldade que provavelmente irá se apresentar é o estado de fragilidade dos suportes materiais sobre os quais os almejados textos se encontram. E, neste caso, a inabilidade no manuseio por parte do pesquisador pode colocar a perder o próprio material e levar a perda da memória e da informação que se está buscando resgatar e preservar.

Depois de superada esta outra questão, com conhecimentos de conservação e restauro tão imprescindíveis ao pesquisador de acervos históricos, o texto pode finalmente ser acessado por aqueles que tenham conhecimento na leitura de manuscritos. No entanto, se não pensarmos em uma leitura apenas para uso particular; se pensarmos em uma leitura para oferecer esse texto a muitos outros olhares, nessa hora, mais uma dificuldade se apresenta: como oferecer esse texto à leitura para futuras análises? E é sobre esta última questão que trataremos no presente artigo.

1. Edições e níveis de mediação

Grosso modo, os tipos de edições se diferenciam uns dos outros pelo nível de intervenção do editor. E essa mediação impacta diretamente no público-alvo a que a edição se destina e na sua receptividade. A qualidade do resultado final do trabalho apresentado, por sua vez, está relacionada à competência do editor e sua formação.

Desta forma, pode-se dizer que edições com nível baixo de mediação são as que apresentam o texto do documento através da sua imagem – edições facsimilares e anastáticas. Neste caso, ao editor, normalmente, se destina a tarefa de organização da edição e a elaboração de paratextos, comentários complementários e análises.

Ainda considerada como tendo baixo nível de mediação está a edição paleográfica, que seria a transcrição como “cópia fiel” do texto do original, reproduzindo, inclusive, se possível, caracteres caligráficos

em tipos informacionais (fontes especiais) como $\int$, $\mathcal{E}$, & constantes no original.

Estes três tipos de edição dão acesso ao conteúdo de modo restrito àqueles versados nas artes paleográficas ou àqueles minimamente familiarizados com as técnicas de leitura de documentos manuscritos antigos.

Pulando de um extremo a outro, temos, com um alto grau de mediação as edições modernizadas e as edições depuradas, adaptadas (chamadas, há muito, de edições *ad usum delphini*)

Nestas, o editor pode intervir procedendo desde a atualização ortográfica, até a supressão de partes inteiras da obra original, passando por adaptações nos níveis sintáticos, lexicais e de conteúdo. Estas edições, evidentemente, não se prestam a documentos cartoriais, notariais, jurídicos, eclesiásticos. Não se prestam a **documentos**. Ficam, de modo geral, no âmbito dos textos literários. E, portanto, não costumam ser usados como subsídio para outras pesquisas.

Como um meio termo, apresentando grau mais moderado de mediação, estão as edições conhecidas como diplomáticas e semidiplomáticas. Na primeira, o texto é apresentado com caracteres tipográficos/informatizados atualizados, mas mantém as abreviaturas conforme se encontram no original. Na segunda, ao editor cabe o desenvolvimento das abreviaturas constantes no original, marcando, no entanto, sua intervenção através de algum destaque gráfico (itálico, parênteses, negrito ou sublinhado).

“Desenvolver abreviatura significa acrescentar às palavras o que foi retirado durante o processo de abreviar, ou seja, restituir a forma completa da palavra, acrescentando as letras que foram excluídas no processo de redução, sem distorção da mensagem original. Pode-se dizer que durante esse processo são necessárias duas atitudes do estudioso: um mergulho no tempo e escavações dentro e fora do texto de maneira que possam conduzir a reestruturação original da forma abreviada.

Mergulhar no tempo é inserir-se no contexto sócio-histórico-cultural da época, reconhecendo principalmente as particularidades da sua escrita. Escavar dentro e fora do texto é procurar dentro e fora do texto pistas que possam guiar o processo de reconstrução da palavra abreviada. Desenvolver abreviaturas, portanto, é um processo de recomposição, processo árduo, que exige estudo, cuidado e atenção” (TELLES, 2000, p. 33). Tal assertiva poder ser confirmada de Fagundes Duarte ([1997-] verbete), para quem edição é um: “Conjunto de operações filológicas necessárias para escolher, fixar e anotar um texto, inédito ou édito, preparando-o para publicação num determinado circuito de leitura – isto é, para oferecer a um tipo caracterizado de leitor.”

Embora a característica mais marcante da edição semidiplomática seja o desenvolvimento das abreviaturas presentes no original, entende-se, também, que uma edição semidiplomática é àquela que traz uma leitura conservadora do texto, nos aspectos linguísticos.

No entanto, diversas outras questões que fogem a essa simplificação conceitual ficam a cargo das decisões do editor. Entre estas decisões está o fato de manter ou não a disposição da mancha escrita do texto original; estabelecer ou não as fronteiras entre as palavras; arbitrar sobre a manutenção ou uniformização dos usos das maiúsculas e minúsculas. Enfim, atribuir somente o nome de semidiplomática a uma edição não esclarece muita coisa sobre os critérios nela utilizados.

Assim, são escolhas do editor ao preparar uma edição semidiplomática o tipo de marcação que será usado para indicar as letras introduzidas no desenvolvimento das abreviaturas. Ele deverá levar em consideração para esta escolha questões técnicas e visuais. Caso o editor pense em sua edição como base de dados para estudos linguísticos, o uso de parênteses para marcar a inclusão das letras omitidas/abreviadas no original poderá dificultar a identificação dos termos por programas computacionais como o *wordsmth*, por exemplo.

Caso o editor opte por não apresentar sua edição na disposição original da mancha escrita nos fólios, certamente, estará levando em conta questões visuais, mas também financeiras – em especial se a edição se destinar à publicação impressa – pois um texto disposto conforme originais manuscritos, inevitavelmente, terminará fazendo mal aproveitamento do papel, tendo de usar mais páginas e aumentando o custo final da publicação.

Uma opção para substituir o tradicional formato de transcrições em tabelas é o uso de barras para indicar a interlineação e interpaginação. Questões financeiras aqui também devem ser ponderadas, pois a inserção de barras em edições de muitos fólios poderá acarretar um acréscimo substancial de páginas numa publicação. Porém, não utilizar o formato de tabelas nem fazer a indicação por barras pode acarretar perda de dados linguísticos, pois implicará na alteração de separações silábicas em finais de linha, a eliminação dos reclamos ao final/início dos fólios, além de alterar a percepção de estruturas frasais em casos de textos cuja pontuação é praticamente ausente.

A decisão de fazer as fronteiras de palavras também acarreta implicações linguísticas, em especial no que se refere à prefixação e sufixação que pode não estar tão categoricamente atrelado apenas ao movimento de levantar e baixar a pena no papel. No entanto, pensando no leitor menos habilitado para questões linguísticas, a leitura da transcrição na qual as fronteiras de palavras foram estabelecidas é significativamente facilitada, simplificada.

Assim, percebe-se que edições de caráter conservador em que se têm um nível moderado de mediação do editor são úteis para uma gama significativa de leituras, pois permite ao filólogo acessar a língua do texto no seu estado real (ou próximo disso) e permite ao historiador (e a profissionais de todas as outras áreas de interesse possíveis) acessar o conteúdo dos textos sem criar maiores dificuldades. Pois, os “documentos manuscritos, traduzidos em patrimônio cultural ou bem

cultural, são objeto de interesse de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento humano. A preservação dos manuscritos que armazenam parte da história baiana, através da edição semidiplomática é uma tarefa de suma importância tanto para os estudos filológicos quanto para os históricos.” (QUEIROZ, 2007: 21)

2. Quem são os profissionais que preparam edições?

Afirma Edith Pimentel Pinto (1982) que “as especificidades de cada texto condicionam necessariamente atitudes e requisitos também específicos por parte do editor [...]”. Portanto, trabalhar com manuscritos importa em conhecer abreviaturas, signos especiais, letras arrevesadas, anagramas e outras particularidades que dificultam ao leigo a leitura e interpretação dos textos no seu formato original.

A leitura e transcrição de documentos manuscritos é trabalho de profissionais de variadas áreas, sendo a mais evidente delas a Paleografia e paleógrafos costumam ser os profissionais mais diretamente relacionados à leitura de documentos manuscritos. São os paleógrafos que, por conceito, são os especialistas na área já que “Paleografia é a ciência da decifração dos manuscritos tendo em consideração as vicissitudes sofridas pela escrita em todos os séculos e nações, seja qual for a matéria em que ela apareça”. (MUÑOS; RIVEIRO apud BERWANGER; LEAL, 2008: 16) No entanto, Paleografia é “o estudo metódico de textos quanto à sua forma exterior” (BESSELAAR apud BERWANGER; LEAL, 2008: 16), cabendo, evidentemente, a **interpretação interna** às áreas a que o conteúdo do texto transcrito diz respeito.

“A linguagem escrita segue práticas próprias de cada época. socialmente aceitas e reproduzidas, algumas características na emissão de papéis e documentos deixavam reconhecíveis aos contemporâneos, à primeira vista, as suas funções, tipologia, destinatário e emissor. [...] Através da Paleografia, a decodificação dessas normas fornece alguns

elementos para a compreensão dos usos e apropriação dos manuscritos, já que os insere em uma dada prática histórica.” (ALMADA, 2012:34)

Historiadores costumam também proceder a transcrições de boa qualidade e exaustivas, normalmente geradas de sua necessidade de acessar as informações contidas na “parte interna” dos textos inéditos, localizados, geralmente, como fontes primárias.

Linguistas, por sua vez, também procedem a transcrições de textos de documentos antigos para acessar seus dados linguísticos. Em função disso, costumam proceder a transcrições conservadoras.

E Filólogos transcrevem documentos manuscritos antigos para acessar a língua em seu estado no momento de confecção do texto ou para acessar o texto em si, a depender do seu conteúdo.

No entanto, há que se fazer uma distinção entre dois textos que muitas vezes são usados indistintamente: **transcrição** e **edição**.

Pelo primeiro, entende-se a leitura do texto original e sua transposição em caracteres tipográficos/informáticos para leitura própria ou para leitura de outrem. Pelo segundo, no entanto, há que se compreender um trabalho completo e complexo que deve levar em consideração um leitor, um público, uma forma de acesso.

Edições, de modo geral, costumam ser compostas pelos seguintes elementos: texto introdutório contextualizando leitor na história/conteúdo do documento, na sua trajetória, nas características de produção, guarda e acesso; uma apresentação clara e honesta dos critérios utilizados para a preparação do texto editado; a descrição física (suporte, material *scriptorium*, características caligráficas, estado de conservação, etc.); a transcrição propriamente dita; uma lista de abreviaturas, quando for o caso; e textos em que se analisam alguns aspectos do documento marcantes do manuscrito original.

Embora haja excelentes exemplos de edições preparadas por paleógrafos, historiadores e linguistas, entre todos os profissionais acima citados, os que mais se ocupam, sistematicamente, de preparar **edições**

de textos manuscritos são os filólogos. O texto é o objeto da filologia e o seu objetivo é preparar, com base em critérios mais ou menos conservadores, a depender do público-alvo, uma edição confiável que poderá ser usada como base para que outros profissionais acessem o conteúdo dos textos ali presentes.

Pois, a Filologia enquanto Crítica Textual, se ocupa do texto na sua existência material e histórica e na sua função de testemunho documental e literário. O texto que se pretende reconstituir e conservar, conforme as características que apresenta, define o comportamento do editor que desenvolve teorias e metodologias apropriadas ao objeto em questão, de acordo com a Crítica Textual Tradicional, a Crítica Textual Moderna e a Crítica Textual Genética. Adverte-se para o fato de que esse texto crítico, disponibilizado pelo filólogo, poderá ser matéria de investigação, segura e fidedigna, de diferentes disciplinas científicas, pois é ele portador de elementos históricos, sociais, estilísticos, literários, linguísticos que podem intervir na sua composição. (SANTOS, 2004)

Assim, “A filologia textual é, desde sempre, a vertente básica da Filologia, uma das suas formas mais antigas, a mais clássica e, para muitos, a mais autêntica.” (BANZA, 2013)

3. A edição de documentos históricos

Os documentos antigos, em grande parte, são também documentos históricos, muitas vezes, porque dizem respeito a momentos, passagens e personagens cujos fatos e ações foram emblemáticos e relevantes e o tempo se encarregou de dar a eles esse atributo.

No entanto, há muito se sabe que a História não é apenas a história dos grandes personagens. E essa nova consideração, essa nova forma de olhar para a história e considerar o histórico da pesquisa em documentos antigos (agora considerados também documentos históricos) “os herdeiros da segunda geração dos *Annales* e da Escola quantitativa de

Ernest Labrousse buscou compreender as atitudes da ‘massa anônima’ que ressaltavam dos estudos demográficos, tendo como base o significativo manuseio serial e quantitativo de fontes cartorárias e paroquiais (livros de novas cartoriais, inventários *post-mortem* registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, etc...)” (RODRIGUES, 2015: 18), pois “homens e mulheres livres e libertos de todas as ‘qualidades’ (índios, brancos, pretos, crioulos, mestiços, pardos, mulatos, cabras, caboclos, etc...)” há muito costumavam ditar, escrever e/ou indicar informações que preenchem o modelo pré-estabelecido, (PAIVA, 2015: 76) como era o testamentos. E assim, “Em meio a discurso protocolar encontrado na abertura da maior parte dos testamentos setecentistas mineiros, imprimiam-se, portanto, traços pessoais, sentimentos, impressões, crenças, costumes e desejos. Assim, ao leitor do passado e ao do futuro iniciava-se a apresentação pragmática do retrado – idealizado, certamente – daquele que fizera registrar, por escrito, seu perfil, seus méritos e seus legados.” (PAIVA, 2015: 77)

Textos antigos, independente do conteúdo apresentado, carregam a língua em estados passados. Ao pesquisador da história da língua (na diacronia ou na sincronia), o conteúdo de um texto torna-se elemento de segundo plano, de menor importância.

Para o historiador, no entanto, o conteúdo é o cerne da questão, está em primeiro plano. E os relatos da história através de textos escritos não são a única saída, mas certamente, são uma das mais ricas e mais importantes.

Assim, para aquele que quer acessar informações linguísticas de épocas nas quais o registro era restrito à escrita, e para àquele que quer a riqueza de detalhes de um relato ou os indícios disfarçados em pequenos detalhes, a única saída são os textos.

Todavia, nem todo o linguística e nem todo o historiador têm o traquejo paleográfico ou filológico para proceder à leitura dos documentos manuscritos, para, então, acessar as informações almejadas.

Assim, o trabalho de edição pode, perfeitamente, ser feito por outros profissionais gabaritados nestas áreas e ser usado por pesquisadores de outras áreas. Por isso, a percepção do interesse para áreas variadas é uma questão importante a ser levada em consideração.

Documentos como a *Coleção dos Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia*, que perpassam quatro séculos de história e fazem referência a personagens marcantes da macro e da micro história, são evidentemente de interesse de áreas variadas como história, sociologia, direito, urbanismo, teologia, etc.

Os *Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento* da Bahia são fontes primárias relevantes para a compreensão da história da construção nacional, do Brasil Colônia ao Brasil Império, trazendo informações relativas aos três primeiros séculos de colonização do país. Esses documentos, que foram nominados pela UNESCO como patrimônio da Memória do Mundo, constituem-se de escrituras, testamentos, codicilos, doações, cartas, autos de posse, petição de terras entre outros, em diversos estados do Norte-Nordeste (fazem referência às Capitanias de Pernambuco, da Bahia, de Alagoas, de Sergipe, dos Ilhéus, do Rio de Janeiro, de São Vicente), deixando entrever características socioeconômicas das principais famílias fundadoras da sociedade brasileira, como os descendentes de Catarina Paraguaçu, de Garcia D'Ávila, de Duarte de Albuquerque Coelho, dentre muitos outros.

A *Coleção dos Livros de Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia* é composta de seis livros. A exceção do primeiro volume, todos os demais estão em excelente estado de conservação. Neles encontram-se transladados (com os devidos termos de abertura e encerramento, numeração, rubrica e fé pública) documentos de teor notarial referentes ao patrimônio amealha do pelo Mosteiro de São Bento da Bahia ao longo dos séculos. Tais características os fazem constituírem-se em documentos diplomáticos de grande valor para os estudos históricos, em especial, sem excluir as demais áreas do conhecimento. (LOSE et al. 2016)

Sendo tão ampla a abrangência de interesse, é indispensável o questionamento de quem edita um documento assim: apresentar uma edição conservadora extrema (como a facsimilar ou a paleográfica) restringiria o acesso à informação para muitos dos grupos de interesse; apresentar uma edição modernizada seria restringir a utilidade do material para os linguistas, filólogos.

A escolha dos editores – todos filólogos – que se debruçaram por cerca de 10 anos sobre os manuscritos do *Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia* foi pela edição semidiplomática apresentada, no entanto, em dois vieses.

Inicialmente, pensando nos pesquisadores de linguística e filologia, foram desenvolvidas apenas as abreviaturas indicando-se com parênteses as letras acrescidas, mas mantida a disposição da mancha escrita do texto conforme o original. Não foram estabelecidas, sequer, as fronteiras de palavras, o que, certamente, dificulta a leitura por leigos.

Em função da escolha pelo rigor e conservação das características linguísticas dos originais, a publicação nesses moldes foi disponibilizada em formato digital, através do site www.saobento.org/livrosdotombo. Justamente por essa amplitude de possibilidade de uso e baixo custo de produção – já que dispensa os custos de impressão – pôde ser apresentada ao lado da edição semidiplomática, uma edição facsimilar. Isso possibilita ainda a utilização dessa publicação por profissionais de paleografia, diplomática, conservação – já que podem ver, em parte, a materialidade dos documentos – e designer, a quem interesse sobremaneira o traçado das letras, a caligrafia e os ornamentos que por ventura existam, por exemplo.

No entanto, para atender aos anseios da instituição proprietária dos documentos e da instituição financiadora, esta obra também apresenta “uma edição destinada ao grande público e a pesquisadores interessados tão somente no conteúdo dos textos”. (LOSE, 2016: 9) Assim, para esta segunda edição, feita, evidentemente, com base na leitura conservadora,

foram modificados os critérios para que se oferecesse um texto fidedigno, sem alterações sintáticas, semânticas ou ortográficas, mas sem as marcações do desenvolvimento de abreviaturas, sem a obediência à disposição da mancha escrita do original, com o estabelecimento das fronteiras de palavras e arbitrando o uso de maiúsculas e minúsculas.

Considerações finais

As pesquisas em ciências humanas têm posto em prática, cada vez mais, seu caráter interdisciplinar. A possibilidade de cruzamento de olhares sobre documentos históricos é cada vez maior e as crescentes possibilidades e facilidades de divulgações de resultados de trabalhos científicos têm aumentado significativamente a utilidade de trabalhos de edição como fontes primárias de pesquisas que, certamente, subsidiarão incontáveis interpretações e formas de análise.

No entanto, a validade das interpretações está diretamente relacionada à qualidade do material ofertado ao pesquisador. Assim, o preparo de edições confiáveis deverá ser e continuar sempre sendo o objetivo principal do todo editor de documentos manuscritos históricos, seja ele paleógrafo, historiador, linguística ou filólogo. A inexistência de critérios únicos e padronizados só aumenta a responsabilidade de cada editor, apelando para o seu preparo, sua ecletismo, sua cultura geral e, em especial, para o seu bom senso.

Referências

ALMADA, Márcia. **Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

BANZA, Ana Paula. **Da antiga à nova Filologia:** práticas de edição de textos modernos. CONCRÉS INTERNACIONAL DE LINGUISTIQUE E PHILOLOGIE ROMAINE, **Anais...** 2013. Disponível em: <<http://www.atilf.fr/cilpr2013/programme/resumes/1bc92c66d2ffd87219fbc7214db8e495.pdf>>.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, Euripedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática.** Santa Maria: EditoraUFSM, 2008.

DUARTE, Luiz Fagundes. **Crítica textual.** Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1997.

DERRIDÁ, Jacques. **Mal de arquivo:** uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumaré, 2001.

LOSE, Alícia Duhá Lose et al. **Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia.** v. 1. Salvador: Memória e Arte, 2016.

MARQUILHAS, Rita. **A faculdade das letras:** leitura e escrita em Portugal no séc. XVII. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

PAIVA, Eduardo França. **“Usos e costumes da terra”:** o viver e o sentir nos relatos testamentais e nos inventários post-mortem das Minas Gerais setecentistas. In: GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Claudia; WANDERLEY, Marcelo da Rocha (Org.). **Últimas vontades:** testamentos, sociedade e cultura na América ibérica [séculos XVII e XVIII]. Rio de Janeiro: Mauad, 2015. p. 75-106.

PINTO, Edith Pimentel. **Edição crítica no Brasil.** Comunicação e artes, São Paulo, n. 11, p. 175-187, 1982.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. **Manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX:** livros de notas de escrituras. v. 1. Feira de Santana, BA: UEFS, 2007.

RODRIGUES, Cláudia. **O uso dos testamentos nas pesquisas sobre atitudes diante da morte em sociedades católicas do Antigo Regime.**

In: GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Cláudia; WANDERLEY, Marcelo da Rocha (Org.). *Últimas vontades: testamentos, sociedade e cultura na América ibérica [séculos XVII e XVIII]*. Rio de Janeiro: Mauad, 2015. p. 51-74.

SANTOS, Rosa Borges dos. **A Filologia e seu objeto diferentes perspectivas de estudo.** Revista Philologus, Rio de Janeiro, ano 9, n. 26, 2004. p. 44-50.

TELLES, Célia Marques. **Mudança linguística e crítica textual.** Estudos linguísticos e literários, Salvador, n. 25-26, p. 94-95 jan./dez. 2000.

Recebido em 10/10/2016 e aceito em 06/12/2016.

O LÉXICO FURTADO DO PASSADO, NA *HISTÓRIA DO FUTURO*, DE ANTÔNIO VIEIRA

Américo Venâncio Lopes MACHADO FILHO
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Ingrid Gonçalves de OLIVEIRA
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

RESUMO

Busca-se, neste trabalho, investigar, do ponto de vista histórico-diacrônico, o léxico empregado por Vieira em sua obra História do Futuro, observando o grau de vitalidade de que se possam ter revestido seus usos lexicais no passar temporal dos quase trezentos anos que separam sua obra do presente-futuro atual. Procura-se identificar que itens lexicais, presentes em sua obra, ter-se-iam obliterado no emprego coloquial da língua portuguesa no futuro inacabado em que se transformou a História que projetou construir, seja do ponto de vista do desuso vocabular, seja sob a ótica de mudança de traços semânticos, isto é, os níveis de conservação e (ou) inovação da carga sêmica da unidade avaliada, em relação à contemporaneidade.

ABSTRACT

This work aims to investigate, under a historical and diachronic perspective, the lexicon employed by Vieira in his History of the Future, observing the degree of vitality that may have coated his uses after nearly three hundred years that separates his work from the current present-future. It seeks to identify which lexical items presented in his work may have been obliterated in colloquial Portuguese language, from the point of view of vocabulary disuse and even from the optical of semantic features switchings, i.e. the levels of conservation and (or) semic load innovation related to contemporaneity.

PALAVRAS-CHAVE

Antônio Vieira. Arcaísmo. História do futuro. Léxico.

KEYWORDS

Antônio Vieira. Archaism. History of the Future. Lexicon.

Preâmbulo

Um dos expoentes intelectuais de seu tempo, homem de produção bibliográfica intensa, assaz polêmico, o padre Antônio Vieira tem sido constante foco de interesse e de observação por parte de historiadores, biógrafos, linguistas e pesquisadores de várias áreas do conhecimento, que veem a sua *opera omnia* como fonte inestimável de estudo sobre aspectos de natureza social, cultural, teológica, filosófica, linguística ou literária, de todo o período que compreende sua longa existência, de 89 anos, que se estendeu, praticamente, por todo o século XVII.

O volume de trabalhos até hoje publicados sobre sua vida e espólio intelectual é, certamente, vastíssimo e qualquer lista que se apresente deve-se ter, sempre, como incompleta, e, conseqüentemente, como meramente especulativa.

Vieira é um ícone da intelectualidade humana. Estudar seu legado, compreender sua visão de mundo, “ouvir” sua linguagem, são formas de se procurar reconstruir, através de indícios, mesmo os mais parciais, a mentalidade e o entendimento de uma época.

Dentre as obras produzidas por esse grande pensador, a *História do Futuro*, de título instigante e de teor profético, foi uma das que mais tempo parece ter consumido de seu autor, tendo sido iniciada no ano de 1649, antes mesmo do período que antecedeu a sua reclusão pela Inquisição, vindo a ser apenas publicada no ano de 1718, constituindo-se em testemunho valioso do ponto de vista histórico-diacrônico.

Na censura introdutória a esse trabalho o frei Joseph de Sousa, um dos dois qualificadores do Santo Ofício designados para avaliação do texto que se iria publicar, propugna, citando Santo Ambrósio, que “a penna, & a língua dão a conhecer o entendimento do seu Author” (*apud*

VIEIRA, 1718: 3) e ao emitir seu parecer, que autorizaria a impressão da obra em questão, conclui, afirmando que

a lingua, & a penna deste admiravel Heroe foraõ taõ elegantes no concerto, & tão fermosas no ornato, que singularmente unicas na idea, na proposição, no discurso, ambas logrãraõ inacessivel fortuna (Id.ib.).

Essa singularidade, enfaticamente única, de Vieira (1718) se vê logo denunciada no Capítulo I dessa obra, quando propugna que a “sciencia dos futuros (...) he a que distingue os Deoses dos homens” (p. 2) e, por isso, procuraria com seu trabalho “satisfazer poys à maior ancia desse apetite” (p. 8) – que se diga o do homem-deus –, não escrevendo “historias do passado para os futuros” (p. 8), mas a historia “do futuro para os presentes”. Algo ainda bastante inusitado mesmo para as ideias do presente, em que o anterior futuro de Vieira hoje se transformou. Afinal, não teria sido aquele futuro uma sucessão multidimensional de presentes, observados pela distância histórica de quem se veria novamente no presente? Não estariam, ao fim e ao cabo, passado, presente e futuro indissociadamente unidos para quem lê sua *História* hoje?

Filosofias à parte, para além da força retórica da obra vieiriana, que não seriam, pois, seus usos linguísticos para as referências do século XVII, inícios do XVIII, senão uma representação autêntica do que se elegeria como norma para o português da época? Não seria seu dialeto histórico – comum às classes dominantes que tinham na forma e na obediência aos condicionamentos das “regras da escrita” – o corolário ou “apogeu” da língua e o esteio em que sobrevivem hoje muitas de suas escolhas lexicais?

Nesse sentido, pretende-se, neste trabalho, perscrutar o léxico com que Vieira constrói a rede textual de tão intrigante raciocínio, procurando identificar que itens lexicais, presentes em sua obra, ter-se-iam obliterado

no uso coloquial da língua portuguesa no futuro inacabado em que se transformou a *História* que projetou construir.

1. Sobre a noção de arcaísmo

A mudança linguística, objeto teórico da Linguística Histórica *stricto sensu*, pode, certamente, ser melhor observada no âmbito da fonética, da fonologia, da morfologia e da sintaxe, mas ao se considerar o léxico e seu estudo, há de se concordar com Antunes (2012: 49), quando conclui, tomando de empréstimo o verso de Manoel de Barros, que “Só as palavras não foram castigadas com a ordem natural das coisas”. Seria dizer que o léxico, por sua característica volátil, por seu comportamento imprevisível e flutuante, seria conjuntos de elementos linguísticos que “continuam com seus deslimes” na história, (BARROS, 1998 *apud* ANTUNES, 2012: 49), ou seja, o léxico reafirma-se no caráter paradoxal que assume

in the process of a language’s identity construction. If, on one hand, it keeps the secular extension of its most distant etymological sources, which have solidified themselves in their historical basis, on the other, it allows *the new* to intervene due to cultural or linguistic contacts that this same language in use is exposed to and to neological processes awoken by the expressive necessities of speaking communities (MACHADO FILHO, no prelo).¹

¹ Trad.: no processo de constituição identitária de uma língua. Se, por um lado, mantém a prorrogação secular das mais distantes fontes etimológicas que se solidificaram em seu esteio histórico, por outro, permite que o *novo* se interponha, em função dos contatos culturais ou linguísticos a que essa mesma língua em uso se possa submeter e em razão de processos neológicos, despertados por inusitadas necessidades expressivas das comunidades de fala.

Do ponto de vista da lexicologia histórica como se poderia medir, então, a mudança lexical, com base nesse axioma?, já que, como se afirmou, seria o léxico “a parte da língua que primeiramente configura a realidade extralinguística” e, ainda, o repositório em que se “arquiva o saber linguístico duma comunidade” (VILELA, 1994: 6).

Como assegurar que unidades lexicais estão ou podem ter caído em desuso?, se se acredita que, apenas pelos dicionários ou através do levantamento de documentação remanescente, se pode certificar, no máximo, que um dia pudessem ter sido registradas pela escrita, mas jamais assegurar sua produtividade sincrônica.

Discorda-se do que pensa Ferraz, quando afirma que seria “a obsolescência de unidades que caem em desuso” (FERRAZ, 2006: 221) “facilmente observável”. Ao contrário. A possibilidade de se atribuir um caráter inovador ou arcaizante em Linguística não parece nada “facilmente observável”, pois subjaz impositivamente à subjetividade e ao grau de erudição do pesquisador. Como asseverar que um item não seria mais utilizado em uma dada sincronia, se diferentes falares insistem em surpreender o investigador em pesquisas dialetológicas coetâneas, como se pode exemplificar com o conhecido caso de “sarolha”, na Bahia, já tão discutido por Cardoso e Rollemberg (2009)?

Inobstante essa dificuldade de ordem metodológica que poderia mesmo inviabilizar qualquer tentativa de observação do arcaísmo léxico na história, o certo é que é este um conceito caro à Lexicologia e tem produzido importantes trabalhos sobre o português, em Portugal e no Brasil.

Já está em Fernão de Oliveira (1536 [2000]: 49), primeiro gramático da língua portuguesa, a ideia de “dição velha”, “as que já foram usadas, mas agora são esquecidas”, em oposição a “dição nova”.

Mattos e Silva (2009: 19), confrontando os exemplos apresentados por Oliveira em sua obra, comprova que uma “dição nova”, em algum momento do tempo pode passar a ser um arcaísmo, ou como preferiria Oliveira, uma “dição velha”. Diz a autora que sendo assim

neologismos e arcaísmos são conceitos relativos em relação ao tempo histórico das línguas e em relação aos seus referentes externos – as coisas/objetos. Desaparecendo e reaparecendo, as palavras continuam suas histórias, a depender da história dos falantes das línguas (MATTOS E SILVA, 2009: 19).

Essa dinâmica no inventário lexical é entendida por Verkuyl et al. (2003: 301) como se houvesse

two ways for a word to lose its firm position in the standard language: (a) the word has been pushed aside by another word; or (b) people no longer speak about its referent.²

Afinal, Wartburg e Ullmann (1969: 149) já tinham afirmado que o “destino de uma palavra, sua floração e proliferação, seu declínio e sua morte, estão em grande parte condicionados por suas relações com o seu meio”, fazendo com que não seja a coisa em si que muda, “mas sim o sentimento e a atitude dos homens em relação a ela” (p. 150).

Embora sejam essas possibilidades dois importantes contextos para a obsolescência lexical, não se podem descartar os casos em que o neologismo semântico possa levar uma lexia a se transformar em arcaísmo, pois passaria, na verdade, a impor a uma dada unidade lexical uma obsolescência significativa, mantendo-lhe a forma cristalizada, mas expurgando-lhe parcialmente ou totalmente a sua carga referencial.

Exemplo disso pode ser o que foi apresentado por Machado Filho (no prelo):

² Trad.: duas formas para que a palavra perca sua posição na língua padrão: (a) a palavra foi substituída por outra palavra; ou (b) as pessoas não mais falam sobre seu referente.

The history of Portuguese is full of semantic neologisms and any list would be incomplete here. However, a great example is the verb *falecer*, which was used in Portuguese of the archaic period long before Portugal landed in Brazil, with the etymological sense of ‘missing’, ‘exhausting’, inherited from Latin **falletere*, as shown by the excerpt from a medieval *Flos Sanctorum*, “entrou no celeiro e vyo que o pã *falecia*” (MACHADO FILHO, 2014: 229), i.e. “vio que *faltava* pão” but that, in our times, restricts its semantic load to ‘die’ in all the language varieties, at least as far as it is known.³

Ademais, é importante observar que os “caminhos percorridos por certos vocábulos são muita vez rodeios” (Cf. VASCONCELOS, s/d: 285), isto é, para além de terem sido conformados por processos históricos de mudança, em que regras constantes teriam atuado para sua conformação – como o caso metaplásmico das lexias *chão* ou *brinco*, que advieram, pelo uso, ou seja, pela fala, de seus étimos latinos *planu-* e *vinculu-*, disputam ambas, atualmente no português, vitalidade com os mais recentes empréstimos *plano* e *vínculo*, tardiamente introduzidos na língua, através de contato cultural, com o, já então morto, latim, durante o Renascimento.

Logo, ao se proceder qualquer estudo sobre arcaísmos, convém que, para além da baixa ou falta de frequência, no uso coetâneo, da lexia identificada no *corpus* de análise como inusitada (seja por substituição formal por outras unidades, seja pela ausência de referente), se levantem

³ Trad.: A história do português está repleta de neologismos semânticos (...) é um ótimo exemplo o verbo *falecer*, que era utilizado no período arcaico do português muito antes de Portugal desembarcar nessas margens, com o sentido etimológico de ‘faltar’, ‘esgotar’, herdado do latim **falletere*, como comprova o excerto de um *Flos Sanctorum* medieval: “entrou no celeiro e vyo que o pã *falecia*” (MACHADO FILHO, 2014: 229), ou seja, “vio que *faltava* pão”, mas que, hodiernamente, restringe sua carga semântica a ‘morrer’ em todas as variedades da língua, pelo menos até aonde se tem notícia.

os níveis de conservação e (ou) inovação da carga sêmica da unidade avaliada, em relação à contemporaneidade, não se esquecendo de verificar possíveis “reclusões” dialetais, caracterizadoras do que se convencionou chamar de “léxico das normas” (Cf. MACHADO FILHO, no prelo), como o caso de *sarolha*, antes referido.

2. O léxico furtado: os caminhos da mudança

A ruptura com as delimitações temporais simplistas na *História do Futuro*, no dizer de Quadros (2012: 182), ultrapassa as noções de tempo passado e futuro em termos puramente lineares. A flexibilidade temporal de Vieira garante ao passado e ao futuro um “certo paralelismo e uma relação complexa de causalidade”, já que “as interpretações construídas do tempo estão baseadas, sempre, no presente” (QUADROS, 2012: 183). Dessa maneira, a obra de Vieira, como já mencionado, não é uma “história do passado para os futuros”, como normalmente escrevem os historiadores, mas uma “história do futuro para os presentes”.

Busca-se, então, do ponto de vista linguístico, lançar um olhar de um outro e renovado presente em direção ao presente-passado de Vieira, com o intuito de verificar a vitalidade das formas lexicais documentadas em sua obra no uso coloquial do português contemporâneo.

Veem-se, assim, os arcaísmos linguísticos como resultados do fluir natural das línguas, cuja causalidade se dá por intermédio de diferentes processos de mudança. Na perspectiva semântica, ou seja, das flutuações significativas de restrição, ampliação ou espessamento dos sentidos, considera-se que

não seria, então, exato tratar as palavras como signos que desaparecem de uma vez. Tal palavra, no seu sentido próprio, pode depois de muito tempo cair no esquecimento e sobreviver, entretanto, em uma acepção desviada (BRÉAL, 1992: 105).

Nessa direção, para classificação dos arcaísmos, considerou-se, sobretudo, a manutenção e (ou) alteração da carga sêmica de cada unidade vocabular, documentada no *corpus*, assim como a sua vitalidade nas diferentes normas lexicais vigentes na contemporaneidade. Para tal, toma-se como base para a verificação do registro das unidades lexicais o *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa* (AULETE, 2011), sem deixar de recorrer a outras fontes, para melhor controle.

Ressalta-se, no entanto, que a dicionarização da lexia não constitui fator determinante para a garantia de vitalidade da forma, fato atestado por Ullmann (1964: 83), ao afirmar que “na página escrita ou impressa, ele [o homem] depara com palavras claramente delimitadas como elementos distintos, e, no dicionário, encontra-as no estado *puro*, libertas de associações contextuais”, ou seja, isola-se o contexto e classificam-se as palavras como entidades independentes, cada uma com seu próprio significado ou significados.

2.1 A lexia não se encontra registrada no dicionário-base da pesquisa

De acordo com o que se pôde levantar, a partir da *wordlist* gerada após a fragmentação do texto, através do *WordSmith 4.0*, dos signos lexicais considerados passíveis de se constituírem em desusos contemporâneos, apenas três não figuram como entrada no dicionário geral consultado, conquanto mantenham todas registro em outros dicionários de língua. Isso comprova o caráter relativo de que se reveste o conceito de arcaísmo, anteriormente referido.

A primeira delas é **assenso**, do latim *assensu*-, empregada por Vieira com o mesmo sentido etimológico de ‘concordância’, ‘assentimento’, no seguinte contexto: “E pois pedimos aos leitores o **assenso** da fé, justo é que lhes mostremos primeiro os motivos da credulidade”.

O mesmo se pode dizer da forma conservadora **senalado**: “Finalmente, a investigação, desde tão apetecido segredo foi o estudo

e disputa dos maiores e mais **sinalados** filósofos”, no sentido de ‘insignes’, ‘ilustres’, variante salvaguardada na história por Vieira, antes da difusão do formato protético **assinalado**, que se venho estabelecer no português, preferencialmente, desde talvez o tão conhecido primeiro verso camoniano, do Canto I, de *Os Lusíadas*: “As armas e os barões **assinalados**” (CAMÕES, 1582: 11).

É essa uma prova da incoerência com que se tem deparado o padrão linguístico na história. Enquanto algumas próteses, epênteses ou paragoges conseguem sua legitimação e, conseqüentemente, aceitação na norma padrão, outras, decorrentes das mesmas tendências e dos mesmos processos são, hodiernamente, consideradas “erros” linguísticos, especialmente aquelas que advêm da fala de normas populares, como *avovar* ou *arrecife*, que, embora dicionarizadas, continuam a sofrer o peso do estigma social, quando utilizadas.

Por fim, o último arcaísmo não encontrado no dicionário de base corresponde à unidade lexical **baxá**, documentado no *corpus* no seguinte contexto: “Porque eu em Turquia, se defender a Fé, serei mártir; se renegar, far-me-ão **baxá**: e em Castela, Monsieur, nem **baxá** nem mártir”. Esse item, etimologicamente relacionado ao árabe *basha*, é uma variante de **paxá**, ‘governador’, ‘vizir’ ou correlato, mas que teve seu sentido estendido figurativamente para ‘homem que tem diversas amantes’. Talvez se possa imaginar a razão.

2.2 A lexia se encontra registrada, mas é preferencialmente substituída por outra, hoje

Nota-se, no grupo de lexias que a seguir se apresenta, que quase todas as unidades se encontram dicionarizadas com carga sêmica igual ou semelhante àquela empregada por Vieira. No entanto, ao considerar sua vitalidade no vocabulário dos falantes do português contemporâneo, percebe-se que outras unidades lexicais figuram com maior produtividade em substituição às formas mais antigas.

Bréal (1992: 107), ao questionar “por que uma locução pode ser mutilada sem nada perder de sua significação?”, afirma que uma

causa muito freqüente de polissemia, causa que escapa a todas as previsões e a todas as classificações, é a redução. Ocorre, por exemplo, que de duas palavras primitivamente associadas uma é suprimida (BRÉAL, 1992: 107).

De acordo com o autor, tal qual um herdeiro que, instantaneamente, toma posse de um bem até então indiviso, “o último sobrevivente sucede a toda uma locução, e absorve-lhe o sentido” (p. 107). Claro que muitas permanecem no léxico passivo da língua, mesmo porque “a mão do vento pode erguê-la ainda”, como diria Fernando Pessoa (PESSOA, 1977: 83).

Os arcaísmos dessa natureza documentados e os seus equivalentes atuais são os seguintes: **aquestar** > *aquecer, esquentar*; **caliginoso** > *tenebroso*; **defensa** > *defesa*; **desesperação** > *desespero*; **despegar** > *afastar, separar*; **deprecação** > *rogativa*; **dilação** > *adiamento, prorrogação*; **douto** > *culto, erudito*; **émulo** > *antagonista, competidor, rival* / **emulação** > *competição, concorrência*; **escuridade** > *obscuridade*; **escusar** > *justificar, dispensar, prescindir*; **fealdade** > *feiura, monstruosidade*; **grada** > *grande, graúdo*; **granjear** > *conquistar, obter*; **inchação** > *inchamento, inchaço*; **limada** > *corroído, desgastado, carcomido*; **mancebo** > *jovem, moço, rapaz*; **manear** > *manejar, manobrar*; **menoscabo** > *desdém, desprezo*; **morgado** > *cansado, exausto, adormecido*; **penha** > *penedo, penhasco*; **perfidia** > *deslealdade, falsidade, traição*; **portento** > *maravilha, milagre, prodígio*.

2.3 As pessoas não mais falam sobre seu referente

Quanto ao exame do grupo de arcaísmos relacionados à cultura material em que a ausência dos referentes funciona como possível fator motivador para o desuso das formas linguísticas a eles vinculadas,

Ullmann (1964: 106), ao discorrer sobre a importância da recuperação do contexto para a semântica histórica, ressalta que o “significado completo e o tom de certas palavras só podem ser captados se os colocarmos de novo no contexto cultural do período”. No que tange às lexis empregadas como designação para objetos da cultura material, não se pode deixar de considerar o caráter religioso da obra e a constante referência ao contexto das campanhas militares.

A observação do processo de mudança semântica, na esfera da cultura material, encontra valiosa contribuição na teoria dos campos, pois permite captar não apenas a evolução isolada de cada palavra, mas fornecem também preciosas pistas para interpretação do contexto histórico-cultural como um todo. Como bem aponta Ullmann (1964):

Um campo semântico não reflecte apenas as ideias, os valores e as perspectivas da sociedade contemporânea; cristaliza-as e perpetua-as também; transmite às gerações vindouras uma análise já elaborada da experiência através da qual será visto o mundo (ULLMANN, 1964: 523).⁴

Encontra-se outra valiosa contribuição no método proposto por Matoré (1953 *apud* ULLMANN, 1964) ao focalizar, com maior ênfase, os aspectos sociais e propor os conceitos de *palavras-testemunhas* – *mots-témoins* – e de *palavras-chave* – *mots-clés* – para descrever a estrutura social de um período específico partindo do seu vocabulário:

Nous nous proposons de considérer le mot non plus comme un objet isolé, mais comme un élément à l'intérieur d'ensembles plus importants, que nous

⁴ Chama-se aqui atenção para o termo campo semântico utilizado por Ullmann, no sentido em que, para a lexicologia contemporânea, seria melhor a utilização do termo campo conceitual, para evitar possíveis confusões com o que se tem entendido por campo semântico, isto é, as diferentes possibilidades significativas que um determinado item lexical pode comportar em relação a seus contextos de uso.

classons hiérarchiquement en partant d'une analyse des structures sociales⁵ (MATOREÍ, 1953 *apud* ULLMANN, 1964: 526).

Nota-se, nessa direção, uma maior produtividade na obra de Vieira das *palavras-testemunhas*, circunscritas aos objetos pertencentes à esfera religiosa e militar, como se pode depreender a partir dos contextos discursivos originais nos quais estão inseridas as lexias a seguir elencadas e acompanhadas pelas respectivas definições presentes no dicionário geral consultado.

Ao campo das formas lexicais vinculadas ao contexto militar associam-se as lexias *acha* > ‘arma usada antigamente, com o feitio do machado, também chamada acha de armas’; *ariete* > ‘na antiguidade e na Idade Média, engenho bélico de formato fálco e extremidade anterior de bronze, para arrombar grandes portas e muralhas, em movimentos para frente e para trás’; e *estipêndio* > ‘antigamente, remuneração paga a indivíduo que se incorporava ao exército, soldo’.

Em relação à esfera religiosa, identificaram-se as lexias *bago* > ‘antigo eclesiástico, o mesmo que báculo > bastão alto com a extremidade superior curva, usado pelos bispos como símbolo de sua missão pastoral’, e *peanha* > ‘pequeno pedestal para colocar imagem, busto, estátua, cruz’.

Além das formas vinculadas aos campos religioso e militar, aparece a lexia *paço* > ‘1. Palácio de rei, imperador ou bispo. 2. A corte de um rei ou imperador. 3. Nome dado a certos palácios usados como residência oficial ou como sede oficial’, forma que se fixou na língua como resultado dos processos metaplásmicos próprios que se manifestaram na passagem do latim para o português arcaico, ou seja, a queda do -L- intervocálico, resultando em hiato, depois desfeito por crase, a africção

⁵ Trad.: Propomo-nos considerar a palavra, não já como um objeto isolado, mas como um elemento no interior de conjuntos mais importantes, que classificamos hierarquicamente, partindo de uma análise das estruturas sociais.

e posterior fricatização do *-ti-* latino, que seja *palatium* > *paaço* > paço.

Observa-se como o desaparecimento dos referentes conduz ao desuso das formas linguísticas a eles vinculadas, ressaltando, mais uma vez, a necessidade de recuperação do contexto para captação das nuances de significado, tendo em vista que:

Cada época tem as suas ideias próprias; é preciso também que tenha as palavras apropriadas a essas ideias. As línguas são como o mar, oscilam incessantemente. [...] Tudo o que as suas ondas assim abandonam, seca e apaga-se do solo. É deste modo que algumas ideias se extinguem, que algumas palavras desaparecem (VITOR HUGO, 1936: 211 *apud* ULLMANN, 1964: 308).

2.4 A lexia permanece em uso com sentido diverso

Dentre os variados processos de alteração semântica propostos por Bréal (1992), para a categoria dos arcaísmos que permanecem em uso com sentido diverso, localizaram-se, no *corpus*, processos de restrição, ampliação e espessamento de sentido. Buscou-se verificar, seguindo a proposta de Bréal (1992),

por que as palavras, uma vez criadas e providas de um certo sentido, são levadas a restringi-lo, a estendê-lo, a transportá-lo de uma ordem de idéias para outra, a elevá-lo ou rebaixá-lo em dignidade, em resumo, a mudá-lo (BRÉAL, 1992: 77).

Para o processo de ampliação de sentido localizou-se no *corpus* a forma *arraiais*, empregada, na obra de Vieira, para designar antigos acampamentos militares, com uso corrente na atualidade como designação para 'lugar onde se realizam festas populares, especialmente

juninas’, ou ainda, como ‘cidade muito pequena, povoado’, sendo esta última de uso pouco corrente na língua.

Já as formas **desembaraçada** e **embaraçado** configuram-se como indicativas de prováveis processos de restrição de sentido, uma vez que, na obra vieiriana, a unidade lexical **embaraçado** é empregada com o sentido geral de ‘portar’, ‘segurar um objeto’, restringindo-se, no uso contemporâneo, ao significado mais específico vinculado à ideia de algo ‘1. Que se embaraçou, se misturou desordenadamente. 2. Que se mostra complicado, difícil. 3. Que está incomodado, constrangido, um tanto envergonhado, acanhado’.

O mesmo se aplica para a forma oposta **desembaraçada**, utilizada, atualmente, de maneira mais específica, para designar aquilo ‘de que se tiraram os nós ou o embaraço’ e empregada por Vieira com significação mais geral, designando o ato de destituir-se, liberar-se das armas.

A lexia **mezinha**, do lat. *medicina*, aponta, também, para um provável processo de restrição, utilizada por Vieira para designar qualquer tipo de remédio – “E assim como eles não tinham outra mezinha na sua dor senão a esperança”, figurando, na contemporaneidade, como indicativa da “reclusão” dialetal pertencente ao léxico das normas, ao referir-se, de maneira específica, a ‘remédio caseiro’, preparado, geralmente, por curandeiros.

A lexia **fábrica**, por sua vez, constitui-se como um processo de espessamento do sentido em que se passa do significado mais geral e abstrato – ‘1. Por extensão, local onde algo se origina ou se desenvolve, origem, causa. 2. A composição, índole ou estrutura de qualquer coisa’ – para o emprego mais específico e concreto no uso corrente – ‘1. Ação ou resultado de fabricar. 2. Instalação industrial em que se usam máquinas e mão de obra para transformar matéria-prima em produtos (bens de consumo ou de produção)’.

Considerações finais

Esta investigação sobre léxico e arcaísmo em Vieira demonstrou o caráter inapropriado do léxico para a circunscrição temporal da mudança linguística. Enquanto se possa observar, através do espólio documental remanescente e com uma certa margem de certeza, um momento da história em que possam ter ocorrido determinadas alterações morfológicas, morfossintáticas e sintáticas em uma língua, a avaliação do grau de obsolescência do léxico será sempre imprecisa e conjectural, pois, como bem assinala Piel (1989[1976]: 9), “nunca será possível reconstituir todas as fases por ele percorridas e destrinçar a contribuição das muitas gerações que nele colaboraram”.

A *História do futuro* é, como o léxico, uma história atemporal. Uma história sem gênese, com que se furtou o léxico no passado, desterrou-o em um outro presente, disponibilizou-o, na aspereza física da escrita, para o futuro, que em um momento haverá de ser novamente passado.

Não obstante, serviu este trabalho para registrar um pouco desse movimento no português e, em especial, para rememorar uma parte de uma narrativa tão fantástica que foi a obra do padre Antônio Vieira.

Referências

ANTUNES, Irandé. **Território das palavras**: estudo do léxico em sala de aula. São Paulo: Parábola, 2012.

AULETE, Caldas. **Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. GEIGER, Paulo (Org.). Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

BRÉAL, Michel. **Ensaio de Semântica**: ciência das significações. Trad. Aída Ferrás et al. São Paulo: EDUC, 1992.

CAMÕES, LUÍS Vaz de. **Os Lusíadas**. Barcelona: RBA, 1995 [1572].

CARDOSO, Suzana; Rollemberg, Vera. **E a (nossa) terra continua sarolha?**. In: RIBEIRO, Silvana et al. (orgs.) **Dos sons às palavras: nas trilhas da língua portuguesa**. Salvador: Edufba, 2009, p. 263-281.

FERRAZ, Aderlande Pereira. A inovação lexical e a dimensão social da língua. In: SEABRA, Maria Cândida (org.). **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 217-234.

MACHADO FILHO, Américo. **The history of the lexicon**. In: KABATEK, Johannes; SIMÕES, José; WALL, Albert (eds.). **Manual of Brazilian Portuguese Linguistics**. Berlin, Boston: De Gruyter Mouton, no prelo.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O conceito relativo de neologismo e arcaísmo: um estudo pancrônico**. In: OLIVEIRA, Klebson et al. (orgs.). **Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 11-20.

OLIVEIRA, Fernão de. **Gramática da linguagem portuguesa: Edição crítica, semidiplomática e anastática de Amadeu Torres e Carlos Assunção**. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1536 [2000].

PESSOA, Fernando. **Obra poética**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977.

PIEL, Joseph-Maria. Origens e estruturação histórica do léxico português. In: **Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa**. Lisboa: IN-CM, 1989[1976], p. 9-16.

QUADROS, Eduardo Gusmão de. O tempo messiânico e tempo histórico: uma crítica da *neuezeit*. **Revista Mosaico**. 2012, v. 5, n. 2, jul./dez. p. 181-189.

STERKENBURG, Piet van (Ed.). **A practical guide to lexicography**. Amsterdam: John Benjamins, 2003, p. 297-311.

ULLMANN, Stephen. **Semântica**: uma introdução à ciência do significado. Trad. J. A. Osório Mateus. 4 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

VASCONCELOS, Carolina M. **Lições de filologia portuguesa**: segundo as prelecções feitas aos cursos de 1911/12 e 1912/13, seguidas das lições práticas de português arcaico. Lisboa: Dinalivro, s/d.

VERKUYL, Henk; JANSSEN, Maarten; JANSEN, Frank. The codification of usage by labels. In: Sterkenburg, Piet Von. **A practical guide to lexicography**. Amsterdam: John Benjamins, 2003.

VIEYRA, ANTONIO. **História do Futuro**: livro antepimeyro, prologomeno a toda a história do futuro, em que se declara o fim, & se provão os fundamentos della; Materia, verdade, et utilidade da história do futuro. Belém: SECULT/IOE/PRODEPA, 1998 [1718]. 379p.

VILELA, Mário. **Estudos de lexicologia do português**. Coimbra: Almedina, 1994.

WARTBURG, W. VON y ULLMANN, S., **Problèmes et méthodes de la linguistique**, 3ª ed., Paris: PUF, 1969.

Recebido em 10/10/2016 e aceito em 06/12/2016.

ETHOS DISCURSIVO PIEDOSO EM BANDO DE 1794 DA CAPITANIA DE MATO GROSSO

Angelita HEIDMANN CAMPOS

Escola Estadual Professora Marínes Fátima de Sá Teixeira
Alta Floresta (SEDUC- MT)

Elias Alves de ANDRADE

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Grasiela Veloso dos SANTOS HEIDMANN

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

RESUMO

O trabalho de análise e descrição linguística do português brasileiro com textos antigos tem crescido muito nas últimas décadas, nos mais diversos níveis de análise (morfológico, fonético, fonológico, sintático e semântico) e, mais recentemente, essa análise tem envolvido aspectos discursivo-pragmáticos que contemplam um olhar mais interpretativo, para além dos aspectos descritivos da língua. Soma-se a esses trabalhos o envolvimento da filologia, como ciência que dá base confiável e fonte fidedigna dos textos editados, pois procura manter a genuinidade dos textos, quando este se constituem como corpora de pesquisa linguística, literária, histórica, jurídica etc. Com essa mesma intenção, este artigo, baseado em publicações já realizadas, como em Andrade et al. (2012), visa estabelecer a edição de um bando (1794), pertencente à Capitania de Mato Grosso e analisar discursivamente, sob o olhar dos estudos de Dominique Maingueneau (2005, 2008, 2010, 2011), as cenas enunciativas e ethos discursivo. Para tanto, mobilizamos outros recortes em textos que dialogam com o bando, texto base.

ABSTRACT

The work of analysis and linguistic description of Brazilian Portuguese with ancient texts has grown a lot in the last decades in several levels of analysis (morphological, phonetic, phonological, syntactical and semantic), and more recently, the analysis involving discursive-

pragmatic aspects, that feature a more interpretive look, beyond the descriptive aspects of the language. Adding to these works the involvement of philology, as a science which gives reliable base and veracious source of edited texts, because it seeks to maintain the genuineness of the texts, when those constitute as research corpora linguistic purpose, literary, historical and legal etc. With this intention, this article, based on bando already made, as in Andrade et al. (2012), aims to establish the edition of a bando (1794) belonging to the Captaincy of Mato Grosso and analyze discursively under the gaze of Dominique Maingueneau studies (2005, 2008, 2010, 2011), to enunciation scenes and ethos discursive. Therefore, we mobilize other indentations of texts that dialogue with this bando, text base.

PALAVRAS-CHAVE

Filologia. Bando. Cenas da enunciação. Ethos

KEYWORDS

Philology. Bando. Enunciationscenes. Ethos.

Introdução

A abordagem interdisciplinar da filologia com outras áreas do conhecimento é cada vez mais comum. Ressaltam-se trabalhos que conjugam a edição de textos variados com análise linguística também de cunho diverso, desde a explicação e descrição do funcionamento da língua, até a análise discursiva, objeto deste texto.

Dessa maneira, procuramos atrelar a edição semidiplomática de um texto, incluído no gênero bando¹ com alguns conceitos mobilizados pela análise do discurso de orientação francesa, especificamente, os conceitos de cenas da enunciação e *ethos* discursivo consoante empregado pelo linguista francês Dominique Maingueneau (2005, 2008, 2010, 2011).

O texto selecionado, do gênero bando, está acondicionado no

¹ Gênero obsoleto, muito comum no período colonial brasileiro, correspondia a uma espécie de anúncio ou proclamação pública.

Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, e foi publicado em 27 de julho de 1794. Produzido pelo governador e capitão general da Capitania do Mato Grosso (1748-1821), versa sobre a possibilidade de perdão institucionalizado para retorno de escravos fugidos do Arraial de Santa Ana, nos arredores do Rio Guaporé, e pertencente a Vila Bela da Santíssima Trindade. Os destinatários eram o povo da vila e os próprios escravos fugidos, que, apesar do não acesso à escolaridade, poderiam saber das notícias veiculadas no bando pela “boca” de populares, já que era lido em praça pública, anunciado “a som de caixas” ou tambores.

Assim sendo, vislumbram-se os mecanismos de controle impostos pelo governador, representante da Coroa Portuguesa em terras mato-grossenses, interpretáveis e descritíveis como possibilidade de averiguar a apresentação de si pelo discurso e de suas subjetivizações, também plausíveis de percepção pelos seus destinatários.

1. Filologia e análise do discurso (interdisciplinaridade)

A Filologia, ciência nascida no seio da sociedade alexandrina, praticada por antigos filósofos que compunham essa vasta biblioteca, mantém-se até hoje com propósitos e finalidades variados. Inicialmente, propunha-se a corrigir e emendar textos, com o intuito de preservar os textos clássicos sujeitos à extinção, decorrentes de modificações exógenas ou endógenas², a exemplo da obra de Homero. Hoje, são diversos os trilhos percorridos, destacando-se o seu caráter interdisciplinar. Santiago-Almeida (2011), baseado nos estudos de Auerbach (s/d), Spina (1977), Azevedo Filho (1987), e Cambraia (2005), sintetiza o conceito de filologia em direção mais ampla, e outra, mais específica:

² Trata-se de modificações sofridas pelos textos, tanto por fatores naturais de corrupção de materiais (desgaste da tinta, corrosão, ataque de insetos, umidade, fogo, destruição proposital etc.), o que caracteriza a exógena, quanto por fatores de transmissão irregular dos textos, considerando as categorias autorais e não-autorais, o que caracteriza as modificações endógenas (CAMBRAIA, 2005: 2-6).

No sentido mais amplo (*lato sensu*), a filologia se dedica ao estudo da língua em toda sua plenitude – linguístico, literário, crítico-textual, sócio-histórico, etc. – no tempo e no espaço, tendo como objeto o texto escrito, literário e não-literário. [...] No sentido mais estreito (*stricto sensu*), a filologia se concentra no texto escrito, primordialmente literário, para estabelecê-lo, fixá-lo, restituindo-lhe à genuinidade, e prepará-lo para a publicação. [...] É aqui também que se configura o conceito de *crítica textual*, *ecdótica* ou *edótica* (SANTIAGO-ALMEIDA, 2011: 1-2).

Neste artigo, assentamo-nos no sentido *lato* do termo, visto que a ênfase é na edição do texto não-literário, seguindo normas de edição para maior clareza ao leitor. Posteriormente, apresentamos o estudo linguístico atrelado à análise do discurso de linha francesa.

A filologia, tendo como uma de suas preocupações centrais a manutenção e preservação de textos escritos, serve a muitas ciências e também é servida por outras, tais como a diplomática, a paleografia, a história, a literatura etc. Neste estudo, para a edição do texto, fez-se necessário o conhecimento da paleografia, ou seja, do conhecimento de tipos caligráficos antigos que dão sustentação ao texto, apesar de não se mencionar os caracteres gráficos presentes.

A análise do discurso, como uma linha da linguística, propõe-se ao estudo do “texto (ou língua) como lugar de manifestação da materialidade do discurso” (POSSENTI, 2008: 211). O termo discurso pode ser entendido de modo amplo e também suscetível de diversas interpretações a depender do campo do pesquisador. Seguimos aqui a definição de discurso adotada pela orientação de linha francesa, baseado nos pressupostos de Dominique Maingueneau. Para o autor, o discurso é “uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas” (MAINGUENEAU, 2005: 15).

Desse modo, o discurso se relaciona com outros discursos e não com a realidade das coisas, considerando-o no jogo enunciativo, ou seja, nos embates de suas relações polêmicas. Na língua se manifestam essas relações discursivas que constroem sentidos.

Neste trabalho, preferimos mobilizar dois conceitos da AD, o de cenas da enunciação e o de *ethos* discursivo, a partir de recortes de enunciados do bando e de outros textos dialogáveis com este.

2. O gênero bando

Os conceitos de gêneros do discurso e também gêneros textuais, amplamente discutidos e estudados nas últimas décadas, englobam uma multiplicidade de enunciados produzidos na sociedade. Estes se materializam em determinados atos comunicativos que os fazem ser reconhecidos pelos falantes, aderido por eles, de acordo com as regras que a ele subjazem. Assim, a categoria de gêneros

[...] é baseada em critérios situacionais, tais como o papel dos participantes, o objetivo, o mídiu, a organização textual, o tempo e o lugar etc. Gêneros são considerados dispositivos de comunicação sócio-historicamente condicionados, que estão sempre mudando e aos quais podem ser facilmente aplicadas metáforas como “contrato”, “ritual” e “jogo” (MAINGUENEAU, 2010: 130).

Para o filósofo russo, Mikhail Bakhtin, a noção de gênero está relacionada às esferas de comunicação humana, que apresentam enunciados “relativamente estáveis”, sendo isso denominado de gêneros do discurso (BAKHTIN, 1997: 280) e com determinação sócio-histórica. Desse modo, molda-se a fala e a escrita de acordo com as formas precisas do gênero.

Escolhemos para esta análise o gênero bando, hoje obsoleto, por sua importância no poder executivo do período colonial e por propiciar percepções de marcas das relações de poder expressas nesse material escrito e oralizado em praça pública.

No tocante ao gênero, salienta-se os estudos de Martins (2013), sobre bandos do Ceará. A autora reuniu um *corpus* muito significativo de bandos para estudo do gênero como uma Tradição Discursiva (TD) nos moldes de Kabatek (2006).

Segundo a autora, os bandos evocavam assuntos diversos, desde os relacionados à tributação dos quintos, tratados de paz e perdão, cumprimento da legislação do reino, providências administrativas, operacionalização das milícias, até demonstrações públicas de júbilo etc. Os bandos eram lidos em voz alta em Portugal e outros lugares da Europa, e com as conquistas e expansões marítimas, passaram a ser lançados em outras terras, como Ásia, África e Américas portuguesas (MARTINS, 2013).

O gênero Bando se caracteriza por sua forma evocativa e discursiva destinado à informar/dar ciência das medidas tomadas pelo governo à população, dotado de discurso estritamente diplomático e de caráter jurídico-administrativo. Era evocado no Brasil colonial em praça pública, proclamado a som de caixas, ou tambores, nas ruas das vilas ou povoações, sempre que uma autoridade, geralmente na figura do governador, precisasse passar seus avisos, ordens, decretos ou algum ato administrativo ou jurídico aos ditos “vassalos” do rei, na capitania pela qual era responsável.

Observa-se nos bandos de Mato Grosso, como o editado neste trabalho, assuntos de interesse local, como a preocupação com a fuga de escravos para os locais de fronteira e a manutenção dos cativos para a ordem dos arraiais e vilas.

No dicionário Bluteau (1728: 31), a unidade lexical é definida como “pregão de guerra, a som de caixas, com pena imposta aos transgressores

de alguma lei militar. [...] serão só para as coisas pertencentes à ordem da guerra”. A partir desse sentido, conforme pesquisa de Martins (2013), com o passar do tempo, o bando evoluiu para movimentos semânticos que iriam do pregão de guerra para anúncio de ordem e decretos, caracterizando, assim, a tradição discursiva com finalidades discursivas variadas.

O bando editado a seguir evoca assunto relacionado à fuga de escravos na Capitania do Mato Grosso, especificamente no Arraial de Santa Ana, pertencente a Vila Bela da Santíssima Trindade, no ano de 1794.

3. A edição semidiplomática do bando

Consideramos para esta análise a edição semidiplomática, uma vez que se caracteriza por manter um grau médio de intervenção do editor no texto (CAMBRAIA, 2005: 95), pois opta-se apenas por desdobrar as abreviaturas, manter sinais de pontuação e realização de conjecturas. Autores como Spina (1977) e Azevedo Filho (1987) também tratam desse tipo de edição, também denominada de *paradiplomática*, *diplomático-interpretativa* ou *paleográfica*.

Para a edição deste texto³ seguimos as Normas de Transcrição de Documentos Manuscritos para a História do Português Brasileiro, acordadas no *II Seminário para a História do Português Brasileiro* ocorrido no período de 10 a 16 de maio de 1998, em Campos do Jordão, São Paulo (CAMBRAIA et al., 2001, p. 553-555) com adequações:

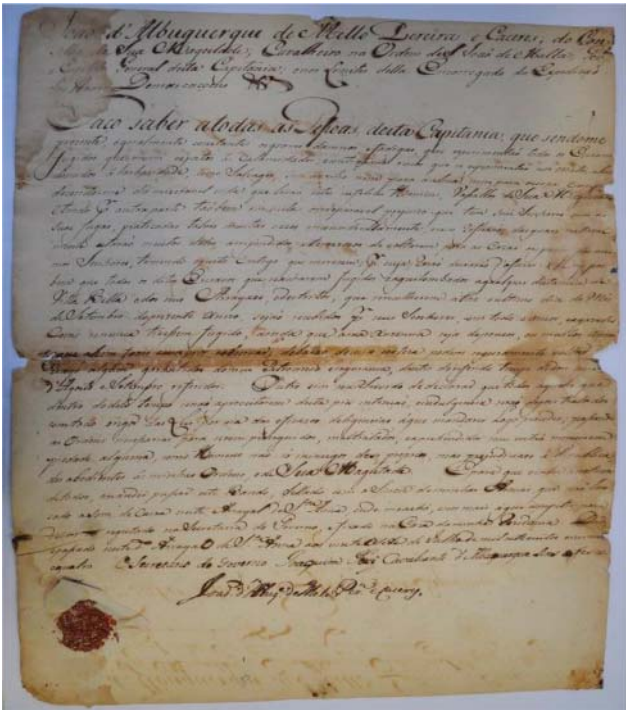
³ A edição deste bando já foi publicada nos anais do SIMELP (Simpósio Mundial da Língua Portuguesa, edição de 2013 com estudo estritamente filológico). Aqui reproduz-se apenas a edição para estudo com outra abordagem.

- a) As fronteiras das palavras, a pontuação, a acentuação e o emprego das maiúsculas e minúsculas são mantidos, bem como não se introduzirá sinal onde não existe;
- b) os caracteres de leitura duvidosa são transcritos entre parênteses ();
- c) as mudanças de linha são indicadas por barra vertical |;
- d) o ‘s ‘caudado  será transcrito como ‘s’;
- e) as abreviaturas serão desdobradas, marcando-se com *itálico* as letras nelas omitidas;
- f) as leituras por conjecturas serão marcadas por [()];
- g) as palavras impossíveis de ler serão apontadas como [ilegível];
- h) intervenção de terceiros será indicada por [[]];
- i) o tamanho da fonte da transcrição será reduzido para dez, para que não ocupe espaço demasiado deste artigo.

3.1 O fac-símile

Segue a reprodução fac-similada do bando:

FIGURA 1: Ms 1 (Fólio 1r)



3.2 Edição semidiplomática

Transcrição 1- Fólio 1r	
CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO: BR MTAPMT.SG. BO. 4289 CAIXA N° 073	
ASSUNTO	Bando do governador da Capitania de Mato Grosso, João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, ordenando que os senhores perdoassem os escravos fugitivos e que estes voltassem para os seus donos até setembro de 1794 para não serem punidos rigorosamente conforme a lei.
LOCAL	Arraial de Santa Ana
DATA	27 de julho de 1794
ASSINATURA	Idiógrafo

Ioaõ d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres; do Con |⁴selho deSua Magestade; Cavalheiro na Ordem deSão Ioaõ de Malta; Governador |e Capitaõ General desta Capitania; e nos Lemites della Encarregado da Expediçaõ | das Reaes Demarcaçoens [ilegível] | Faço saber a todas as Pessoas desta Capitania, que sendo-me |prezente, e geralmente constante os graves damnos, efadigas, que experimentaõ todos os Escravos | fugidos que vivem expostos ás Calamidades, econtinuados riscos que se experimentaõ nos Matos, aban |donados á barbaridade, como Salvages, sem auxilio nem para a alma, nem para ocorpo: e compa |decendo-me da miseravel vida que leuã estes infelizes Homens, Vassallos deSua Magestade |etendo por outraparte taõ bem em vista oirreparavel prejuizo que tem seusSenhores com as |suas fugas, praticadas talves muitas vezes inconcideradamente, esem reflexaõ; das quaes natural |mente estaraõ muitos deles arrependidos, etemerosos de voltarem para as Cazas ou poder dos mes= |mos Senhores, temendo ojusto Castigo que merecem; por cuja [[,]] rezaõ deixaraõ d'ofazer:[[x]] Hey por |bem que todos os ditos Escravos que seacharem fugidos e aquilombados aqualquer distancia de |VillaBella e dos seus Arrayaes, edestritthos, que serecolherem athe o ultimo dia do Mež |deSetembro doprezente anno, sejaõ recebidos por seus Senhores, com todo, o amor, eagazalho |Como senunca tivessem fugido, ainda que asua Auzencia seja depoucos, ou muitos Annos |eque assim farei cumprir eobservar; debaixo decuja certeza podem seguramente voltar (sem) |receyo algum garantidos do meu Patrocinio esegurança; dentro do referido tempo dedois me[(zes)] |d' Agosto eSetembro referidos: Outro sim souServido de declarar quetodos aqueles que |dentro do dito tempo senaõ aproveitarem desta pia intençãõ, eindulgencia seraõ depois tratados |comtodo o rigor das Leis por via das eficazes deligencias, ãque mandarei Logo proceder; passando |as Ordens nessarias para serem perseguidos, maltratados, eaprehendidos sem entaõ merecerem |piedade alguma, como Homens naõ sò inimigos desi proprios, mas prejudiciaes á Republica, |des obedientes ás minhas Ordens, e deSua Magestade. E para que venha á noticia |detodos, mandei passar este Bando, Sellado com oSinete deminhas Armas, que serà lan |sado aSom de Caixa neste Arrayal deSanta Anna; onde meacho; enos mais áque competir; para |depois ser registado naSecretaria do Governo, efixado na Caza da minha rezidencia: Dado |epassado nesteditto Arrayal deSanta Anna aos vinteeSete de Iulhode mil setecentosn enoventa |equatro. Osecretario do Governo Ioaquim Iozé Cavalcanti d'AlbuquerqueLins ofez es- |crever. |<Joaõ d'Albuquerque deMelo Pereira eCaceres.> |(selo real) *No verso consta apenas 1794

⁴ A barra vertical | indica mudança de linha.

4. Cenas da enunciação: a tríade proposta por Maingueneau e o *ethos* discursivo

Maingueneau, em *Cenas da Enunciação* (2008), afirma haver combinação de três elementos para compor a cena de um texto: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia. Acrescenta ainda uma cena validada, que são construções da memória cultural. Assim, para o autor “o enunciado é o produto de uma enunciação que implica uma cena” (MAINGUENEAU, 2005: 95).

A propósito, Possenti (2008: 204) explicita dessa forma: “as cenas englobante e genérica definem o espaço mais ou menos estável no interior do qual o enunciado ganha sentido, isto é, o espaço do tipo e do gênero de discurso”.

Assim, a cena englobante “corresponde ao *tipo* de discurso, ao seu estatuto pragmático (MAINGUENEAU, 2008: 115), pois, em função do ‘tipo’, o interlocutor saberá reconhecer certos gêneros e remetê-los a determinados discursos. Se receber um folheto na rua, saberá muito bem classificá-los, se pertence ao discurso religioso, político, escolar, literário e outros tantos.

Já a cena genérica está relacionada a um contexto específico, pois cada gênero implica papéis, circunstâncias, suporte material, um modo de inscrição no espaço e no tempo, (POSSENTI, 2008). Há uma relação do gênero com o papel de seus participantes, assim como uma aula que implica um professor dirigindo-se aos seus alunos, um panfleto religioso aos seus fiéis etc.

Essas duas categorias muitas vezes são as que predominam e se reduzem a elas mesmas. Num texto são as que definem o espaço mais ou menos estável, do qual o enunciado ganha sentido. Já com a cenografia ocorre que se institui por si para si, não está atrelada pelo tipo ou pelo gênero do discurso:

[...] Assim, a cenografia é, ao mesmo tempo, *origem e produto do discurso*; ela legitima um enunciado que retroativamente, deve legitimá-la e fazer com que **essa cenografia da qual se origina a palavra seja precisamente a cenografia requerida por tal discurso**. (grifos do autor). Quanto mais o co-enunciador avança no texto, mais deve-se persuadir de que aquela cenografia, e nenhuma outra, é a que corresponde ao mundo configurado pelo discurso. (POSSENTI, 2008: 206).

Diríamos, então, que a cenografia é o que há de individualidade ou personalidade própria numa determinada cena enunciativa. Assim, por exemplo, uma carta pessoal quase sempre terá os mesmos moldes de tipo e gênero, mas seu conteúdo ou forma individual de quem escreve é único, e é esta cena que legitima o discurso passando para segundo plano a cena englobante e genérica.

Assim, os gêneros do discurso possibilitam cenografias variadas, exceto aqueles que possuem estrutura e discurso mais “fechados”, tais como os relatórios administrativos, lista telefônica, receita culinária, orçamento etc.), pois se limitam apenas à cena englobante e genérica. O bando analisado, apesar de pertencer à esfera jurídico-administrativa, apresenta cenografia mista, como se verá na análise.

Baronas (2009), citando Maingueneau (2005a), na análise de cartas manuscritas do século XVIII relacionadas ao Estado do Paraná, parte da hipótese de que existe uma “semântica global” na produção desses manuscritos e defende a ideia, tal qual o teórico francês, de que “essa semântica global apreende simultaneamente os diferentes “planos” discursivos desses manuscritos, gerenciando tanto o seu vocabulário quanto os temas tratados, a intertextualidade, as instâncias de enunciação, o ethos discursivo...”. (BARONAS, 2009: 2).

Em relação à composição do *ethos* discursivo, cabe destacar que esse termo já era tratado na retórica antiga desde Aristóteles, era tida como uma técnica construída para impressionar um auditório, isto é, muito ligado aos efeitos persuasivos e argumentativos resultando em uma boa imagem e que evidenciava uma pessoa sincera, positiva, correta etc., o que lembra muito a retórica utilizada em campanhas eleitorais por políticos na contemporaneidade.

Assim, entende-se que o *ethos* está ligado a construção de uma imagem de si, do ato de enunciação do locutor, daquele que transmite a mensagem ou o discurso, é um comportamento. Mas o *ethos* do enunciador, conforme Maingueneau (2011), também é construído pelo público “antes mesmo que ele fale” (p.15), trazendo, dessa forma, as noções de *ethos discursivo* e *ethos pré-discursivo*.

O *ethos efetivo* é aquele em que o sujeito produz uma imagem de si, imagem que se relaciona a outras imagens, com o que já foi dito antes, em outros lugares, esse é o *ethos pré-discursivo*. Mas esse *ethos efetivo* também se relaciona com o que é reatualizado, ou seja, o já dito, o *ethos discursivo*. Assim:

O pré-discursivo e o discursivo, por sua vez, dialogam com uma memória do dizer, um imaginário discursivo constituído de estereótipos ligados a mundos éticos. Essa memória do dizer todavia sustenta tanto o *ethos* dito quanto o *ethos* mostrado e estes, por sua vez, também numa dupla via de mão dupla sustentam o *ethos* discursivo. (BARONAS, 2009: 5).

O *ethos* está relacionado ao mundo ético, ou seja, um mundo compartilhado, de saberes comuns e não no sentido moral. O enunciador está presente tanto em textos orais como escritos e é “sustentado por uma voz – a de um sujeito situado além do texto.” (MAINGUENEAU, 2005: 95).

A noção de *ethos* para Dominique Maingueneau, dentro do quadro da AD de orientação francesa, segue a ideia de que é “uma noção discursiva, ele se constrói através do discurso”, não é uma “imagem” do locutor exterior a sua fala”. O *ethos* está relacionado à “influência sobre o outro”, é uma

noção fundamentalmente híbrida (sociodiscursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica (MAINGUENEAU, 2011: 17).

Dessa maneira, por sua determinação sócio-histórica o corpo que anuncia só pode colocar-se de uma maneira, ou melhor, falar inserido dentro da perspectiva sócio-histórico-cultural que lhe permite o momento. Pensemos no discurso escravagista do período colonial, não poderia se falar de outra maneira, a não ser aquela instituída pelo sistema governamental da época, conforme se verá no bando em análise. Maingueneau assevera que a análise do *ethos* muda conforme os gêneros e os tipos de discurso. Nesse viés, por exemplo, o gênero do discurso escolar, incorporará um *ethos* diferente do que aquele relacionado ao gênero carta. As cenas construídas no texto vão depender do que o gênero exige e a maneira de atingir os destinatários, ou seja, cada gênero discursivo permite um modo de escrever e dizer que lhe é peculiar.

4. 1 Análise do bando

Assim, enquadrando as cenas enunciativas no gênero bando, observamos que este apresenta como cena englobante a integração do tipo pragmático jurídico-administrativo, pois o governador e capitão general João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres realiza um ato jurídico-penal para recuperação dos escravos fugidos do Arraial de Santa Ana.

No recorte a seguir, é possível observar como o sujeito enunciator atribui-se papel de juiz na Capitania de Mato Grosso, sendo a ele delegados os poderes da Coroa Portuguesa nos confins do Brasil, enuncia seu poder de dizer no bando, por meio de um discurso de autoridade instituída: Ioaão d’Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres; **do Con | selho de Sua Magestade; Cavalheiro** na Ordem de São Ioaão de Malta; Governador | e Capitaão General desta Capitania; e nos Limites della **Encarregado da Expedição | das Reaes Demarcaçãoens** (grifos nosso).

Verifica-se que o documento foi escrito a mando do governador e não redigido por ele, mas por seu secretário, o que se prova pela assinatura do governador e pelo anúncio no final do bando: “O secretario do Governo Ioaquim Iozé Cavalcanti d’Albuquerque Lins ofez es- | crever.” Por isso tido como um documento idiógrafo, escrito por uma mão e assinada por outra.

O bando, apesar de uma estrutura estável com “**protocolo inicial**: nome, e qualificação do autor (autoridade delegada). **texto**: a ordem objeto do bando e **protocolo final**: datas tópica e cronológica. Subscrição com o nome do autor” (BELLOTO, 2002: 50), pode ser entendido como gênero, já anunciado anteriormente, mas também apresentar tipologias comunicativas diversas tais como: reclamações, decretos, ordens, narrativas, anúncios, declarações de júbilo etc. Sua estrutura física, difere de uma carta oficial, pois sua largura e comprimento são muito superiores, como uma espécie de cartaz, marcado com carimbo ou sinete do governador. Essa composição caracteriza a cena genérica do bando, que também é recuperável em outros bandos.

Em relação à escrita do bando, se caracteriza por ser formal, o que revela nível de estudos elevados daquele que o redigiu e também do que ditou. A formação escolar era portuguesa, pois João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres e seu irmão, que foi governador anteriormente, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres vieram de Portugal para exercer e fortalecer o domínio lusitano em terras brasileiras.

Observa-se no texto que as hierarquias daquele período eram bem estabelecidas e demarcadas, e todos aqueles que estavam abaixo do rei de Portugal eram considerados vassalos de sua majestade. O rei possuía o chamado direito divino, pois era considerado um escolhido de Deus e, por isso, seus atos de governo se justificavam no direito de governar pela vontade divina. Logo, os governadores gerais das capitanias eram representantes diretos do rei, pois faziam prevalecer as vontades do monarca nas demarcações e demais atividades relacionadas à colônia.

O enunciador, João de Albuquerque, utiliza-se de verbos na primeira pessoa e no futuro do presente para as ações que pretende executar a depender da resposta dos escravos fugidos. Se voltarem não serão castigados, caso contrário sofrerão as penas por ele promulgadas: “Outro sim sou Servido de declarar que todos aqueles que dentro do dito tempo senão aproveitarem desta pia intenção, e indulgencia serão depois tratados com todo o rigor das Leis”.

O bando expressa uma ordem, mas essa ordem é encenada por enunciados que parecem refletir um sermão cristão, tal qual o padre prega no seu púlpito, verificável no tom e nas escolhas lexicais do enunciador:

[...] sendo-me |prezente, e geralmente constante os graves danos, efadigas, que experimentaõ todos os Escravos |fugidos que vivem expostos às Calamidades, e continuados riscos que se experimentaõ nos Matos, aban |donados á barbaridade, como Salvages, sem auxilio nem para a alma, nem para o corpo: e compa |decendo-me da mizeravel vida que levaõ estes infelizes Homens, Vassallos de Sua Magestade.

O enunciador mostra preocupação com o estado dos escravos, tanto no nível físico quanto espiritual, bem como de outra parte, com os senhores dos escravos que são afetados por “irreparáveis prejuízos”

com a fuga destes. No trecho a seguir, o enunciador continua ressaltando a possível ingenuidade dos escravos ao praticar fugas:

[...] as |suas fugas, praticadas talvez muitas vezes inconcideradamente, esem reflexaõ; das quaes natural |mente estaraõ muitos deles arrependidos, etemerosos de voltarem para as Cazas [...].

Assim como um pecado praticado com leviandade, os escravos são vistos como ovelhas perdidas que precisam de um senhor que os guie. Em tom condicional, o enunciador continua seu chamado com a expressão cristã do “amor” e do “agasalho” ou seja, do perdão que será concedido àqueles que resolverem retornar dentro do prazo estabelecido:

[...] que serecolherem athe o ultimo dia do Mež |deSetembro doprezente anno, sejaõ recebidos por seus Senhores, com todo, o amor, eagazalho |Como senunca tivessem fugido, ainda que asua Auzencia seja depoucos, ou muitos Annos |eque assim farei cumprir eobservar; debaixo decuja certeza podem seguramente voltar (sem) |receyo algum garantidos do meu Patrocinio esegurança; [...].

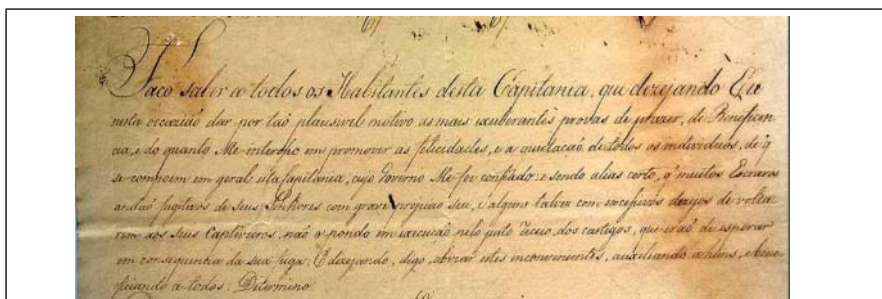
O governador constrói uma cena em que se coloca como um patrocinador, protetor dos “plebeus”, com piedosa ação e indulgência, um pai que perdoa seus filhos pelos erros cometidos, mas também do que pune severamente ao ser contrariado. No sermão pode aparecer o tom da ameaça, do castigo, daqueles que não seguiram as vontades divinas e seguirão para o inferno (no caso dos escravos, o castigo marcado pela violência física).

Assim, a cenografia se constrói pouco a pouco nos dizeres do próprio texto, um bando que possui uma cena inscrita no discurso do bom cristão, enfatizados numa espécie de sermão/ordem que não invalida a cena genérica bando.

Conforme já descrito, o enunciador se utiliza de expressões condicionais para que o co-enunciador decifre ou compreenda suas intenções e reconheça o *ethos* piedoso construído pela cenografia, apresenta tom compadecedor, clemente, indulgente, tal qual o pastor cuidador de seus rebanhos etc., mas também o de punidor, castigador, pois este, como extensão do rei nessas terras, tem poderes tanto para proteger, quanto para punir.

A preocupação central do governador era manter o equilíbrio econômico-social na vila, já que a fuga dos escravos acarretava prejuízos irreparáveis aos seus senhores, visto que aqueles eram de difícil aquisição e tidos como uma cara mercadoria.

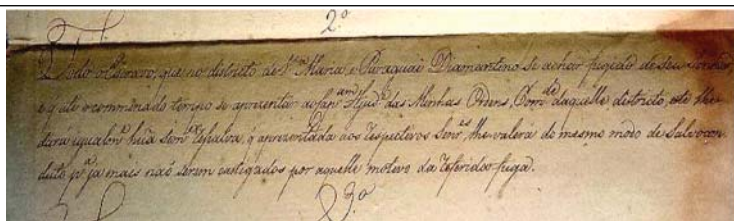
Esse *ethos* de “piedoso” construído por essa cenografia é recuperado em outros textos, conforme se pode observar no recorte a seguir, num bando (1808), também da Capitania de Mato Grosso, já nos fins do período colonial, expedido pelo governador e capitão general João Carlos Augusto D’Oeynhausen e Gravemberg:



Faço saber a todos os Habitantes desta Capitania que dezejando Eu | nesta occazião dar por tão plausivel motivo as mais exuberantes provas de prazer, de **Beneficencia**, e do quanto Me interesso em **promover as felicidades, e a quietação detodos os individuos, de que | se compoem em geral esta Capitania**, cujo Governo me foi confiado: e sendo alias certo, *que* muitos Escravos | andaõ fugitivos de seus Senhores com grave prejuizo seu, e alguns talvez **com excessivos dezejos de volta | rem aos seus Captiveiros**, naõ o pondo em execuçaõ pelo justo receio dos castigos, que eraõ de esperar | em consequencia da sua fuga; E dezejando, digo, obrar estes inconvenientes, auxiliando ahuns, ebene- | ficiando a todos. Determino

Atentando-nos para o texto, verificamos que são enunciados repetíveis, recuperáveis na história, encarnados por enunciadores diferentes que defendem a mesma ideia. Apesar de as escolhas lexicais serem um tanto quanto diferentes, estas refletem relações sinonímicas, como a lexia beneficência, com similaridade às lexias: pio, indulgente, compadecente... que criam uma imagem de si protetiva e piedosa dos governadores gerais.

Na continuidade desse mesmo bando, o enunciador também promete não punir os escravos que se apresentarem dentro do prazo estabelecido, dando-lhes salvo-conduto:



Que todos os Escravos, que no districto desta Capital se acharem fugidos de seus Senhores, | e *que* até outlimo de Dezembro do anno corrente se apresentarem na Sala deste Palacio aoSargento Mór Ajudante | das Minhas Ordens junto à Minha Pessoa, este lhes dará huã ressalva, *que* sendo por elles apresentada aos | seus respectivos Senhores, **lhes valerá de Salvoconduto para ficarem eximidos de qualquer castigo**, *que* tivessem merecido fi- | cando Me responsaveis cada hum dos seus respectivos Senhores pela transgressão, ainda a mais leve, | desta Minha Determinação, e Ordem

Em outro gênero, também do século XIX, uma carta de 1813, escrita em Vila Bela da Santíssima Trindade pelo juiz ordinário Antonio D’Azevedo, cinco anos após o lançamento do bando anterior, o enunciador se dirige ao governador João Carlos Augusto para comunicar a chegada de escravos fugidos e retoma a imagem de “clemente” do governador:

[...] como pessoas miseraveis que vinhão valer de Vossa Excellencia, | pela noticia adquirida nos bosques em que se achavaõ | habitando, que huma das principaes virtudes de **Vossa Excellencia** | **hera a Clemencia**, e acontevaõ por certa desdelogo que | a sorte permittisse afelis occasiaõ de relançarem a ospés | de Vossa Excellencia. Descorrendo eu, na quelle momento, | sobre este cazo me pareceo, que os devia receber, como | recebi debaixo do **sagrado Nome de Vossa Excellencia** [...].

Destaca-se ainda outro aspecto relacionado à imagem construída ao longo do período escravagista em relação aos escravos, que eram vistos como mercadorias, “pessoas miseráveis”, “selvagens”, “infelizes homens”, para citar os adjetivos utilizados nos textos de modo a menosprezá-los, destituindo-os de direitos humanos.

Conclusão

A proposta de interdisciplinaridade neste trabalho foi realizada com o intuito de estabelecer a edição semidiplomática de um bando pertencente à Capitania de Mato Grosso e respectiva análise discursiva, pautada nos pressupostos de Dominique Maingueneau e demais teóricos convergentes dessa mesma linha de análise.

Verificamos que as cenas enunciativas compostas por cena englobante, genérica e cenografia são possíveis de serem analisadas em material diacrônico, conforme publicações já realizadas por Baronas (2009, 2012), que mostram como esses textos permitem essa empreitada.

No *corpus* analisado, a cenografia construída pelo enunciador é de alguém piedoso, indulgente, que resulta numa imagem de sujeito “bondoso” que deve ser captado pelos co-enunciadores, como um *ethos* validado progressivamente pelas construções oracionais de base condicionais e por outros recursos utilizados no texto.

Essa mesma cenografia pode ser captada nos recortes realizados em outro bando, publicado em época diferente e por outro enunciador, assim como em uma carta escrita, não por um governador, mas por outra figura (juiz ordinário) que valida o *ethos* do governador. Assim, configura-se o *ethos* pré-discursivo destacado por Maingueneau.

Desse modo, a partir do que foi apresentado, salientamos que é de suma importância a interdisciplinaridade entre a filologia e outras ciências, nesse caso com a análise do discurso, pois o trabalho filológico de nível descritivo, em alguns pontos, carece de interpretações que ajudem compreender aspectos relacionados à organização sócio-político-cultural, mais precisamente, o contexto e as condições de produção do material escrito, que caracterizariam os discursos da época e, que, podem possibilitar gestos de leitura diversas.

Referências

ANDRADE, Elias Alves de; SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo; BARONAS, Roberto Leiser. **Plano de guerra da Capitania de Matto Grosso: janeiro de 1800**. Cuiabá: EdUFMT, 2012.

AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante de. **Iniciação em crítica textual**. São Paulo: EDUSP, 1987.

BARONAS, Roberto Leiser. Notas Concisas sobre a possibilidade de um tratamento discursivo de manuscritos paranaenses setentistas. In: AGUILLERA, Vanderci. (Org.). **Para a história do português brasileiro**. 2ª ed., Londrina – PR: Editora da Universidade Estadual do Paraná – EdUEL, 2009.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. – São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BLUTEAU, Padre Raphael. **Vocabulário portuguez e latino**. Coimbra: Collegio das artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8v. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/bando>> Acesso em 29 set. 2016.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à Crítica Textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAMBRAIA, César Nardelli; et al. Normas para a transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil In: **Para a história do português brasileiro; Vol II: Primeiros estudos**. São Paulo: Humanitas / Fapesp, 2001, v..II, p. 553-555.

KABATEK, Johannes. Tradições discursivas e mudança linguística. In: LOBO et al. (org.) **Para a história do português brasileiro**. Salvador, EDUFBA, tomo II, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005a.

_____. **Análise de textos de comunicação**. 3ª ed. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2005b.

_____. **Ethos, cenografia, incorporação**. IN: AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo, SP: Contexto, 2005c.

_____. **Cenas da enunciação**. Org. Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2008.

_____. **Doze conceitos em Análise do Discurso**. Org. Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2010.

_____. **A propósito do ethos**. IN: MOTTA, A. R. & SALGADO, LUCIANA. **Cenas da Enunciação**. DELTA [online]. 2008, vol. 24, nº 1, p. 125-129. ISSN 0102-4450.

_____. **Ethos discursivo**. 2 ed. São Paulo, SP: Contexto, 2011.

MARTINS, Cínthya da Silva. **Ao rufar das caixas, leia-se o bando: estudo diacrônico da tradição discursiva bando no Ceará (1670-1832)**. 2013. 402 f. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2013.

POSSENTI, Sírio e BARONAS, Roberto Leiser (orgs.). **Contribuições de Dominique Maingueneau para a Análise de Discurso do Brasil**. São Carlos: Pedro e João, 2008.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. Para que filologia/crítica textual? In: **Revista Acta, Grupo de pesquisa “A escrita no Brasil colonial e suas relações”**, Assis, V. 1, 2011.

SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica**. São Paulo: Cultrix, 1977.

Recebido em 10/10/2016 e aceito em 06/12/2016.

A FILOLOGIA COMO ÉTICA DE LEITURA

Arivaldo SACRAMENTO

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Lucas de Jesus SANTOS

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

RESUMO

Contemporaneamente, a Filologia vem sendo retomada como espaço de problematização de concepções usuais de texto, das divisões disciplinares entre Estudos Literários e Linguísticos, do caráter da crítica e do papel político e social do intelectual. Neste artigo, buscamos apresentar uma reflexão sobre Filologia como uma ética de leitura, a partir do trabalho do intelectual palestino-americano Edward W. Said e da problemática editorial envolvendo o texto dramático “Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá” de Fernando Melo. Trata-se de compreender a crítica filológica como instância de desconstrução permanente de formas insulares e fundacionalistas de interpretação, sobretudo quando está interessada naquilo que, no processo de transmissão textual, foi tomado como erros ou intervenções espúrias.

ABSTRACT

Contemporarily, Philology has been retaken as an space of problematization of usual concepts of text, disciplinary divisions such as between Literary Studies and Linguistics, the nature of Criticism and the political and social role of the intellectual. In this paper, we present a speculation on Philology as a reading ethics out of the work of the palestinian-american intellectual Edward W. Said and the editorial issue evolving the dramatic text “Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá” by Fernando Melo. It is a case of comprehend philological criticism as an instance for permanently deconstruction of insular and foundationalist forms of interpretation, mainly when it is interested on what has been taken as errors or spurious interventions during the process of textual transmission.

PALAVRAS-CHAVE

Ética. Filologia. Leitura.

KEYWORDS

Ethics. Philology. Reading.

Primeiras Palavras em Direção às Posturas Filológicas

Quase sempre referida como ancestral comum das vanguardas teóricas contemporâneas, surpreendentemente, a Filologia vem sendo ressignificada nas mais diferentes vertentes críticas contemporâneas, desfazendo, por muitas vezes, um binarismo *Linguística versus Literatura* que organizam a gramática dos saberes na área de Letras. A despeito desses discursos que confundem Linguística Histórica com Filologia ou insistem em reservar a ela uma função ancilar, buscamos aqui produzir uma reflexão crítica que quer compreender a Filologia como crítica, gesto de leitura que visa abdicar de um fundacionalismo neutro (CULLER, 1990) a fim de construir uma ética de leitura (SAID, 2007).

Para isso, proporemos a discussão em dois momentos específicos, unidos, entretanto, pela reflexão epistêmica e compromisso político de reexistência específicos para história política de narrativas que não foram privilegiadas nem teoricamente, nem metodologicamente. Assim, investiremos numa reflexão sobre o sentido que a Filologia tem nas discussões críticas de Edward W. Said (2007), em seu projeto de humanismo democrático e, em seguida, traremos a problemática editorial de um texto dramático (*Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá*) que traz a público o drama da experiência gay durante o período de repressão política militar no Brasil. O principal propósito é compreender como a crítica filológica implica a desconstrução do *modus operandi* do método

tradicional filológico (principalmente o lachmanniano) no momento em que está interessada também naquilo que, no processo de transmissão textual, foi chamado de “erros” ou intervenções espúrias (2001). Por desconstruir entendemos mais ampliar o espaço de construção da leitura filológica que sentenciar a Filologia de morte.

1. A Filologia como Ética de Leitura

O estabelecimento científico da Filologia oitocentista requereu uma série de procedimentos e demarcações que formataram seu campo de ação e lhe conferiram o *status* de ciência laica, o que significava a prescrição do sobrenatural e do religioso para o estudo da linguagem (BASSETO, 2013). Formava-se, então, um campo de estudo delimitado e organizado segundo sua própria tecnologia de pesquisa, monitoração de variáveis, nitidez de objeto, sistema de referencialidade a pesquisas prévias, ambiente controlado, e assim por diante. Neste caso, o que se estava recusando era a circunscrição prenhe de sentido, fixada e assegurada pela figura divina, que funcionava como origem coerente e fundamental da diversidade da cultural humana. As práticas de criação e esterilização do objeto de análise e de instituição de uma aura de autoridade desencarnada do erudito eram os meios ativos para laicizar o campo de pensamento sobre a linguagem, até então dominado por querelas em torno da língua primitiva edênica, da busca da Palavra, o verbo criador divino (VERNANT, 2012).

Apesar de tais reivindicações de cientificidade e laicidade, é possível notar a presença de instrumentos, nas próprias operações do trabalho do filólogo, que fazem parte de toda uma epistemologia religiosa, que orientam a própria concepção do objeto de estudo, as perguntas adequadas a se fazer e o sentido da tarefa da crítica. Ainda com a positivação da filologia a partir do século XVIII, o substrato religioso permaneceu como fio condutor de seus empreendimentos

hermenêuticos, prolongando e expandindo as concepções teológicas de estudo dos textos (PALMER, 1999).

Nesse contexto, o intelectual palestino-americano Edward W. Said construiu uma proposta de leitura e abordagem dos textos que imbuí a Filologia em um caráter secular e mundano. Esse modo secular de leitura filológica, antagônico ao modelo religioso tradicional, desloca a compreensão usual da Filologia como um conjunto de métodos e procedimentos técnicos de análise, depuração e autenticação dos textos (TAVANI, 1988; PFEIFFER, 1981). Para Said, a Filologia é um modo de articulação e intervenção na esfera pública textual, que configura uma tomada de postura, implicando o crítico-filólogo em seus gestos de interpretação.

Harold Aram Veese (2010: 100, tradução nossa) chama atenção justamente para o fato de que

[o]s princípios maravilhosamente resilientes da interpretação ortodoxa escritural sobreviveram à morte de Deus, à desmistificação da originalidade bíblica, e à dessacralização do hebraico [...]. Todas as interpretações contemporâneas da literatura [...] derivam desses 2000 anos de sermões semanais, Midrashim, homilias e palestras.¹

Edward Said percebeu essas relações entre os movimentos de teoria e crítica literárias e pensamento religioso. Mais do que isso, Said notou uma forma específica de compreensão do estudo dos textos, cujas reivindicações derivam precisamente de pressupostos teológicos. Em *The World, The Text and The Critic*, denominou essa prática de “Crítica Religiosa” (SAID, 1983: 290, tradução nossa), expressão que aparece no

¹ “The wonderfully resilient principles of orthodox scriptural interpretation survived the death of God, the debunking of biblical originality, and the desacralizing of Hebrew [...]. All contemporary interpretations of literature derive from these 2,000 years of weekly sermons, Midrashim, homilies, and lectures”.

título da conclusão do livro, significativamente em posição oposta ao texto da introdução, cujo nome é, justamente, “Crítica Secular”. Nessa seção de encerramento, Said apresenta o que significa reunir as práticas críticas, filológicas e literárias de estudo dos textos e suas interposições políticas sob a rubrica de crítica religiosa:

Dizer de tão grandiosas ideias e de seu discurso que têm algo em comum com o discurso religioso é dizer que cada um serve como agente de clausura, obstruindo a investigação humana, a crítica, e como esforço por deferência à autoridade do que é mais que humano, o sobrenatural, o que é de outro mundo² (SAID, 1983: 290, tradução nossa).

Desse ponto de vista, categorias generalistas, como Ocidente, Oriente, Islamismo, Comunismo ou Terrorismo são formas abstratas e reducionistas de subsumir a profusão de tensões diferenciais entre os diversos discursos que se multiplicam no mundo. Se levadas em conta, essas tensões obstam a produção de imagens estáveis e evidentes, que prestam-se ao manejo do potentado, da figura de autoridade que centraliza ideias, sentidos, povos ou lugares, determina e guarda fronteiras e universaliza formas de vida e identidades (SAID, 2003). Além disso, a Crítica Religiosa tem um caráter eminentemente sectário: transformando leitores em “fieis ativos”³ (SAID, 2000: 166, tradução nossa), essa forma de crítica prima pela reprodução e conservação de seus métodos, procedimentos e premissas, assegurando determinadas maneiras de circulação e produção de sentido. Assim, ela funciona de modo a codificar formas reprodutíveis de interpretação e desligá-las das

² “To say of such grand ideas and their discourse that they have something in common with religious discourse is to say that each serves as an agent of closure, shutting off human investigation, criticism, and effort in deference to the authority of the more-than-human, the supernatural, the other-worldly”.

³ “active believers”.

circunstâncias específicas de sua emergência para que sejam aplicáveis a quaisquer outros ambientes ou objetos.

Said, contrariamente a este modelo, pretende deslocar as estruturas interpretativas da exegese religiosa e a pretensa aura de autoridade e naturalização obtida pelas pesquisas sobre a linguagem, desde os fundamentos da filologia desenvolvidos na antiguidade, espalhados pelo medievo e sedimentados quando da emergência da nova filologia dos séculos XVIII e XIX e da teoria e crítica literárias do século XX. Said, então, desenvolve uma proposta de retrabalhar a noção de filologia e desenhar um outro programa para a prática filológica. Com este intuito, Said não apresenta sua noção de leitura filológica como um método. O intelectual palestino declina da existência de um vocabulário privilegiado que asseguraria a correspondência exata entre os *insights* do crítico e o sentido de uma obra. Em *The World, The Text and The Critic*, Said assevera:

[O]s perigos do método e do sistema são dignos de nota. Na medida em que eles se tornam soberanos e seus praticantes perdem contato com a resistência e a heterogeneidade da sociedade civil, correm o risco de se converterem em discursos dominantes, predeterminando alegremente o que analisam, convertendo tudo desatentamente em evidência para a eficácia do método, ignorando sem cuidado as circunstâncias das quais procedem toda teoria, sistema e método em última instância⁴ (SAID, 1983: 25-26, tradução nossa).

Andrew Rubin (2003: 863, tradução nossa) aponta que a recusa de Said em definir um contorno geral para um método, longe de representar

⁴ “[T]he dangers of method and system are worth noting. Insofar as they become sovereign and as their practitioners lose touch with the resistance and the heterogeneity of civil society, they risk becoming wall-to-wall discourses, blithely predetermining what they discuss, heedlessly converting everything into evidence for the efficacy of the method, carelessly ignoring the circumstances out of which all theory, system, and method ultimately derive”.

uma ausência de um modelo interpretativo, é “parte de uma consciência mundana altamente elevada e desenvolvida”⁵. Como afirmam Darwin Tsen e Charlie Wesley, em um dos artigos mais perspicazes sobre a noção de crítica secular em Said: um método, para o intelectual palestino-americano, seja marxista ou pós-estruturalista, termina por “se tornar uma identidade confundida com as forças interpretativas dos projetos intelectuais e políticos, e portanto deve ser evitado rigorosamente”⁶ (TSEN; WESLEY, 2015: 102, tradução nossa). O que informa toda iniciativa intelectual seria, ao contrário, “um amplo e subjacente corpo de princípios que compreende o que poderia ser chamado de um núcleo ético”⁷ (TSEN; WESLEY, 2015: 102, tradução nossa).

A leitura filológica é, portanto, uma ética, um modo de participação ativa e deliberada na esfera mundana textual, política, cultural, que situa necessariamente o crítico em relação às circunstâncias de produção de suas intervenções e o coloca em um campo aberto em que não há estabilidade previamente constituída para o empreendimento interpretativo. Assim, ao crítico cabe apenas uma “profunda percepção subjetiva, para a qual não é possível nenhum substituto, nenhum livro guia ou fonte autorizada. Deve-se tomar a decisão por si mesmo e assumir a responsabilidade por ela” (SAID, 2007: 89). Isso não significa que não se deve usar nenhuma metodologia de pesquisa, ou que se deve rejeitar qualquer corpo de procedimentos organizado em busca de um objetivo. O que Said propõe é que qualquer escolha metodológica deve ser vista como tal: uma tomada de posição, uma interposição na esfera pública agônica da interpretação e não como um investimento desencarnado de produção de resultados.

O campo ético em que Said circunscreve a prática da leitura filológica é dado logo no começo do capítulo sobre o *Retorno à Filologia* pela

⁵ “part of his highly developed and heightened worldly awareness”.

⁶ “becomes an identity conflated with the force that drives one’s intellectual/political projects, and therefore it must be avoided rigorously”.

⁷ “a broad, underlying body of principles that comprise what could be called an ethical core”.

inserção de uma citação de Richard Poirier. Em *The Renewal of Literature*, Poirier (1987) afirma que as formas sociais e literárias, com que os críticos têm que lidar, foram concebidas em relações de resistência a condutas e padrões de seus tempos. Assim, as modalidades de expressão criadas e experimentadas no âmbito literário são frutos de um tipo de confronto entre o investimento criativo autoral e a injunção tendencial de suas épocas para a conservação das formas familiares de expressão. Se a relação entre autor, obra e mundo é agônica, indicando sempre e já de partida uma afirmação, uma tomada de posição por parte dos atores envolvidos no processo criativo-receptivo, as condições de produção são sempre e desde já gregárias e amplamente compartilhadas. A literatura, afirma Poirier, é um exemplo privilegiado – a despeito da música, dança, pintura e assim por diante – de como não há possibilidade de investimento individual criativo desligado do tecido estruturado e estruturante do entorno cultural, político e histórico. A matéria-prima da literatura, a língua compartilhada entre indivíduos, obriga os que se arriscam em praticá-la ou interpretá-la a lidar com “as pressuposições regentes dos arranjos sociais, políticos e econômicos de uma sociedade” (SAID, 2007: 83).

O ambiente imperativo, que confronta os anseios do indivíduo com os preceitos gregários vigentes, é o terreno próprio da modalidade de sabedoria a que Aristóteles (1984) chamou *Phronesis*. Importante remontar à fixação aristotélica da *phronesis*, em *Ética a Nicômaco*, como o traço distintivo entre as esferas da *Ética* e da *Metafísica* (DOTTORI, 2009). Ao contrário do aparecimento do termo em obras anteriores, como na *Física* ou em *Tópicos*, nas quais o tratamento da *phronesis* era claramente inspirado em Platão, na *Ética* Aristóteles circunscreve o termo pela contraposição à *sophía*, a forma de sabedoria do necessário, das formas eternas, tendo seu objeto, portanto, imutável e sempiterno. A *phronesis* seria, a contrapelo, a forma do conhecimento daquilo que é contingente, que é variável segundo os indivíduos e as circunstâncias

(AUBENQUE, 1999). Nesse sentido, o exercício da *phronesis* não se dá pela remissão a um padrão abstrato de referência contínua e ubíqua, a uma tábua de valores determinante e exclusiva para a ação, mas por proceder segundo a emergência dos acontecimentos, cuja própria natureza impede o engessamento dos critérios de ação.

Podemos dizer, portanto, que a *phronesis* tem um caráter muito mais criativo do que reprodutivo, no sentido de que, instado ao caso concreto, o agente acaba por produzir uma inovação dentro do corpo estabelecido de regras, colocando-se a si próprio em evidência, pois sua ação é sua própria medida e sempre remeterá às suas disposições individuais e singulares (AUBENQUE, 1999). É por esse motivo que Aristóteles evita definir de modo exclusivo o que seria a *phronesis*, remetendo sempre à figura do homem prudente: “no que tange à sabedoria prática, podemos dar-nos conta do que seja considerando as pessoas a quem a atribuímos” (ARISTÓTELES, 1984: 144). A escolha de Aristóteles em circunscrever de tal maneira o campo da *phronesis* coloca-a estritamente no campo das relações humanas, pois o “abandono [...] da Norma transcendente do platonismo o obriga a buscar no seio da humanidade a norma de sua própria excelência” (AUBENQUE, 1999: 60, tradução nossa)⁸. A *phronesis* torna-se uma sabedoria “do homem e para o homem” (AUBENQUE, 1999: 40, tradução nossa)⁹, uma forma de autoconhecimento do próprio gênero humano, pela observação mútua entre os humanos, no espaço mesmo em que estes se veem afastados de qualquer dimensão divina, que guiaria suas ações (AUBENQUE, 1999).

Esse entreolhar-se dos homens entre si é, por assim dizer, retomado por Said no aparecimento tímido do termo “Prudência” – a tradução latina da *phronesis* aristotélica. Em seu ensaio sobre o retorno à filologia, a citação da obra de Richard Poirier evoca um ensaio do filósofo americano Ralph Waldo Emerson (1983), que se chama

⁸ “abandono [...] de la Norma trascendente del platonismo le obliga a buscar en el seno de la humanidad la norma de su propia excelencia”.

⁹ “del hombre y para el hombre”.

justamente “Prudência”. Neste ensaio, Emerson desenvolve a ideia de Prudência afirmando justamente que toda escrita parte da “aspiração e antagonismo, assim como da experiência”¹⁰ (EMERSON, 1983: 357, tradução nossa). Todos os elementos envolvidos nesse enunciado são indicadores de posicionamento, que situam tanto o discurso quanto a própria figura do crítico: os interesses singulares do crítico, as formas de combatividade e intervenção pública, a trajetória particular e a vivência pública. Prudência, nesse sentido, não significa apenas uma virtude moral, mas um modo de existir, uma forma de percepção do e estar no mundo. De fato, Emerson afirma que a Prudência é uma virtude dos sentidos, a ciência das aparências do mundo, que não existe por si mesmo, mas que tem um caráter simbólico (EMERSON, 1983). Nesse sentido, a Prudência reconhece a diversidade de processos ocorrentes no mundo, sendo capaz de perceber a “copresença de outros processos e sabe[r] que seu próprio ofício é subalterno; [...] que é superfície e não centro onde age”¹¹ (EMERSON, 1983: 357, tradução nossa).

Esse modo prudente de existência conecta-se a um traço cético que Said entendia ser imprescindível para a crítica. A despeito do longo debate sobre o pensamento cético desde Pirro de Élis e Sexto Empírico, na antiguidade, a Montaigne e Descartes, modernamente, ter girado em torno do problema da suspensão do juízo, a *epoché* (εποχή), e da tranquilidade da alma, a *ataraxia* (Ἀταραξία), o Ceticismo, para Said, tem outro sentido. Ser cético significa recusar qualquer apelo a autoridade ou a qualquer forma de transcendência imperiosa que regule ou constranja a atuação da consciência crítica, da capacidade do crítico de, ecoando as palavras de Emerson, cultivar a «percepção de mundos múltiplos e tradições complexas» (SAID, 2007: 101) que não permitem uma sumarização uniforme e tranquilizadora. Esse tipo de ceticismo saidiano não admite, apesar do reconhecimento da multiplicidade dos

¹⁰ “aspiration and antagonism, as well as from experience”.

¹¹ “co-presence of other laws and knows that its own office is subaltern; knows that it is surface and not centre where it works”.

mundos, a suspensão do juízo enquanto conduta do empreendimento crítico. Como o objetivo da crítica não é resolver a multiplicidade, mas mover-se em meio a ela, a ausência de um princípio norteador absoluto não implica na recusa da tomada de decisão ou posicionamento. Ao contrário, é esta ausência que torna possível qualquer iniciativa crítica para Said; de fato, é ela que compõe o núcleo irreduzível da própria noção de crítica: «a crítica como uma forma de liberdade democrática e como uma prática contínua de questionar e acumular o conhecimento que, em vez de as negar, está aberto às realidades históricas constituintes do mundo» (SAID, 2007: 69). Crítica quer dizer liberdade e esta, por sua vez, não significa quietismo, omissão ou mesmo a afasia (ἄφασια) pirrônica; não se trata de se retirar do mundo, de preservar uma suposta autonomia imparcial e neutra em relação à vida, seja por impossibilidade de se tomar uma decisão ou por qualquer tentativa de salvaguarda de subjetividade ou identidade. Liberdade, para Said, tem a ver diretamente com perigo, correr risco, «falar a verdade ao poder» (SAID, 2005: 89), deslocar continuamente as estruturas que funcionam para capturar a capacidade de perturbação e desestabilização da crítica.

A *Phronesis* aristotélica, a Prudência emersoniana e o Ceticismo compõem o horizonte ético de ação do crítico, sobretudo no que diz respeito a seu papel público de intervenção na forma como se institucionalizam textos e interpretações. Nesse sentido, a ética crítica saidiana permite estabelecer um liame entre as iniciativas hermenêuticas do crítico e as circunstâncias estabelecidas que formam o cenário de intervenção. Um dualismo eu-mundo promoveria a manifestação de um indivíduo atomizado e apartado no sentido de provocar a crise de um todo orgânico, um mundo, instaurando um processo que poderia levar a sua destruição ou recomposição. A proposta de Said, no entanto, é diferente: trata-se de perceber que não se pode pensar o coletivo, ou, neste caso, o mundo dos textos e das interpretações, sem antes reconhecer seu próprio lugar *dentro* dele (TSEN; WESLEY, 2015). A consciência crítica

do indivíduo não é a contraparte externa da interioridade mundana em que ela circularia, mas antes a condensação de interesses, possibilidades e intensidades se relacionando agonicamente na imanência do mundo.

Em entrevista, retomando a noção espacial da história de Gramsci, Said aborda a questão da potência humana de dispor a história rejeitando a dicotomia eu-mundo:

A concepção gramsciana da história, que é essencialmente geográfica e territorial, uma história feita de muitos terrenos sobrepostos, de forma que a sociedade é vista como um território no qual um número de movimentos estão ocorrendo. A visão de territórios sobrepostos e concorrentes é para mim uma visão mais interessante da história do que aquela visão temporal que retorna a um *fons et origo* - um ponto originário miraculoso. Isto posto, torna-se possível começar a ver o engajamento no processo histórico como de fato uma luta coletiva - não uma luta a ser ganha por um sujeito individual tentando capturar o todo da história em toda sua complexidade, como Dilthey tentou fazer, mas uma luta coletiva na qual vários interesses interagem sobre locais particulares de intensidade e domínios concorrentes¹² (SAID, 2001: 58, tradução nossa).

Esse espaço de disputa e contenda, em que as forças particulares, locais e intensivas de interpretação convergem, é heterogêneo e

¹² “the Gramscian conception of history, which is essentially geographical and territorial, a history made up of several overlapping terrains, so that society is viewed as a territory in which a number of movements are occurring. The vision of overlapping and contested terrains is to me a more interesting view of history than the temporal one going back to a *fons et origo*—a miraculous, originating point. Given that, it becomes possible to see engagement in the historical process as in fact a collective struggle—not a struggle to be won by an individual subject trying to grasp the whole of history in all of its complexity, as Dilthey tried to do, but a collective struggle in which various interests interact over particular sites of intensity and contested domains”.

horizontal, opositivo e itinerante, de modo que a coexistência é uma condição de partida, a contraposição é a possibilidade de criação, e a errância, uma forma de vida. As relações da tríade secular de Said – o mundo, o texto e o crítico – são dadas não por transparência e imediatez, mas em um campo de interposição contínua de forças, provocando mais complexidade e expansão do horizonte de produção de sentido. Esse é o espaço do primeiro elemento do par estruturante da proposta de retorno à Filologia a que Said chamou de **Resistência**. Este é o âmbito ético em, com e a partir do qual o crítico agita as estruturas que conformam as modalidades de expressão e de compreensão. Como Said afirma:

[n]o processo de alargar o horizonte humanista, os seus feitos de intuição e compreensão, a estrutura deve ser ativamente compreendida, construída e interpretada. E isso é o que constitui a resistência: a capacidade de diferenciar entre o que é diretamente dado e o que pode ser sonegado, quer porque as próprias circunstâncias de um especialista humanista podem confiná-lo num espaço limitado além do qual ele não pode se arriscar, quer porque ele é doutrinado a reconhecer apenas o que foi educado a ver (SAID, 2007: 100).

A resistência humanista da Filologia estaria justamente na possibilidade de esta alargar não apenas as circunstâncias de diálogo do próprio crítico, mas sobretudo o raio de leitura e percepção de outros indivíduos. Isso se dá pelo jogo de afastamento e proximidade que o crítico exercita quando arrisca-se em uma iniciativa de interpretação: força os limites institucionais, os pressupostos teóricos e as modalidades de circulação e recepção que tendem a uniformizar os sentidos (d) e existência. Assim, o crítico trabalha no sentido do desdobramento da percepção de leitores para outras formas de compreensão que, por

sua vez, derivem para ainda outras modalidades de leitura. Com isso, o próprio espaço da crítica é expandido e, em última instância, é *criado* ao modo viquiano, pois

ao examinarmos a dimensão mais-que-sensível do texto, sua capacidade de disseminar-se e permanecer, não estamos mais falando sobre um mundo simples em que a prova está ali ou não. O mesmo vale para a linguagem, pois os signos não são simples presenças, mas redes criadoras e criadas de relações (SAID, 2003: 40).

Esse modo adverso de se relacionar com o espaço – com o espaço da crítica, a bem dizer, o mundo – busca evitar que este seja submetido à projeção prévia de quaisquer critérios de orientação da atividade crítica, porque, ao sujeitar de tal maneira o espaço, produz-se o seu esvaziamento. O mundo deixa de ser o plano de fertilização recíproca das esferas de atuação – instituições, indivíduos, coletividades, etc. –, onde os acontecimentos ocorrem, para se tornar o lugar onde se testam, confirmam ou rechaçam as expectativas predeterminadas, sejam de programas científicos como os de Ernest Renan e da Nova Filologia, sejam de providências ou premeditações dos variados discursos religiosos imbuídos na atividade crítica.

É nesse sentido que Darwin Tsen e Charlie Wesley (2015) falam em duas éticas saidianas: uma ética oposicional, cujo movimento se dá pela recusa constante a enclausurar as possibilidades de engendrar valores, conceitos, formas de participação, de intervenção. Como vínhamos demonstrando, essa oposicionalidade passa pela *resistência* a privilegiar qualquer tipo de vocabulário, ou constituir e antepor qualquer método que supostamente faria os textos confessarem sua estabilidade. Do mesmo modo, essa ética da oposição evita a astenia da agência humana, da capacidade de intervenção intelectual, da energia que possibilita atuar

dentro de contextos e instituições que não são passivos, mas que exercem pressão contínua sobre as forças de divergência e deslocamento que circulam em qualquer interação mundana. A segunda ética, uma ética da possibilidade (*enabling ethics*), operaria tanto no sentido da expansão de horizontes de atuação como da capacitação para e propiciação da deriva diferencial das formas de interpretação textuais, de contestação das modalidades de consciência crítica e assim por diante. Nesse sentido, a ética da possibilidade de Said atua na formação de feixes de relações, que vão se interfertilizando ou mesmo malogando-se, de modo que atinjam formas de condensação capazes de ativar novos feixes de relações e de promover outras possibilidades para seu arranjo. Isso ocorre, porém, sem que haja a fixação ou institucionalização das formas de relação entre textos, mundo e agentes partícipes. Qualquer modo de fixação dessas relações significa o abandono da ética secular, oposicional e possibilista para a adoção de um procedimento autoritário, sectário, engessado, que Said considerou ser de caráter religioso e cientificista.

Os atos de adentrar no processo em funcionamento da linguagem, considerar um texto como um campo agônico em que autor, mundo e leitor se relacionam de modo implicado e comprometido, tornando a leitura um ato de emancipação e esclarecimento com fins de ampliação e alargamento da agência humana, são os atos que configuram a prática localizada do intelectual que lida com textos e que apontam para uma campo ampliado de atuação da crítica.

2. 1970: O Caso Greta Garbo, Quem Diria, Acabou No Irajá

Os anos seguidos de 1968 trouxeram, pelo menos ao debate *mainstream* das Ciências Humanas, Letras, Artes e Filosofia, uma profusão de transformações na compreensão do que vem a ser gênero, sexo, sexualidade, classe e raça. Num vetor oposto, regimes políticos

ditatoriais eclodiram também nos chamados países de terceiro mundo, criando sistemas de censura cada vez mais sofisticados. Na interface desses discursos, emergiram produções artísticas que, ao passo que se diferenciava enquanto esquerdas dentro da esquerda mais centrada nas questões de classe, produziram arte como estratégia de transformação da realidade.

Assim, num contexto em que ficção e realidade são borrados como possibilidade de inscrição de um contradiscurso, Fernando Mello, dramaturgo radicado no Rio de Janeiro, produz um texto de ficção (e ao mesmo tempo “depoimento”¹³), cujo título marca os trânsitos identitários, a saber: *Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá*. Nesse drama, assumido como *corpus* deste dissídio crítico-filológico, a história contada é de um idílio amoroso fraturado na solidão, na desilusão romântica frente à derrocada da experiência social humana: o exílio.

O enredo é simples: Pedro é um homossexual mais velho, *habitué* das noites cariocas na região da Cinelândia, que, numa noite de muita chuva, conhece Renato, jovem interiorano, aparentemente inocente, perdido na selva de pedra. Interessado no rapaz, convida-o para passar a chuva em seu apartamento no Irajá. Essa chuva dura meses e é sob ela que constroem um caso de amor fortemente atravessado pela presença feminina de uma moça, loira e interiorana, chamada Mary. Pedro se reconhece como Greta Garbo, ou melhor, Pedro Garbo, Pedroca, Sebastiana, Rainha Vitória, Oscar Wilde e Matilde... num caleidoscópio de performances de identidade que mostram o abalo da erudição tradicional que marginalizou os gays e a disseminação no tecido da cultura de uma estética “garbosa”, para acompanhar uma metáfora de Gilberto Gil em sua música *Viado*.

Escrita em 1970 e encenada a partir de 1973, quase que ininterruptamente, *Greta Garbo*, apelido que ganhou entre o público e nas coberturas jornalísticas do período, borra as fronteiras dicotômicas entre o real e o ficcional por trazer ao palco um “espelho” cruel da vida

¹³ Discutiremos, adiante, na seção três acerca da bioficcionalização na peça.

humana e de seus vazios. Sobre isso, em entrevista, o autor afirma: “[...] a peça é muito cruel, porque as coisas que eu falo são por si só cruéis. A peça só fala em solidão e fica provado que as pessoas estão terrivelmente sós. Não sei o que é engraçado, mas as pessoas riem [...]” (MORAES, 1973: 4). Esse riso, ao passo que pode ser compreendido como fruto direto da comédia, é também lido pela crítica como uma gargalhada como a de Ulisses na fuga do ciclope Polifeno, com a diferença de que o monstro não vai embora, nem Ulisses escapa; persiste nas “esquinas da badalação”, nas batidas policiais, nos espancamentos e na felicidade clandestina de sujeitos patologizados científica e socialmente por uma sociedade que se inventou os anormais só para designar normalidades e reservá-los a espaços inóspitos de sociabilidade.

Por isso, o desconforto instaurado por pelo enredo da peça nada mais é do que a necessidade de constituir outras possibilidades narrativas outrora solapadas pelo discurso que se outorgou como absoluto. Desse modo, tomando a lição do hibridismo identitário de *Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá*, como criatividade e afirmação positiva de vida, produzimos também uma releitura da práxis filológica a fim de renovarmos a compreensão de texto em sua produção, transmissão e circulação social. Mais que uma odisseia de regresso, ou reclamação de um lugar perdido, ou ausência que precisa ser preenchida, neste texto, tencionamos ler através dos acionamentos das vertentes críticas que constituem um aparato epistemológico de subversão do falocentrismo.

Para isso, tomamos *Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá* como *corpus* dissidente para leitura e transformação da nossa abordagem teórica e crítica empreendida por meio da Filologia. Assim, ao mesmo tempo em que lemos o texto criticamente, transformamos a nossa identidade teórica pelos conflitos epistemológicos surgidos no processo de leitura e construção da nossa práxis filológica.

Temos em mente que as perspectivas teóricas e científicas são construídas sob a historicidade de uma tradição cultural, são criações

científico-sociais (SANTOS; MENESES, 2010), e os sujeitos-pesquisadores são formados em (e formadores de) uma episteme (FOUCAULT, 2005) que elegeu a masculinidade como gramática de dominação nas relações políticas, sociais e culturais. Por isso, não parece grave afirmar que a cientificidade da tradição ocidental é uma obra fecunda da atuação do falocentrismo com a qual, sem desconfiança, não podemos ler *Greta Garbo*.

3. *Ika Kó Dogbá*¹⁴: Teoria ou Prática Editorial?

São essas as palavras que acomodam no nosso vernáculo um saber não-ocidental, legados da África iorubana e que está expresso no título desta seção. Esse assédio ao provérbio serve-nos de recurso para pensar a diferença e a (in)conciliação como categorias a partir das quais podemos, e devemos, criar práticas críticas filológicas que fogem da massificação do pensamento metafísico hegemônico há muito no Ocidente cristão.

Já nos parecem danosamente irreversíveis as consequências do pensamento eurocêntrico que, ainda hoje, se acredita majoritariamente absoluto. O custo expresso que temos pago disso é a pasteurização das diversidades históricas e culturais das possibilidades de invenção do homem e do mundo. A ferramenta mais poderosa desse processo é a ação secular de colonização epistêmica dos “povos sem cultura” através da seguinte fórmula: tornar os princípios abstratos, idealistas e desencarnados (desmaterializados) a fim de reduzir as pluralidades com que se configuram a diversidade a um produto monocromático, monocórdico e controlável por um modelo exegetico bastante rígido e limitado.

Além disso, precisamos entender que cada dedo é diferente em sua morfologia e função e, embora possamos dizer de todos “dedo”, as singularidades são inalienáveis. Essa metáfora serve-nos para duas

¹⁴ “Os dedos não são iguais”.

aproximações: na primeira, queremos entender os textos como dedos em plenitude e diferença, um *unicum*; na segunda, pensar “dedo-s” como uma categoria que, ao mesmo tempo que une, assume a dimensão pluralizante para além do que o signo “tradição”, por hiperônimo e semelhança, costuma reunir sob regime hierárquico.

Assim, o que intentamos construir nesta seção é uma postura editorial que não se valha, exclusivamente, da semelhança, unicidade, abstração e da convergência centralizadora que justifica a fixação do texto original ou a vontade final do autor, ou seja, repensar as tradicionais edições críticas politestemunhais da tradição europeia como possibilidades históricas localizadas e relacionadas a certos gêneros textuais ou processos históricos de transmissões semelhantes. A configuração que nos tem interessado no projeto de edição de *Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá* está intimamente ligada à mudança nas relações do editor com o texto e do leitor (inclusive do editor como leitor) com o texto, ou melhor, as ações que serão promovidas editorialmente estarão em função dos modos de ler a história das dissidências históricas textuais que compõem o dossiê do processo de censura da peça.

Para isso, entendemos que o editor precisa deixar de ser um agente da maquinaria da representação (CERTEAU, 2010) e passar a atuar na dimensão da criatividade, na produção de sentidos textualizados, e não apenas ser mais um adepto da obsessão pelo resgate do arroubo autoral ou do texto original. Essa postura vai de encontro aos projetos mais teleológicos, em que o editor, no esforço de reconstruir um texto conforme o original perdido ou a última vontade do autor, termina por engendrar uma nova rede textual, valorosa como oportunidade de leitura, mas que se acredita fidedigna e se agrava quando se identifica como a verdade a partir de um rígido controle hermenêutico dos sentidos históricos dos textos.

As edições que consideram a pluralidade histórica dos textos terminam por criar um espaço maior para a atuação do leitor em relação

ao projeto editorial. Afinal, diante das possibilidades de leitura, os sujeitos leitores têm papel determinante na escolha do(s) “testemunho(s)” para ler, do itinerário que será construído para a leitura. Compreendemos que é a emancipação do papel do leitor no projeto crítico de edição implicará o descentramento do papel do editor, principalmente, quanto à decisão sobre a suposta “variante textual” X, Y ou Z. Vale ressaltar, entretanto, que o descentramento não equivale ao colapso da figura do editor, mas da transformação do seu papel de juízo (*indicium*) para o de agente mediador nas redes históricas, linguísticas, culturais e sociais que engendram a configuração do texto .

Parece óbvio que essa emancipação esteja na ordem da crítica às perspectivas do historicismo oitocentista, do Formalismo, do *New Criticism* e do estruturalismo, que relegavam ao ostracismo o leitor e pensavam a obra como “[...] unidade orgânica auto-suficiente, da qual convinha praticar uma leitura fechada (*close reading*), isto é, a leitura idealmente objetiva, descritiva [...]” (COMPAGNON, 2001: 140-141), sem subjetividade. Entretanto, ela já se insere também na crítica às teorias que estão no extremo oposto, na supervalorização dos leitores, numa tendência de relativismo absoluto ou na linha de uma “estética da recepção”, cuja premissa é a idealização do leitor.

A rigor, nem leitor, nem autor, nem texto podem ser excluídos ou hipervalorizados, já que constituiriam novo esquema hierárquico rígido. Afinal, nas palavras de Stanley Fish:

[...] As significações não são propriedades nem de textos fixos e estáveis, nem de leitores livres e independentes, mas de **comunidades interpretativas**, responsáveis ao mesmo tempo pelas atividades dos leitores e dos textos que essas atividades produzem. [...] (FISH, 1980: 322, grifo nosso)

Por isso, precisamos perceber as redes interpretativas que construímos e também aquelas a partir das quais também operamos a formação das nossas competências de leitura. Assim, ao filólogo cabe a investigação das condições de produção, circulação e transmissão nas quais os textos foram tecidos, propondo outras leituras que enfrentem, ao menos, o verdugo do anacronismo. Nesse processo, também são oportunas denúncias de quaisquer tentativas de obliteração das possibilidades de ler; porém não interessa mais, na perspectiva que assumimos, a vigília exegética que levaria à interpretação correta, mas sim a leitura crítica da diversidade como produto histórico de diversas atuações e sociabilidades dos sujeitos que se ocuparam da interação com o texto.

A essa configuração – a que pensa a interpretação a partir das comunidades interpretativas e cria relações e tensões em torno do autor, texto e leitor – precisamos somar a noção de “imaginário” para não excluirmos a dimensão do sujeito em relação à produção de sentido no contexto social. Por isso, é importante entender a concepção de imaginário definida por Cornelius Castoriadis (1982), conforme a qual as sociedades são instituições imaginárias ativadas e ativadoras de sentido, isto é, à medida que o sujeito se constrói no imaginário social, ele não o faz de modo passivo; ele transforma e renova os modos de produção de significados e valores.

Além disso, a sociedade é produzida pela ação do ser humano, e não naturalmente, mas através de práticas associativas. O social é uma construção simbólica. Assim sendo, é formado por significações imaginárias, personificadas em instituições. O imaginário social agencia, portanto, o modo de ser, disponibilizando uma série de paradigmas com os quais os indivíduos se pertencem, sentem e desejam.

Obviamente, dentro da proposta de Castoriadis, as significações não se encontram discretas, ou seja, pré-estabelecidas, mas possuem multifacetadas formas de estar em transformação. Não existe um sentido prévio e essencial; não há rivalidades dicotômicas como sustentáculo

para as significações imaginárias. Ruem-se, pois, as oposições entre real e imaginário e, com isso, as significações imaginárias superam o antigo esquema de representações de um mundo pré-existente. Essa outra perspectiva vê:

[...] o mundo das significações [...] como posição primeira, inaugural, irreduzível do social-histórico e do imaginário social tal como se manifesta cada vez numa sociedade dada; posição que se presentifica e se figura na e pela instituição das significações [...] (CASTORIADIS, 1982: 413).

É nesse contexto que estamos convencidos de que não é possível, numa dimensão concreta e textual, aceitar que os textos possam ser reconstruídos conforme originais, mesmo porque somos sujeitos históricos e transformamos sempre aquilo com que interagimos. No máximo, parece ser possível pensar na reconfiguração do contexto no qual o texto foi forjado, numa tentativa de aproximação, alteridade e negociação tanto com a comunidade interpretada na qual estamos inseridos quanto a partir da qual o texto foi possível existir.

Que a perspectiva de edição platônica privilegiou a semelhança como estratégia de autorização da edição é de todos sabido. Acrescentamos, entretanto, que o fato de, inicialmente, termos denunciado os compromissos que esse projeto possui com o pensamento socrático-platônico não significa o completo descrédito com o trabalho dos filólogos, mas um deslocamento! Principalmente, no sentido de perceber esse projeto como uma das configurações possíveis para se editar, e não mais como a maneira absoluta.

Tal perspectiva de desconstrução, embora abale o modelo hegemônico, visa criar outras possibilidades de enunciação de leituras filológicas que usem o fator da *dispositio* textual, a hierarquia dos “testemunhos” e a

cronologia das variantes a favor do projeto editorial, e não mais – pelo menos na concepção que escolhemos aqui – como o itinerário a partir do qual se deve, por rigor científico, trilhar o caminho de reconquista do original perdido. Portanto, o editor precisa ser capaz de suplementar a possibilidade mais tradicional, propondo outras performances de edição e leitura recalcadas pela lógica da semelhança compósita da edição.

É nessa conjuntura de diversidade que tentaremos construir uma edição que contemple os *scripts* produzidos ou reproduzidos entre 1970 e 1975 e que constam no dossiê de *Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá*, de Fernando Mello, com uma documentação muito mais ampla e que chega à primeira metade da década de 1980. Tentaremos compor uma edição que se valha da diferença a partir dos três *scripts* que se diferem entre si tanto quanto à materialidade e quanto à textualidade. Convencemo-nos de que compreender as diferenças existentes entre os textos é mais relevante que propor, estematicamente, uma reconstrução original, vez que cada texto, pela documentação que aparece expressa no dossiê, é diferenciado porque visam à encenação ou à publicação para circulação nacional. Não podemos ler as transformações textuais sempre como infiltrações indesejadas incorporadas ao texto pelo desgaste e deturpação do tempo.

Parece-nos estratégico pensar as materialidades de cada *script* como espaço oportuno para observar que os “dedos não são iguais” e que cada diferença decorre de cenários e de atores diferentes responsáveis por diversas produções de sentidos. Essa concepção desloca a ideia de que o tempo é responsável por contaminar o texto, de inserir elementos espúrios. Passamos, então, a entender cada *script* como possibilidade histórica indelével de *Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá*, autorizada e com muito valor.

O argumento principal para isso é que, especialmente em textos dramáticos, a fluidez das mutações textuais não corresponde a um caminho linear, com começo-meio-e-fim precisos; mas, sim, de

motivações dissidentes que funcionam mais como um itinerário complexo do que como um trajeto com vias pré-concebidas de causas e consequências. Por isso, o esquema arbóreo do estema a partir do qual a tradição documental é explicada não é a melhor representação metafórica para *Greta Garbo, quem diria, acabou no Iraque*.

Por esse motivo, pensamos a edição como um rizoma, uma metáfora tomada por Gilles Deleuze e Felix Guattari (1995) da Botânica para configurar outros tipos de relações complexas diferentes dos sistemas de raízes arbóreas, em que há um centro, cuja raiz principal tem por função central garantir o sustentáculo de todas as outras estruturas (caule e folhas).

A planta com estrutura rizomática, ao contrário, é mais diversa na própria constituição. Poder fazer-se caule ou raiz, de modo que dela nunca podemos esperar relações previsíveis ou que tendam para o singular, e sim para o plural. É por isso que Deleuze e Guattari (1995: 25) afirmam que:

[...] O pensamento não é arborescente e o cérebro não é uma matéria enraizada nem ramificada. O que se chama equivocadamente de “dendritos” não assegura uma conexão dos neurônios num tecido contínuo. A descontinuidade das células, o papel dos axônios, o funcionamento das sinapses, a existência de microfendas sinápticas, o salto de cada mensagem por cima destas fendas fazem do cérebro uma multiplicidade que, no seu plano de consistência ou em sua articulação, banha todo um sistema, probabilístico incerto, *un certain nervous system* [...].

E é nessa (des)articulação que se encontra a peça de Fernando Mello para a qual propomos uma edição e uma leitura nas redes associativas

que tanto se deflagram no dossiê como nas constituições propostas no nosso projeto editorial.

4. NAS TRAMAS DE *GRETA GARBO, QUEM DIRIA, ACABOU NO IRAJÁ*

Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá teve grande repercussão nacional. O texto tem sido encenado desde a década de 1970, época em que as artes brasileiras estiveram sob ostensiva vigilância. Essa peça recebeu várias montagens e percorreu o Brasil quase todo, fato que gerou diversos processos de submissão à Censura. Tal fortuna arquivística, preservada no Arquivo Nacional de Brasília, traz indícios das diversas formas de recepções do texto, o que pode contribuir para o entendimento de como eram tratadas as questões relativas à homossexualidade no período em que os militares governaram o Brasil. Assim, com base em três *scripts*¹⁵ da peça elaboramos um confronto sinóptico¹⁶ de alguns contextos considerados chave para a leitura das questões, quais sejam:

- a) MELO, Fernando. **Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá**. Rio de Janeiro, 1970 [1971]. Localização: Arquivo Nacional; descrição: 23/25 de julho de 1970 e submetido ao *Serviço de Censura de Diversões Públicas* pela *Pinchin Plá Produções* por meio da *Sociedade Brasileira de Autores Teatrais*, em 17 de dezembro de 1971;

¹⁵ Na tradição terminológica da Filologia, compreende-se “testemunho” como cada texto sobrevivente de uma tradição textual. Aqui, principalmente para que se suste o sentido linear que essa designação carrega, utiliza-se *script*, termo alcinhado pelos próprios agentes envolvidos com *Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá*.

¹⁶ O confronto sinóptico, bem como a edição descentrada, pode ser melhor visualizada na tese de doutoramento *Nas tramas de Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá*, defendida em 2014.

- b) MELO, Fernando. *Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá. Revista de Teatro SBAT*. Rio de Janeiro, n. 400, p. 45-68, jul.-ago. 1974. Localização: Arquivo Nacional; descrição: reprografia do texto impresso publicado na *Revista de Teatro da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT)*, n. 400, de julho-agosto de 1974, entre as páginas 45 e 68;
- c) MELO, Fernando. **Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá**. Rio de Janeiro, 1975. Localização: Arquivo Nacional; Descrição datiloscrito, com 32 folhas reprografadas em folhas em formato ofício.

Na comparação realizada entre o *script* datiloscrito de 1970 (D70), o *script* impresso de 1974 (I74) e o datiloscrito 1975 (D75), constatamos alterações de ordem diversas: 90 acréscimos, 4 correções (de caráter gráfico), 78 substituições e 60 supressões. Todas essas lições atestam novas coordenadas linguísticas, sociais, históricas e culturais tanto aquelas às quais o texto foi submetido, quanto aquelas com as quais diversos sujeitos interagiram. Essas lições – aqui definidas como locais de dissidência na geografia do ato de colação entre os textos – são agenciamentos complexos produtos das possibilidades de encenação e de publicação da peça de Mello.

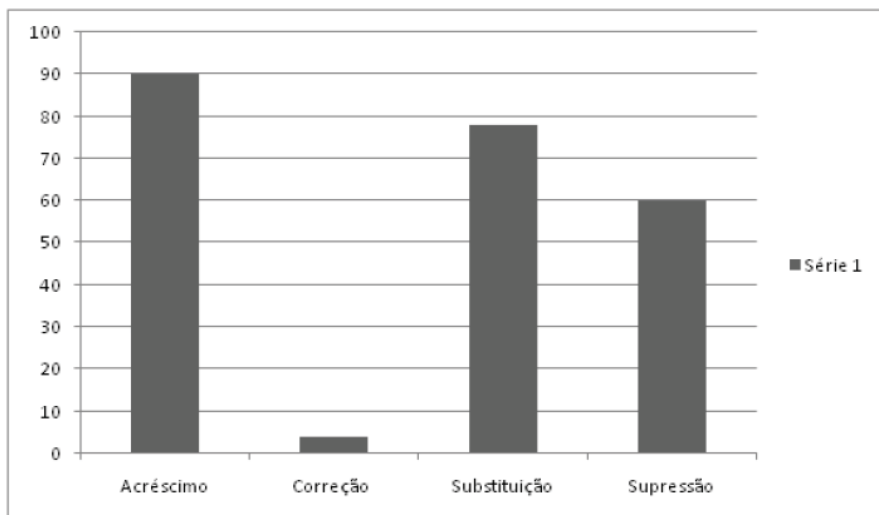
Ainda dentro desse cotejo, cabe o seguinte parêntesis: precisamos dizer que I74 e D75 são, por semelhança mútua de 99%, disjuntos de D70, o que, se intuíssemos de imediato pela perspectiva tradicional compósita, nos levaria a afirmar que I74 é copiado por D75 e que, aquele é resultado da correção de D70. Porém, na análise encontramos uma das passagens que ilustra uma disjunção entre I74 e D75 e que, se não serve para por em suspensão essa regra, amplia a discussão para outra esfera não-linear:

D70, f. 29	I74, p. 57	D75, f. 19
PEDRO - E quem falou que eu tou curtindo?	PEDRO - E quem falou que eu tou curtindo?	PEDRO – E quem falou que eu tou curtindo?
RENATO - Olha, eu toquei prá ela que você me esperava tôdas as noites.	RENATO - Olha, eu tomei pra ela que você me esperava todas as noites.	RENATO – Olha, eu falei pra ela que você me esperava todas as noites.
PEDRO - E essa mulher não sabe?	PEDRO - Essa mulher não sabe	PEDRO – E essa mulher não sabe?

Nesse contexto de fala de Renato, três verbos anunciam a diferença existente entre os três *scripts*: “toquei,” “tomei” e “falei”. O primeiro é um dado de verossimilhança, isto é, a gíria carioca dos jovens; o segundo, mais difícil de compreender, parece ser um *lapsus calami*, no sentido metafórico da expressão; o terceiro, a divergência mais radical, inaugura uma nova lição que acomoda o texto numa fluidez referencial, menos marcada pelo diatopicamente e sem o estranhamento da segunda. Se esta última alteração foi decisão editorial na cópia do I74, ou se houve um texto intermediário entre eles, não temos condições materiais para responder. No lugar de apostar entre uma e outra alternativa, optamos aqui pela hesitação (a gíria cumpriu, historicamente, função na encenação do Rio de Janeiro e a referencialidade de “falei” evitou que o público baiano soçobrasse diante do regionalismo de Renato), posto que ela nos impede de seguir com o anseio linear, pedagogicamente orientado para o tólos da homogeneidade/unidade textual.

Retornando os dados acima a partir do gráfico abaixo, temos traços com os quais apreendemos os contrastes textuais dos *scripts*:

GRÁFICO 1: Modificações Textuais nos *scripts* de *Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá*



À primeira vista, ou melhor, nos domínios do senso comum quando pensamos nos pareceres do tempo sobre um dado elemento, uma das imagens que aparecem de chofre é a imagem do desgaste, do empalidecimento, da desfiguração, muito por causa do desvio da origem. Não é sem razão que esse imaginário, platônico por se distanciar da origem paterna, tenha alcançado o afã da ciência positivista que se arvorou pela busca da origem. Mas, ao olharmos para o gráfico acima, a quantidade de acréscimos é superior à de supressão, fato que mostra que o pensamento do desgaste, do desbotamento é uma metáfora ruim para se pensar as mobilidades textuais, já que os acréscimos enriqueceram o processo de transformação do texto, não desfaleceram como era de se esperar. Esse mesmo olhar positivado para a diferença pode ser utilizado para compreensão das substituições de um elemento por outro na mesma cadeia sintagmática. É o caso paradigmático da seguinte passagem:

D70, f. 14	I74, p. 51	D75, f. 10
RENATO - Entendi, claro. PEDRO - Pois é, você ainda acaba <u>entendido</u>. RENATO - Ufa, que susto. PEDRO - Susto?	RENATO - Entendi, claro. PEDRO - Pois é, você ainda acaba <u>entendido</u>. RENATO - Que susto, rapaz. PEDRO - Susto?	RENATO – Entendi, claro. PEDRO – Pois é, você ainda acaba <u>entendendo</u>. RENATO – Que susto, rapaz. PEDRO - Susto?

O “entendido” aproxima D70 de I74 à medida que se distancia de D75 pela diferença “entendendo”. Em questão, está aí o enigma dos sentidos que recobre o uso da palavra “entendido” pelos gays, o que, aliás, já discutimos acima. Entendido era o homossexual que fugia à regra sintaxe fixa de bichas (passivas) e bofes (ativos), já na relação atenuada de uma experiência subjetiva gay, discreta e comportada, fortemente normativizada pelo código moral hegemônico. Esse uso se difunde do sudeste para as demais regiões do país, na aclimação do movimento *gay power*. Como não há pesquisas que observem a geografia desses usos linguísticos para sabermos se, já em 1975, o termo estava difundido na cena urbana das grandes cidades, podemos inferir que a forma “entendendo” é produto de uma acomodação à estrutura sintática de um *scriptor* que não compreendeu a ambiguidade da profecia de Pedro ou optou por neutralizar o chiste.

O mesmo acontece na passagem em que Pedro, enciumado pela reaproximação de Renato e Mary, adjetiva a moça, em D70, de maneira grosseira:

D70, f. 25	I74, p. 55	D75, f. 16
RENATO - Que senhora? PEDRO - A <u>leiteira</u> que estava com você. RENATO - Uma amiga minha.	RENATO (Susto) Que senhora? PEDRO - <u>A</u> que estava com você. [col.2] RENATO - Uma amiga minha.	RENATO (Susto) – Que senhora? PEDRO – <u>A</u> que estava com você. RENATO – Uma amiga minha.

Dessa vez, I74 e D75 trazem lições semelhantes e a diferença fica por conta de D70, cuja ocorrência “leiteira”, o adjetivo misógino de Pedro, é substituída num intuito atenuador do xingamento, mas também sob forte recomendação da primeira censora.

Além disso, também acontecem acréscimos, se assumimos a ordem cronológica crescente. À passagem de D70, são acrescentados elementos que expandem a fala das personagens em I74 e D75. Vejamos:

D70, f. 39	I74, p. 62	D75, f. 25
MARY - Eu tou manjando tudo, ouviu? Eu já tinha manjado desde o início. Eu sou macaca velha, escolada. Conheço um veado longe. PEDRO - Já que você constatou o obvio, meu bem, saiba: ele é meu marido. MARY - Renato, seu safado. Safados, os dois!	MARY - Eu tou manjando tudo, ouviu? Eu já tinha manjado desde o início. Eu sou macaca velha, escolada. Conheço um veado longe. PEDRO - Já que você constatou o obvio, meu bem, saiba: ele é meu marido. <u>E você a outra.</u> MARY - Renato, seu safado. Safados, os dois!	MARY - Eu tou manjando tudo, ouviu? Eu já tinha manjado desde o início. Eu sou macaca velha, escolada. Conheço um veado longe. PEDRO - Já que você constatou o obvio, meu bem, saiba: ele é meu marido. <u>E você a outra.</u> MARY - Renato, seu safado. Safados, os dois!

A adição de “E você a outra” à cena de discussão aumenta, de um lado, a nitidez sobre os consórcios afetivos entre Pedro e Renato e, de outro, acentua a marginalidade de Mary que, desde o início da peça, aparece como a outra dos jogos do androceu para os quais jamais foi convidada.

Vale, por fim, apontar uma das correções de caráter ortográfico.

D70, f. 8	I74, p. 48	D75, f. 6
PEDRO - (IRÔNICO) Vou. RENATO - De quê? PEDRO - Táxi-boi! RENATO - O que é isso? PEDRO - Te digo na cama.	PEDRO (Irônico) - Vou. RENATO - E de que, sô? PEDRO - Taxi-boy! RENATO - E o que é isso? PEDRO- Te digo na cama.	PEDRO (Irônico) – Vou. RENATO – E de quê, sô? PEDRO – Táxi-boy! RENATO – O que é isso? PEDRO – Te digo na cama.

Em D70, no momento em que Pedro propunha, com gracejos, formas para que Renato ganhasse dinheiro, dada sua vexatória condição financeira, aparece a expressão “táxi-boi”, um referênciã comum na década de 1970, para os jovens que levavam a ficção existencial amorosa aos lampejos do capital, como aparece bem descrito na canção de Zé Ramalho (1979): “[...] Baby, nossa relação acaba-se assim/ Como um caramelo que chegasse ao fim/ Na boca vermelha de uma dama louca/ Pague meu dinheiro e vista a sua roupa [...]”. A correção, em si, se dá a partir da troca do “i” pelo “y”, no intuito de se manter a estrutura grafemática da língua inglesa, empréstimo de onde provém a palavra “boy”, garoto. A combinação composta com a palavra táxi, também de origem inglesa, dá ideia de mobilidade, trânsito e de negócio.

Do processo de comparação, resta ainda notar os problemas relativos à supressão de trechos. O primeiro deles diz respeito ao processo de supressão decorrente do ato da cópia, como, por exemplo, é o seguinte:

D70, f. 31	I74, p. 58	D75, f. 20
MARY - Espere. Ainda nem falei direito com o teu tio. RENATO - São duas horas da madrugada... Hum, da madrugada. PEDRO - É cedo, Natinho, querido. (T) Apanhe uísque para nós. A distinTa jovem bebe, pois não?	MARY- Espere. Ainda nem falei direito com o seu tio. RENATO - São duas da madrugada. Quer dizer, da madrugada. PEDRO - É cedo, Natinho, querido. (T) Apanhe uísque para nós. (T) A distinta jovem bebe, pois não?	MARY – Espere. Ainda nem falei direito com o teu tio. Ø PEDRO – É cedo, Natinho, querido. (T) Apanhe uísque para nós. (T) A distinta jovem bebe, pois não? MARY – De vez em quando.

D70 e I74 possuem, com nitidez, a fala de Renato de diferentes maneiras, são elas, respectivamente: “RENATO - São duas horas da madrugada... Hum, da madrugada.” e “RENATO - São duas da madrugada. Quer dizer, da madrugada.”. A diferença decorre pela substituição do marcador “hum” pela expressão “quer dizer”, sem, salvo engano, mudanças de sentido. A diferença considerável mesmo está presente em D75, ou melhor, pela ausência da fala de Renato entre a de Mary e a de Pedro.

Além dessa, temos outro tipo de supressão, cujas inferências de análise permitem afirmar que se trata do processo de burilamento do texto para a publicação de *Greta Garbo* na Revista da SBAT. Observemos o contexto:

D70, f. 31	I74, p. 58	D75, f. 20
RENATO - É que... PEDRO - (DURO) Não seja teimoso, Natinho! MARY - Eu vou ficar mais um pouco, Natinho! RENATO - (SUSPIRO) Todo mundo toma uísque puro? MARY - Ponha um dedinho d'água no meu. (Ri) Eu fico tonta logo-logo.	RENATO - É que... Ø MARY - Ponha um dedinho d'água no meu. (Ri) Eu fico tonta logo-logo.	RENATO - É que... Ø MARY - Ponha um dedinho d'água no meu. (Ri) Eu fico tonta logo-logo.

No confronto acima, o destaque principal vem da supressão de três falas nos *scripts* de I74 e D75, quais sejam: Pedro, Mary e Renato. Essa supressão é diferente porque, ao contrário da primeira situação, em que só D75 era desigual, I74 e D75, porém, trazem inovação e oferecem um argumento importante, pois, embora em circunstâncias diferentes, esse dois textos possuem um ponto de convergência que decorre de um processo de laboração do texto que suprimiu as falas referidas. Se os dois textos não fossem congruentes, poderíamos afirmar que as modificações empreendidas foram fruto de transformações sob outras condições, inclusive por erros dos *scriptores*. Talvez, isso fique mais claro através da leitura do dossiê, principalmente, se voltarmos a analisar o aparecimento de I74 e D75 na conjuntura dos textos.

Como já dissemos, foi 1973 o ano em que *Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá* alcançou enorme repercussão pública, tudo decorrente do sucesso da peça primeiramente na Guanabara (Rio de Janeiro), depois em São Paulo e algumas outras capitais. A montagem da COARTE, embora em São Paulo tenha havido corte, deslocou-se nacionalmente. A matéria de 20 de agosto de 1975, do jornal *Tribuna da Bahia* traz uma informação curiosa sobre a encenação paulista e paulistana e a itinerância

do espetáculo de Fernando Mello, a saber:

Depois de permanecer mais de 18 meses em cartaz, em São Paulo, na capital e interior, a comédia de Fernando Melo “Greta Garbo, Quem Diria, Acabou no Irajá”, estreia hoje, às 21 horas no Teatro Castro Alves, iniciando excursão nacional patrocinada pelo Serviço Nacional de Teatro, percorrendo depois as principais capitais do Norte e Nordeste. || Até agora, “Greta Garbo” já foi assistida por mais de 400 mil espectadores entre Rio-São Paulo, e teve uma primeira excursão nacional realizada há dois anos, o que se constitui recorde nacional de público. O elenco da peça é constituído por Raul Cortez, Nulo [sic] Leal Maia e Iris Bruzzi. A direção é de Leo Jusi e cenário e figurinos de João Albino. [...] (GRETA GARBO, 1975: 2).

Saber dos 18 meses em cartaz e um público de mais de 400 mil espectadores somando Rio e São Paulo dá uma dimensão importante do sucesso da peça na cena teatral de âmbito nacional. Contudo, o que chama atenção é o patrocínio do Serviço Nacional de Teatro (SNT) órgão federal de apoio às artes cênicas, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), que tinha por objetivo principal a “elevação e edificação espiritual do povo” (BRASIL, 1928: n. p.). Na prática, através do Plano Anual de Recursos, os diretores, atores e produtores recebiam incentivos financeiros para o desenvolvimento das produções dramáticas (PEREIRA, 2001). Porém, a questão não era pacífica. Havia discursos tensionados pelo que viria a ser culturalmente relevante ou não, digno ou não, do financiamento público. Estavam em voga discussões acerca da identidade nacional e o projeto estético-cultural de Brasil, um sentimento de ufanismo cujo sintoma maior foi o fulgor da copa de 1970.

Mas “quem diria” que a peça de Fernando Mello seria contemplada pelo Plano Anual de Recursos haja vista o tom de reprovação que cercava os pareceres dados sobre peça? Que conjuntura política de Brasil foi essa em que, ao passo que produziu discursos coercitivos sobre a homossexualidade, financiou turnês do espetáculo? Mais uma vez, estamos diante de um quadro que exige leitura provisória e relativa, uma vez que, se não modalizarmos os sentidos com que pintam os anos de chumbo, o opróbrio cairá sobre nós mesmos. Longe de ser um coro uníssono, a sociedade brasileira sob regime militar possuía vozes dissidentes que, ora mais próxima do governo como mecanismo de articulação e sobrevivência, ora mais distante como antagonista severo das políticas desenvolvidas, desafinavam sobremaneira os discursos hegemônicos de Brasil.

Talvez não seja exagero afirmar que a classe teatral, imbuída do projeto de arte como construtora da nacionalidade, como texto formador cultural dos brasileiros, tenha trazido estampas de diferentes matizes sobre a nossa realidade no período. Havia diferentes vertentes críticas de teatro, tantas e de tal modo que os críticos estavam organizados na Associação Brasileira de Críticos Teatrais, entidade à qual diversos intelectuais envolvidos com teatro estavam engajados.

Assim, se de um lado tínhamos a voz repressora dos censores na desqualificação da peça de Fernando Mello, de outro havia críticos, tais como o Henrique Oscar e Yan Michalski, aos quais já nos referimos anteriormente, que festejavam nos principais veículos de *mass media* o sucesso e a vanguarda estética de Fernando Mello. A eles, árbitros com patentes socialmente reconhecidas, podemos atribuir a legitimação da qualidade textual do jovem dramaturgo que justificaria a concessão do apoio do Estado.

Somem-se a isso outros fatores: o primeiro diz respeito à conquista massiva do público, mais de 400 mil espectadores, o que cria uma

expectativa de larga expressão popular; o segundo está ligado a um mecanismo mais sorumbático, intimamente relacionado às relações de poder e controle das condições de enunciação do texto, mas também à mudança nas formas como os técnicos de censura passaram a avaliar o texto. Os técnicos de censura emitiram pareceres bastante contundentes sobre a peça aqui estudada, ora execrando o conteúdo do texto, ora lendo a mensagem como de influência e “mensagem” negativa; todavia o que mais surpreendeu foi a leitura que apreendeu o texto de forma positiva, porque compreendia que Fernando Mello propunha uma redenção de Renato, ao se arrepender das relações com dois profissionais da decadência humana (Pedro e Mary). Isso, argumentava um dos técnicos mencionados em parecer já mencionado, seria um momento de rara felicidade do autor, pois, enfim, tinha proposto textos exortativos aos jovens inocentes que se influenciavam na cidade grande.

Não seria obtuso afirmar que essa leitura objurgatória possa ter servido, a despeito das avaliações condenatórias, para criar uma imagem da peça como um recurso educativo, um exemplo para os jovens do que não fazer. Essa face repreensiva do texto vai ao encontro da narrativa de nação, cunhada na forja das relações heteronormativas e ufanistas de Brasil, que se obstinou por formar homens na altura de “varão perfeito”.

Porém, ainda temos de salientar que essa oscilação de negativa para positiva e vice-versa não é só mera interpretação, e sim uma leitura que visou à organização, ao gerenciamento e ao condicionamento. Sobre isso, precisamos recorrer àquilo que Foucault, na *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*, já apontava para os dispositivos de dominação discursiva nos discursos hegemônicos da sexualidade, a saber: “[...] cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo [...]” (FOUCAULT, 1988: 27).

Parafraseando o filósofo francês, era sim possível, portanto, na ditadura militar, falar dos homossexuais, de travestis e de quaisquer letras de dissidência social e sexual, desde que fossem discursos geridos num sistema de regulação de condenação ou advertência que visassem à correção do desviante. Desse modo, precisamos nos distanciar um pouco da lógica cáustica de pensar no simples silenciamento e opressão do texto para entender a arquitetura melindrosa dos dispositivos de controle dos enunciados, dos modos de ser, dos modos de conduzir a si que perfazem uma tentativa de construção de um padrão hegemônico.

Considerações Finais

Em face ao exposto, nossa discussão mais cumpre seu limite que exaure a discussão. Entretanto, compreender a Filologia como procedimento crítico-interpretativo e mundano talvez seja mais uma dicção contemporânea de construir o trabalho filológico tendo em vista o compromisso disso com os discursos humanísticos que promovem a democracia ou a enunciação de narrativas em contexto dissidente.

Referências

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross. São Paulo: Abril, 1984.
- AUBENQUE, Pierre. *La Prudencia en Aristóteles*. Tradução de José Torres Gómez-Pallete. Barcelona: Editorial Grijalbo, 1999.
- BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de Filologia Românica: História Externa das Línguas Românicas*. v. 1. São Paulo: EDUSP, 2013.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Tradução Guy Reynaud. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2010.

COMPAGNON, Antoine. O leitor. In: _____. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

CULLER, J. Anti-foundational philology. In: ZIOLKOWSKI, J. (Ed.). **On Philology**. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1990. p. 49-52.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs I: Capitalismo e Esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DOTTORI, Ricardo. The Concept of Phronesis by Aristotle and the Beginning of Hermeneutics Philosophy. **Ética & Política/Ethics & Politics**, v. 11, n. 1, p. 301-310, 2009.

EMERSON, Ralph Waldo. Prudence. In: _____. **Essays and Lectures**. Nova York: The Library of America, 1983. p. 357-367.

FISH, Stanley. **Is there a text in this class?** The authority of interpretive communities. Tradução Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Cambridge; Mass: Havard University Press, 1980.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

MORAES, Anamaria. Jovens em cena. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 4, 6 set. 1973.

PALMER, Richard. **Hermenêutica**. Tradução de Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1999.

PEREIRA, Victor Hugo Adler. **Os intelectuais, o mercado e o Estado na modernização do teatro brasileiro**. In: BOMENY, Helena. (Org.). **Constelação Capanema: intelectuais e política**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

PFEIFFER, Rudolf. **Historia de la filologia clásica: desde los comienzos hasta el final de La época helenística**. Tradução Justo Vicuña e Maria Rosa Lafuente. Madri: Gredos, 1981.

POIRIER, Richard. **The Renewal of Literature: Emersonian reflexions**. Nova York: Random House, 1987.

RUBIN, Andrew. Techniques of Trouble: Edward Said and the Dialectics of Cultural Philology. **The South Atlantic Quarterly**, v. 102, n. 4, 2003.

SAID, Edward. **Humanismo e crítica democrática**. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

_____. **The World, The Text and The Critic**. Cambridge: Harvad University Press, 1983.

_____. **Reflections on exile and other essays**. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

_____. **Power, Politics, and Culture: Interviews with Edward W. Said**. Nova York: Pantheon, 2001.

_____. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2003.

_____. **Representações do Intelectual: As Conferências Reith de 1993**. Tradução de Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez. 2010.

TAVANI, Giuseppe. **Teoría y metodología de la edición crítica de textos literários contemporâneos**. In: LITTÉRATURE LATINO-AMERICAINE ET DES CARAIBES DU XX SIECLE: theorie et pratique de l'édition critique. Roma: Bulzoni, 1988. p. 65-84. (Collection Archives).

TSEN, Darwin H.; WESLEY, Charlie. Revisiting Said's "Secular Criticism": Anarchism, Enabling Ethics, and Oppositional Ethics. In: TALLY, Robert T. (Ed.). **The Geocritical Legacies of Edward W. Said**: Spatiality, Critical Humanism, and Comparative Literature. Nova York: Palgrave Macmillan, 2015.

VEESER, Harold A. **Edward Said**: The Charisma of Criticism. Nova York: Routledge, 2010.

VERNANT, Jean-Pierre. Prefácio. In: OLENDER, Maurice. **As línguas do Paraíso**: arianos e semitas: um casamento providencial. Tradução de Bruno Feitler. São Paulo: Phoebus, 2012.

ZÉ RAMALHO. Garoto de Aluguel (Taxi Boy). In: _____. **A Peleja do diabo com o dono do céu**. São Paulo: Sony Music, 1979. 1 CD.

Recebido em 10/10/2016 e aceito em 06/12/2016.

FILOLOGIA E TRADUÇÃO NO PRIMEIRO ROMANTISMO ALEMÃO

Constantino Luz de MEDEIROS

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

RESUMO

Ao mesmo tempo em que pertence ainda à hermenêutica kantiana do Besserverstehen, ou seja, do entender um autor melhor do que ele mesmo se entendem, a teoria da tradução de Friedrich Schlegel postula a necessidade do rigor filológico e da observação da letra e do espírito do texto a ser traduzido. O artigo investiga e discute a aproximação entre a filologia e as teorias da tradução do Primeiro Romantismo Alemão, sobretudo nas teorizações de Friedrich Schlegel, Friedrich von Hardenberg, Friedrich Daniel Ernst Schleiermacher e August Wilhelm Schlegel.

ABSTRACT

At the same time that it still belongs to Kant's hermeneutics of Besserverstehen, that is, to understand an author better than he understood himself, the theory of translation from Friedrich Schlegel postulates the necessity of philological rigidity and the observation of the letter and the spirit of the text to be translated. The article investigates and discusses the approximation between philology and the theories of translation from the Early German Romanticism, especially in the theorizations of Friedrich Schlegel, Friedrich von Hardenberg, Friedrich Daniel Ernst Schleiermacher and August Wilhelm Schlegel.

PALAVRAS-CHAVE

Friedrich Schlegel. Filologia. Filosofia. Primeiro Romantismo Alemão. Tradução.

KEYWORDS

Early German Romanticism. Friedrich Schlegel. Philology; Philosophy. Translation.

Introdução

O cuidado no trato com textos, sejam literários, filosóficos ou teológicos tem uma longa tradição na Alemanha. Isso explica porque foi naquele país que surgiram diversas escolas filológicas tradicionais da modernidade, como a escola de Ulrich von Wilamowitz Moellendorf, e importantes estudiosos da filologia, tais como Werner Jäger, Hermann Fränkel, Paul Friedländer, Wolfgang Schadewaldt, Felix Jacoby, os quais encontram-se em uma linha que chega até Bruno Snell, Ernst Robert Curtius, Erich Auerbach, Leo Spitzer, entre muitos outros. Do mesmo modo, aquele que é considerado um dos precursores dos estudos filológicos na Alemanha, Friedrich August Wolf, influenciou a visão histórica, filológica e tradutológica da geração dos primeiros românticos, como os irmãos Schlegel, Novalis, Schleiermacher e Ludwig Tieck. Foi principalmente a partir do rigor acadêmico e da atenção filológica ao texto literário, aprendidos na escola de F. A. Wolf, que Friedrich Schlegel desenvolveu seu modo *sui generis* de estudar os fenômenos literários e sua historiografia da literatura.

A tradição do cuidado com os textos remonta ao século XVI, e a tradução que Martinho Lutero realizou da Bíblia no ano de 1530. Desde então, gerações de estudiosos praticaram o que pode ser considerado a pré-história da filologia e da hermenêutica modernas. O movimento que vai de Lutero até a época dos românticos é essencial não apenas para as teorias da tradução, a filologia, mas ao desenvolvimento da língua e da literatura alemã (MILTON 1998: 61). Os jovens do primeiro romantismo alemão, foram precedidos por estudiosos que deram novos limites qualitativos ao ato de traduzir. Já nas décadas de 1760 e 1770, Ephraim Gotthold Lessing ou Johann Gottfried Herder teorizaram sobre a tradução, embora Herder (1985: 205) não tenha se mostrado muito otimista sobre a tradução dos antigos em alemão, como afirma em sua coleção de textos intitulada *Über die neuere deutsche Literatur*, [Sobre a mais recente literatura alemã], publicada no ano de 1767.

O pai dos irmãos Schlegel, Johann Adolf Schlegel, traduziu em 1770 a obra de Charles Batteux *As belas-artes reduzidas a um mesmo princípio*, inserindo a necessidade de se conhecer profundamente os aspectos teóricos de um autor para realizar uma tradução a contento. O esforço em levar o autor até o leitor (uma das formas que Schleiermacher considera possíveis à tradução), é parte do programa iluminista que se fundamenta na ideia de formação ou cultivo do homem. No contexto do primeiro romantismo alemão, o conceito de *Bildung* [formação] significava a crença de que era possível formar não apenas a camada média alemã no século XVIII, mas toda a humanidade. Um dos meios pelos quais teóricos como Novalis - o qual acreditava estar em uma missão de formação do homem – ou mesmo Schlegel¹ buscavam romantizar o mundo era através da tradução, possibilitando o acesso a obras de épocas e culturas as mais diversas.

Em um de seus *Fragments sobre Poesia e Literatura* (1797), Schlegel denomina a tentativa de transpor o espírito da Antiguidade para seu tempo de “filosofia da tradução combinatória” (SCHLEGEL 1981: 177)². O crítico tinha consciência de que as técnicas de tradução de sua época ainda precisavam se desenvolver bastante, pois, em sua opinião, “toda tradução é uma tarefa indeterminada e infinita” (SCHLEGEL 1981: 60).

Nesse sentido, traduzir significava compreender um autor ainda melhor do que ele se entendeu. Schlegel deixa claro esse movimento ao indicar que “para entender alguém que se entende apenas pela metade é necessário o compreender ainda melhor do que ele mesmo se entendeu” (SCHLEGEL 1967: 241). Ao mesmo tempo em que pertence ainda à tópica de Immanuel Kant sobre o *Besserverstehen*, ou seja, entender um autor melhor do que ele mesmo se entendeu, a teoria da tradução de Friedrich Schlegel postula a necessidade do rigor filológico e da observação da

¹ Quando referido apenas por “Schlegel” trata-se de Friedrich Schlegel e não de seu irmão, o qual será citado como August Wilhelm Schlegel.

² As traduções de trechos de obras de Friedrich Schlegel são de nossa responsabilidade.

letra e do espírito do texto a ser traduzido. Este artigo analisa e discute a importância dos estudos filológicos no desenvolvimento da prática de tradução no final do século XVIII e princípio do XIX na Alemanha, sobretudo nas teorizações de Friedrich Schlegel, Friedrich von Hardenberg, Friedrich Daniel Ernst Schleiermacher e August Wilhelm Schlegel.

1. A tradução como *diaskenase* infinita

Um dos aspectos mais interessantes das teorias sobre a crítica literária, a filologia e a tradução, elaboradas por Friedrich Schlegel, é a constante referência ao trabalho de exegese e reposição do texto, executado pelos antigos estudiosos gregos, os quais ficaram conhecidos pelo nome de *diaskenastas*. Em seu significado original, a palavra *diaskenase* indicava o ato de organizar, revestir alguém, no sentido de preparação para a guerra ou para uma ação qualquer (BEEKS 2010: 45). Mais tarde, o termo passou a denotar a organização textual realizada pelos *diaskenastas* ou *kritikoi*, os estudiosos responsáveis por reestabelecer os textos homéricos a partir de fragmentos antigos. Segundo Ulrich Breuer, a compreensão de Schlegel sobre a atividade dos *diaskenastas* surge no bojo de seus estudos com o filólogo Friedrich August Wolf, o qual estabeleceu que o trabalho filológico e textual dos estudiosos gregos era a reposição ou reestabelecimento de textos homéricos entre os séculos VI e II a. C (BREUER 2011: 85). Entre os mais eminentes representantes dos *diaskenastas* figuram personalidades como Pisistrato (séc. VI a. C.), Apolônio de Díscolo (270 a. C.) e Calímaco (260 a. C.).

A partir da ideia da reposição do texto original, Schlegel insere em suas teorias sobre o trabalho do crítico de literatura e do tradutor a concepção de que a transposição de um texto de uma época a outra deve ser como o trabalho dos antigos *diaskenastas*: uma tarefa infinita. Assim, o estudioso alemão parte da concepção de *diaskenase* como interpretação

constante para o estabelecimento de uma crítica filológica que desponta no final do século XVIII e começo do XIX.

Entre os postulados teóricos dos românticos sobre o trabalho filológico do tradutor e do crítico encontram-se: a busca pelo entendimento da história do texto (o que hoje em dia é denominado de crítica genética), ou seja, as condições materiais de seu estabelecimento; o entendimento de que todo texto literário é uma obra aberta e infinita; a noção de que a obra deve ser reiteradamente estudada através da exegese constante; a utilização de instrumentos da filologia e da filosofia para concretizar a tradução de textos antigos e inacessíveis; a concepção de que a arte não poderia prescindir da atividade do tradutor, do crítico e do filólogo; a proximidade entre o conhecimento e a produção textual (algo que remete às modernas considerações sobre a leitura de Roger Chartier); e, por último, a percepção de que a tradução deve levar em consideração o fato de que não apenas alguns textos são obscuros e difíceis, mas que todo texto guarda algo de impenetrável, de intraduzível, de ininteligível.

Em um ensaio intitulado *Über die Unverständlichkeit* [Sobre a Ininteligibilidade], publicado no ano de 1800, Schlegel afirma que grande parte da ininteligibilidade de textos, sobretudo os literários, “tinha origem na incompreensão da ironia” (SCHLEGEL 1967: 368). O tradutor capaz de compreender toda a sutileza da ironia e da cultura do texto de partida concretizaria o que Novalis classificava como tradução mítica, a mais complexa das três formas de traduzir. Para Hardenberg tudo poderia ser traduzido de acordo com três modos de tradução, a gramatical, a modificadora e a mítica (NOVALIS apud HEIDERMAN 2010: 23), sendo a mítica a mais elevada. Encontrando um paralelo no trabalho dos *diaskenastas* gregos, em sua tarefa de reposição dos antigos textos homéricos, as técnicas de tradução que passam a ser desenvolvidas no final do século XVIII são parte de uma longa tradição.

Ao conceber a tradução como uma transposição do espírito de um autor, obra ou época para outra, Schlegel tinha em mente o fato de que o trabalho de tradução pressupunha um profundo conhecimento filológico e cultural. Essa caracterização do tradutor como um polígrafo, capaz de transplantar uma cultura para outra, está implícita no conceito de tradução mítica postulada por Novalis, ou seja, o trabalho que suplanta a mera tradução gramatical ou modificadora. Márcio Seligmann-Silva chama a atenção para a filiação platônica da ideia de que, para os românticos alemães, tudo pode ser traduzido:

Deste modo, vemos o próprio platonismo, como sua concepção do mundo como cópia das Ideias eternas e imutáveis, sendo transformado criticamente por meio do pensamento tradutório. Tudo pode ser *übersetzt*, ou seja, traduzido e elevado (*über-setzen*) destes três modos: um mais literal (que envolve a capacidade técnica e erudição); um que exige ser “o poeta do poeta” e o terceiro, de estilo mais elevado, que apresenta o próprio ideal da obra [...] A tradução seria assim um modo de se pensar a diferença histórica e cultural (SELIGMANN-SILVA apud HEIDERMANN 2010: 25).

A noção de tradução como tarefa infinita, através da qual o tradutor busca compreender as diferenças culturais entre as épocas, nações, obras e autores remete ao fato de que, para Schlegel (1981: 177), “o traduzir também joga muito com o instinto e a intenção”. Isso significa que o tradutor, assim como o crítico de literatura, deve observar não apenas o que está escrito na letra do texto, mas também o que se desenvolve em seu espírito, captando as nuances do estilo e da intenção do autor. É nesse sentido que Schlegel observa que a tradução de Shakespeare realizada por seu irmão August Wilhelm, e a de Ludwig Tieck sobre

o *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes são exemplos de traduções filosóficas e míticas (SCHLEGEL 1981: 177).

O debate sobre as técnicas de tradução que se abre a partir da geração dos primeiros românticos leva em consideração o apreço à manutenção do sentido do texto original. Todavia, o sentido do texto deve ser o resultado de uma hermenêutica que observe a letra e o espírito, destoando assim tanto das denominadas traduções literais, quanto das traduções infieis, as *belles infidèles*. Afastando-se desses tipos de traduções, a atividade tradutória dos românticos pressupunha uma relação *sui generis* entre o texto traduzido e o original, o qual seria restituído pela força criativa do gênio romântico e a seriedade filológica no trato com os textos.

2. Friedrich von Hardenberg (Novalis) e Friedrich Schlegel: a tradução e a tópica do *Besserverstehen*

Outro membro do primeiro romantismo alemão que teorizou sobre a tradução foi um dos pensadores mais enigmáticos dessa geração, Friedrich von Hardenberg, conhecido como Novalis (1772-1801), cuja breve existência inspirou a partir de então gerações de românticos no mundo inteiro. Ao lado de Friedrich Schlegel, o autor de *Heinrich von Ofterdingen* foi um dos principais teóricos do romantismo alemão. Como foi dito, Novalis dividia as traduções em três tipos, a gramatical, a modificadora e a mítica. Por traduções gramaticais ele entendia as tradicionais, cuja principal característica era a habilidade linguística do tradutor e sua erudição, ou seja, aquela que exigia apenas destreza discursiva. O segundo tipo de traduções, as modificadoras, tendiam levemente para a paródia, como as traduções francesas de um modo geral, conhecidas como as *belles infidèles*. O terceiro tipo de tradução para Hardenberg era a do tipo mais elevado, a tradução mítica, a qual, de acordo com o filósofo alemão, “expõe o caráter puro e completo da

obra de arte individual” (NOVALIS apud HEIDERMANN 2010: 23).

Quando comparamos a taxonomia da tradução de Novalis à de Johann Wolfgang Goethe notamos certa semelhança entre alguns aspectos. Para Goethe, as traduções pertenciam a três tipos, a primeira, a tradução simples e prosaica, buscava familiarizar o leitor com a obra estrangeira; o segundo tipo correspondia à apropriação de obra estrangeira por intermédio da tradução, como no caso das imitações e paródias; já o terceiro tipo de tradução, considerada por Goethe a mais elevada, buscava aproximar ao máximo a tradução do original (GOETHE apud HEIDERMANN 2010: 31). Os modos de aproximação entre o texto de partida e o de chegada obedeceriam às duas máximas da tradução: “uma exige que o autor de uma nação desconhecida seja trazida até nós, de tal maneira que possamos considerá-lo nosso; a outra, ao contrário, requer de nós, que nos voltemos ao estrangeiro e nos sujeitemos às suas condições, sua maneira de falar, suas particularidades” (GOETHE apud HEIDERMANN 2010: 31).

Uma ideia muito singular dessa época romântica era a de que a tradução mítica pode até mesmo ultrapassar o original. A tópica kantiana do *Besserverstehen*, ou seja, do compreender alguém melhor do que ele mesmo se entendeu perpassa os escritos de Novalis e de Schlegel, podendo ser encontrada em diversos fragmentos e textos. O tema aproxima Schlegel também a Friedrich Daniel Ernst Schleiermacher, considerado um dos fundadores da moderna hermenêutica. Como demonstra igualmente Márcio Suzuki (1998: 178) compreender um autor ainda melhor do que ele mesmo se entendeu indica um dialogismo e uma pluralidade que habilitam a transcendência do individual para o coletivo, concretizando a máxima kantiana no campo da atividade de tradução e de interpretação.

Ainda sobre o terceiro tipo de tradução para Novalis, a tradução mítica, (considerada a mais elevada por Schlegel), é preciso compreender que esse tipo de tradução requereria algo mais que a compreensão

linguística do texto a ser traduzido ou o conhecimento cultural do tempo histórico ou da cultura envolvida. Assim como a crítica de literatura postulada por esses teóricos inclui o que denominavam de atitude divinatória, o tradutor equipado com as prerrogativas de buscar a tradução mítica deve ser capaz de compreender não apenas a letra e o espírito do texto, mas aquilo que figura em seu *intermezzo*, e que apenas uma tradução divinatória é capaz de realizar. Para tal fim, grande dose de intuição artística é necessária, além de todas as habilidades linguísticas e culturais. A palavra intuição é central não apenas no pensamento dos primeiros românticos, mas está inserida inclusive na *Dontrina da ciência* de Fichte como um dos modos de conhecimento do Eu (FICHTE 1971: 38). A intuição possibilita a esse tradutor, polímata e filólogo, um verdadeiro amante do discurso, na expressão mais originária do termo, ultrapassar o autor. A tradução mítica se acerca da obra ideal.

Aproximando o conceito de crítica divinatória ao próprio ato de traduzir, Márcio Seligmann-Silva (2010: 24) demonstra que, na concepção dos românticos, assim como cabe ao poeta a tarefa de recriar a linguagem cotidiana, o tradutor tem a tarefa infinita de aproximar-se da obra ideal, elevando, de certo modo, a obra traduzida (SELIGMANN-SILVA apud HEIDERMANN 2010: 24).

Através da junção entre a análise rigorosa, de base filológica, do texto original, e o ato de intuição e divinação, o tradutor alça a tradução a um outro patamar. Ao concretizar a máxima romântica de que apenas a poesia pode falar da poesia, o tradutor torna-se um artista em segunda potência. Deduzido da filosofia idealista de Johann Gottlieb Fichte, o conceito de elevação à segunda potência (em Fichte, a reflexão apontava para um pensar sobre o pensar) indica que a atividade tradutológica deve ir além da transposição textual, da paráfrase ou da aproximação cultural. Assim, traduzir, para esses jovens idealistas, era concretizar uma criação em segunda potência. (E todos foram todos exímios tradutores). August Wilhelm Schlegel, irmão mais velho de Friedrich Schlegel, realizou uma

das mais belas traduções de Shakespeare para o alemão até os dias atuais; Ludwig Tieck, outro membro do grupo, traduziu o “Dom Quixote” de Cervantes em obra magistral.

Em carta escrita no ano de 1794, quando ainda se encontrava em Dresden, Friedrich Schlegel (1987: 218) aconselha o irmão August Wilhelm a se aproximar mais dos denominados “antigos românticos” (Dante, Petrarca, Boccaccio, Cervantes e Shakespeare) de modo a realizar a contento sua tradução de William Shakespeare. A proximidade ao *Zeitgeist* [espírito da época] desses autores, de acordo com Friedrich, abriria ao irmão a possibilidade de traduzi-los com maior precisão. O nível de precisão das traduções ao final do século XVIII acompanhará o desenvolvimento intelectual dessa camada de eruditos que circunda os irmãos Schlegel, de modo que se pode considerar esse avanço como parte integrante das alterações dessa época. Werner Heidermann (2010) indica que August Wilhelm Schlegel, assim como seu irmão Friedrich e Novalis, compreendia a atividade do tradutor como algo muito mais amplo que a mera transposição textual de uma língua para outra:

Como Schleiermacher e Humboldt, August Wilhelm von Schlegel (1767-1845) entende a tradução como uma mediação de culturas no sentido mais abrangente possível. Para Schlegel, “o tradutor é um mensageiro de uma nação a outra, um mediador de respeito e admiração mútua, sendo que, sem ele, haveria indiferença ou mesmo aversão”. Schleiermacher também pressupõe essa admiração, esse respeito quando fala de “uma tendência definida a apropriar-se do estranho.” (HEIDERMANN 2010: 13)³.

³ A tradução do texto de Schleiermacher na antologia organizada por Werner Heidermann é de autoria de Celso R. Braidá.

Analisando a correspondência entre Friedrich Schlegel e seu irmão August, sobretudo nos anos que vão de 1797 a 1801, é possível perceber como o perfil do tradutor irá se alterar no final do século XVIII na Alemanha. Mas, à época dos românticos, o mercado de publicações de traduções ainda precisava lidar com a pouca experiência dos tradutores no contexto histórico e social das obras traduzidas. Como demonstra Schlegel (1987: 219) a intensa concorrência editorial tinha como resultado traduções muito mal feitas. Esse fato o leva a indicar a August Wilhelm o referido estudo das obras antigas em seu contexto histórico e social.

Diferentemente da prática de tradução na França, onde as denominadas *belles infidèles*, as traduções repletas de improvisações e licenças poéticas eram a regra, na Alemanha a tradição filológica inaugurada pelos irmãos Schlegel, Schleiermacher, Tieck ou mesmo um tradutor de renome como Wilhelm von Humboldt (tradutor de Platão) apontava para novos rumos na qualidade da tradução.

3. O Iluminismo e a tradução como caminho para a *Bildung*: a formação do homem burguês

Embora historicamente estejam situados na esteira dos pensadores do Iluminismo, os jovens do primeiro romantismo alemão não foram meros refutadores de suas concepções teóricas e de suas práticas sobre a arte e a vida. Primeira geração de leitores de Immanuel Kant e Johann Gottlieb Fichte, eles concebiam a literatura como *locus* privilegiado para a formação do homem, o que não os distancia completamente da *Aufklärung*, como se costuma afirmar. Todavia, a concepção eminentemente iluminista de formação e aperfeiçoamento infinito do homem – deduzida sobretudo dos ensinamentos de Fichte – diferenciava-se entre os românticos pelo fato de que a razão que deve guiar o processo de aprendizado e crescimento intelectual e espiritual deve ser uma razão sentimental. É o sentimento moldado pela arte, como verdadeira religião

do Absoluto, o que conduzirá o homem à formação. Esse paradoxo em relação aos ditames racionalistas da *Aufklärung* dá-se igualmente no campo da tradução. Uma das maiores preocupações do Iluminismo era com a formação do homem. Através da palavra *Bildung*, que em alemão tem um vasto campo semântico, significando entre outras coisas formação, cultivo, desenvolvimento, buscava-se formar a classe burguesa.

Entre os meios utilizados pelos doutrinadores do Iluminismo para formar o espírito das classes burguesas encontrava-se a tradução de textos a partir de línguas inacessíveis para o vernáculo. Enquanto a camada erudita da população, como no caso dos jovens românticos, lia e escrevia com fluência em diversas línguas, grande parte da população continuava iletrada ou era capaz de ler apenas em sua língua materna. Como indica Klaus L. Berghahn (1985: 17), estatísticas demonstram que, na região de Dresden, no ano de 1770, apenas 15% da população tinha acesso à leitura, o que indica que a denominada revolução da leitura, que se imputa a essa época, se restringe na verdade a uma pequena camada da sociedade (BERGHAHN, 1985: 18). Essa pequena camada da sociedade representa a mesma *intelligentsia* alemã que Norbert Elias (1994) descreve como a portadora da cultura universal e cosmopolita no século XVIII.

A *intelligentsia* de que trata o autor de *O processo civilizatório* não passa de um pequeno contingente de letrados. É por essa razão que um estudioso como Friedrich Nicolai, no ano de 1773, afirma ironicamente que “o povinho [*Völkchen*] de eruditos, que ensina e aprende, composto de 20 mil pessoas, despreza de tal forma os 20 milhões restantes, que também falam alemão como eles, que não se dá ao trabalho de escrever para eles” (NICOLAI apud BERGHAHN 1985: 17).

Além de contribuir para a formação das classes burguesas, a tradução cumpria o papel de afastar de vez a importância do classicismo francês entre o público alemão. Assim, o pedantismo da utilização da língua francesa em solo alemão, vigente sobretudo nas cortes por grande parte do século, é substituído por textos em língua materna. Se por quase toda

a época de Frederico II, Rei da Prússia (1712- 1786), a língua francesa foi preponderante entre as camadas aristocráticas da Alemanha, com a ascensão da burguesia esse quadro se altera. A obra dos franceses no âmbito da dramaturgia permanece como regra por quase toda a metade do século XVIII, quando teóricos como Johann Christoph Gottsched aplicam ao teatro alemão a mesma afetação das cortes francesas. A liberdade desse julgo só começa após a época de Gotthold Ephraim Lessing e a inserção de caracteres burgueses no drama.

Alguns pensadores do século XVIII acreditam que a tradução tem importância vital no desenvolvimento intelectual do homem. Ao levar a cultura de outros lugares, povos, autores e épocas ao encontro da camada média alemã, o tradutor realiza um dos dois modos de tradução descritos por Goethe ou Schleiermacher. Como foi dito, a grande maioria da população não possuía proficiência em línguas clássicas ou mesmo em inglês ou francês, de modo que a alternativa de trazer a cultura estrangeira através da tradução parece mais concretizável e realista no contexto do final do século XVIII na Alemanha. Como assevera John Milton (1998: 62), “os escritores alemães consideram a tradução como sendo de grande valor para o desenvolvimento do indivíduo. Para Johann Breitingner (1701-1776) é a melhor maneira de se aprender a pensar”. Ainda no âmbito das teorias de tradução do século XVIII, são muito sugestivas as descrições e definições do tradutor arroladas por John Milton:

Wilhelm von Humboldt (1767 -1835) considera a tradução como uma maneira de proporcionar ao indivíduo experiências com as quais ele nunca teria tido contato. Tanto o indivíduo como a nação passam por algo mais nobre e mais complexo. O tradutor também é descrito de uma maneira muito distinta. Não encontraremos a degradação do tradutor, tão comum em outros lugares. Friedrich Schlegel (1772-1829) vê o tradutor como o

introdutor de novas formas. Para Herder é a “estrela da manhã” de uma nova era na literatura. Goethe considera-o “o mediador nesse comércio espiritual geral” [...] A própria tradução é, segundo A. W. Schlegel “a verdadeira escritura, a criação artística mais elevada” [...] O tradutor é o profeta, o mensageiro, o escolhido. Não admira que Novalis (1772-1801) até mesmo exalte a tradução acima da escrita original (MILTON, 1998: 62).

A preocupação com a formação da classe médias alemã no final do século XVIII, e o conseqüente esforço da *intelligentsia* para divulgar obras inacessíveis em língua vernácula levam as técnicas de tradução a um novo patamar. A geração de Schlegel acreditava em uma união mística da comunidade dos homens através da arte literária enquanto tradução do Absoluto. Nesse sentido, traduzir não era apenas verter de uma língua a outra, mas realizar uma leitura de mundo, a qual contemplava tanto o rigor filosófico e filológico, quanto a crítica e a interpretação divinatória.

4. O distanciamento das *belles infidèles* francesas e a autonomia da teoria da tradução no primeiro romantismo alemão

Como consequência da maior autonomia de espírito conseguida no decorrer da segunda metade do século XVIII, a Alemanha buscou libertar-se completamente da dominação ideológica e cultural da França. No campo da dramaturgia, teóricos como Lessing evidenciaram desde a década de 1760 a necessidade de refutar o caráter empolado da aristocracia francesa no palco alemão, chamando a atenção para personagens que representavam o homem burguês. A representação burguesa do drama também se faz acompanhar pela criação romanesca de temas que evidenciavam a vida e os costumes dessa classe que

ascendia. Ao final do século, a geração de Friedrich Schlegel toma como ponto de referência romances como *Os anos de formação de Wilhelm Meister*, de Johann Wolfgang Goethe (1795), nos quais é possível perceber o distanciamento estético da cultura aristocrática francesa e a exaltação do modo de vida burguês.

No que concerne as teorias da tradução, as denominadas *belles infidèles*, as traduções modificadoras, haviam tido seu esplendor durante a época barroca, permanecendo desde 1600 até a década de 1740 como um modo natural de verter para a língua de chegada a obra traduzida. Como afirma Jörn Albrecht, na época das *belles infidèles* o texto de partida foi desrespeitado de todas as formas possíveis: “rabiscou-se, arranhou-se, retirou-se passagens importantes, inseriu-se outros trechos que não constavam do original” (ALBRECHT 1998: 27).

No decorrer do século XVIII, o Iluminismo vai aos poucos se distanciando desse tipo de tradução, ao mesmo tempo em que o rigor filológico, a atenção ao texto e o declínio da ideia de representação fiel da realidade passam a vigorar. É o tempo do gênio criativo, o qual substitui aos poucos a necessidade de repetir modelos da tradição literária. Embora seja patente a maior liberdade criativa que se inaugura na época dos primeiros românticos alemães, no campo das traduções o resultado é uma atenção redobrada com o texto de partida e o texto de chegada. Isso significa que, ainda que possua toda liberdade criativa advinda da quebra dos dogmas que regulavam a criação e a crítica literárias, o tradutor deve utilizar sua criatividade de espírito para encontrar o meio ajustado entre o espírito e a letra do texto a ser traduzido, sem desfigurar o texto conforme a sua vontade. O que passa a ser importante é reproduzir o original, tanto em sua forma como em seu espírito, o que requer uma atenção redobrada aos aspectos linguísticos, literários e culturais do texto de partida.

Entre os exemplos mais acabados de teórico da tradução que se preocupava com a criatividade artística, a liberdade de criação, e o

rigor filológico e hermenêutico, encontra-se Friedrich Daniel Ernst Schleiermacher (1768-1834). Seu ensaio *Ueber die verschiedenen Methoden des Uebersetzens* [Sobre os diferentes métodos de tradução], proferido na Academia Real de Ciências de Berlim em 1813, é um marco nas teorias de tradução do primeiro romantismo alemão. Esse documento revela as preocupações filológicas e tradutológicas dessa geração, sendo de suma importância para os estudos de tradução. John Milton (1998 : 68) indica que o esquema descritivo de Schleiermacher é singular na história da teoria da tradução literária. A tradução é vista nesse texto como um instrumento poderoso de aproximação entre povos, culturas e regiões e tempos históricos:

O fato, que um discurso em uma língua seja traduzido em uma outra, apresenta-se a nós sob as mais variadas formas por toda a parte. Por um lado, desse modo podem entrar em contato homens geograficamente muito afastados, e podem ser transpostas em uma língua obras de uma outra extinta já há muitos séculos (SCHLEIERMACHER apud HEIDERMANN 2010: 39).

Nesse ponto, a especialização no ramo da tradução, ocorrida na época dos românticos, aponta para o fato de que o tradutor deixa de ser um mero conhecedor de duas línguas, ou seja, do texto de chegada e do texto de partida, e passa a ser um profundo conhecedor de diferentes culturas e povos, um filósofo-filólogo, possuidor não apenas de um conhecimento linguístico profundo, mas igualmente proficiente na cultura de diferentes nações. Outro fator importante na concepção dos primeiros românticos alemães é o de que o tradutor deve reestabelecer da maneira mais próxima o texto original. Antecipando preceitos da *Estética da Recepção*, Friedrich Schlegel e Schleiermacher pressupunham o leitor como criador em segunda potência, como um continuador daquele texto

original, daí a importância do respeito à obra a ser traduzida. Na preleção realizada em Berlim, Schleiermacher faz uma clara distinção entre o tradutor genuíno (aquele que além dos conhecimentos linguísticos deve ter o conhecimento cultural dos povos) e o mero intérprete comercial. O teórico alemão classifica esses dois tipos de tradução em tradução mecânica e a tradução artística, ou ainda em tradução genuína e simples interpretação (SCHLEIERMACHER apud HEIDERMANN 2010: 45).

A tradução genuína leva em consideração dois aspectos. O primeiro é que a língua é arbitrária – e Schleiermacher demonstra isso em seu texto muitos anos antes de Ferdinand de Saussure o haver teorizado.

Isso significa que para Schleiermacher o tradutor nem sempre encontra palavras exatamente equivalentes na língua de chegada como as encontrava na língua de partida, ou seja, que era quase impossível traduzir palavra por palavra. A preocupação do teórico com as questões linguísticas, discursivas, filológicas e filosóficas relacionadas à linguagem o tornam – com todo mérito – um dos fundadores da hermenêutica moderna. Suas reflexões sobre a relação entre o pensamento e a linguagem são espantosamente modernas, como quando aproxima pensamento e linguagem:

Onde quer que o falante pense mais ou menos espontaneamente, onde quer que se expresse, o falante se encontra em dupla relação com a língua, e seu discurso agora apenas pode ser corretamente compreendido na medida em que essa relação seja corretamente apreendida. Por um lado, cada homem está sob o poder da língua que ele fala; ele e seu pensamento são um produto dela. Ele não pode pensar com total determinação nada que esteja fora dos limites da sua língua. A configuração de seus conceitos, o tipo e os limites de suas articulações estão previamente traçados para ele pela língua em que

ele nasceu e foi educado; o entendimento e a fantasia estão ligados por ela (SCHLEIERMACHER apud HEIDERMANN 2010: 49)

No que concerne à aproximação entre tradução e hermenêutica, Schleiermacher afirma que a dificuldade em se traduzir um texto acontece porque todo texto envolve duas dimensões que mesmo para o falante da língua materna são muitas vezes impenetráveis, ou seja, o próprio espírito da língua e o ânimo do falante (SCHLEIERMACHER apud HEIDERMANN 2010: 51). O teórico alemão concebe duas maneiras de se evitar essa intransponibilidade ou intraduzibilidade de uma língua para outra, as quais estão intimamente relacionadas com as pessoas do autor e do leitor. Ao tradutor resta apenas duas possibilidades de aproximar o autor e o leitor, seja levando o leitor ao encontro do autor, ou, ao contrário, levando o autor ao encontro do leitor. Uma das maiores dificuldades do tradutor, para Schleiermacher, é transpor essa distância entre as culturas e línguas e aproximar ambos, o universo do autor e aquele do leitor. O pensador alemão critica a tradução fácil e enganosa, que faz desaparecer a mágica de se encontrar perante uma obra estrangeira. Observando que a tradução não era a mera imitação da obra traduzida, mas o espaço para a criatividade filológica do tradutor, Schleiermacher chama a atenção para a tradução como atividade do espírito, enquanto *Denkaufgabe* [tarefa de pensar], como a define mais tarde Manfred Frank (1997: 430).

Conclusão

No primeiro romantismo alemão, a tradução se aproxima da filosofia e da filologia, em uma espécie de reflexão e criação em segunda potência. Os românticos alemães antecipam a valorização do tradutor na modernidade. Apontando a necessidade do rigor e da seriedade no

trato com as palavras, ao mesmo tempo em que deixam o espaço para a originalidade e a criatividade da reflexão do tradutor, as teorias sobre a tradução do primeiro romantismo alemão representam um importante passo na história das teorias da tradução. Na visão de Friedrich Schlegel, o rigor filológico na tradução, e a atitude crítica no trato com o texto literário, também concebidos como uma espécie de filosofia da filologia, aproximavam os românticos dos antigos *kritikoi* ou *diaskeuastai*, os eruditos de Alexandria responsáveis pela reposição dos textos homéricos.

Como os antigos estudiosos gregos, os jovens do primeiro romantismo contemplavam na atividade crítico-literária e tradutológica uma tarefa infinita. Schlegel define esse sentimento como uma *Sehnsuch nach dem Unendlichen* [Ânsia de infinito], pois, para os românticos, através da ação do gênio criativo, a tradução poderia até mesmo superar o próprio original. Como assevera Márcio Seligmann-Silva (apud HEIDERMANN 2010: 24), com as teorizações dos jovens românticos alemães cai por terra a hierarquia entre modelo e cópia, típica da estética clássica e da tradução pré-romântica.

Referências

ALBRECHT, Jörn. **Literarische Übersetzung**. Geschichte, Theorie, kulturelle Wirkung. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1998.

BATTEUX, Charles. **As belas-artes reduzidas a um mesmo princípio**. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial, 2009. Tradução de Natalia Maruyama.

BEEKS, Robert. **Etymological Dictionary of Greek**. Boston: Brill, 2010.

BERGHAHN, Klaus L. (Hrsg.) **Geschichte der deutschen Literaturkritik (1730-1980)**. Stuttgart: J. B. Metzlersche Verlagsbuchhandlung, 1985.

BREUER, Ulrich. **Antike – Philologie – Romantik**. Friedrich Schlegels altertumswissenschaftliche Manuskripte. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 2011.

ELIAS Norbert. **O processo civilizador**. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1994. Volume 1.

FICHTE, Johann Gottlieb. **Darstellung der Wissenschaftslehre**. In: Fichtes Werke. Berlin: Walter de Gruyter, 1971.

FRANK, Manfred. **Unendliche Annäherung**. Die Anfänge der philosophischen Frühromantik. Frankfurt: Suhrkamp, 1997.

GOETHE, Johann Wolfgang. **Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister**. São Paulo: Editora 34, 2006. Tradução de Nicolino Simone Neto.

_____. **Três trechos sobre tradução**. In: HEIDERMANN, Werner (Org.). *Clássicos da teoria da tradução*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Volume 1, p. 28-35. Tradução de Rosvitha Friesen Blume.

HEIDERMANN, Werner (Org.). **Clássicos da teoria da tradução**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010, v. 1.

HERDER, Johann Gottlieb. **Fragmente über die neuere deutsche Literatur**. In: *Frühe Schriften (1764-1772)*. Frankfurt am Main: Deutsche Klassiker Verlag, 1985. Volume I.

MILTON, John. **Tradução: teoria e prática**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NOVALIS. **Observações mescladas.** In: HEIDERMANN, Werner (Org.). Clássicos da teoria da tradução. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Vol. 1, p. 22-25. Tradução de Márcio Seligmann-Silva.

SCHLEGEL, Friedrich. **Charakteristiken und Kritiken I.** Kritische Friedrich Schlegel Ausgabe. Paderborn: Verlag Ferdinand Schöningh, 1967. Volume II.

_____. **Fragmente zur Poesie und Literatur.** Kritische Friedrich Schlegel Ausgabe. Paderborn: Verlag Ferdinand Schöningh, 1981. Volume XVI.

_____. **Bis zur Begründung der Romantischen Schule.** 15 September 1788 – 15 Juli 1797. Kritische Friedrich Schlegel Ausgabe. Paderborn: Verlag Ferdinand Schöningh, 1987. Volume XXIII.

SCHLEIERMACHER, Friedrich Daniel Ernst. **Sobre os diferentes métodos de tradução.** In: HEIDERMANN, Werner (Org.). Clássicos da teoria da tradução. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Volume 1, p. 38-99. Tradução de Celso R. Braidá.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Notas.** In: HEIDERMANN, Werner (Org.). Clássicos da teoria da tradução. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Volume 1, p. 24-25.

SUZUKI, Márcio. **O gênio romântico.** Crítica e história da filosofia em Friedrich Schlegel. São Paulo: Iluminuras, 1998.

Recebido em 10/10/2016 e aceito em 06/12/2016.

LÉXICO E HISTÓRIA: LUTAS E CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA EM DOCUMENTOS DA CAPITANIA DA BAHIA

Eliana Correia Brandão GONÇALVES¹
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

RESUMO

O trabalho apresenta uma reflexão sobre o léxico relativo às lutas e aos contextos de violência, registrados em documentos manuscritos avulsos da Capitania da Bahia. Esses textos, que fazem parte do Fundo do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, foram catalogados pelo Projeto Resgate, em 2009, e disponibilizados, através da coleção de CD-ROMs. O texto como objeto de estudo do filólogo articula, através do labor crítico, as atividades de recuperação dos fragmentos das histórias sociais, linguísticas e discursivas com a composição de produções editoriais que resgatam o patrimônio cultural escrito. Portanto, o estudo do léxico pode apresentar pistas sobre a história política, social e cultural dos sujeitos do Brasil colônia. Por outro lado, é inegável que as produções histórico-culturais podem registrar acontecimentos sobre as políticas de silenciamento e vigilância impostas à sociedade e, portanto, é por meio do léxico que registramos a conservação de parte dessa memória luso-brasileira, ainda que fragmentada. Para tanto, a partir desse estudo, que tem por base um corpus de língua escrita, foram selecionadas algumas unidades lexicais e analisadas as suas significações contextuais e discursivas, considerando também o registro de suas acepções presentes em obras lexicográficas do português.

ABSTRACT

The paper presents a reflection on the lexicon on the struggles and the contexts of violence recorded in loose handwritten documents of the Bahia Captaincy. These texts, which are part of the Overseas Historical Archive of the Fund in Lisbon, are classified by the Rescue Project

¹ Doutora em Linguística Histórica. Professora do Departamento de Fundamentos para o Estudo das Letras da Universidade Federal da Bahia. Setor de Filologia. E-mail: elianabrand7@gmail.com.

in 2009, and made available through the collection of CD-ROMs. The text as a philologist of the study object articulated through the critical labor, recovery activities of the fragments of social stories, language and discourse with the composition of editorial productions that rescue the cultural heritage written. Therefore, the study of the lexicon can provide clues about the political, social and cultural history of the subjects of colonial Brazil. On the other hand, it is undeniable that the historical and cultural productions can record events on silencing policies and surveillance imposed on society and therefore is through the lexicon we registered the conservation of this Portuguese-Brazilian memory, albeit fragmented. Therefore, from this study, which is based on a language corpus of writing, some were selected lexical units and analyzed their contextual and discursive meanings, considering her record of meanings present in lexicographical works of the Portuguese.

PALAVRAS-CHAVE

Documentos históricos. Edição. Léxico. Violência.

KEYWORDS

Historical documents. Edition. Lexicon. Violence.

Introdução

A proposta é apresentar notícias preliminares sobre a pesquisa que explora o léxico, relativo às lutas e contextos de violência, registrado nos documentos relativos à Bahia, constantes no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), que foram inventariados e catalogados pelo Projeto Resgate. O Projeto Resgate tem por meta a recuperação dos documentos históricos existentes nos arquivos e bibliotecas brasileiras e nos países que partilharam de uma história comum com o Brasil, entre os quais Portugal.

É preciso lembrar que o Conselho Ultramarino era responsável por auxiliar o rei nas tomadas de decisão na organização do cotidiano da colônia. Dessa forma, as narrativas, presentes nessas fontes, fazem referência ao controle repressivo que afetava diretamente os corpos

submetidos aos métodos dos embates e da violência militar; ao enclausuramento de mulheres e homens; a violenta destruição da cultura dos pobres pelo Imperialismo, à história da tortura, do encarceramento e do silenciamento; e à “imagem dos restos sem encontrar nem sepultar” (RICHARD, 2002: 53). É justamente, a partir dessa temporalidade, aberta e inconclusa, que a memória textual e linguística pode ser repensada e os sujeitos e grupos sociais, antes esquecidos encontram a possibilidade de testemunhar, ainda que indiretamente, visto que não é possível, pelo século em que se inscrevem os textos, trazer os testemunhos diretos dos sujeitos.

Assim, a pesquisa desenvolvida na Universidade Federal da Bahia coloca em evidência o mapeamento, a seleção, a descrição e a edição semidiplomática dos documentos manuscritos avulsos da Capitania da Bahia, considerando o recorte temático guerras lutas e contextos de violência e o estudo linguístico de cunho lexical e semântico, em uma perspectiva histórica, dialógica e interpretativa, a fim de que a memória possa emergir dos textos editados e dos usos linguísticos, mas também das imagens dos lugares, dos sujeitos e das comunidades, que compõem o universo fragmentado da história da Bahia.

Vale ressaltar que a violência é tematizada em diversos documentos da Capitania da Bahia. O sistema militar português era baseado nas Ordenanças, que obrigavam a população a manejar armas para sustentar o patrimônio da Coroa. E, considerando que o conhecimento históricos dos contextos de guerras, lutas, e contextos de violência na Bahia dos séculos XVI – XIX, dos cercos, suas circunstâncias, execuções e consequências, bem como a da tentativa lusitana de preservar sua colônia na América, é possível fazer algumas indagações, entre elas, quem foram os sujeitos e os grupos que resistiram e como eles resistiram? Como confrontaram as instâncias do poder e conduziram ou lideraram os embates corporais e discursivos?

Esses interrogantes nos possibilitam o exercício da crítica filológico-linguística, com contribuições interdisciplinares, visto que a prática filológica tenta não apagar os estágios da memória dos textos, mas escavá-la, deixando e consignando os rastros e as pistas, da documentação recolhida sobre o sujeito-escriptor e sobre o texto-documento, por variados estudos, de cunho linguístico, do contexto ou modos de produção e de recepção dos textos, viabilizando a possibilidade de que o sujeito/público-leitor possa fazer, ao seguir esse percurso, suas próprias leituras. Considerando esse viés, a pesquisa com documentos histórico-culturais tem vocação para o diálogo multidisciplinar, fazendo uma mediação e conciliação entre as diversas abordagens filológicas e as abordagens dos estudos históricos, culturais, lingüísticos e discursivos.

Acrescenta-se que o campo do discurso filológico é um dos mais produtivos para se promover o jogo dialógico entre a história social, a história das transmissões textuais e a história das línguas. Nesse sentido, esses contextos podem ser explorados, a partir da articulação da Filologia e dos Estudos Lexicais, mediante uma análise interpretativa, dialógica, comparativa e contrastiva das fontes documentais escritas e das unidades lexicais presentes nesses documentos, com o fim de ampliar a compreensão crítica dos contextos de produção, circulação e recepção dos textos, mas também de usos linguísticos guardados nos registros textuais.

Portanto, a prática filológica com esses textos nos põe alguns desafios, em forma de questões. Por que o sujeito do presente nos interroga acerca do nosso passado linguístico? Se a memória, com suas rupturas e enlaces, é protagonista das lembranças das guerras e contextos de violência, narrados nesses textos, quais caminhos percorrer para que as memórias travadas da história desfaçam seus nós de temporalidades? O que fazer para explorar as possibilidades de análise do tema, reconfigurando e avaliando os fragmentos da história, imagens fraturadas dos restos físicos que nos interrogam na contemporaneidade?

1. A pesquisa com os documentos históricos da Capitania da Bahia

Para BACELLAR (2005), no Brasil, não são raras as notícias que se tem sobre a destruição de importantes conjuntos documentais, fontes raras que testemunham a memória cultural local, regional e nacional. Mais raros ainda são os casos, por exemplo, de iniciativas de preservação e organização de arquivos e acervos por parte de instituição privadas, disponibilizando-os para consulta, pois o mais comum se refere aos casos de doação ou venda para instituições públicas.

Nesse contexto, o pesquisador normalmente encontra vários obstáculos na pesquisa com acervos brasileiros, visto que há, por vezes, a ausência de uma catalogação sistemática de documentos, o que dificulta o acesso e, por isso mesmo, reivindicam inventários sistemáticos e exaustivos. No entanto, nas últimas décadas, seguindo a agenda das políticas públicas para a cultura, diversas ações governamentais, com a colaboração de instituições privadas e de pesquisadores, tem incentivado à recuperação do patrimônio cultural escrito brasileiro.

Dentre essas ações, é referenciado o trabalho desenvolvido, no âmbito do Projeto Resgate, resultado de uma articulação coletiva de diversas instituições públicas e privadas, brasileiras e portuguesas, e pesquisadores, com o objetivo de classificar, microfilmar e digitalizar os documentos históricos sobre o Brasil, resultando na elaboração de 20 catálogos, dispostos em verbetes e índices, divididos em 27 volumes e 380 CD-ROMs de documentos digitalizados, com registros temáticos variados. Esses catálogos fazem parte dos “conjuntos documentais correspondentes às antigas capitanias, dentro do grande fundo denominado Brasil”. (BELLOTTO, 2006: 292)

O Projeto Resgate Barão do Rio Branco, que foi coordenado pelo Ministério da Cultura do Brasil, por meio de sua Assessoria Especial, em parceria com a Fundação Pedro Calmon e o Arquivo Público do Estado da Bahia, tem a finalidade de preservar as fontes documentais históricas

e facilitar o acesso, por meio da web, à integralidade dos documentos (século XVI – XIX) da memória histórica brasileira. (PROJETO RESGATE, 2009; HISTÓRIA DIGITAL, 2009)

As ações empreendidas por esse Projeto são importantes, pois sabemos que grande parte da documentação histórica sobre o Brasil encontra-se em acervos estrangeiros. Portanto, são encontrados documentos sobre o Brasil na Espanha, Argentina, Itália, Inglaterra, França, Holanda e em Portugal. Mas é o Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), em Lisboa, aquele que possui o maior número de documentos sobre o Brasil colonial e imperial em arquivos estrangeiros. (BELLOTTO, 2006)

Rememora-se que o Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), criado em 1931, guarda a história da presença portuguesa no mundo, custodiando documentação concernente a todas as antigas colônias portuguesas, e registrando dados das seguintes áreas: Reino/Continente (1445-1975); Cabo Verde (1602-1975), Guiné (1614-1975), São Tomé e Príncipe (1538-1975), Angola (1610-1975), Moçambique (1608-1975), Índia (1509-1961), Macau (1603-1975), Timor (1642-1975), Madeira (1513-1834), Açores (1607-1834), Norte da África (1596-1832), Brasil (1548 e 1825), Paraguai (1618-1823), Uruguai (1737-1829) e Argentina (1778-1825). (PROJETO RESGATE, 2009). Segundo BELLOTTO (2006),

(...) o Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa passou a congregar os documentos recebidos, produzidos, registrados e acumulados pelos órgãos mais diretamente afetos à administração do vasto império colonial português, que foram sucessivamente, o Conselho Ultramarino (sucessor do Conselho da Índia, 1643-1833), a Secretaria de Negócios da Marinha e Ultramar (1834-1910) e o Ministério das Colônias, depois do Ultramar (1910-75) (BELLOTTO, 2006: 286).

No que diz respeito à Bahia, o catálogo dos documentos manuscritos avulsos da Capitania da Bahia, inventariado pelo Projeto Resgate e publicado em 2009, em dois volumes, apresenta o registro de 19.610 (dezenove mil seiscentos e dez) textos constantes no Arquivo Histórico Ultramarino.



Esses documentos fazem parte de um patrimônio cultural comum, por registrar acontecimentos diversos, entre os quais, dados sobre demarcação de fronteiras, organização político-administrativa e administração eclesiástica, militar e judicial, defesa dos territórios, relações de guerra, relações diplomáticas, que “facilitam o entendimento dos instrumentos legais, reais, diplomáticos ou não, que regulavam, ou que pelo menos tinham a pretensão de regular/monopolizar o cotidiano da colônia”. Além disso, essas fontes documentais apresentam tipologias diversificadas, entre as quais estatutos, ordens, ordens régias, pareceres, provisões, regimentos, requerimentos, mapas, abaixo-assinados, alvarás, avisos, cartas, consultas, decretos, despachos etc. (PROJETO RESGATE, 2009: 7; 29)

Para tanto, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro dispõe de toda a coleção de microfilmes e os arquivos públicos dos estados brasileiros, formados a partir de capitania, receberam do Projeto Resgate cópias microfilmadas e digitalizadas referentes à documentação do passado colonial do seu estado, com o fim de tornar o acervo acessível ao público local, a exemplo do Arquivo Público do Estado da Bahia, instituição arquivística pública que é uma das mais importantes do Brasil, pois guarda parte do patrimônio documental da Bahia, agrupa acervos públicos do Poder Executivo, Judiciário, Legislativo, e privados, além de documentos raros, produzidos no período do Brasil Colônia, quando Salvador foi sede do Governo Geral do Estado do Brasil (1549 – 1763).

Acrescenta-se também a questão do valor histórico desses documentos, pois, conforme LE GOFF (1996: 548; 547), a história é construída a partir do documento, portanto o documento deve ser estudado “enquanto instrumento de poder”, fato que possibilita recompor as narrativas dos sujeitos que compõem a história da Bahia, visto ser o documento resultante de uma montagem, “consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas, durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado ainda que pelo silêncio” (LE GOFF, 1996: 547).

Nessa perspectiva, a investigação com documentos, a partir de arquivos e acervos sobre a história do Brasil, tem mobilizado vários pesquisadores, reconhecidos nacionalmente, que tem desenvolvido trabalhos no âmbito da pesquisa com outras Capitânias do Brasil, a exemplo de SANTIAGO-ALMEIDA; ANDRADE; BARONAS (2014), com a Capitania de Mato Grosso, XIMENES (2006), com a Capitania do Ceará, além das pesquisas desenvolvidas pelo Projeto Filologia Bandeirantes, envolvendo pesquisadores da USP, UFMG, UFBA e UFMT, que tem por finalidade desenvolver edições de textos que sirvam de *corpora* para o desenvolvimento de análises linguísticas do português.

Atentando para essas linhas de investigação, a pesquisa tem se desenvolvido a partir do estudo filológico-linguístico dos documentos relativos à Capitania da Bahia, vinculados ao recorte temático guerras, lutas e contextos de violência, acrescendo-se aos estudos sobre os documentos da história do Brasil e possibilitando aos pesquisadores um conhecimento mais amplo sobre as narrativas silenciadas nesses documentos e o reconhecimento de fatos que fazem parte da nossa história e memória (RICOEUR, 2007).

2. O texto como espaço de reflexão: sobre os rastros da história dos sujeitos e das línguas

Na contemporaneidade, considera-se a Filologia como a ciência do texto, apesar das tensões teóricas e metodológicas que envolvem outras disciplinas que também reconhecem e reivindicam o texto como objeto de estudo. Mas é preciso lembrar que, no contexto arqueológico da Filologia, desde as suas origens, a atividade filológica não se distanciou da exegese crítica, histórica e cultural do texto, considerando suas diversas materialidades e inscrições, sua relação visceral com a cultura e sua vinculação com a língua, a história e o tempo.

O texto é objeto de estudo do filólogo, que articula, através do seu labor crítico, as atividades de reconfiguração dos fragmentos das histórias sociais, linguísticas e discursivas e de composição de produções editoriais que resgatem parte do patrimônio linguístico-cultural. Conforme MARQUILHAS (2010), desde suas origens, a vocação historicista dos estudos filológicos foi a de buscar as origens e a genealogia dos textos e/ou a genealogia das línguas. Desse modo, a reconstrução da historicidade dos textos e das línguas, por meio da diversidade de produções editoriais, vai articular a mediação da crítica sociofilológica com as histórias da língua, da literatura e da cultura.

Nesse sentido, a relação do sujeito com sua memória é marcada pela imagem dos textos e, ao mesmo tempo, em que se constitui o sujeito da linguagem, por meio da inscrição, os seus rastros vão sendo apagados pela impossibilidade de falar, de testemunhar. E se o texto é um lugar de tensões e contestações e não apenas um registro, trabalhar com a articulação texto, língua e cultura é “trabalhar numa área de deslocamento”. (HALL, 2003: 210-211)

Diante disso, o texto pode ser compreendido, nesse viés, como objeto cultural que registra as práticas linguísticas dos sujeitos, constituindo-se como suporte, no qual é registrado o acervo vocabular das línguas, possibilitando ao pesquisador avaliar os usos lexicais dos sujeitos e os resíduos da cultura. Essas interlocuções reiteram a lembrança da postura nômade do trabalho filológico contemporâneo, movimentando-se no próprio texto, indo além da sua superfície, cruzando fronteiras interpretativas, celebrando uma combinação teórico-metodológica híbrida e crítica, em defesa de uma política do desejo de unir, aliar e compartilhar métodos e práticas. Ser filólogo consiste em reinterpretar, reavaliar, sem cessar, os procedimentos adotados no decorrer de suas leituras, é destronar o estatuto de verdade que se insinua no texto. (GONÇALVES, 2015b)

A tarefa de editar torna-se então crucial para qualquer pesquisa com o texto, incluindo a pesquisa linguística, visto que a prática editorial pode ser pensada não apenas como um apropriar-se do seu objeto de estudo, o texto, mas uma ação de distinguir, mediar e articular “às relações múltiplas, móveis e instáveis, estabelecidas entre texto e suas materialidades, entre a obra e suas inscrições”. É imprescindível que os textos sejam “respeitados, editados e compreendidos” na sua diversidade histórica e cultural, em suas várias identidades textuais reconhecidas pelos “leitores ou ouvintes”, por meio dos testemunhos textuais. (CHARTIER, 2007: 13-14; MACKENZIE, 2005)

Diante de seu objeto teórico e de estudo, o texto, o filólogo híbrido, proponente, mediador e leitor, apresenta e negocia uma práxis mediada pela edição e pela leitura interpretativa, crítica e histórica dos textos, por conta da sua prática identitária nômade que se motiva não apenas na sua busca pelos testemunhos textuais, mas também pelo cruzamento de fronteiras e pela combinação e articulação entre atividade editorial e leituras crítico-filológicas dos textos.

Segundo SANTOS e SOUZA (2012: 20), “uma das formas de preservar a memória e, conseqüentemente, a história (social, política, cultural, literária) é através da ação de editar”. Portanto, em sua prática teórico-metodológica, o filólogo ocupa-se tanto do desenvolvimento de produções editoriais, por meio dos vários tipos de edição, quanto da produção crítica, por meio dos diversos estudos crítico-filológica do texto, entre os quais o estudo linguístico, em uma perspectiva histórica, social e comparativa.

Nessa perspectiva, o conhecimento da memória arquivada nos textos é indireto e indiciário por isso é preciso decifrar os rastros, seguindo a leitura de GINZBURG (1990), preservando os sinais e as vozes discordantes, pois o texto é um lugar de tensões, mas também de reflexões. E, comprometido com uma proposta de modos de leituras, inclusivos e flexíveis, o filólogo busca por em paralelo diferentes maneiras de focar um assunto, que são coordenadas com vistas à abordagem de determinado tema, considerando várias frentes de estudo.

Assim, na concepção de RICHARD (2002: 194):

A memória vai realizando seu trabalho construtivo (de seleção e montagem, de construção da lembrança em planos e sequências móveis de intelecção), deslocando os vestígios da experiência para novas *superfícies de inscrição*, para que se reformulem a partir das localizações do presente, abertas ao desafio de um aqui e agora,

cuja composição dos enunciados redistribui as marcas do passado, segundo novos trajetos de atualização e deciframento.

Pelo transe da crítica filológica, entendemos que não se trata apenas do resgate dos sujeitos e dos arquivos, nem da história, da memória, da língua e do tempo desses textos, em uma sequência linear e progressiva, pois é preciso “saber que o passado não é um tempo irreversivelmente detido e congelado na lembrança sob o modo do que foi”, pois a memória, abre a possibilidade de ser refletida em várias direções, e nessa busca, consideramos que “o passado é um campo de citações, atravessado tanto pelas vontades oficiais da continuidade como pela descontinuidade e pelos cortes que o interrompem”. (RICHARD, 2002: 53-54)

Por outro lado, se atentarmos para o fato de que os vestígios dos contextos de violência estão, por vezes, interditados e fragmentados, então, apresenta-se a “tarefa de convocar o passado, que já não está mais num discurso num presente” (CHARTIER, 2009: 15). E o fato é que essa contradição se produz no âmago da nossa história e se manifesta no sujeito do discurso (PAYER, 1999), pois os documentos histórico-culturais da Capitania da Bahia enfocam realidades diferentes e fragmentadas, construída a partir de memórias residuais recuperadas por meio dos textos e de seu contexto discursivo. Assim, questões atinentes à guerra, às prisões, cenas de violência, entre outras, podem ser interpretadas à luz das referências ao contexto sociohistórico, cultural e geográfico, mas também elas poderão ser vistas à luz dos signos utilizados na época e dos conteúdos significativos que eles vinculam, “porque linguagem é ação que se concretiza na prática do discurso.” (GONÇALVES, 2008: 169)

3. A prática filológica e a pesquisa linguística: o trabalho de reconstrução das narrativas históricas escritas

Destaca-se a importância de critérios filológicos de caráter mais conservador, em relação às normas para edição dos documentos da Capitania da Bahia, visto que se propõe a organização de edições voltadas à pesquisa linguística, além de conhecimentos paleográficos que facilitam o processo de leitura, decifração e interpretação dos documentos manuscritos, dos caracteres gráficos da escrita e das abreviaturas, que apresentam registros variados nos textos da Capitania da Bahia.

Não é tarefa fácil trabalhar com a edição e o estudo de natureza linguística de textos produzidos em épocas pretéritas. SOUZA (2008: 13 - 14), ao abordar o campo da Linguística Histórica e conseqüentemente do estudo linguístico, a partir da documentação do passado, destaca como problemática, nesse tipo de estudo, o distanciamento entre o tempo do acontecimento e o tempo do conhecimento e o tempo de análise e o tempo do objeto analisado.

Não obstante, é por meio dos usos linguísticos, materializados nos textos, que o sujeito articula as suas vivências e experiências, felizes ou traumáticas, possibilitando ao pesquisador, a partir da análise e interpretação linguística e discursiva, o desenvolvimento de leituras críticas sobre os textos. E, no caso do estudo das línguas, em suas fases pretéritas, o falante é impossibilitado de testemunhar, desse modo, os textos testemunham os rastros do passado da língua, permitindo a explicação de processos históricos da mudança linguística.

Assim, os pesquisadores da língua, considerando os diversos planos linguísticos, vão depender do que os textos o dizem, para desenvolver o seu trabalho e para fazer afirmações sobre soluções linguísticas, que seus produtores escolheram e pelas que deixaram de escolher. Os textos “falam”, eles são, de forma metonímica, nossos falantes, pois representam a língua de quem os escreveram, de nossos informantes (falantes) pretéritos já desaparecidos. Dessa forma, nossa construção

crítica deve estar baseada e pautada neles, pois eles são nossas fontes e portanto consideramos que a história da língua é história dos fenômenos mostrados pelos textos. Assim, articulando com PONS RODRÍGUEZ (2006: 9) “es legítimo defender que hacemos, más que historia de la lengua, una historia de la lengua de los textos, un estudio de la historia lingüística de los textos, o, más biem, de sus testimonios²”.

MATTOS E SILVA (2008) e MAIA (2012) também reconhecem a necessidade da documentação remanescente do passado, para o estudo da variação e da mudança linguística e de edições criteriosas, com a finalidade de servir a estudos linguísticos. Dessa forma, é reiterada a importância da Filologia para o estudo da história das línguas em suas fases pretéritas, refletindo as marcas de variação da língua na época, a partir da edição de documentos que se constituem como fontes de pesquisa. (CAMBRAIA, 2005; MATTOS E SILVA, 2008; MAIA, 2012) Esta prática dialética é reiterada por CANO AGUILAR (2000) que também destaca a relação de diálogo permanente entre o trabalho da Filologia e da Linguística Histórica.

Ao ler criticamente a documentação remanescente, a Filologia tem tido um papel muito importante na reconstrução da memória do Brasil. Portanto, seguindo esta proposta, a pesquisa a qual este artigo está vinculado tem por objetivo realizar a edição e o estudo linguístico de documentos históricos sobre a Bahia, que fazem referência as guerras, lutas e contextos de violência na Bahia, disponibilizados em acervos de instituições arquivísticas, nacionais e estrangeiras, entre as quais o Arquivo Público do Estado da Bahia, a Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e o Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

Nesta primeira etapa do projeto, tem-se como objeto de pesquisa os documentos relativos à Capitania da Bahia, advindos do antigo Conselho Histórico Ultramarino, que foram inventariados pelo Projeto Resgate, em 2009, e disponibilizados em cópias microfilmadas e em CD-ROMS,

² Tradução livre: é legítimo defender que fazemos, mais que história da língua, uma história da língua dos textos, um estudo da história linguística dos textos, ou, melhor, de seus testemunhos.

no Arquivo Público do Estado da Bahia e, em suporte digital, no site da Biblioteca Nacional Digital Brasil da Fundação Biblioteca Nacional. Assim, tem-se como principais objetivos da pesquisa:

- Selecionar, inventariar e organizar os documentos históricos relativos à Bahia, dos séculos XVII – XIX, disponíveis em instituições arquivísticas, analisando a tipologia documental, além do recorte cronológico e temático da pesquisa;
- Realizar leitura e transcrição conservadora dos documentos, que explicitam questões relativas às guerras lutas e contextos de violência;
- Desenvolver a descrição dos documentos selecionados, composição do sumário do assunto do documento e do contexto cronológico, histórico e social de produção e circulação do texto;
- Organizar edição semidiplomática dos documentos transcritos, desenvolvendo análise filológico-linguística e considerando também as edições de documentos escritos como *corpora* que servem de base para o desenvolvimento de análises de cunho léxico-semântico.

Na organização de dados para pesquisa, com documentos histórico-culturais, é importante lembrar que a proposta irá se delinear, considerando estratégias metodológicas, que facilitem o acesso às fontes documentais, organizadas a partir: a. da edição dos textos; b. da construção de cronologias espaço-temporais, por meio de datações e lugares que são registrados nos testemunhos; c. dos dramas sociais e políticos locais; d. e de estudos linguísticos e/ou discursivos. (GONÇALVES, 2015a) Nesse contexto, o pesquisador, que trabalha com documentos histórico-culturais, pode, a partir dessa perspectiva, (re)significar os acontecimentos discursivos, reconstituindo a(s) história(s) dos sujeitos e dos grupos sociais, propondo outras diretrizes ao labor filológico.

4. Lutas e contextos de violência: a tessitura textual e o acervo lexical

Particularmente, a referência a lutas e contextos de violência é bastante recorrente na documentação referente à história da Bahia, o que nos faz lembrar BAKHTIN (1999: 44), quando afirma que “realizando-se no processo da relação social, todo signo ideológico, e, portanto, também o signo linguístico, vê-se marcado pelo horizonte social de uma época e de um grupo social determinado”. Por outro lado, esses contextos históricos perdem seu sentido, quando considerados isoladamente, sem relação com os fenômenos socioculturais e políticos que os definem, assim:

A história social é, de fato, toda a história. É porque toda a sociedade é um corpo, em cuja composição intervêm, sem que seja possível dissociá-los (sic), excepto para fins de análise, factores económicos, factores políticos e factores mentais, que esta história chama a si todas as informações, todos os índices, todas as fontes. (DUBY, 1999: 12)

O léxico é considerado o nível linguístico que registra mais claramente as “pegadas do homem na sua trajetória histórica” (ISQUERDO, 2009: 43). Nesse sentido SECO (2003: 115) destaca que os estudos do léxico apresentam comprometimento histórico em suas abordagens e um interesse peculiar na reflexão sobre determinados momentos históricos, mas que, por vezes, as pesquisas lexicais e, em particular, a etimológica, prescindem de uma “documentación cronológica mínimamente fidedigna como una de sus bases imprescindibles (...)”³.

³ Tradução livre: “documentação cronológica minimamente fidedigna como uma de suas bases imprescindíveis”.

Nesse caminho, o repertório lexical presente nos textos recupera os vestígios dos contextos sociais e a diversidade das práticas culturais, possibilitando a reconstrução dos arquivos, das memórias e dos saberes linguísticos que se constituem como patrimônio histórico e cultural. O léxico se apresenta assim como “a primeira via de acesso a um texto”, reconhecido também como esse “saber partilhado” que se constitui “no acervo do saber vocabular de um grupo sócio-linguístico-cultural”. (OLIVEIRA, ISQUERDO, 1998: 7)

Portanto, o léxico pode ser considerado como um “inventário das unidades significativas responsáveis pela conceituação e representação do universo empírico natural e sociocultural produzido pela atividade dos homens em sociedade”. (COELHO, 2008: 14) Dessa forma, a pesquisa lexicográfica e lexicológica põe em articulação a língua, a ciência e o contexto sócio-histórico e ideológico. Assim, para ORLANDI (2000), o dicionário, que é constitutivo na nossa formação social, é também a “(...) representação concreta da língua, onde encontramos indícios do modo como os sujeitos (seres histórico-sociais, afetados pelo simbólico e pelo político sob o modo do funcionamento da ideologia) produzem a linguagem.” (ORLANDI, 2000: 99) E, apesar de saber que as produções de sentidos não estão fossilizadas nos dicionários, afirmamos que os dicionários podem servir de referência discursiva, por registrar parte dos usos linguísticos e das acepções linguísticas que circularam e circulam nos contextos discursivo-sociais do passado e do presente.

Seguindo a leitura de BARBOSA (2001: 35):

O dicionário de uma língua tende a reunir o universo dos lexemas, apresentando, para cada um deles, os vocábulos que representam suas diferentes acepções. Os vocabulários técnico-científicos e especializados buscam situar-se ao nível de uma norma linguística e sociocultural, e têm como unidade-padrão o vocábulo, constituindo-se como conjuntos vocabulares, representativos de universos de discurso.

Nesse sentido, o dicionário faz uma descrição do vocabulário da língua em questão, buscando registrar e definir os signos lexicais que se referem aos conceitos elaborados e cristalizados na cultura. O dicionário é também um objeto cultural de suma importância nas sociedades contemporâneas (BIDERMANN, 1998; BARROS; ISQUERDO, 2010.). Por conseguinte, alguns dicionários, como o dicionário histórico, podem registrar e descrever unidades lexicais de vários estágios reais de língua e com as suas várias acepções históricas (REY-DEBOVE, 1973: 108), registrados nas fontes documentais escritas.

Pensando na unidade lexical “violência”, a partir de dicionários do português, encontramos o item lexical registrado nas tradições lexicográficas do BLUTEAU (1712-1728); VIEIRA (1871-1874); MORAES SILVA (1813), além de vários outros dicionários como o de HOUAISS (2009):

Violência s. f. (sXIV) 1 Força, ímpeto. 2 qualidade do que é violento <a v. da guerra> 3 ação ou efeito de empregar força física ou intimidação moral contra; ato violento 4 exercício injusto ou discricionário, ger. ilegal, de força ou poder <a v. de um golpe de Estado> 5 força súbita que se faz sentir com intensidade; fúria, veemência<a v. de sua linguagem> 6 p. ext. cerceamento da justiça e do direito; coação, opressão, tirania <viver num regime de v.> 7 Força, ímpeto.

Ao refletir sobre o referido verbete, rememoramos que a violência não está relacionada apenas com os embates físicos, mas com o cercear das vozes, com a interdição da palavra, do discurso (ORLANDI, 2007), tornando-se necessário que os sujeitos construam “mecanismos de resistência” (FOUCAULT, 2004: 54-59). Portanto, as mudanças sociais, culturais e políticas e os contextos de guerras provocam intervenções na

memória, alterações discursivas e também interferem historicamente na adoção ou exclusão de certas unidades lexicais por parte dos utentes da língua.

Nos episódios das narrativas registradas nos documentos da Capitania da Bahia, a violência é um sintoma (ROUDINESCO, 2006) delineado em ações e formas de empregar intimidação e força contra grupos oprimidos, por meio de atos violentos, que provocam sofrimento, medo e opressão, evidenciados na leitura dos contextos em que se tem unidades lexicais representadas por advérbios como “violentamente” e verbos como “maltratar”, que expressam às punições sofridas pelos sujeitos colonizados. Assim, a violência é pintada na tela de um texto, datado de ant. 1725, janeiro 17, o requerimento, documento diplomático informativo, peticionário, ascendente, “que serve para solicitar algo a uma autoridade pública e que, ao contrário da petição, está baseado em atos legais ou em jurisprudência” (BELLOTTO, 2006: 102-103). Segue o excerto do referido documento transcrito, um Requerimento dos índios da aldeia de Santo Antonio de Jaguaripe, no Recôncavo da Bahia, ao rei [D. João V], solicitando que se:

[...] Restitua logo aos *Supplicantes* as suas terras/
que lhestem tomado **violentamente** [grifo nosso]
 comoseupoder, *eque* não os **mal trate** [grifo nosso] /
 nemassuas mulheres, nemao seu Administrador, [...] (Cf.
 AHU_ACL_CU_005, Cx. 20, D. 1829. In: PROJETO
 RESGATE, 2009)

Nele se pontua a imposição do sofrimento emocional ou físico, com justificativa de que o sujeito deve ser violentado, subalternizado. Segundo NUNES (2013: 274), nosso povo sempre foi combativo, visto que no Brasil, “as classes subalternas lutaram continuamente pela melhora de suas condições de vida e trabalho.”

Vale relembrar que o Brasil e, em particular, a Bahia, a partir do começo da sua colonização já vivera uma experiência de trezentos anos, lutando contra a diversificada cobiça alheia, por parte dos franceses, holandeses, ingleses, espanhóis e portugueses que participaram de fatos históricos acontecidos, ao longo desse tempo, e que empreenderam confrontos armados com os povos do Brasil, a fim de manter a salvo seus interesses pessoais ou estatais, sejam políticos, econômicos ou sociais (LINHARES, 2000).

Com a fundação de Salvador, em 1549, segundo OLIVEIRA (2004: 61),

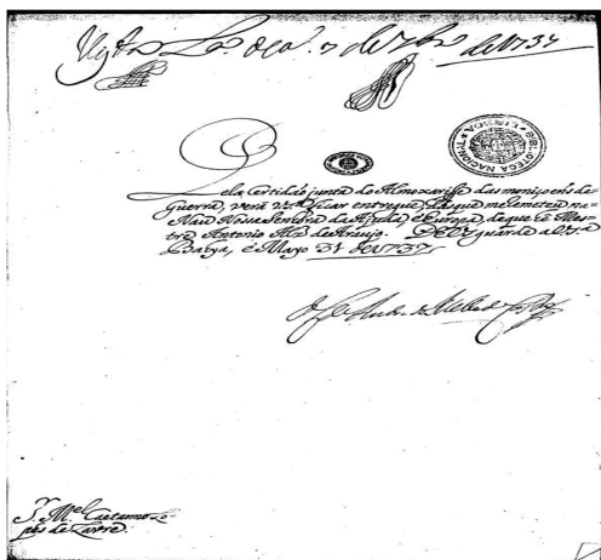
(...) vinha com Tomé de Souza um efetivo de 6000 *homens de armas*, o que consideramos, até, razoavelmente em relação ao contingente de pessoas que com ele se deslocou e o perímetro inicial a ser defendido. Temos que entender, entretanto, que estes homens de armas, aparentemente, não se tratavam, exclusivamente, de soldados, mas até de operários que tinham certa intimidade com o uso da besta ou dos mosquetes, espadas adagas lanças, alabardas e outras armas ofensivas.

Dessa forma, referências à motins e à revoltas na Capitania da Bahia, além de castigos e prisões de oficiais da Câmara, são registrados nas páginas desses documentos. A exemplo, unidades lexicais representadas por substantivos como “castigo” e “motim” e verbos como “executar”, encontrados no documento *Consulta* do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V, datado de 12 de janeiro de 1713, registrando o que informou o governador-geral do Brasil Pedro de Vasconcelos acerca do castigo que mandara executar os três principais autores e cabeças do segundo motim que houve na cidade da Bahia [...] Domingos da Costa Guimarães, Luis [...] e Domingos Gomes (...). (Cf. Verbete AHU_ACL_CU_005, Cx. 8, D. 709, de 1713. In: PROJETO RESGATE, 2009).

E, por fim, munindo-se de outros operadores de leitura crítica, observam-se ações relacionadas a contextos bélicos, fazendo-se referência a “munições de guerras”, como o caso da Carta, datada de 31 de maio de 1737, do vice Rei e capitão geral do estado do Brasil, André de Melo e Castro, informando recebimento de munição de guerra. Segue sumário do resumo do documento:

CARTA do [vice-rei e capitão-general do estado do Brasil], André de Melo e Castro, [conde das Galveias] ao [secretário do Conselho Ultramarino], Manuel Caetano Lopes de Lavre a informar do recebimento das munições de guerra que remeteu da nau Nossa Senhora da Ajuda e Europa de que é Mestre, António Alvares de Araújo. (AHU_ACL_CU_005, Cx. 59, D. 5041, de 1737. In: PROJETO RESGATE, 2009)

FIGURA 2: Fac-símile do Manuscrito - Carta - 1737



Fonte: AHU_ACL_CU_005, Cx. 59, D. 5041, de 1737. In: PROJETO RESGATE, 2009

É notório que apesar dos grupos se constituírem e se construírem a partir do espírito de cooperação, “a história escrita do mundo é em larga medida, uma história de guerras, porque os Estados em que vivemos nasceram de conquistas, guerras civis ou lutas pelas independências” (KEEGAN, 2006: 492). O sistema militar português era baseado nas Ordenanças, que obrigavam a população a manejar armas para sustentar o patrimônio da Coroa. E se por um lado, as fortificações defendiam a cidade do Salvador de invasões e de ataques, por outro lado, os conflitos dos colonos com as ordens coloniais, demandavam motins. Essas lutas por vezes eram decorrentes da insatisfação da cobrança de impostos e da severidade da disciplina militar etc.

Dessa forma, a defesa da cidade do Salvador sempre foi uma preocupação de El Rei, visto que a cidade foi construída para ser a Capital de um Estado da América Portuguesa e, desde o início, exportava importantes gêneros econômicos. Essa necessidade de criação de uma cidade fortificada e aprimorada em seu sistema de defesa, fato concretizado por Tomé de Souza, tem suas origens desde os primeiros momentos de povoação da capitania “denominada de Bahia”, que foi doada ao capitão Francisco Pereira Coutinho, militar que prestou serviços na Índia, em 5 de abril de 1534, com carta de doação em Évora. (TAVARES, 2008: 92; NUNES, 2013: 251)

Nessa direção, a Bahia e a cidade do Salvador guardam, até hoje, marcos históricos de suas guerras e lutas como as encenadas no Forte de São Pedro, no Parque de São Bartolomeu, na estrada das Boiadas, no alto de Pirajá, no Canal do Funil, nos Fortes de Itaparica, na Torre de Garcia D’Ávila, na cidade histórica de Cachoeira e tantos outros acontecimentos que esperam ser recuperados pela história dos textos (TAVARES, 2008; KRAAY, 1996).

Conclusão

É justamente, a partir dessa temporalidade, aberta e inconclusa, revalidada pelo estudo dos documentos manuscritos da Capitania da Bahia, que a relação entre léxico, história e memória pode ser repensada e os sujeitos e os grupos sociais, antes esquecidos encontram a possibilidade de testemunhar, ainda que indiretamente.

Espera-se que essa pesquisa tenha como impacto a recomposição de uma parcela do patrimônio cultural escrito baiano, por meio da edição dos documentos histórico-culturais esquecidos, em outras formas de inscrição, outros caminhos de decifração e atualização. Nesse caminho dos resíduos, abrem-se perspectivas para a produção de novas leituras e um reavaliar da memória linguística e cultural e seus fragmentos, na relação dialética presente e passado, na história, por meio da crítica filológica e dos contextos históricos e linguísticos, compartilhadas pelos sujeitos.

Referências

BACELLAR, Carlos. **Fontes documentais:** uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23 - 79.

BARBOSA, M. A. **Dicionário, vocabulário, glossário:** concepções. In: ALVES, I. M. (Org.). A constituição da normalização terminológica no Brasil. 2 ed. São Paulo: FFLCH/CITRAT, 2001. p. 23-45.

BARROS, A. L.; ISQUERDO, A. N., (Orgs.) **O léxico em foco:** múltiplos olhares [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **As ciências do léxico**. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2 ed. Campo Grande, MS: Ed. da UFMS, 1998, p. 11-20.

_____. **Os dicionários na contemporaneidade**: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs.) **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: EDUFMS, 2001. p. 131 – 144.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico.... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 8 v. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edição/1>>.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos**. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Transcreve.pdf>>.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CANO AGUILAR, Rafael. **Introducción al análisis filológico**. [S.l.]: Castalia, 2000.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. **Inscrever e apagar**: cultura escrita e literatura. Trad. Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: EDUNESP, 2007.

COELHO, B. J. **Dicionários: estrutura e tipologia**. In: COELHO, B. J. *Linguagem - lexicologia e ensino de português*. Catalão: Kaio Gráfica e Editora Ltda, 2008. p. 13-41.

DOCUMENTOS manuscritos “avulsos” da capitania da Bahia: 1604 – 1828. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009. v. 1. Projeto Resgate de Documentação Histórica “Barão do Rio Branco”/ Arquivo Ultramarino (Lisboa).

DOCUMENTOS manuscritos “avulsos” da capitania da Bahia: 1753 – 1828. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009. v. 2. Projeto Resgate de Documentação Histórica “Barão do Rio Branco”/ Arquivo Ultramarino (Lisboa).

DUBY, Georges. **Para uma história das mentalidades**. Trad. Augusto Joaquim. 1 ed. Lisboa: Terramar, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 11 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GINZBURG, Carlo. **Sinais**: raízes de um paradigma indiciário. In: Id. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GONÇALVES, Eliana C. Brandão. **Antiarquivismo**. In: REVEC: Revista de Estudos da Cultura. set. – dez.: Culturas em Negativo, n. 3, 2015a. p. 15-26.

_____. **Léxico e arquivo**: a questão da violência nos regimes ditatoriais. In: HORA, Dermeval da, PEDROSA, Juliene Lopes R., LUCENA, Rubens M. (Orgs.). ALFAL 50 anos: Contribuições para os estudos linguísticos e filológicos. João Pessoa: Ideia, 2015b, p. 544-573.

_____. **Linguagem, história e construção do discurso**. In: GUENA, Márcia. (Org.) Culturas e linguagens: identidades, tradição e rupturas. Salvador: UNIJORGE, 2008. p. 164 – 173. (Série Didáticas, 2)

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

HISTÓRIA DIGITAL. Brasília: Universidade de Brasília / Centro de Memória Digital, ano 2, n. 2, dezembro de 2009.

HOUAISS, Antônio et al. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ISQUERDO, Aparecida Negri. **O caminho do rio, o caminho do homem, o caminho das palavras**. In: RIBEIRO, Silvana Soares C.; COSTA, Sônia Bastos B.; CARDOSO, Suzana Alice M. (Orgs.) *Dos sons às palavras: nas trilhas da língua portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 42-59.

KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão e Irene Ferreira. 4 ed. Campinas: São Paulo: EDUNICAMP, 1996.

LINHARES, M. Y. (Org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MAIA, Clarinda. **Linguística Histórica e Filologia**. In: LOBO, Tânia et al. *ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Organizadoras: Salvador: EDUFBA, 2012, p. 533 - 542.

MARQUILHAS, Rita. **Filologia oitocentista e Crítica Textual**. In: ALVES, Fernanda Mota et al. (Orgs.) *Filologia, memória e esquecimento*. Act. 20, Lisboa: Húmus, 2010. p. 355 - 367.

MCKENZIE, Donald Francis. *Bibliografía y sociología de los textos*. Tradução Fernando Bouza. Madrid: Akal, 2005.

MORAES SILVA, Antonio de. **Diccionario da lingua portugueza**. 2 ed. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/edição/2>>.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. **Conhecendo a história da Bahia da pré-história a 1815**. Salvador: Quarteto, 2013.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs.) **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: EDUFMS, 1998.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio** – no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Lexicografia discursiva**. São Paulo: Alfa, 2000. p. 44: 97-114.

PAYER, Maria Onice. **Memória da língua: imigração e nacionalidade**. Tese (Doutorado) – UNICAMP, Campinas/São Paulo, 1999.

PONS RODRÍGUEZ, Lola. **Introducción**: la historia de la lengua y la historia de las transmisiones textuales. In: PONS RODRÍGUEZ, Lola. (Ed.) *Historia de la lengua y crítica textual*. Madrid/ Frankfurt: Iberoamericana/ Vervuert, 2006. p. 9 – 17.

REY-DEBOVE, J. **Lexique et dictionnaire**. In: POT*TIER, B. (Org.) **Le langage**. Paris: Retz, CEPL, 1973. p. 82-109.

RICHARD, Nelly. **Rupturas da memória**. In: *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política*. Trad. Romulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002, p. 51-92

RICOEUR, Paul. **Memória, história e esquecimento**. Trad. Alain François [et al.] Campinas: EDUNICAMP, 2008.

ROUDINESCO, Elizabeth. **A análise e o arquivo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SANTIAGO-ALMEIDA, M. M.; ANDRADE, E. A.; BARONAS, R. L. **Plano de guerra da Capitania de Matto Grosso**: janeiro de 1800. 2. ed. reimpr. e revisada Cuiabá: EDUFMT, 2014. v. 1.

SANTOS, Rosa Borges dos.; SOUZA, Arivaldo Sacramento. **Filologia e edição de texto**. In: BORGES, Rosa et al. Edição de texto e crítica filológica. Salvador: Quarteto, 2012. p. 15-59.

SECO, MANUEL. **Las palabras en el tiempo: los diccionarios históricos**. In: Estudios de lexicografía española. 2 ed. aum. Madrid: Editorial Gredos, 2003. p. 109 - 156. (Biblioteca Románica Hispánica)

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Caminhos da linguística histórica**: ouvir o inaudível. São Paulo: Parábola, 2008.

SOUZA, Maria Clara Paixão. **Linguística Histórica**. In: PFEIFFER, Claudia; NUNES, José H. (Org.). Introdução às Ciências da Linguagem: Linguagem, história e conhecimento. Campinas: Pontes, 2008. p. 11-48.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 10. ed. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001.

VIEIRA, Domingos, Fr. **Grande diccionario portuguez ou thesouro da língua portuguesa**. Porto: Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes. 1871-1874. 5 v. (Publ. feita sobre o manuscrito original, inteiramente revisto e consideravelmente aumentado).

VILELA, Mário. **Estudos de lexicologia do português**. Coimbra: Almedina, 1994.

Recebido em 10/10/2016 e aceito em 06/12/2016.

A IDEOLOGIA NO LÉXICO TOPONÍMICO DA *HISTÓRIA DE PORTUGAL* DE FERNÃO DE OLIVEIRA

Eliéte Oliveira SANTOS

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

RESUMO

A História de Portugal foi escrita pelo humanista Fernão de Oliveira, provavelmente, por volta de 1581 — contexto da crise sucessória do reino português —, com finalidades iniciais de provar a antiguidade, perenidade e nobreza do reino lusitano em relação às outras nações cristãs. Concededor da Retórica, Oliveira percebia a importância da linguagem como ferramenta político-ideológica e, por isso, conduzia as palavras em favor das suas intenções. Em sua narrativa, o léxico toponímico foi utilizado como tentativa de construção de sentidos ideológicos em torno da superioridade e primazia de Portugal. Por esse motivo, o presente estudo tem como proposta a análise de alguns topônimos encontrados na História de Portugal e, a partir da Teoria da Enunciação, nos moldes do pensamento bakhtiniano, responder de que modo a origem etimológica da onomástica toponímica pode ser vista como resultado de posição do discurso, apesar de maior rigor em relação à sua estabilidade semântica.

ABSTRACT

The História de Portugal was written by the humanist Fernão de Oliveira, probably around 1581 - the context of the succession crisis of the Portuguese reign - with initial purposes of proving the antiquity, continuity and nobility of the Portuguese kingdom in relation to other Christian nations. Knowing Rhetoric, Oliveira realized the importance of language as a political and ideological tool and therefore used the words in favor of their intentions. In his narrative, the toponymic lexicon was used in an attempt to build ideological directions around the superiority and primacy of Portugal. Therefore, this study proposes the analysis of some toponyms found in História de Portugal and, from the Theory of Enunciation, along the lines of bakhtiniano's thought, answering how the etymological origin of onomastics can

be seen as a result of position on the discourse, despite greater accuracy in relation to their semantic stability.

PALAVRAS-CHAVE

Enunciação. Fernão de Oliveira. Retórica. Toponímia.

KEYWORDS

Enunciation. Fernão de Oliveira. Rhetoric. Toponymy.

Introdução

Em Portugal, o reinado de D. João III — de 1521 a 1557 — passou por inúmeras crises econômicas, sendo agravadas por razões de caráter pessoal, as quais podem ter influenciado a crise política no reino lusitano. Entre 1530 e 1540, morreram cinco dos irmãos e irmãs de D. João III e, dos nove filhos nascidos de seu casamento com D. Catarina — irmã mais nova de Carlos I da Espanha — todos morreram antes de atingir os 19 anos de idade. Os que viveram por mais tempo casaram com descendentes da família real castelhana de então: D. Maria casou-se com Filipe II em 1543, mas faleceu em 1545, aos 18 anos de idade; o infante D. João casou-se com D. Joana, irmã de Filipe II, em 1552, mas faleceu em 1554, poucas semanas antes do nascimento de seu filho, o “desejado” D. Sebastião, que passaria a ser o único sobrevivente legítimo do rei D. João III e única esperança de sucessão ao trono português¹.

Quando D. João III morreu, seu neto e herdeiro do trono, D. Sebastião, estava no terceiro ano de vida. Por isso, foram necessárias regências provisórias de alguns membros da família até que o rei-menino

¹ Por ser a última esperança de sucessão portuguesa ao trono, o nascimento de D. Sebastião foi marcado por muitas preces e rogos. Alguns portugueses da época afirmavam que o desejado D. Sebastião não foi só um rei nascido e gerado do ventre da mãe, mas também nascido e gerado do merecimento de muitas lágrimas, orações e sacrifícios oferecidos pelo povo ao divino (MAGALHÃES, 1993: 541).

completasse idade suficiente para governar Portugal, o que aconteceu em seus 14 anos de idade. Mas D. Sebastião, de acordo com Marques, “importava-se pouco com o ofício de governação, perdido antes em sonhos de conquista e de expansão da Fé” (MARQUES, 1984: 150-1).

Em 1574, o jovem monarca visitou Marrocos pela primeira vez e, de regresso a Portugal, preparou expedição, determinado a travar uma campanha militar contra os mouros no norte da África. Apesar dos conselhos e pedidos de alguns prelados e familiares, que consideravam dispensável e imprudente essa missão, em 1578, D. Sebastião aprontou às pressas um exército invasor consideravelmente fraco e em mau estado de indisciplina e desorganização. A tropa seguiu para o norte da África, desembarcando em Arzila. Próximo à cidade de Alcácer Quibir, as forças portuguesas foram completamente derrotadas pelo exército adversário naquela que foi considerada a batalha mais desastrosa de toda história de Portugal. Por conseguinte, D. Sebastião morreu em combate, juntamente com cerca de 7000 homens da nata da aristocracia e do exército do país (MARQUES, 1984: 151-2). Dá-se início, então, à crise sucessória no reino português.

Com o desaparecimento de D. Sebastião em Alcácer Quibir, Portugal ainda ficou sob o comando de um irmão de D. João III, o cardeal D. Henrique, já velho e sem nenhum herdeiro. Mesmo com a existência de um provável filho bastardo do infante D. Luís, também irmão de D. João III, o candidato mais forte a subir ao trono seria D. Filipe II, rei da Espanha, por ter sido casado com Maria, filha do português D. João III. De fato, em abril de 1581, esse rei espanhol entrou em território lusitano e foi solenemente jurado rei de Portugal com o título de D. Filipe I, conforme afirma MARQUES (1984: 156).

É provavelmente após o contexto de crise da sucessão dinástica e, por causa disso, que Fernão de Oliveira escreve a história de Portugal, com necessidades de estabelecer o lugar de Portugal e do seu povo na importância da história em relação aos outros reinos. Assim, Oliveira,

numa atitude político-ideológica, reforça a ideia da primazia de Portugal em relação à Espanha a partir de acontecimentos que se deram, não por acaso, mas por vontade divina, a qual se manifesta em grandes momentos cruciais da sua história. Com efeito, sendo esta obra escrita no momento histórico em que estava inserida, ou seja, no momento em que D. Filipe II, um rei espanhol, assume a coroa portuguesa, Oliveira age como mobilizador da esperança de um povo, conclamando-os a exigir para o trono um rei nascido na terra, portanto, disposto a defender os ideais pátrios por amor à nação que o identifica.

1. Algumas características do documento *História de Portugal*

A *História de Portugal*, documento autógrafo do humanista Fernão de Oliveira, faz parte do Acervo da Biblioteca Nacional de Paris, registrado com o nº 12 (nova cota) do *Fonds Portugais*. Nessa cota estão inclusos ainda mais três documentos atribuídos a Oliveira, os quais são: *Livro da antiguidade, nobreza, liberdade e imunidade do reino português*; tradução inacabada de *Re Rustica* de Lúcio Júnio Columela, dirigida a Públio Silvino; e cópia também incompleta da Gramática de António de Nebrija, com o título *Arte de grammatica de lengua castellana por el doctissimo maestro Antonio de Nebrissa compuesta*. Todas essas informações são encontradas em FRANCO (2000: 33-4).

A primeira *História de Portugal*, assim designada pelo autor, foi escrita com finalidades de intervir no processo de unificação da Península Ibérica no contexto da crise sucessória por consequência do desaparecimento do rei D. Sebastião após a guerra de Alcácer Quibir. Nesse processo de intervenção, Fernão de Oliveira produziu o manuscrito de cunho historiográfico, exaltando o caráter, a nobreza e os feitos dos primeiros povoadores e dos primeiros reis da nação portuguesa.

A *História de Portugal* é dividida em quatro livros: o primeiro livro, sem denominação, compreendendo a capitular, apresenta 9 capítulos; o segundo, *Vida do conde D. Henrique e princípio da restauração do reino*, com 5 capítulos; o terceiro, *Vida e feitos heroicos do rei D. Afonso Henriques*, com 14 capítulos; e o quarto, *História da vida e feitos do rei D. Sancho, filho do rei D. Afonso Henriques*, com 3 capítulos.

Vale notar que este último livro dedicado à história de D. Sancho parece ter ficado inacabado, por considerar a inexistência de qualquer indicação feita pelo autor informando a conclusão da escrita. Não se sabe os motivos da possível inconclusão desse trabalho. No entanto, sendo a *História de Portugal* escrita por volta de 1581, período em que o autor contava com aproximadamente 74 anos de idade, existe a hipótese de ele ter falecido durante o processo de redação, como afirma FRANCO (2000: 33), baseado em suposições de outros estudiosos da obra do humanista.

Quanto à autografia do documento, Franco (2000) aprova a tese dos estudos do filólogo Paul Teyssier, que, em 1957, apresentou no III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, o artigo *L'“História de Portugal” de Fernando Oliveira d'après le Manuscrit de la Bibliothèque Nationale de Paris*, no qual, além de afirmar “a originalidade da miscelânea de obras manuscritas agregadas neste códice, atesta também sua autograficidade”. (FRANCO, 2000: 76).

Em relação à numeração referente ao manuscrito da *História de Portugal*, vale salientar que a catalogação do *Fonds Portugais* da Biblioteca Nacional de Paris foi publicada por Alfred Morel-Fatio nos fins do séc. XIX, de acordo com Peixoto (1963). Na introdução desse catálogo, registra-se a numeração anterior a 1862, sob o nº 5 (cota antiga), e o nº 10.022, correspondente ao *Ancien Fonds* (MOREL-FATIO, 1892: XXVII). De acordo com FRANCO (2000):

O conhecimento da história pregressa deste códice remonta, de acordo com os dados que dispomos hoje, ao ano de 1668, data da incorporação deste cimélio nas colecções da então Biblioteca Real de Paris, proveniente da biblioteca do cardeal Mazarino, que possuía desde data ignota para nós. A proveniência do manuscrito da biblioteca do cardeal-ministro francês é atestada pelo embaixador Francisco José Maria de Brito, transcritor da tradução do tratado de agricultura de Columela, e por L. Delisle, administrador geral da Biblioteca Nacional de Paris, numa carta solicitada por Henrique Lopes de Mendonça, na qual certifica: “o manuscrito da Biblioteca Nacional que contém os escritos do Padre Fernando Oliveira é um exemplar que parece ter sido preparado em vista duma impressão e que comporta as marcas de emendas importantes executadas pelo autor seja por um colaborador. Tudo o que nós sabemos sobre as origens deste manuscrito, é que ele entrou em 1668 nas nossas colecções e que ele precedentemente fazia parte da biblioteca do cardeal Mazarino” (FRANCO, 2000, p. 75-76).

Segundo FRANCO (2000: 76), não existem informações que possam revelar de que maneira esses documentos chegaram à biblioteca do mencionado cardeal Mazarino, figura destacada na política francesa do séc. XVII. Lopes de Mendonça aventa a possibilidade de Fernão de Oliveira ter sido partidário de D. António², prior de Crato, durante

² D. António era neto de D. Manuel e filho de D. Luís com uma mulher do povo. Nasceu em Lisboa em 1531 e foi educado pelos monges jerónimos e por jesuítas de Évora. Sucedeu a seu pai como prior de Crato, em 1555, mas renunciou pouco depois. Por causa das contendas com seu tio, o cardeal D. Henrique, exilou-se na Espanha, mas foi chamado por D. Sebastião para as missões militares no norte da África. Ficou prisioneiro na batalha de Alcácer-Quibir, mas conseguiu o resgate, regressando de imediato para Portugal por ordem das questões de sucessão ao trono, já que ele tinha a vantagem de ser o único neto varão de D. Manuel. D. António chegou a ser declarado rei de Portugal, no entanto D. Henrique questionou a legitimidade de

a disputa da dinastia portuguesa de 1580 e, por isso, ter se exilado na França.

2. Os topônimos na *História de Portugal*

Topônimos, como se sabe, são denominações atribuídas a lugares pelas sociedades, a fim de identificar o espaço que ocupam e que têm, na origem etimológica, derivações diversas, motivadas por influências externas. Essa prática configura-se como um comportamento do homem desde os tempos mais remotos, cujos registros históricos atualmente nos servem como testemunhos. A esse respeito, DICK (1992: 5) afirma que no período da Antiguidade, os lugares recebiam o nome dos seus possuidores como forma de valorização do indivíduo sobre o solo e essa modalidade designativa se estendeu até o período das invasões bárbaras, na Europa; inversamente, a partir da época feudal, os habitantes tomavam os nomes dos territórios correspondentes, marcando assim a concepção feudal do homem vinculado à terra.

Por conta dessa relação lexical do homem e o lugar habitado, um dos objetivos dos estudos toponímicos é a reconstrução histórica dos movimentos migratórios dos povos, a partir dos vestígios linguísticos encontrados na origem dos nomes das localidades. Isso permite que pesquisadores de diferentes áreas possam mapear e conhecer padrões de comportamento humano, mudanças linguísticas atribuídas a povos específicos, natureza do solo, alterações climáticas e outras manifestações socioculturais de um grupo em determinado momento da história, como afirma DICK (1992: 47-8):

sua documentação que provava o casamento secreto de seus pais e, com isso, foi expulso de Portugal. O prior de Crato tentou ainda a sucessão ao trono, buscando o auxílio da França e da Inglaterra (MARQUES, 1984: 153-157).

A toponímia, como disciplina do saber humano, reúne também, as condições intrínsecas necessárias para uma pesquisa em profundidade de tais especificações antropológicas. Ao especialista da matéria abre-se, dessa forma, um amplo campo de investigações e não será pretencioso de sua parte objetivar o encontro de vinculações entre o nome de lugar e as características que subordinam o denominador à sua época. O topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto histórico-político da comunidade. Ao contrário, reflete, de perto, a própria substância ontológica do social, onerado que está de uma profunda carga significativa. Um solo agreste, um clima árido, uma vegetação pobre ou abundante, uma escassês [sic] hidrográfica, a peculiar atividade regional ou, por outro lado, a relativa segurança econômica e as tendências artístico-religiosas predominantes na localidade, tendem a configurar, com precisão, o sistema toponímico em espécie, aberto a todas as feições culturais (DICK, 1992: 47-8).

No entanto, fazer o levantamento da onomástica, a partir das fontes documentais, no intuito de determinar a sua relação com as comunidades linguísticas, pode ser um grande problema, já que grande parte das etimologias toponímicas são resultados de interpretações dos historiadores e cronistas antigos que, muitas vezes, se baseavam em lendas fantasiosas, mitos, explicações populares ou outros critérios nem sempre aceitáveis para o lexicólogo da atualidade, como atesta Viaro (2004: 311):

Fazer a etimologia de nomes próprios pode tornar-se uma tarefa extremamente difícil, uma vez que muitos deles foram inventados e não é possível acompanhar o

seu trajeto. Também quanto aos nomes mais tradicionais, em muitos casos é possível descobrir a etimologia, mas o significado é um tanto obscuro (VIARO, 2004: 311).

Desse modo, pode-se perceber algumas dificuldades quanto ao conhecimento etimológico dos topônimos, mas esses procedimentos não podem ser deixados de lado pelo pesquisador da linguagem disposto a observar o texto como possibilidades amplas de sentido, “que leva a infindáveis práticas de reelaboração e a frequentes polêmicas quanto ao modo de definir uma ou outra palavra” (NUNES, 2006: 16). Assim, vale salientar que, embora a onomástica toponímica seja compreendida com mais rigor em relação à estabilidade semântica, a sua origem etimológica também pode ser vista como resultado das condições de produção do discurso, ou seja, produtos do contexto situacional, histórico e ideológico, dentro das possibilidades apresentadas por BAKHTIN (2003) no seguinte trecho:

Os significados lexicográficos neutros das palavras da língua asseguram para ela a identidade e a compreensão mútua de todos os seus falantes, contudo o emprego das palavras na comunicação discursiva viva sempre é índole individual-contextual. Por isso pode-se dizer que *qualquer palavra* [grifo meu] existe para o falante em três aspectos: como palavra da língua neutra e não pertencente a ninguém; como palavra *alheia* dos outros, cheia de ecos de outros enunciados; e, por último, como a *minha* palavra, porque, uma vez que eu opero com ela em uma situação determinada, com uma intenção discursiva determinada, ela já está compenetrada da minha expressão. Nos dois aspectos finais, a palavra é expressiva mas essa expressão, reiteramos, não pertence à própria palavra: ela nasce no ponto do contato da palavra com a realidade concreta e

nas condições de uma situação real, contato esse que é realizado pelo enunciado individual (BAKHTIN, 2003: 294).

Por esse motivo, os topônimos encontrados na *História de Portugal* de Fernão de Oliveira não são negligenciados por se conceber, neste trabalho, a língua como um sistema aberto e que foi tomada por um indivíduo a fim de produzir o seu discurso a serviço da construção de uma ideologia e da mitogenia do reino português. Nesse caso, pode-se notar, a partir da análise dos topônimos, que Oliveira utilizou, como estratégia narrativa, o método de interpretações das etimologias toponímicas no intuito de menosprezar as origens do povo e do reino castelhanos e, conseqüentemente, tentar “provar, por esta via, a primordial antiguidade de Portugal e das cidades que considera mais importantes no seu quadro geográfico” (FRANCO, 2000: 110). Como exemplo dessa afirmação, observa-se o trecho da *História de Portugal*, em que o humanista explica a etimologia do nome de Setúbal, cidade portuguesa:

(...) despoys do diluvio sabemos per certa fama, e escripturas de bõs autores, que hum neto de Noe chamado Tubal filho de Japeto foy o premeyro, que começou povoar a Hespanha. A qual ainda então não tinha esse nome, nem o teve dahi a muyto tempo: mas logo no principio se chamou Tubalia, por que a povoou Tubal: e os home^ls dela se chamarão Tubales, segundo diz Josepho no livro das antiguidades (...). Pollo que se deve crer sem duvida, o q(ue) diz Florião do campo, e outros, que Tubal veyo aportar no rio de **Sethuval**. Diz este autor cronista dos Reis de Castella, que **Sethuval** quer dizer assento de Tubal: e que lhe poserão este nome, por q(ue) Tubal fez ali seu assento, e morada: por que Seth he palavra de Armenia donde Tubal era natural:

e quer dizer assento de morada, como sedes e↓ latim (fólios 1r-2v, 1º livro).

Assim, nessa defesa em torno da primazia e da antiguidade do reino português, Oliveira aponta outros espaços em Portugal, cuja fundação seria anterior a Roma, como é visto no seguinte trecho:

Se fora possivel mudar-se Coimbra de Condeixa para onde agora estaa, ouvera de ser despoys dos romanos: por que as pedras escriptas, que se achão em Condeyxa, forão escriptas em te↓po dos romanos, ou despoys delles, por que antes não podia ser: e acima fica provado, que Coimbra ali onde estaa he mays antiga que **roma**. Assi que he das antigas de Portugal:~ ¶ Evora cidade tambem he bem antiga. De cuja antiguidade em nossos dias escreveo mestre Andree de resende natural della, e home↓ havido por muy lido, e amigo de antiguidades, e curioso de leer pedras romanas: pore↓ por que tinha o entendimento duro, como as mesmas pedras, não se podia desapegar dellas: e cuidava, que em **Roma** se cõprendião todas as antiguidades: mas **Roma** não foy a mays antiga do mundo; nem o seu reyno o melhor, como sabemos p(e)lla profecia de Daniel propheta (fólio 12r-12v, 1º livro).

Essa associação entre Portugal e Roma era uma das formas encontradas por Oliveira, no uso dos topônimos, para evidenciar a importância do reino lusitano perante às outras nações. Assim, ao mencionar a Betúria, antiga colônia dos romanos localizada na Bética, Oliveira faz referência ao Brasil e a algumas terras na África como colônias portuguesas. Nessa construção retórica, o humanista tenta igualar Portugal à grandeza dos romanos, estando, dessa maneira, no

mesmo nível e não subjugada a eles:

O convento scalabitano dizem que era sobjeyto aos romanos; por que Scalabis sua cabeça era colonia dos romanos. As colonias, não some↓te erão sobjeytas aos romanos, mas erão suas propriedades: por que erão suas feyturas, por quanto o povo romano, e os seus capitães as fazião e povoavão, como agora os portugueses povoão as ilhas, e terras novas que descobrem. Como a ilha da madeyra, e as dos açores, cabo verde, sam thomee: e as povoações do Brasil. Estas são colonias de Portugal. E são estas as proprias colonias: por que de principio forão habitadas p(e)llos portugueses: e mays forão habitadas per elles mesmos, e não per outra gente de seu mandado: como erão algu↓as colonias dos romanos: os quaes mudavão a gente dhu↓as terras p(ar)a outras, por que lhe compria assi, e chamavão-lhe colonias. Desta maneyra dize↓, que era Scalabis: por que diz q(ue) de **Beturia** trouxerão os romanos gente para aquella villa, e a gente daq(ue)lla villa troquando levarão para **Bethuria** (fólios 27r-27v, 1º livro).

Quanto à imunidade do reino lusitano, Fernão de Oliveira procura construir uma Portugal livre de qualquer invasão estrangeira ao longo de sua narrativa. Como exemplo, a cidade de Aljubarrota, que, embora controversas as etimologias apontadas por Nascentes (1952) e por Machado (1984), o topônimo parece ser resultante da língua árabe, em consequência da invasão dos mouros na Península Ibérica. No entanto, Fernão de Oliveira, desconsiderando a presença dos árabes em terras portuguesas, traz a seguinte explicação para a origem do nome:

Montemor a velha, segundo escrevem os castelhanos, e↓ tempo de dom Ramiro o terceyro, no anno de christo novece↓tos [...], ainda era de christãos: por que então veyo sobr'elle Alcoraxi mançor, Rey de Cordova, sendo senhor daquella villa, e terras, o abbade Johão, tio do dicto rey dom Ramiro. [...] Chegando a Montemoor assentou sobr'elle seu arrayal: por que vinha de proposito a prender, ou matar o Abbade Johão: por quanto ouvira dizer, que fazia guerra e damno aos mouros das terras de Portugal. Defendeo-se o Abbade do mouro Alcoraxi mançor com muyto esforço muytos dias [...]. Mas socorreo-lhe deos milagrosamente: por q(ue) desemparado de todo subsidio humano saio a dar batalha ao mouro, e venceo-o, e fe-lho fogir: e foy tras elle atee o matar. Alcançou-o em hu↓ lugar, que agora chamão **a giba rota**. Alli lhe deu hu↓ lançada na corcova antre os hombros, onde os velhos chamavão giba: e por que ali lhe rompeo a giba chamão aquelle lugar **a giba rota**. (fólios 37r-38r, 1º livro).

Observa-se também a negação dos povos germânicos no espaço português pelo autor da *História*. Sendo Toledo uma das cidades mais representativas do cenário histórico da Península Ibérica e centralizadora de grupos invasores, é quase constante o uso deste topônimo por Fernão de Oliveira em proveito da defesa da nobreza e imunidade do reino português. Ao relatar os episódios de invasão dos povos bárbaros — os godos e os mouros —, o humanista aplica o discurso de valorização das terras de Portugal como pertencentes apenas aos portugueses, ou seja, não são ocupadas por outras gentes, como os godos e os mouros e, portanto, os portugueses são descendentes de “boa linhagem” sem mistura com outros povos. Em um trecho, Oliveira diz:

(...) não forão os Godos senhores de Portugal, por que não se achão em todo elle edificios algu↓s, que os Godos fizessem, nem sepulturas em q(ue) se enterrasse↓, como se achão nas outras terras da Hespanha, de que elles forão senhores. Achão-se em **Toledo**, achão-se em Sevilha, e em outras partes muytas da Hespanha. [...] mas em Portugal não ha mays, que a del-rey dom Rodrigo em Viseu, de que commūmente se duvida. E mays se elle caa veyo morrer, não veyo como senhor.da.terra, mas veyo por se esconder de seus amigos, por quanto esta terra não era sua, e não o havião de vir caa buscar. Vir-se elle caa esconder he hum grande argume↓to, que não era esta terra sua, ne↓ dos Godos. Ajuda a isto, o caminho, per onde o conde Julião levou os mouros: por que os levou per Cordova, e **Toledo**, e Castella, e não os trouxe a Portugal (fólios 34v-35r, 1º livro).

Em relação às localidades da Espanha, Fernão de Oliveira constrói seu texto buscando negar qualquer vantagem histórica das outras nações ibéricas sobre o povo português, principalmente em relação a Leão e a Castela. A imagem que Oliveira tenta criar a respeito dos castelhanos, por exemplo, é de “um povo soberbo, ambicioso, cobiçoso, tirano, interesseiro, desleixado (para com os interesses alheios), fomentadores de intrigas, desejosos de hegemonia e dominação”, de acordo com as palavras de Franco (2000: 271). Em relação ao nome de Castela, Fernão de Oliveira diz o seguinte:

Diz este Rey dom Afonso aos onze capitolos da terceyra parte da sua cronica, que ainda no anno de nosso senhor Jesu christo de oytocet↓os e vinte se chamava Bardulia a terra que agora se chama **Castella** a velha: e era ainda de mouros, despoys da perda del-rey dom Rodrigo mays de

cem annos: por que El-rey dom Ramiro o premeyro, que então reynava em Lião, diz que fazia guerra aos mouros de Bardulia (OLIVEIRA, *História de Portugal*, fólio 47r, 1º livro).

Segundo HOUAISS e VILLAR (2001: 403), *bárdulo* era o antigo povo da Hispânia tarraconense, e Oliveira faz, muitas vezes, uso desse etnônimo de forma pejorativa com a finalidade de desvalorizar afirmações contrárias às suas, como no caso: “Os home↓s, que escreve↓ sem atentar o que escrevem, são **bardulos**” (fólio 59r, 2º livro); ou para efeito de crítica desfavorável: “Esta he a verdade, e os contrayros de dona Tareyja as quere confundir co a semelhaça dos nomes dos seus condes:~ mas não poderão, se ouver nisto diligente exame, e boa tenção, sem **bardularia** precipitada” (fólio 10r, 3º livro).

Considerações finais

De acordo com os exemplos mostrados aqui, não se pode negar que a toponímia também produz sentidos resultantes das ações humanas dentro do quadro histórico. Desta forma, utilizando como esteio teórico as ideias de Bakhtin (2004), podemos considerar que os topônimos — concebidos como matéria que reflete a lógica da consciência e da comunicação ideológica —, não podem ser vistos como elemento estável, sempre igual ou limitado em estado de dicionário.

É dessa forma que o signo só interessa como estrutura concreta da enunciação, variável, flexível, adaptável às condições de produção. Não pode ser fixo. É isso que marca a língua como sistema móvel e vivo, capaz de evoluir. E essa mobilidade do sistema linguístico está baseada no estreito vínculo existente entre o homem e a linguagem, como afirma Benveniste (2005):

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem (BENVENISTE, 2005: 285).

Benveniste (2005) também afirma que é através da linguagem que o homem se conscientiza da sua subjetividade. A possibilidade dessa consciência de si mesmo se dá por meio da oposição entre o indivíduo, que interage com o outro, ambos localizados no tempo e no espaço. Assim, quem fala/escreve é um sujeito histórico que, de acordo com suas intenções e com o interlocutor pretendido, sempre inserido em determinada situação, organiza o seu texto a fim de persuadir, convencer, colocar-se como aquele que diz algo ou aquele que reproduz a realidade através de palavras conscientemente escolhidas e controladas, ou seja, é a partir de enunciados que o sujeito se constrói como tal

Portanto, os topônimos encontrados na narrativa de Oliveira são utilizados com a finalidade de reorganizar o espaço dentro das pretensões do historiador, que reformula os monumentos simbólicos da denominação espacial e os reconstrói, a partir de suas interpretações, transformando sua origem significativa. Essa construção retórico-argumentativa, instituída por Fernão de Oliveira o coloca na posição de sujeito da historiografia. É nesse sentido que os topônimos aqui foram analisados: como palavra apropriada e renovada por um sujeito ativo, a fim de produzir efeitos de sentidos em seus interlocutores.

Referências

BAKHTIN, Mikhail [VOLOSHINOV]. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução Michael Laud & Yara Frateschi Vieira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004 [1929].

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Tradução Eduardo Guimarães *et al.* 2. ed. Campinas: Pontes, 2006.

_____. **Problemas de linguística geral I**. Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e antroponímia no Brasil**: coletânea de estudos. 3.ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1992.

FRANCO, José Eduardo. **O mito de Portugal**: a primeira história de Portugal e a sua função política. Lisboa: Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d'Orey; Roma Editora, 2000.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa**. Lisboa: Editorial Confluência, 1984. 3 v.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. **Os régios protagonistas do poder**. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal: no alvorecer da modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. v. 3. p. 513-574.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal**: desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr. General Eanes. 12. ed. Lisboa: Palas, 1985. v. 1.

_____. **História de Portugal**: desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr. General Eanes. 10. ed. Lisboa: Palas, 1984. v. 2.

MENDES, António Rosa. **A vida cultural**. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal: no alvorecer da modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. v. 3. p. 375-421.

MOREL-FATIO, Alfred. **Catalogues des manuscrits espagnols et des manuscrits portugais**, Département des manuscrits, Bibliothèque Nationale, Paris, 1892. Disponível em: <gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k209172b/f29.image>. Acesso em: 2014-01-23.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**: tomo II – nomes próprios. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1952.

NUNES, José Horta. **Dicionários no Brasil**: análise e história do século XVI ao XIX. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006.

PEIXOTO, Jorge. **Manuscritos portugueses da Biblioteca Nacional de Paris**. Separata do boletim Internacional da Bibliografia Luso-Brasileira, Lisboa, abril-junho 1963, n. 4(2), p. 269-276.

SANTOS, Eliete Oliveira. ***História de Portugal de Fernão de Oliveira***: edição diplomático-interpretativa. Dissertação (Mestrado em Letras), Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 2006.

VIARO, Mário Eduardo. **Por trás das palavras**: manual de etimologia do português. São Paulo: Globo, 2004.

Recebido em 10/10/2016 e aceito em 06/12/2016.

A RESPEITO DE UMA EDIÇÃO SINÓPTICA: A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO EDITORIAL PARA O ESTUDO DA DRAMATURGIA CENSURADA DE ROBERTO ATHAYDE

Fabiana PRUDENTE

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

RESUMO

*Analisa-se a tradição do texto teatral *Apareceu a Margarida*, materializada em um conjunto de versões produzidas em diferentes períodos e cidades brasileiras, a fim de propor um modelo editorial que considere os diferentes momentos/estados do texto e sua história. Por compreender os testemunhos de uma obra como indivíduos históricos, inseridos em uma determinada configuração sociocultural, propõe-se, no campo da Crítica Textual em perspectiva sociológica, a elaboração de uma edição sinóptica (em suporte papel e eletrônico), cujos critérios se apresentam neste trabalho, buscando evidenciar as diferentes versões de *Apareceu a Margarida* em confronto e cada testemunho tomado em sua especificidade.*

ABSTRACT

*It's analyzed the tradition of the theatrical text *Apareceu a Margarida*, materialized in a set of versions produced in different periods and in different Brazilian states, to propose an editorial model that considers the different times/states of the text and its history. By understanding the testimonies of a work as historical individuals, embedded in a particular sociocultural setting, it is proposed, in the field of Textual Criticism in a sociological perspective, a synoptic edition (paper and electronic), whose edition features are presented in this paper, seeking to highlight the different versions of *Apareceu a Margarida* in confrontation, and taking each testimony in its specificity.*

PALAVRAS-CHAVE

Crítica Textual em perspectiva sociológica. Edição sinóptica. Tradição textual.

KEYWORDS

Textual Criticism in a sociological perspective. Synoptic edition. Textual tradition.

Introdução

Em 1971, auge da ação censória do regime ditatorial brasileiro, retornou ao Brasil Roberto Athayde, (aos vinte e um anos de idade) que contava com vinte e um anos. Nascido em uma família de escritores cariocas (destacando-se seu pai, o cronista imortal Austregésilo de Athayde, presidente da Academia Brasileira de Letras), Roberto Athayde viveu nos Estados Unidos desde os seus dezessete anos onde teve oportunidade de estudar música, chegando a almejar a carreira de compositor. A sua experiência na faculdade de música da Universidade de Michigan apontou-lhe, entretanto, outro talento: a escrita dramática.

Avaliada como uma das peças teatrais de maior penetração internacional da história da língua portuguesa (ATHAYDE, 2003), *Apareceu a Margarida* é considerada a obra-prima do autor, com mais de duzentas produções ao redor do mundo, com traduções para cinco línguas¹. Neste monólogo, apresenta-se uma professora autoritária e intempestiva que subjuga a sua turma (a plateia), propondo-lhes ensinar “os fatos da vida” (ATHAYDE, 2003: 122). A personagem personifica instituições repressoras e, no contexto da sua produção, o próprio regime militar, apresentando suas contradições e impondo-se diante da plateia violentamente. Seu discurso é entrecortado por picos de agressividade e de candura, o que caracteriza o perfil esquizofrênico e contraditório das escolas, desconectadas da realidade político-social do país.

Da ampla tradição de *Apareceu a Margarida*, selecionaram-se, para a realização deste trabalho, sete testemunhos: dois impressos, dois datiloscritos produzidos no Rio de Janeiro, anteriores à primeira

¹ Athayde (2003) informa que o texto foi traduzido para espanhol, inglês, francês, italiano e grego.

publicação e à primeira encenação da peça, e três datiloscritos identificados na Bahia (em Salvador e em Feira de Santana). Todos os testemunhos são identificados através de siglas formadas pela categoria do texto (obra publicada/OP, ou datiloscrito/D), seguida dos dois últimos algarismos do ano de produção/publicação, com indicação da sigla da cidade de produção do datiloscrito (optou-se por não indicar a cidade no caso das obras publicadas por considerá-las de repercussão nacional).

Assim, têm-se duas publicações em livro: uma datada de 1973, pela Editora Brasília (OP73), e outra mais recente, de 2003, na coletânea *As peças precoces: Apareceu a Margarida e outras*, publicada pela Editora Nova Fronteira (OP03). Registram-se também dois datiloscritos produzidos no Rio de Janeiro: o primeiro, datado de setembro de 1971, tem o título *A Esquisofazia Didática ou Do que Aterra, Margarida* com assinatura de punho do próprio autor, com o endereço da residência de seus pais, no Cosme Velho (D71RJ); o segundo, encadernado como livro, ainda com o mesmo título de D71RJ, produzido pela Alpha Produções Artísticas (D73RJ). Observa-se a existência de três *scripts* datiloscritos produzidos na Bahia: um datiloscrito de 32 folhas, com cortes, em que se registra, na primeira folha, “*Salvador, abril de 1975 / Bahia*” (D75SA); um datiloscrito com 13 folhas, com texto em reto e verso, cujos certificados de censura indicam ser de Feira de Santana, datado de 1980 (D80FS); e um datiloscrito de 20 folhas, cuja data e localização também foram recuperadas pelos certificados de censura, que indicam ser de Salvador, ano de 1983 (D83SA).

Os três datiloscritos da Bahia estão arquivados em acervos teatrais de Salvador, como o Núcleo de Acervo do Espaço Xisto Bahia e o Acervo da Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia, além de estarem inseridos do Arquivo Textos Teatrais Censurados, organizado pela Equipe Textos Teatrais Censurados². O *script* D73RJ consta no

² A realização deste trabalho insere-se na produção da **Equipe Textos Teatrais Censurados (ETTC)**, sob a coordenação da Profa. Dra. Rosa Borges (UFBA), do **Grupo de Edição e**

acervo pessoal de Roberto Athayde e foi disponibilizado pelo próprio autor. Das duas publicações, adquiriu-se OP73 através de compra em sebos virtuais, ao passo que OP03 é facilmente encontrada em livrarias. O datiloscrito de 1971 foi localizado em pesquisa encomendada ao Arquivo Nacional – DF, que disponibilizou os certificados de censura, documentos federais relativos ao texto e cópias de todas as versões produzidas no Brasil e encaminhadas aos órgãos de censura até o ano de 1988, quando houve a alteração da Constituição Federal e revogou-se a censura prévia.

Por atravessar a história e permanecer em cena em diferentes países após quatro décadas, a obra de Roberto Athayde universaliza-se em seu processo de transmissão, justificando-se como *corpus* de um estudo que evidencia o texto na história, em diferentes lugares e momentos. Contribuindo para os estudos no âmbito da Crítica Textual, defendendo sua natureza interdisciplinar e em perspectiva sociológica, justifica-se a relevância do trabalho aqui proposto por dois motivos: primeiro, por desenvolver o estudo do texto como processo que se realiza ao longo de uma história, sugerindo a utilização de novas técnicas de trabalho e mudanças de atitude do editor; segundo, por possibilitar a recuperação do patrimônio cultural escrito, através de atividades filológicas.

1. O texto como evento social: a Crítica Textual em perspectiva sociológica

Diante da preocupação em compreender a historicidade dos textos, consideram-se abordagens distintas sobre o escopo de trabalho

Estudo de Textos (GEET), desenvolvido no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Ao catalogar e organizar textos localizados em Acervos de Teatro, a ETTC desenvolve seu objetivo primordial, que é recuperar o patrimônio cultural escrito, através do estudo da produção e transmissão dos textos, bem como das diferentes relações que se estabelecem entre os autores e a censura. É tarefa da ETTC analisar os diversos processos de produção teatral de resistência, empreendidos por cada autor em particular, no contexto cultural dos “anos de chumbo”, analisando, ainda, a história de tais textos e suas diferentes apropriações (se houver), a fim de oferecer, com base nesses estudos, textos autorizados, restituídos através do preparo de edições diversas.

filológico, o que promoverá profundas modificações nas teorias editoriais formuladas pela Crítica Textual, de tal modo que, pela caracterização de seus objetos, distinguem-se Crítica Textual Tradicional e Crítica Textual Moderna. No primeiro caso, o crítico trabalha com textos desprovidos de um original, como afirma Castro (1990: 98), “removidos da forma autoral por numerosas operações de cópia, cujas sucessivas actualizações procura identificar e neutralizar”; no segundo caso, trabalha-se com textos com múltiplos originais, considerando tratar-se de um período (século XVIII em diante) em que se estabelece uma noção de autoria e os escritores passam a guardar os documentos referentes ao seu processo de criação. Além disso, a imprensa ampliou a sua produtividade e passou a ser responsável pela circulação e transmissão de muitos textos, criando, frequentemente, novas versões.

Observa-se que, para as duas críticas, têm-se métodos e objetivos distintos de trabalho. À Crítica Textual Tradicional interessa a busca por um arquétipo inexistente, reconstituído a partir de sucessivas aproximações e comparações entre os textos de que dispõe o crítico, resignado “a não publicar mais que um arquétipo hibridado da tradição restante, cuja distância em relação ao original não se pode avaliar” (CASTRO, 1990, p.98). A Crítica Textual Moderna, por sua vez, ao tomar para análise textos cujos originais abundam, interessa-se pelo processo histórico de construção e divulgação das obras, pondo em questão a noção de autoridade e de texto como objeto estanque, buscando compreender a dinâmica da textualidade através do estabelecimento de uma cronologia da gênese e de transmissão. Assim, do trabalho das duas modalidades da Crítica Textual, resultam produtos editoriais diversos, seguindo métodos que, ao longo do tempo, são modificados e/ou refutados.

O modelo editorial clássico, proposto pelo alemão Karl Lachmann (1850), foi fundamental para o estabelecimento do método filológico, cujas etapas se apresentam como *recensio*, *collatio*, *emendatio* e *constitutio textus*. Da crítica aos critérios lachmannianos emergiram novas proposições

metodológicas, como a de Joseph Bédier (1889), que identificou que, em alguns casos, o *stemma codicum* não é aplicável para a escolha do texto de base, de modo que esse deverá ser selecionado segundo a sua teoria do “bom manuscrito”, desapegada da busca lachmanniana pelo testemunho mais antigo.

O trabalho do filólogo italiano Giorgio Pasquali (1934) merece destaque ao se propor a observar os testemunhos como indivíduos históricos que “poseen una específica fisionomía cultural, razón por la cual la crítica del texto há de ir acompañada de la historia de la tradición”³ (PÉREZ PRIEGO, 1997: 36). Pasquali construiu um novo olhar sobre as variantes, que passaram a se distinguir entre variantes de copistas e variantes autorais, na chamada crítica das variantes, cuja fundamentação foi desenvolvida por Gianfranco Contini (1947) e nos estudos de Michele Barbi (1994[1938]), que propôs uma “nova filologia” que tomasse como objeto de estudo não apenas autores medievais, mas também modernos.

Deste ponto em diante, é possível observar uma tendência das escolas francesa e alemã, que, através da Crítica Genética, vêm buscando estudar a gênese e o desenvolvimento textuais, o que as distingue da escola anglo-americana, a qual busca fixar texto na edição. A respeito dessa última, abordam-se duas teorias editoriais que polarizam os trabalhos nesse campo: a teoria intencionalista, de Walter Greg (1950); e a sociológica, de Donald Francis McKenzie (1985) e Jerome McGann (1983).

1.1 A Teoria Intencionalista

Conhecida como teoria do *copy-text*, a proposta fixada por Greg (1966 [1950]) objetiva tomar como texto de base o modelo que melhor se aproxima da intenção final do autor. McGann (1983) aponta para os problemas e armadilhas que se evidenciam no caminho da crítica

³ Tradução livre: “possuem uma específica fisionomia cultural, razão pela qual a crítica do texto, deve ir acompanhada da história da tradição”.

intencionalista, destacando que

[...] authors demonstrated a number of different wishes and intentions about what text they wanted to be presented to public, and these differences reflect accomodations to changed circumstances, and sometimes to changed publics⁴ (MCGANN, 1983: 32).

Nesse caso, é possível pensar que as intenções autorais estão sujeitas a uma série de fatores sócio-históricos, de modo que se pode falar em múltiplas intenções, ou, como afirma o próprio Greg (apud MCGANN, 1983: 30): “authority is never absolute, but only relative”⁵. Assim, distinguem-se as variantes de transmissão entre *accidentals* (não intencionais) e *substantives* (modificações inseridas no texto com objetivo de modificá-lo).

Em 1975, Fredson Bowers, dando continuidade ao trabalho empreendido por Greg, desenvolveu a teoria da intenção autoral final, enquanto Thomas Tanselle, em 1975, problematizou a necessidade de se seguir o *copy-text* de modo estrito.

Philip Gaskell (1972), por sua vez, analisou que o texto final pode corresponder a apenas mais uma fase do processo de redação, afirmando que, em alguns casos, o manuscrito primeiro pode ser mais próximo da vontade autoral que o texto final, em que se percebe a possibilidade de submissão à ação de revisores e críticos diversos. Por isso, Gaskell admitiu a correção da pontuação e grafia, apesar de portar-se como historicista (LOURENÇO, 2009: 213).

Diante disso, Hans Zeller (1975) defendeu que as fases de redação não se organizam necessariamente em uma ordem hierárquica e cunhou o termo *versão*, sugerindo que “[...] texts frequently exist in several

⁴ Tradução livre: “[...] autores demonstraram um número de diferentes desejos e intenções a respeito de qual texto eles gostariam que fosse apresentado ao público, e essas diferenças refletem acomodações a circunstâncias diversas e, às vezes, a públicos diversos”.

⁵ Tradução livre: “[...] autoridade nunca é absoluta, mas apenas relativa”.

versions no one of which can be said to constitute itself the ‘final’ one”⁶ (MCGANN, 1983: 32). Para Zeller, a cada nova versão, observa-se uma nova intenção, de modo que “a regra da intenção final não pode ser seguida em todas as circunstâncias” (LOURENÇO, 2009: 217).

As questões levantadas por Gaskell e Zeller fazem germinar duas ideias que se enraizaram no desenvolvimento da crítica sociológica: primeiro, a de que diferentes agentes atuam no processo de produção e inserem elementos no texto ao longo do processo de transmissão; segundo, a de que as intenções autorais mudam a depender do contexto. Assim, buscar a intenção final do autor evidencia uma visão teleológica das obras, própria da crença de que o texto é produzido para um fim específico que consolidará uma forma fixa a ser difundida (DUARTE, 1995).

1.2 A Teoria Sociológica

A noção de texto como evento social emergiu na perspectiva da Crítica Sociológica, a partir da noção de que “the dynamics social relations [...] always exist in literary production”⁷ (MCGANN, 1983: 81). Percebendo os problemas da teoria no trabalho com as instabilidades textuais, McGann (1983) avaliou a necessidade de construir uma noção de autoria ligada a um contexto social e cultural⁸.

McGann concebeu a obra como um conjunto de textos de autoria de diferentes intervenientes que não deve ser considerada desvinculada de um contexto histórico e cultural (LOURENÇO, 2009). Em sua percepção, o trabalho do crítico textual é constituído de um estudo em perspectiva histórica e o resultado do seu trabalho é também histórico:

⁶ Tradução livre: “[...] os textos existem frequentemente em várias versões, nenhuma das quais pode-se dizer que se constitui a versão final”.

⁷ Tradução livre: “[...] a dinâmica das relações sociais [...] sempre existiu na produção literária”.

⁸ Afirma McGann que “for an editor and textual critic the concept of authority has to be conceived in a more broadly social and cultural context” (MCGANN, 1983: 84). Tradução livre: “para um editor e crítico textual, o conceito de autoria deve ser concebido em um contexto social e cultural”.

The critical edition is a historical edition, as we are often reminded. This means that (a) the method of investigating the text is carried out along historical lines, and (b) the actual edition will present, in its formatting operations, the evidence showing the historical development of the work from its originary moment to the present⁹ (MCGANN, 1983: 90).

Na concepção de Marquilhas (2010), a Filologia, desde sua perspectiva mais tradicional, tem caráter historicista, o que se observa pela tarefa de “desfazer, remontando à origem, a acumulação das memórias que transpareciam na tradição textual” e buscar a genealogia do texto. A seu ver, a Sociologia dos Textos e a Crítica Genética conservam esse caráter histórico, valorizando o processo de transmissão e/ou criação, respectivamente, evidenciados na materialidade dos textos.

A discussão iniciada por McGann ganhou forma com McKenzie (1999 [1985]) que definiu a Sociologia dos Textos como disciplina “that studies texts as recorded forms, and the processes of their transmission, including their production and reception”¹⁰ (MCKENZIE, 1999 [1985]: 12). No campo dos estudos bibliográficos, McKenzie identificou a bibliografia com “the study of the sociology of texts”¹¹ (1999 [1985]: 13), tomando para análise todas as formas de textos para estudar

[...] the reasons why texts were written and read as they were, why they were rewritten and redesigned, or allowed to die¹² (MCKENZIE, 1999 [1985]: 13).

⁹ Tradução livre: “a edição crítica é uma edição histórica, como somos frequentemente lembrados. Isto significa que (a) o método de investigação do texto é construído em linhas históricas e (b) a atual edição apresentará, nas suas operações de formatação, as evidências do desenvolvimento histórico do texto, do seu momento original até o presente”.

¹⁰ Tradução livre: “que estuda os textos como formas registradas, assim como os processos de sua transmissão, incluindo sua produção e sua recepção”.

¹¹ Tradução livre: “o estudo da sociologia dos textos”.

¹² Tradução livre: “as razões pelas quais os textos foram escritos e lidos como foram, por que foram reescritos e reformatados, ou deixados morrer”.

Para McKenzie (1999 [1985]), a sociologia dos textos evidencia a ação humana sobre os textos, reconhecidos como produtos sociais. Essa disciplina faz emergir um novo conceito de texto, que admite as mudanças e as adaptações textuais como condições para que os textos possam ser lidos e inseridos em diferentes tempos e espaços, pois “las diferentes formas materiales de um texto y las intenciones a las que sirven, los textos tienen que ver con personas, lugares y tempos específicos”¹³ (MCKENZIE, 2005 [1985]:74). Dessa forma, reconhecer a relação entre materialidade e discursividade é pressuposto para a escolha de modelos editoriais que contemplem a materialidade do texto em perspectiva sócio-histórica, conforme se verifica a seguir.

2. A edição sinóptica em meio digital

As discussões a respeito das teorias editoriais põem em questão a prática editorial sobre os textos com múltiplas versões. Propondo-se ao estudo da obra como um produto social inscrito na história através do seu processo de transmissão, aprecia-se a possibilidade de “dar a ler todas as redações¹⁴” transmitidas pelas versões e de as colocar lado a lado (DIONÍSIO, 2006), em confronto sinóptico.

As novas abordagens surgem da impossibilidade de estabelecer textos cujas versões apresentam diferenças muito significantes (MOREIRA, 2011). Nesse sentido, a edição sinóptica (também chamada sinóptico-crítica) parece melhor se adaptar ao desejo de expor toda a história da tradição textual, sem hierarquização dos estados do texto. Através do confronto das versões, esse modelo editorial consiste

¹³ Tradução livre: “as diferentes formas materiais de um texto e as intenções as quais servem, os textos têm a ver com pessoas, lugares e tempos específicos”.

¹⁴ Como Dionísio (2006) considera a noção de texto uma abstração teórica, ele afirma que, o que de fato se edita e estuda na Crítica Textual são as redações, que transmitem múltiplas versões ou fases de criação e transmissão da obra.

En la reproducción simultânea (normalmente em páginas contrastadas o em columnas paralelas, verticales u horizontales) de la transcripción diplomática de todos y cada uno de los testimonios de la tradición de una obra¹⁵ (PÉREZ PRIEGO, 1997: 44).

Esse método não exclui, de todo, o modelo lachmanniano, pois comporta as atividades de *recensio* (coleta de testemunhos) e *collatio* (cotejo dos testemunhos para identificar os pontos em que há variação), embora não se considere adequado proceder às emendas (*emendatio*) em testemunhos que, de tão diversificados e autênticos, são mais bem definidos como versões (SOUZA, 2012: 189).

Se a edição sinóptica intenta reproduzir, “lado a lado, as lições de pelo menos dois diferentes testemunhos, com o objetivo expresso de as comparar” (DUARTE, [1997-], s.v. Edição Sinóptica), é a variação e a história do texto que são postas em evidência neste modelo. Trata-se, desse modo, de uma edição que é crítica e também histórica, “nela buscando-se demonstrar pontos em que tais versões se aproximam e se afastam” (BORGES; SOUZA, 2012: 38) através de notas e comentários explicativos, como o fez Barata (1979), em *Esopaida ou Vida de Esopo: Edição sinóptica e interpretativa*.

2.1 O meio digital e a utilização do *Prezi*

A complexidade desta proposta esbarra na dificuldade de apresentar um número grande de redações em formato de livro, cujos recursos tipográficos necessários para tanto refletiriam no preço de venda. É assim que Maria Morrás (1999) e João Dionísio (2006) propõem a relação entre Informática e Crítica Textual, sugerindo a edição sob a forma de Hipertexto, defendendo a sua “capacidade de armazenamento

¹⁵ Tradução livre: “na reprodução simultânea (normalmente em páginas contrastadas ou em colunas paralelas, verticais ou horizontais) da transcrição diplomática de todos e cada um dos testemunhos da tradição de uma obra”.

muito superior à do livro tradicional, leitura em confronto garantida pela formação de janelas, baixo preço” além da “possibilidade de resolver a pouca legibilidade do aparato, habitualmente impresso em corpo demasiado pequeno para a importância que tem” (DIONÍSIO, 2006).

Ressalte-se que não se trata de propor, para este trabalho, uma edição eletrônica, a qual é produzida com recursos tecnológicos que visam à construção de uma nova versão do texto (DEEGAN, 2006 apud LOURENÇO, 2009). A edição em meio digital, antes disso, é um trabalho filológico, que se realiza na ação do crítico sobre o texto e sua apresentação em meio eletrônico. Assim, busca-se a apropriação das ferramentas que o suporte eletrônico disponibiliza, indo além da utilização do meio digital como substituto do papel. Mais do que um novo suporte, o recurso eletrônico afeta as práticas de leitura contemporâneas, interferindo nas relações do objeto com seu leitor, que passa a ser interativo, bem como as práticas editoriais (CHARTIER, 2002).

A respeito das possibilidades oferecidas pelas tecnologias da comunicação e da informação, Lourenço (2009) destaca a plasticidade do arquivo eletrônico, que busca

favorecer a metaleitura e, por esse motivo, constituir o formato mais adequado à “radial reading”, permitindo representar a história da produção, transmissão e recepção dos textos de uma obra e de outros tipos de documentos (LOURENÇO, 2009: 251).

Não há dúvidas a respeito dos modos como um arquivo digital afeta as relações entre texto e leitor, e, conseqüentemente, criam uma nova prática de leitura, uma vez que possibilitam “la presentación sincronizada de textos, e imágenes y la creación de ediciones virtuales a través de la

Internet, de manera flexible y dinámica”¹⁶ (URBINA *et al*, 2005: 225).

O desejo de propor essa leitura radial, que expõe todas as versões do texto em relação, conduziu ao estabelecimento de um novo *software* como suporte para a realização dessa edição: o *Prezi*, que apresenta a possibilidade de exposição do conteúdo sob a estrutura de diagramas, permitindo a sistematização de informações e a realização de conexões entre eles. Semelhante ao formato de mapa mental, o *Prezi* permite que se exponha uma ideia nuclear no centro e apresentem-se suas irradiações com ideias associadas ao tema principal nas ramificações.

No preparo de uma edição de um texto com indícios de derivação radial, a exposição das versões de forma ramificada evidencia, ao mesmo tempo, a independência de cada versão e a conexão que ela estabelece com outras. Para essa proposta, o *Prezi* se apresentou como um dos suportes mais completos, por apresentar recursos diferenciais em relação aos demais *softwares* de apresentação de conteúdos, tais como a possibilidade de *zoom*, que permite que se explore a profundidade do documento, selecionando trechos que se desejam destacar; a constituição de um percurso de exposição dos conteúdos que seleciona as informações que serão expostas de cada vez, evitando que os elementos do texto sejam todos apresentados simultaneamente, de modo a sobrecarregar a página com informações; e o estabelecimento de conexões entre os conteúdos, que permite a exposição de duas ou mais informações que se desejam ver relacionadas.

Há ainda outras características de uso do *Prezi* que justificam a escolha desse suporte de edição. Além de possibilitar uma exposição radial dos conteúdos e de ter uma ampla dimensão lateral, vertical, e profundidade, o programa permite que se utilize a “página” em múltiplas orientações (vertical, horizontal, diagonal, circular etc.) e admite coexistência de múltiplas mídias (música, imagem, vídeo e texto) simultâneas.

¹⁶ Tradução livre: “a apresentação sincronizada de textos e imagens e a criação de edições virtuais através da Internet, de maneira flexível e dinâmica”.

No trabalho de edição de AM, foram produzidos, entre outros materiais¹⁷, dois arquivos em formato *Prezi*, nos quais constam as edições sinópticas do primeiro e segundo atos do texto:

FIGURA 1: Fac-símiles da edição sinóptica em *Prezi*:



¹⁷ Foram preparados ainda: uma edição fac-similar de *Apareceu a Margarida* e cronologia das versões, que expõe os fac-símiles dos testemunhos, acompanhados de suas respectivas descrições físicas; os *Arquivos da censura*: com fac-símiles de certificados e pareceres disponibilizados pelo Arquivo Nacional – Brasília; o Arquivo *Apareceu a Margarida*, com uma coletânea de textos de jornais e revistas, fotos e programas de espetáculos relativos a *Apareceu a Margarida*, reproduzidos do acervo pessoal de Roberto Athayde e da publicação de 1973.

A elaboração da edição em meio digital e impresso compreendeu algumas etapas específicas:

- a) Digitalização de imagens, textos e documentos diversos relativos à *AM*;
- b) Comparação das versões de *AM* com vistas ao estabelecimento de uma genealogia das versões;
- c) Descrição de todos os fac-símiles dos testemunhos;
- d) Apresentação e organização dos fac-símiles em ordem cronológica, utilizando-se da ferramenta de *zoom* para a exposição de todas as imagens simultaneamente;
- e) Transcrição dos testemunhos de *AM*;
- f) Organização das transcrições em forma de edição sinóptica, com confronto das versões, expostas lado a lado, em forma de diagrama;
- g) Preparo de notas de esclarecimento e destaque de trechos censurados, relacionando conteúdos dos arquivos através de miniaturas e utilização da ferramenta de *zoom*;
- h) Criação de percurso de leitura, que seleciona uma ordem lógica de exposição dos itens que compõem o arquivo.

Na edição sinóptica, optou-se por mostrar a diversidade textual em seus aspectos substantivos, tendo em vista o limite de tempo hábil para a pesquisa desenvolvida. Assim, apesar da edição aqui exposta apresentar as transcrições das versões lado a lado, sem hierarquizá-las, as únicas diferenças destacadas são as que se referem ao conteúdo do texto, desprezando-se, portanto, a diversidade de grafias. Por essa razão, realiza-se uma transcrição modernizadora das versões, obedecendo-se às convenções ortográficas atuais, evidenciadas em OP03 que é a versão mais atual do texto. Os fac-símiles disponíveis em meio digital permitiram ao leitor/navegador a possibilidade de leitura para verificar as características de cada testemunho de *AM*.

Considerações Finais

Através da concepção de textos como eventos sociais – e, por isso, inscritos e reinscritos em uma sociedade e em uma cultura em diferentes momentos da história, por meio das múltiplas versões – emergiram novas práticas editoriais e críticas que se consolidaram na ideia de que as variações que surgem no processo de transmissão devem ser compreendidas como modos de recepção (MOREIRA, 2011) das obras em determinado momento histórico.

Nesse sentido, o exercício da Crítica Textual, em perspectiva sociológica, contempla edições que considerem as particularidades de cada versão. Fez-se pertinente, então, preparar uma edição de *AM* que expõe as versões do texto em confronto sinóptico. Para isso, a utilização do recurso digital foi uma alternativa que possibilitou a exposição de uma grande quantidade de dados sincronizados e relacionados. A opção pelo *software Prezi* para a edição sinóptica de *Apareceu a Margarida* possibilitou ao usuário uma exposição de conteúdos dinâmicos e em interação, sem que isso sobrecarregasse a página de leitura, pois os dados são apresentados um a um, conforme percurso de exposição configurado pelo editor ou pelo leitor.

Por fim, frente aos estudos aqui desenvolvidos, faz-se uma defesa da ideia de que “tudo é histórico, social e político, mormente os textos, que são sempre de um lugar e de um momento” (BARBÉRIS, 2006 [1990]: 181). Este pressuposto sustenta a existência da historicidade e da socialidade das produções humanas, que ensejam a prática filológica como crítica humanística orientada por diretrizes histórico-culturais, que fazem da Filologia uma disciplina histórica, social e política.

Referências

ATHAYDE, Roberto. **As peças precoces:** *Apareceu a Margarida e outras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

BARATA, José Oliveira. **Esopaida ou Vida de Esopo**: edição sinóptica e interpretativa. Coimbra: Acta, 1979.

BARBÉRIS, Pierre. A sociocrítica. In: BERGEZ, Daniel et al. **Métodos críticos para a análise literária**. Tradução Olinda Maria Rodrigues Prata. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006 [1990]. cap. 4. p. 143-182.

BORGES, Rosa; SOUZA, Arivaldo Sacramento. Filologia e Edição de Texto. In: BORGES, Rosa et al. **Edição de texto e crítica filológica**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 15-59.

CASTRO, Ivo. **Enquanto os escritores escreverem...** (Situação da crítica textual moderna). In: CONGRESSO DA AFAL, 9., Campinas, 1990. Conferência... Campinas: UNICAMP.

CONTINI, Gianfranco. **Esercizi di lettura sopra autori contemporanei con n'appendice su testi non contemporanei**. Firenze: F. Le Monnier, 1947.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. Tradução Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: UNESP, 2002.

DIONÍSIO, João. **Ab la dolchor del temps novel ?**. In: ENCICLOPÉDIA E HIPERTEXTO. Lisboa: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2006. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/jdionisio/index.html>>. Acesso em: 16 fev. 2013.

DUARTE, Luiz Fagundes. A maldição do manuscrito autógrafo. **Qvinto Império**: Revista de Cultura e Literatura de Língua Portuguesa, Salvador, n. 5, p.87-96, 2. sem. 1995.

GASKELL, Philip. **A New Introduction to Bibliography**. Oxford: University Press, 1972.

GREG, Walter. **The Rationale of Copy-Text**. Oxford: Maxwell, 1966 [1950].

LOURENÇO, Isabel Maria Graça. **The William Blake Archive**: da gravura iluminada à edição eletrônica. 2009. 490 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Cap. 3. p. 181-247.

MARQUILHAS, Rita. Filologia oitocentista e crítica textual. In: ALVES, Fernanda Mota *et al.* (Org.). **Filologia, Memória e Esquecimento**. Act. 20. Lisboa: Húmus, 2010. p. 355-367.

MCGANN, Jerome. **A Critique of Modern Textual Criticism**. Chicago, University of Chicago Press, 1983.

MCKENZIE, Donald Francis. **Bibliography and the Sociology of texts**. United Kingdom: Cambridge University Press, 1999 [1985].

MOREIRA, Marcelo. **Crítica Textualis in Caelum Revocata?:** uma proposta para edição e estudo da tradição de Gregório de Matos e Guerra. São Paulo: EDUSP, 2011.

PASQUALI, Giorgio. **Storia della tradizione e critica del testo**. 2. ed. Milão: Mondadori, 1952 [1934].

PÉREZ PRIEGO, Miguel Ángel. **La edición de textos**. Madrid: Síntesis, 1997.

SOUZA, Arivaldo Sacramento. Edição sinóptica. In: BORGES, Rosa et al. **Edição de texto e crítica filológica**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 185-217.

URBINA, Eduardo et al. **La edición variorum eletrônica del “Quijote”**. Castilla: Universidad de Castilla – La Mancha.; Texas: Center for the Study of Digital Libraries, Texas A&M University, 2005. Disponível em: <<http://cervantes.tamu.edu/V2/variorum/publ.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2013.

ZELLER, Hans. A New Approach to the Critical Constitution of Literary Texts. **Studies in Bibliography**, v. 28. Virginia: University of Virginia Library, 1975. p. 231-264. Disponível em: < <http://etext.lib.virginia.edu/etcbin/toccersb?id=sibv028&images=bsuva/sb/images&data=/texts/english/bibliog/SB&tag=public&part=9&division=div>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

Recebido em 10/10/2016 e aceito em 06/12/2016.

A EDIÇÃO DOS CONTOS INGÊNUOS DE JOÃO DAS CHAGAS

José Pereira da SILVA

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ)

RESUMO

A reunião dos contos do autor dos Pontos de Gramática Histórica é uma importante contribuição para o reconhecimento desse autor, quase totalmente desconhecido como poeta, contista e cronista. Depois de disponibilizado virtualmente o Espólio de Ismael de Lima Coutinho pelo CiFEFiL, interessantes trabalhos vêm sendo realizados a partir de seus textos até então inéditos. Pretende-se mostrar aqui a contribuição da crítica textual na divulgação de importantes trabalhos pouquíssimo conhecidos, para a restauração dos valores de autores que tanto contribuíram para o progresso da cultura intelectual em nosso país, com as reflexões sobre a edição dos Contos Ingênuos, que Ismael de Lima Coutinho escreveu, sob o pseudônimo de João da Chagas.

ABSTRACT

The meeting of the tales of the author of Pontos de Gramática Histórica is an important contribution to the recognition of this author, almost completely unknown as a poet, short story writer and chronicler. After virtually available the Espólio de Ismael de Lima Coutinho by CiFEFiL, interesting works are being carried out from their texts hitherto unpublished. It is intended to show here the contribution of textual criticism in disseminating important so little known works, for the restoration of the values of authors who have contributed so much to the progress of intellectual culture in our country, with reflections on the issue of Contos Ingênuos, Ismael de Lima Coutinho wrote under the pseudonym João da Chagas.

PALAVRAS-CHAVE

Contos. Ismael Coutinho. Crítica textual. Edição de textos. Edição eletrônica.

KEYWORDS

Tales. Ismael Coutinho. Textual Criticism. Editing text. Electronic Publishing.

Considerações iniciais

Encontram-se nos espólios de Ismael de Lima Coutinho¹, que estavam sob a guarda do Prof. Rosalvo do Valle, sete contos anotados ou revisados pelo autor, inclusive com um índice (cuja folha se partiu, perdendo-se a segunda metade), em que são relacionados para uma possível publicação, sob o pseudônimo de João das Chagas. (Cf. CHAGAS, 2011)

Na edição que preparamos, foi feita sua transcrição, com a atualização ortográfica, com base na *Nova Ortografia da Língua Portuguesa* (SILVA, 2010) e anotações sobre o estado dos respectivos manuscritos e datiloscritos (rasuras, emendas, borrões etc.)², com o objetivo específico de divulgar a obra do autor, até então completamente desconhecido como contista.

Como apêndice aos contos foram transcritos cinco textos menores, que me parecem ser rascunhos ou primeiras versões de crônicas destinadas a publicação em jornais da época.

Dessas crônicas, apenas uma foi escrita a tinta. As demais foram escritas a lápis, sinal provável de que ainda não estão em sua forma definitiva.

Como se entende que a ocupação básica do filólogo³ consiste em resgatar e cultura dos povos preservada em textos ou “resgatar a língua como expressão de uma cultura”, como consta na CBO – Classificação Brasileira de Ocupações⁴, preparando edições dos textos (além de

¹ Veja uma síntese biobibliográfica de Ismael Coutinho, que disponibilizamos na Wikipedia: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ismael_de_Lima_Coutinho>.

² Veja, por exemplo, ao final deste artigo, os anexos da primeira página de cada um dos sete contos inseridos neste número, e os respectivos textos editados.

³ Disponível em: <<http://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/261405-filologo>>.

⁴ Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br>>

outras formas de preservação), cuidamos de editar as obras literárias de Ismael de Lima Coutinho, das quais preparamos, em 2011, a edição interpretativa de dois volumes de poesia (*Bosquejos* e *Silbuetas*) em suporte impresso e eletrônico, que já serviram de *corpus* para diversos trabalhos acadêmicos em 2015 e 2016, e os *Contos Ingênuos*, além da edição fac-similar, em suporte eletrônico, de toda a sua obra recuperada, em *Espólio de Ismael Coutinho*.⁵

Neste artigo, trataremos mais precisamente dos *Contos Ingênuos*, publicados sob o pseudônimo de João das Chagas, sugerindo que os especialistas avaliem a qualidade literária da obra e que a divulguem entre seus pares, para o justo resgate de seu autor, falecido em plena atividade, em acidente automobilístico.

1. Contos Ingênuos

Na época em que faleceu (1965), o Prof. Ismael de Lima Coutinho, mais conhecido no meio acadêmico pela autoria de seus *Pontos de Gramática Histórica* (COUTINHO, 1962) estava iniciando o preparo de seus trabalhos literários para publicação, sendo que apenas o primeiro volume de poesias (*Bosquejos*) estava completamente pronto, mas já estava em andamento a organização do segundo volume de poesias (*Silbuetas*) e o volume de contos (*Contos Ingênuos*).

Eleito virtualmente para ser o homenageado pelo Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos no Congresso Nacional de Linguística e Filologia realizado em 2011, buscou-se, através de sua família, algo inédito de sua autoria para se publicar como parte da homenagem.

Autorizado por suas filhas, e informado de que seu espólio se encontrava sob a guarda do Prof. Rosalvo do Valle, fomos ao apartamento dele e resgatamos tudo (ou quase tudo) que até hoje se conhece da produção acadêmica de Ismael Coutinho.

⁵ Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/homenageados/ic/cd>>

Era nossa intenção, naquele momento, preparar também uma edição crítica de seus *Pontos de Gramática Histórica*, posteriormente reeditados simplesmente como *Gramática Histórica*. Fomos levados a desistir, no entanto, ante a oposição da empresa que detém o direito de edição da obra, apesar de já termos digitado todo o volume da última edição em vida do autor e de havermos adquirido todas as edições anteriores e algumas posteriores.

A preparação dos *Contos Ingênuos* estava iniciada, com um índice que relacionava os textos que seriam incluídos no volume, entre os quais estava um conto intitulado “O Dourado”, que não foi encontrado no espólio.

No volume que organizamos, foram incluídos os sete contos que encontramos: “A Pedra Lisa”, “O Velho Tropeiro”, “Tio Jacinto”, “O Benedito”, “O Negro Eugênio”, “O Santo Eremita” e, apesar de incompleto, o conto “Almas Penadas”. Não conseguimos encontrar o referido próximo número do jornal *Município*, de Lavras (MG), que deve ter saído depois do dia 17 de fevereiro de 1924. Portanto, é possível que em uma próxima edição, esse conto seja publicado integralmente.

No volume que organizamos, foram incluídos também cinco pequenos textos inéditos, que identificamos, genericamente, como crônicas.

1.1 Características da edição

Apesar de iniciado o preparo de uma versão para ser publicada em suporte impresso, ainda não foi concluída essa publicação, que está sendo programada para este ano de 2016, na qual, além da edição interpretativa, será incluída a edição fac-similada, com o registro documental dos originais para os possíveis estudos futuros de crítica textual ou genética e para serem utilizados em outros estudos linguísticos e filológicos.

Como os originais manuscritos e datiloscritos estão disponíveis, conforme indicado nas referências bibliográficas, foram simplificadas as notas filológicas relativas a rasuras, variação ortográfica etc., para tornar

a leitura mais leve ao leitor comum. Ou seja: a disponibilidade desses originais manuscritos e datiloscritos ao leitor especializado (linguista, crítico literário, filólogo, historiador etc.) elimina a necessidade de algumas das notas que o filólogo-editor precisaria inserir em uma edição crítica e/ou interpretativa.

No volume publicado virtualmente em 2011, incluímos cinco “crônicas” que estavam manuscritas a lápis, o que nos leva a supor que ainda não estavam redigidas em sua forma definitiva. Por isto, não incluiremos seus registros manuscritos porque são documentos ainda não conclusos e, por isto, podem trazer elementos do estilo do autor que não seriam abonados por ele, visto não estarem concluídos. Na edição que estamos concluindo para publicação, serão incluídos os fac-símiles dos manuscritos dos sete contos, além de uma segunda edição interpretativa revisada com atualização ortográfica.

As anotações apresentadas aqui se referem sempre, no entanto, aos textos já editados e disponíveis a quem desejar consultar, com os respectivos links para a versão virtual de 2011.

Considerações finais

Esperamos e desejamos que este artigo leve o leitor ao conhecimento do contista e poeta Ismael de Lima Coutinho, até recentemente conhecido quase exclusivamente como o autor da *Gramática Histórica*, assim como de sua vasta produção acadêmica e literária disponibilizada virtualmente no *Espólio*.

Evitamos, propositalmente, tratar teoricamente de crítica textual, visto que já estava previamente informado que haveria um substancial capítulo dessa natureza. Por isto, nossa contribuição consistiu na revelação da produção literária de Ismael de Lima Coutinho, principalmente, de seus *Contos Ingênuos*, mostrados na inclusão anexa da página inicial dos manuscritos e da edição virtual disponibilizada, conforme indicado nas referências.

Referências

CHAGAS, João das. [Ismael Coutinho]. **Contos ingênuos e outros textos inéditos**. Organização, edição e notas de José Pereira da Silva. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/homenageados/ic/cd/contos/contos_ingenuos.pdf>

COUTINHO, Ismael de Lima. **Bosquejos**. Organização, edição e notas de José Pereira da Silva. Prefácio de Luíza Lobo. Rio de Janeiro: JM Botelho, 2011a. Disponível também com edição sonora em: <<http://www.filologia.org.br/homenageados/ic/cd/bosquejos/sumario.html>>. Fac-símile dos originais manuscritos disponíveis em: <<http://www.filologia.org.br/homenageados/ic/bosquejos.pdf>>.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Espólio de Ismael Coutinho**. Organização e edição de José Pereira da Silva. Rio de Janeiro: JM Botelho, 2011b. CD-ROM. Disponível em: <www.filologia.org.br/homenageados/ic/>.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática histórica**. 5. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1962 [1938]

COUTINHO, Ismael de Lima. **Silhuetas**. Organização, edição e notas de José Pereira da Silva. Prefácio de Luíza Lobo. Rio de Janeiro: Botelho, 2011c. Disponível também com edição sonora em: <<http://www.filologia.org.br/homenageados/ic/cd/silhuetas/sumario.html>>. Fac-símile dos originais manuscritos disponíveis em: <<http://www.filologia.org.br/homenageados/ic/silhuetas.pdf>>

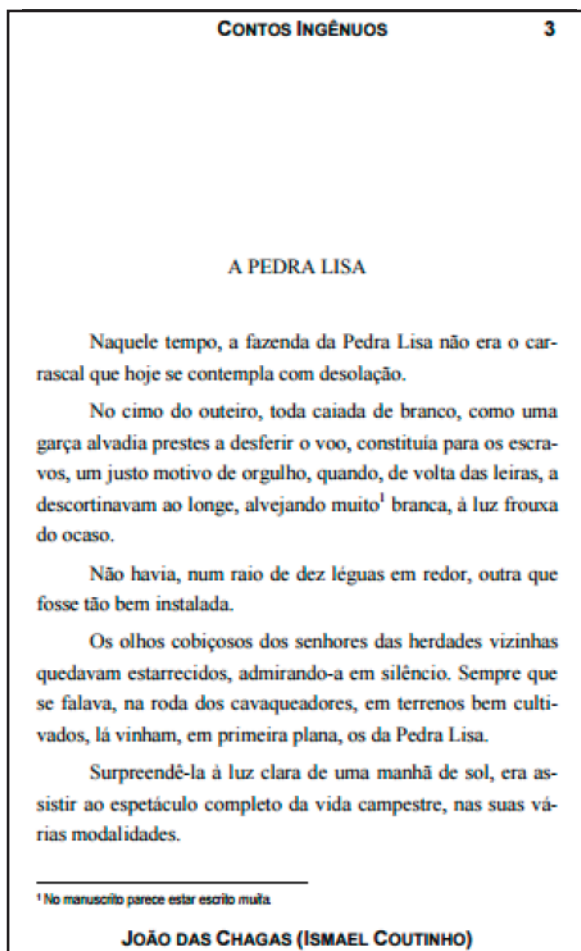
SILVA, José Pereira da. **Nova ortografia da língua portuguesa**. 2. ed. Niterói: Impetus, 2010.

Recebido em 10/10/2016 e aceito em 06/12/2016.

Anexos

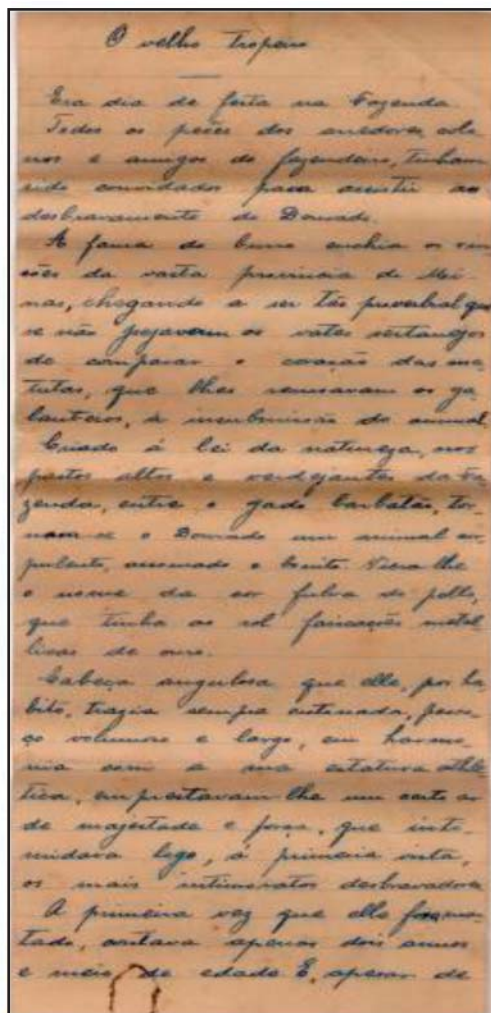
ANEXO 1a: A Pedra Lisa, folha 1

[illegible]

ANEXO 1b: A Pedra Lisa, página 3⁶

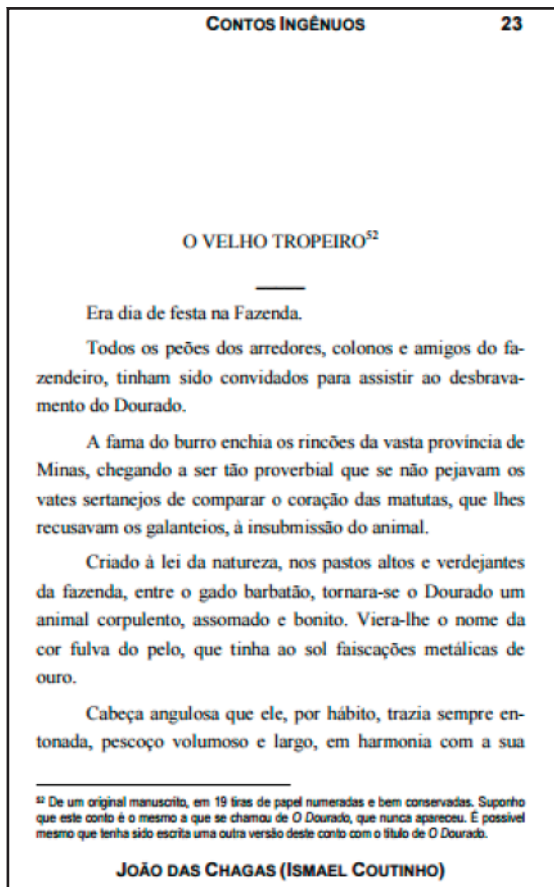
⁶ Ortograficamente, atualizamos palavras como “naquelle”, “vôo”, “constituía”, “ocaso”, “leguas”, “install[a]da”, “surprehendel-a”, “espetaculo” e “varias”. Rasuras e emendas como as que ocorreram no terceiro parágrafo não precisam ser identificadas na edição interpretativa, mas os grifos, como o sublinhado nas três palavras finais desse terceiro parágrafo, devem ser identificados com o *itálico*, apesar de isto não ter sido feito na edição de 2011.

ANEXO 2a: O Velho Tropeiro⁷



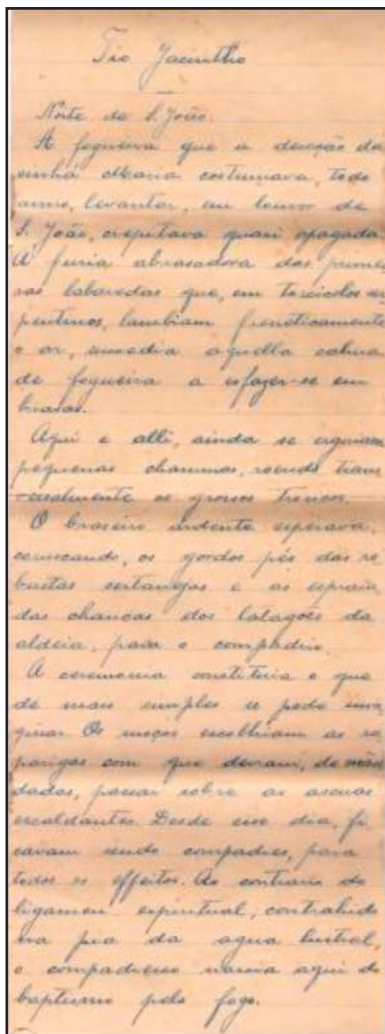
⁷ Disponível em: <http://www.filologia.org.br/homenageados/ic/o_velho_tropeiro_conto.pdf>.

ANEXO 2b: O Velho Tropeiro, página 23⁸



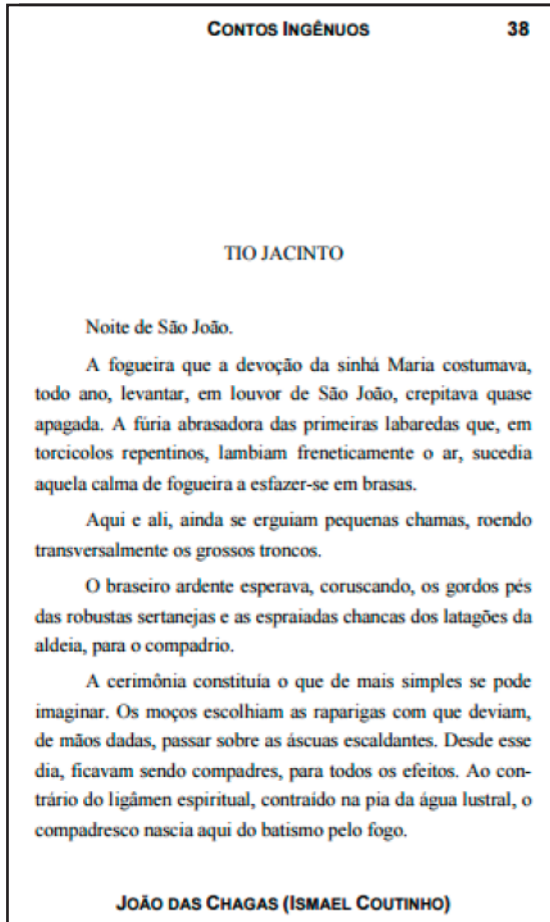
⁸ Ortograficamente, atualizamos palavras como “província”, “à insubmissão”, “á lei”, “pello”, “metálicas”, “elle” e “hábito”. Esta primeira página do conto “O Velho Tropeiro” não contém nenhuma rasura, borrão ou emenda.

ANEXO 3a: Tio Jacinto⁹



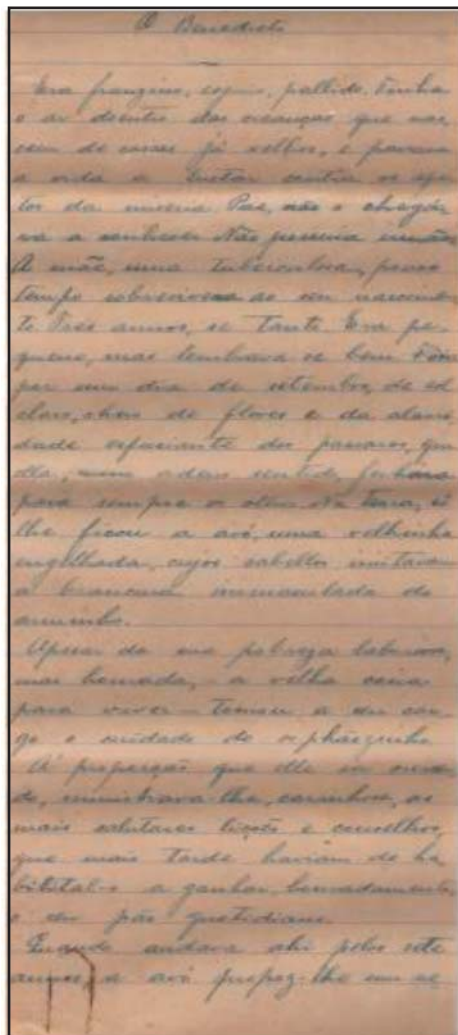
⁹ Disponível em: <http://www.filologia.org.br/homenageados/ic/tio_jacinto_conto.pdf>.

ANEXO 3b: Tio Jacinto, página 38¹⁰

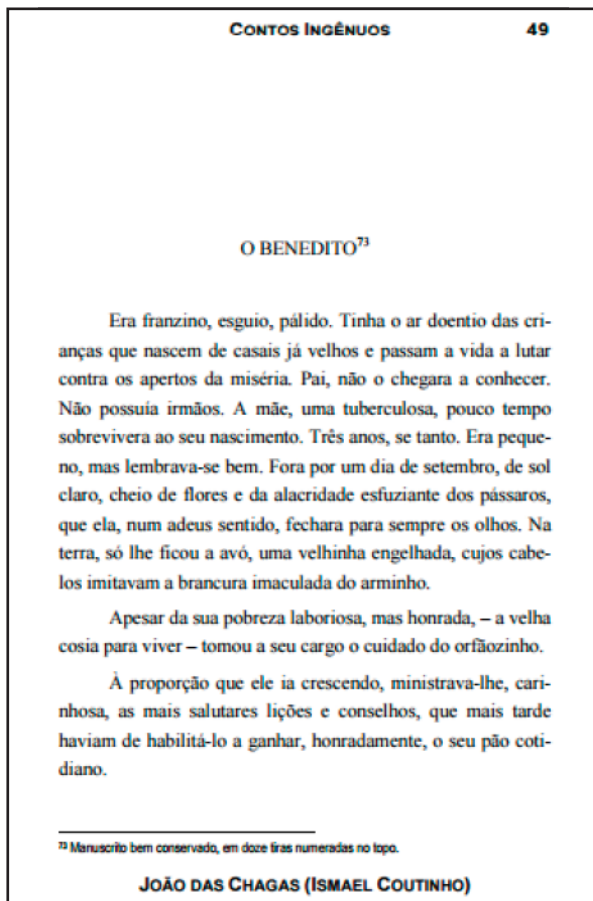


¹⁰ Ortograficamente, atualizamos palavras como “Jacintho”, “anno”, “aquella”, “allí”, “ceremonia”, “constituía”, “ascuas”, “effeitos”, “contrário”, “ligamen”, “contrahido”, “agua” e “baptismo” e desenvolvemos abreviaturas como “S. João”. Nesta página também não houve nenhuma rasura, emenda ou borrão.

ANEXO 4a: O Benedito¹¹

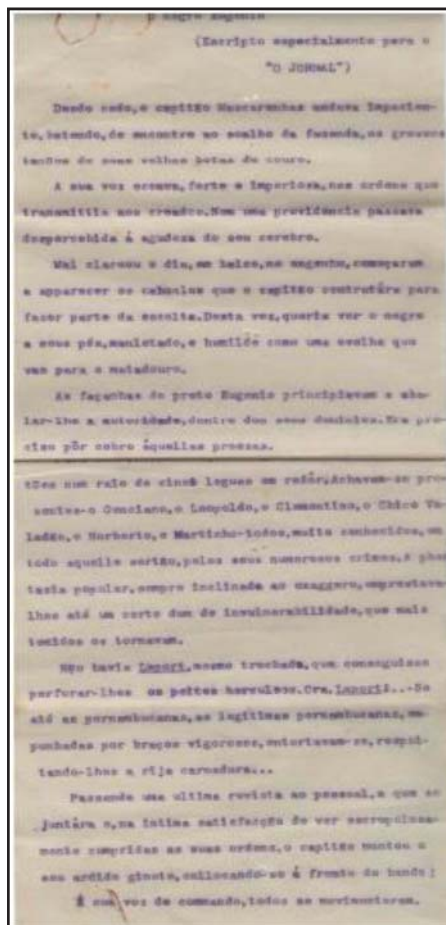


¹¹ Disponível em: <http://www.filologia.org.br/homenageados/ic/o_benedito.pdf>.

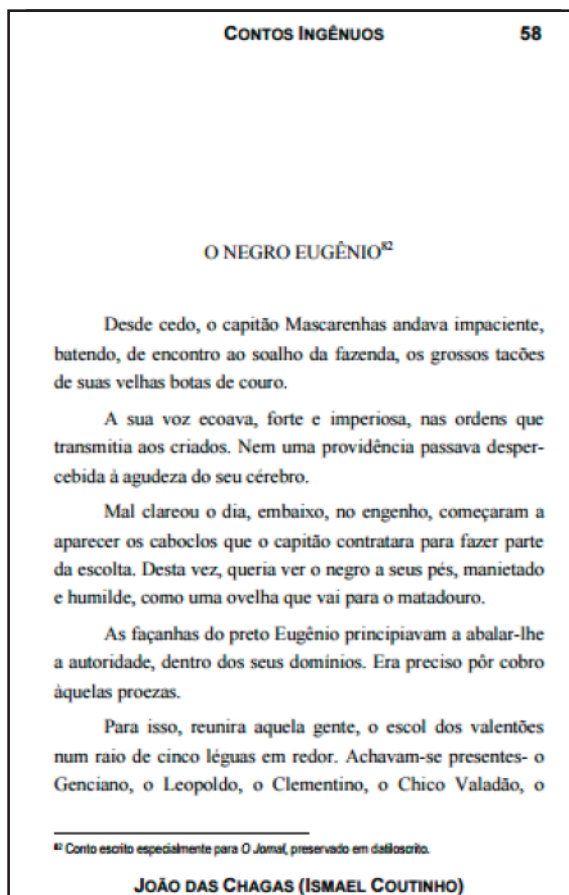
ANEXO 4b: O Benedito, página 49¹²

¹² Ortograficamente, atualizamos palavras como "Benedicto", "creanças", "luctar", "miseria", "Pae", "chegava", "possuia", "Tres annos", "Fôra", "passaros", "ella", "fechára", "cabellos", "immaculada", "orphãozinho", "A proporção", "elle", "habilita-o", "quotidiano". A palavra "sobrevivera" resulta da rasura de "sobreviveu", "Fôra" resulta da rasura de "Foi" e "fechára" resulta da rasura de "fechou".

ANEXO 5a: O Negro Eugênio¹³

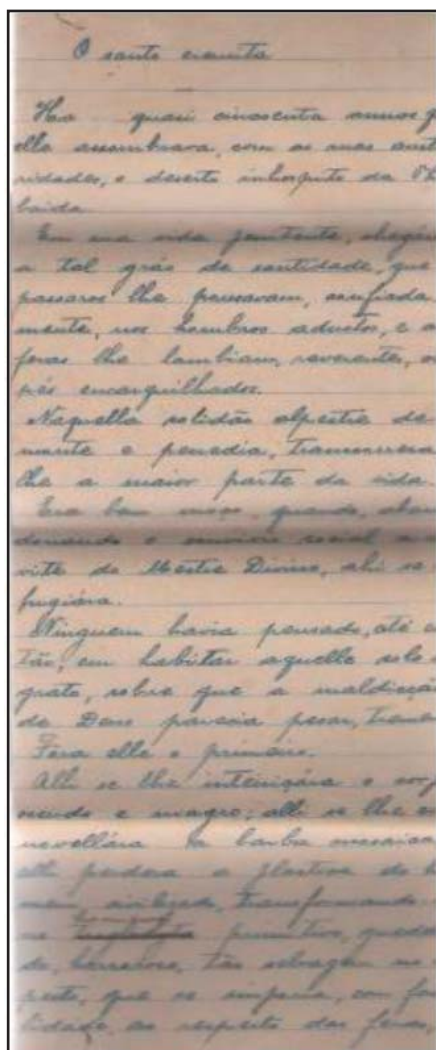


¹³ Disponível em: <http://www.filologia.org.br/homenageados/ic/o_negro_eugenio_conto.pdf>. A linha horizontal no meio da página é a mancha causada pela dobra da folha. Trata-se de cópia mimeografada sofrível de um datiloscrito, com muitos caracteres rebatidos e/ou borrados.

ANEXO 5b: O Negro Eugênio, página 58¹⁴

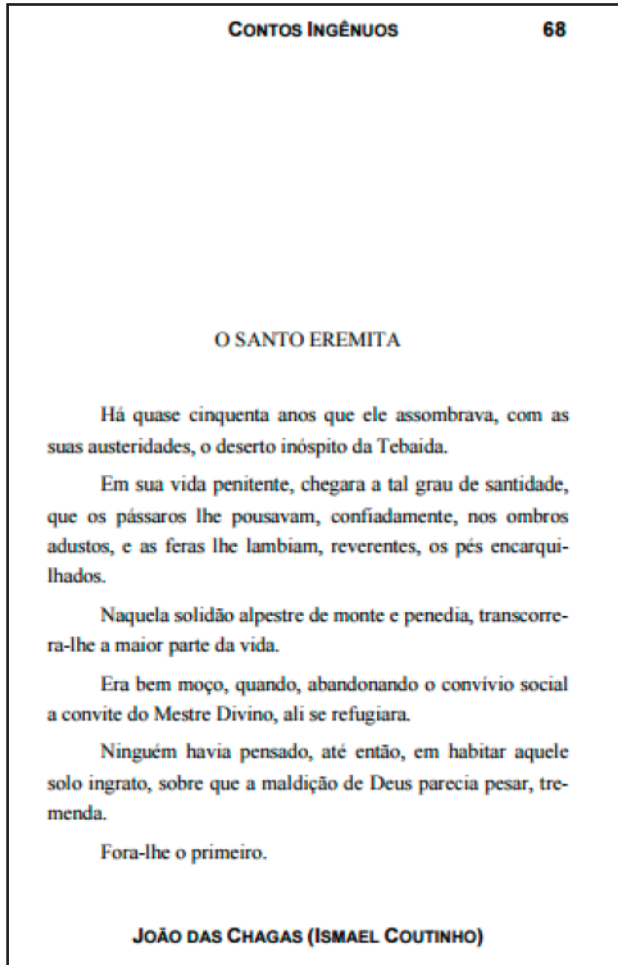
¹⁴ Ortograficamente, atualizamos palavras como “Eugenio”, “Escripto”, “transmittia”, “creados”, “providencia”, “á”, “cerebro”, “em baixo”, “apparecer”, “contratára”, “manietado, e”, “vae”, “dominios”, “cobro”, “áquellas” e “leguas em redór”. Com a dobra da folha, a linha “Para isso reunira aquella gente, o escol dos valen-” ficou invisível na edição fac-similar.

ANEXO 6a: O Santo Eremita¹⁵



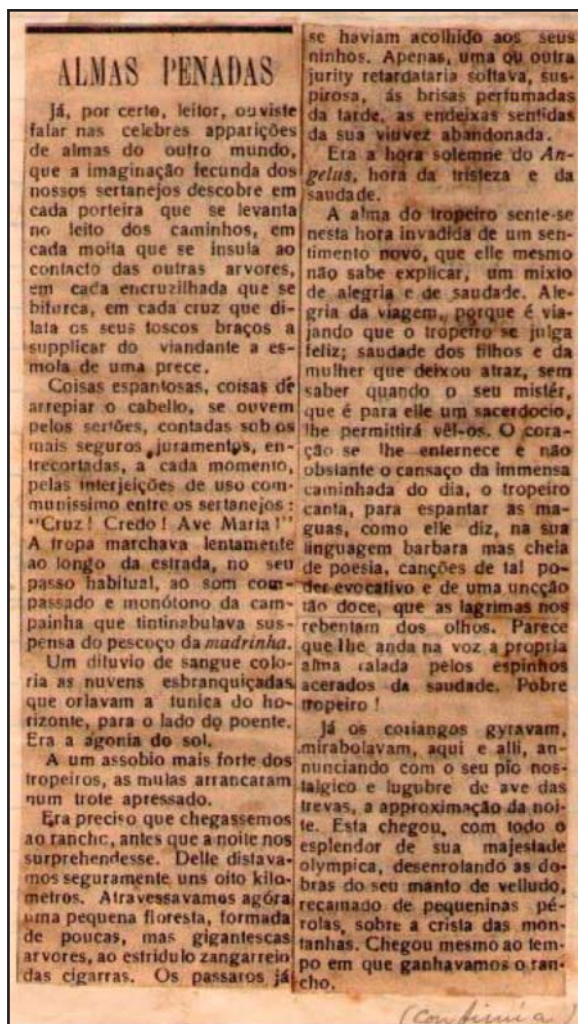
¹⁵ Disponível em: <http://www.filologia.org.br/homenageados/ic/o_santo_eremita.pdf>.

ANEXO 6b: O Santo Eremita, página 68¹⁶

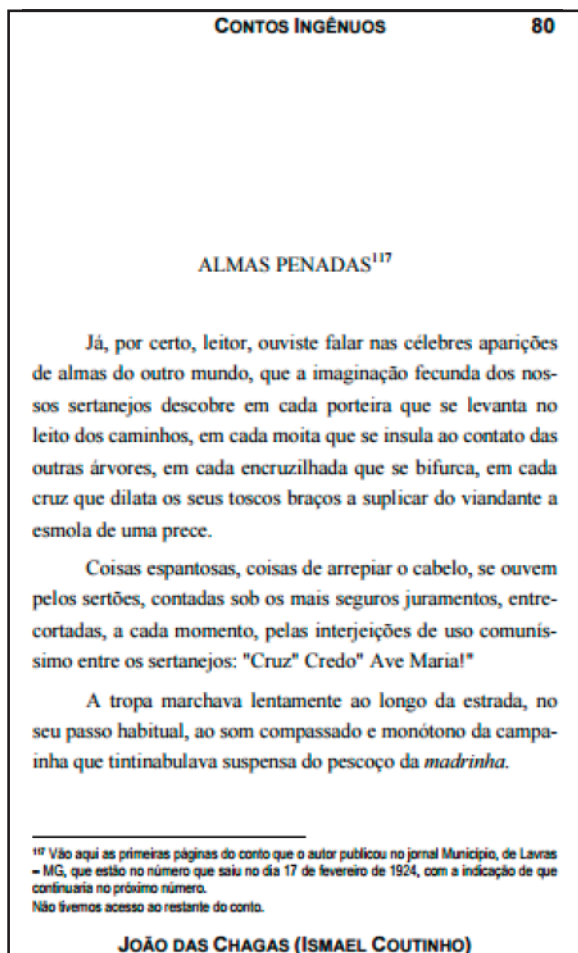


¹⁶ Ortograficamente, atualizamos palavras como “inhospito”, “Thebaida”, “chegára”, “gráo”, “passaros”, “hombros”, “Naquella”, “convívio”, “aquelle”, “Fôra elle”. No fac-símile, houve um corte de uma sílaba, mais ou menos, na margem direita. Na transcrição, “Fora-lhe o primeiro” está por “Fora ele o primeiro”.

ANEXO 7a: Almas Penadas¹⁷



¹⁷ Caderno 2 de *Poesias e Artigos Publicados*, p. 14-15. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/homenageados/ic/poesias_e_artigos_publicados.pdf>.

ANEXO 7b: Almas Penadas, página 80¹⁸

¹⁸ Ortograficamente, atualizamos palavras como “inhospito”, “celebres aparições”, “contacto”, “árvores”, “suplicar”, “cabello” e “comuníssimo”.

CARTAS DE DATAS DE JUNDIAÍ DO SÉCULO XVII: ESTUDO FILOLÓGICO E LINGUÍSTICO PRELIMINAR¹

Kathlin Carla de MORAIS
Universidade de São Paulo (USP)

Verena KEWITZ
Universidade de São Paulo (USP)

RESUMO

O objetivo deste artigo é descrever o Caderno de Cartas de Datas de Jundiaí de 1657, composto de 96 fôlios, quanto aos seus aspectos filológicos e identificar as estruturas linguísticas que compõem o documento com base no modelo de Tradições Discursivas (KOCH; OESTERREICHER 1990, KABATEK 2006). As cartas de datas são documentos de doação de porções de terra e enquadram-se num modelo fixo de texto, correspondendo a um documento oficial, com peso de lei. A pesquisa visa também a contribuir para a formação de corpora do Projeto de História do Português Paulista quanto à seleção e edição de documentos do século XVII.

ABSTRACT

New trends on Text Linguistics have shown that dealing with old texts provide a good basis for language change if we take into account that some texts provide the emergence of specific structures, words and expressions, while others do not. Based on this assumption, this paper aims at describing some philological and linguistic aspects of a colonial manuscript produced in Jundiaí in 1657, one of the oldest villages in São Paulo. The manuscript Cartas de Datas de Jundiaí (land patent) consists of a collection of sixty land patents written by the village officials in order to grant a tract of land to local people requesting it. The text structure is quite similar in all the land patents, while they differ in the specifications of the tract of

¹ Este artigo relata parte da pesquisa de mestrado em andamento com apoio da FAPESP (Processo N° 15/26486-2).

land, such as its measure, location and bounds, apart from the names of supplicants and their justification. The discourse tradition of issuing such document represented a formal and legal land contract.

PALAVRAS-CHAVE

Cartas de Datas. Jundiaí. Século XVII. Linguística Histórica. Tradições Discursivas. Português Paulista

KEYWORDS

Land Patents. Philology. Historical Linguistics. Discourse Traditions. Jundiaí. 17th Century.

Introdução

A escrita permite registrar e difundir a história de pessoas, fatos, locais, ideias etc. Para tanto, é preciso atentar para a documentação remanescente em acervos privados e públicos, ainda que seja fragmentada, como lembra Mattos E Silva (2006). No entanto, conforme alerta Costa (2009), no Brasil muitos documentos se perderam ou sofreram a ação do tempo. Quanto mais se recua no tempo, mais difícil é encontrar textos dos primeiros séculos do Brasil. Isso se deve, em parte, por nem sempre se ter conhecimento da naturalidade do autor, pela limitação na tipologia textual numa época em que poucos sabiam ler e escrever e em função da motivação de produção dos textos.

Este artigo procura descrever um documento manuscrito produzido em Jundiaí em 1657, com o intuito de preencher essa lacuna de documentos antigos. A pesquisa em andamento insere-se no *Projeto de História do Português Paulista* em sua segunda fase (doravante, PHPP II²), cujo objetivo central é historiar a variedade paulista do português

² O PHPP II é um Projeto Temático com apoio da FAPESP (Processo N° 11/51787-5), do qual participam pesquisadores das três universidades estaduais paulistas (USP, UNICAMP e UNESP).

brasileiro em diferentes perspectivas teóricas e níveis de análise.

Especificamente, a presente pesquisa visa a contribuir para a formação de *corpora* do PHPP II no que diz respeito à seleção e edição de documentos do século XVII. Essa tarefa toma como base o modelo de Tradições Discursivas, que propõe, em linhas gerais, que a diversidade de tipos de texto pode fornecer pistas mais seguras de diferentes normas de cada período. Tal diversidade engloba textos tanto do polo da oralidade, quanto da escrituralidade conceptuais (KOCH; OESTERREICHER 1990).

Este artigo está assim dividido: primeiramente, contextualizamos historicamente a vila de Jundiáí desde sua fundação no século XVII, século em que foi lavrado o *Caderno de Cartas de Datas* de 1657. Na seção 2, descrevemos as Cartas de Datas quanto ao acervo em que estão depositadas e sua finalidade comunicativa. Na terceira seção, apresentamos os principais aspectos codicológicos e paleográficos do manuscrito e, por fim, na seção 4 exploramos, ainda preliminarmente, as propriedades linguísticas com base no modelo de Tradições Discursivas.

1. Jundiáí: alguns dados históricos

Sabe-se que um dos caminhos mais notórios durante o desbravamento do interior do Brasil foi a rota dos bandeirantes. Dentre os fatores que favoreceram esse empreendimento, destaca-se a utilização da mão de obra dos ‘negros da terra’, isto é, indígena, tendo em vista que os proprietários paulistas não tinham condições econômicas de adquirir escravos africanos: Morales (2000), Morales; Moi (2008), Morais (2013).

Durante o século XVII, segundo Petrone (1995), os bandeirantes formaram alguns pontos de descanso nas trilhas abertas pelos indígenas. Depois de algum tempo, essas paragens se tornaram pequenos povoados, a exemplo do que se deu em Jundiáí, cujo ambiente era favorável em função de seu solo fértil, da proximidade com o rio Jundiáí e da possibilidade de trânsito de pessoas e mercadorias: Morais (2013).

O limite geográfico de Jundiaí, no século XVII, então chamada de “uilla fermoza de nossa senhora do desterro de Jundiahj”, era vasto, pois abarcava as terras que iam desde a Vila de São Paulo e a Vila de Santana do Parnaíba até o Rio Grande, na divisa com Minas Gerais. A partir do século XVIII, a vila foi aos poucos perdendo partes de suas terras, dando origem assim a diversos povoados e vilas, dentre elas a cidade de Campinas (cf. MAZZUIA 1976, 1979, MAKINO 1981). Assim, além de ser um centro de agrupamento de bandeirantes, o povoado de Jundiaí foi, também, ponto de expansão.

No que concerne à data e aos fundadores de Jundiaí, notamos que ainda não existe consenso para esses fatos na literatura, pois há três versões que ainda são discutidas por estudiosos. A primeira, divulgada por Azevedo Marques, defende que a origem do povoamento se deu “pelos anos de 1615, por migração que para aí fizeram Rafael de Oliveira e a viúva Petronilha Antunes naturais de São Paulo, os quais, com suas respectivas famílias tendo ficado criminosos, para fugirem à perseguição da justiça, internaram-se pelos sertões” (MAKINO 1981: 29). Diferentemente das duas versões descritas a seguir essa versão não dispõe de comprovações documentais.

A segunda versão faz referência a uma carta de data de janeiro de 1657, quando João Leme do Prado solicita terra e se declara “morador nesta villa fermosa de Nossa Senhora do desterro e povoador della cazado com a filha do primeiro povoador”. (MAKINO 1981: 33). O povoador ao qual João Leme do Prado se refere é Rafael de Oliveira, o moço, que tinha o ofício de bandeirismo³.

³ Rafael de Oliveira, o moço, nasceu em 1602, em São Paulo, e possuía doze anos quando faleceu sua mãe, Paula Fernandes. Como seu pai, Rafael de Oliveira, o velho, participou de várias expedições. Em 1636 partiu para o Rio Grande do Sul com a bandeira de Antonio Raposo Tavares. Casou-se pela primeira vez com Maria Ribeiro, filha de Pascoal Ribeiro e de Catarina Figueiredo d’Horta, segunda esposa de seu pai. Desse primeiro casamento, teve quatro filhos, sendo que sua filha, Ana Maria Ribeiro, casou-se com João Leme do Prado (MORAIS 2013, MAKINO 1981).

A terceira versão, divulgada pela revista “A Folha” em 1945 (cf. MAKINO 1981), toma como fundadores da cidade Manoel Preto Jorge e Francisco Gaia. De acordo com a autora, “a fundamentação foi baseada na justificativa de concessão de carta de data pela Câmara a Manoel Preto Jorge e Francisco Gaia, que se declararam os primeiros moradores que a este bairro vieram assistir e povoar” (op. cit., pág. 32).

Pelo exposto, observamos que a história da cidade de Jundiá se relaciona, apesar das controvérsias, aos caminhos utilizados pelos desbravadores dos sertões brasileiros na busca de índios, terras e riquezas, considerando seu estabelecimento em um ponto estratégico de paragem e passagem.

Sendo uma localidade importante e com grande desenvolvimento, o povoado de Jundiá foi elevado à vila em 1655, e houve a implementação de sua Câmara Municipal, iniciando a produção de documentos escritos que seriam significativos para seu cotidiano⁴, como as Cartas de Datas e as Atas da Câmara.

2. Descrição dos documentos de Jundiá do século XVII

Em pesquisas anteriores, foi feito o levantamento da documentação produzida e guardada na cidade de Jundiá. Para tanto, foram visitados diversos cartórios e arquivos públicos⁵. Três critérios nortearam a seleção dos documentos encontrados nesses acervos: o estado de conservação dos documentos, o acesso a eles e a data. O Centro de Memória de Jundiá preenchia todos esses requisitos, e o descrevemos na próxima seção.

⁴ Vale lembrar que no período colonial, a implantação de uma câmara era um processo e não algo instantâneo quando da fundação de uma vila.

⁵ A pesquisa realizada entre 2012 e 2013 (PIBIC, FFLCH-USP, CNPq) envolveu a visita aos seguintes acervos: Cúria metropolitana de Jundiá, diversos cartórios da cidade, Prefeitura Municipal, Museu “Solar do Barão” e o Centro de Memória de Jundiá. Para mais detalhes sobre a documentação desses acervos, v. MORAIS; KEWITZ (no prelo).

2.1 Centro de Memória de Jundiaí

O Centro de Memória de Jundiaí é vinculado ao Museu Histórico e Cultural de Jundiaí e foi inaugurado em dezembro de 2012. Neste espaço existe uma importante quantidade e variedade de documentos manuscritos produzidos em Jundiaí, desde o século XVII, que estão bem conservados e são de fácil acesso aos pesquisadores. No quadro 1, apresenta-se o levantamento dos documentos mais antigos e em melhor estado de conservação encontrados no Centro de Memória de Jundiaí:

QUADRO 1: Relação do levantamento de documentos manuscritos feito no acervo do Centro de Memória de Jundiaí (MORAIS 2013)

Documento	Período / Ano
Cartas de Datas	1657
Livro - Caixa dos órfãos	03/1767-09/1784; 1781-1802; 1783-09/1807
Livros Caixa	1736-1773; 1740-1826; 1742-1801; 1802-1828; 1807-1829; 1810-1828; 1824-1864
Mandados da Câmara	1782-1821
Notas do tabelião	02/1835-10/1844
27 Livros de Atas da Câmara	1663-1919
Registro de cartas de usanças dos ofícios da Câmara	1807-1811; 02/1823-11/1826
Registro de ofícios	04/1807-12/1821
Registro de patentes e atos imperiais	12/1826-04/1844
Registro de rezes	03/1817-02/1827
Termos de juramento	06/1782-01/1805
Termos de Finanças	1751; 1832

O primeiro documento selecionado para compor o *corpus* do PHPP II foi o *Primeiro Livro de Atas da Câmara de Jundiaí*, datado de 1663 a 1669, editado por MORAIS (2014). O critério principal foi o século, visto haver poucos documentos do XVII de forma geral em diversos acervos e também no *corpus* do PHPP.

O documento em foco neste artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla de edição e estudo linguístico das Cartas de Datas de Jundiá de 1657. O Centro de Memória de Jundiá cedeu as imagens do documento feitas por meio de fotografia digital de alta resolução. Assim como as Atas da Câmara, o critério de seleção desse documento foi o século, além de seu estado de conservação. Ressalta-se que tanto as Atas da Câmara quanto as Cartas de Datas são, em certa medida, documentos complementares, pois foram produzidos no mesmo século e instituição.

2.2 O que são Cartas de Datas

Em 1655, Jundiá é elevada a vila, passando a ser estruturada administrativamente de acordo com as ordenações do reino e a produzir documentação manuscrita, tal como as Cartas de Datas de 1657. Esse tipo de documento corresponde ao registro de doação de determinada quantidade de terra quando da petição de algum morador da vila. O termo *data* significa, nesse contexto, *dávida*, *doação*, *benefício*, prática comum no período colonial no Brasil. Os responsáveis pela decisão da doação de terras eram os membros da Câmara: escrivão, vereadores e demais oficiais. De acordo com Cardoso (2007: 131-132),

Via de regra, a Câmara era integrada, como se sabe, pelos chamados “cidadãos”, a nobreza da terra ou a elite local. Era composta, formalmente, por um juiz (ordinário ou de fora); dois ou três vereadores; um procurador e os oficiais camarários (o almotacés, responsável pelo abastecimento e pela fixação dos preços e o escrivão, único com obrigação de saber ler e escrever).

Assim, o procedimento de registrar a doação num documento lavrado pelos oficiais, vereadores e escrivão da Câmara consolidava a presença e o controle do Rei sobre a vila.

O *Caderno de Cartas de Datas de Jundiaí* contém o traslado, passagem ou ainda cópia das cartas trazidas pelos suplicantes para a concessão de porções de terras. Em outras palavras, o requerente fazia uma petição levando-a até a Câmara, que analisava o pedido e concedia a terra solicitada. Então, para que a doação fosse reconhecida legalmente e o solicitante não viesse a ter problemas, o escrivão da câmara enquadrava a solicitação num modelo mais ou menos fixo de texto, chamado Carta de Data (de chãos ou terras), como no exemplo a seguir.

- (1) Trelado de huã Carta de datta | De chaõs per aCazas E quintal | De João maçiel o mosco | Os ofissiais daCamera Juizes E ureadorez | E mais ofissiais desta uilla fermoza de | nossa senhora do desterro de Jundiahj capita | nia deSam uissent de que he donatario per | petu per sua Magestade oMarques deCascaiz | *VossaSenhoria* fazemos asaber aos que esta nossa | presente Carta de dada deChaõs per aCazas | E quintal; Virem E o conhesimento della com | derejtto pertemçer como a nos nos em uiou a | dizer per sua petissão na mea folha | Atras esCrita João maSiel o moSso merador nesta | uillafermoza de nossa senhora dodesterro deJunhiahj | filho dos primeiros pouoadores della queelle *supplicante* | não tem chaõs por afazer suas cazas pello que | pede a*VossasMeryses* lhe dem hús chaõs uintebracas de testada | partindo daRua que uaj pello [tuiupar] de Jose duarte | pera a outra Rua que uaj pera abanda defrancisco gaia | E de quintal. o quesua magestade manda E *Resebera Meryse* aqual | petisam uistaper nos Esen pedir ser justo puzemos | por noscs despacho; Damos aos*supplicante* des braças de | chaõs naparte quepede E dequintal quorenta braças | Cerrendo pera abanda de Jundiahj Eo esCriuaõ da Camera lhepaçara Carta naferma do feral des | terro trinta de dezinbro de mil Eseis Centos | Esincoenta Esette Annos – João Lemedoprado | João Paes malho – PedroCabral de

mello Joze duarte| Antonio giL como mais clara mente
 seu do dito| nosco despacho Atras Assim per esta damos
 aos supplicante| os chaõs napaaje atras deClarada por suaz
 Connfrentassoos como Consta per sua petissão E noz|
 Repertamos aoferal ERegimentos dasCamaeras| que a inda
 não temos os quaias chaõs nesta uilla| damos aosupplicante
 per a elle Eseus herdejros asen| dentes E desendentes ferros
 Liures E izentos detodo trebuto E penção somentes o dizimo
 a Deos nosco| senhor E de hoje Em diante faça della seu|
 querer Euontade E pera Logo Em uertude desta| O Auemos
 per Emposcado aoditto suplicantedoz| dittos chaõs que
 lhe auemos dado Enaõ ser a nese| sario outraposce alguã
 somentes sera obrigado| aseaRuar pella Justiã coando fizer
 Cazas E esta nossa Carta de datta se Registara no= | Liuro dos
 Registos destaCamera peraque se saiba| fizemos esta mersse
 aosupplicante dada neste| uilla fermoza de nossa senhora do
 desterro de| Jundiahj sob nosco sinais so mentes Em oz| trinta
 dias domes de dezenbro de mil Eseis Sen| tos Esincoenta
 Esette Annos per asim secustumar| Eser p[er] quando dia de
 nattal Eeu Mathias maChado| Castanho EesCrivaõ daCamara
 oesCrevj por mandado des dittos offissiais deCamera Joaõ|
 Leme doprado Joaõ paes malho – Pedro Cabral de mello –
 Jeze duarte – Antonio| gil Estação ferrejra ÷

Na seção seguinte, apresentamos os aspectos codicológicos e paleográficos mais relevantes encontrados nesse manuscrito.

3. Alguns aspectos codicológicos e paleográficos *Caderno de Cartas de Datas de Jundiáí*

Como o *Centro de Memória de Jundiáí*, onde está depositado o

manuscrito que descrevemos, não possui, ainda, um catálogo de seu acervo, nos moldes dos grandes arquivos públicos, não há identificação de cota. Em função disso, nos referimos a ele sempre como *Caderno de Cartas de Datas de Jundiaí*.

Este *Livro* é composto de 96 fólios, escrito em recto e verso contendo 60 Cartas de Datas da Câmara da Vila de Jundiaí, datadas de 30/12/1657 a 09/03/1657⁶.

O tipo de edição escolhida para a transcrição desses documentos foi semidiplomática, que conserva os traços materiais e linguísticos do original manuscrito, com pouca intervenção do editor (cf. CAMBRAIA 2005, SANTIAGO-ALMEIDA, 2009). A intervenção relaciona-se à inserção de notas explicativas voltadas majoritariamente ao processamento da escrita, tais como correções, rasuras, intervenções posteriores de terceiros etc., e ao desenvolvimento de todas as abreviaturas. Esse tipo de edição privilegia os estudos linguísticos, embora possa também servir para outras áreas do conhecimento. A edição semidiplomática do *Caderno de Cartas de Datas de Jundiaí* seguiu as normas de transcrição adotadas pelo PHPP, publicadas em Mattos e Silva (2001), com algumas pequenas adaptações⁷.

O papel utilizado para suporte da escrita das Cartas de Datas foi o papel de trapo, cujas características mais marcantes são maior durabilidade e resistência mecânica. A tinta usada na elaboração do texto é a ferrogálica, e a encadernação original é de couro marrom, tendo recebido outra capa por cima, na cor verde, após o processo de restauro⁸.

Além disso, o *Caderno* é composto de cartas redigidas e numeradas sequencialmente, no canto superior direito (Figuras 1 e 2), sem espaço entre uma e outra, isto é, a nova carta de doação não começa em uma

⁶Essa datação deve-se à ordem dos documentos na encadernação.

⁷ A título de exemplo, não se adotou o sinal [[]] para indicar repetição de vocábulo entre um fólio e outro, por haver poucas ocorrências.

⁸ Não temos muitas informações acerca do processo de restauro pelo qual o conjunto de documentos passou. Dessa forma, não sabemos a data em que a intervenção ocorreu ou quem foi o responsável pela restauração.

nova página, mas continua na mesma página em que a anterior termina. Identificamos somente um escrivão responsável por lavrar todas as Cartas de Datas, Mathias Machado Castanho, cuja caligrafia pode ser observada na Figura 3:

FIGURA 1: Numeração sequencial do documento (12)

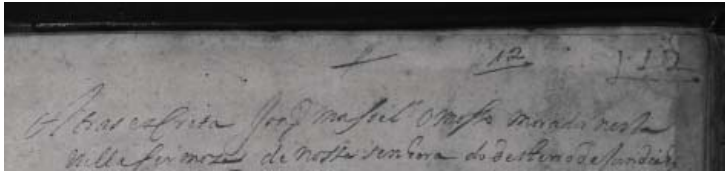


FIGURA 2: Numeração sequencia do documento (13)

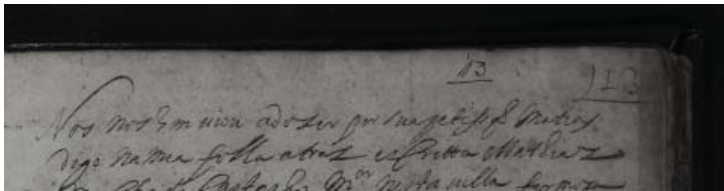
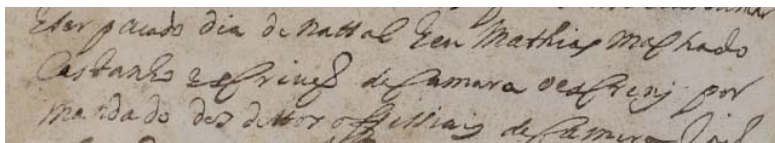


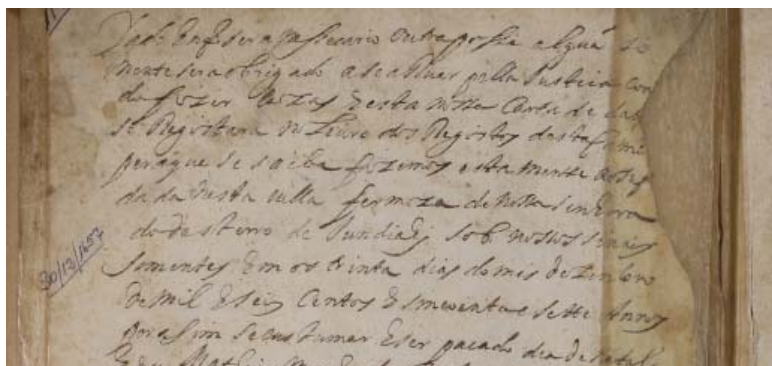
FIGURA 3: Caligrafia de Mathias Machado Castanho



Em geral, o *Caderno* está ótimo estado de conservação, não sendo possível ler integralmente somente os dois primeiros fôlios, pois há manchas, possivelmente de água, como vemos na Figura 4. Além disso, notamos marcações das datas das cartas em caneta esferográfica azul e lápis grafite, sinalizando intervenção posterior à produção do manuscrito. Da mesma maneira como não obtivemos informações sobre o processo

de restauro do documento, também não conseguimos saber de quem são e quando foram feitas essas intervenções, como observamos também na Figura 4.

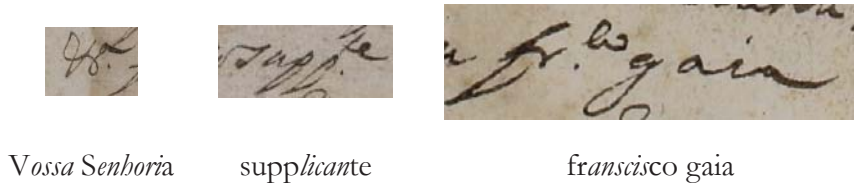
FIGURA 4: Mancha de água no lado direito e intervenção com caneta esferográfica azul no canto esquerdo.



O primeiro fólio que contém texto parece ser a continuação de outra carta anterior.

No documento foi utilizada a letra cursiva, tombada à direita. Os sinais de pontuação são bastante raros, sendo encontrados travessão e ponto e vírgula. A junção entre partes das sentenças é feita geralmente por “e” maiúsculo. Observa-se constante junção de preposições, pronomes e conjunções a substantivos e verbos, como em *domes*, *aosupplimente*, *peraque* etc. Há o uso constante de abreviaturas. As mais recorrentes foram observadas em substantivos como *suplicante*, *capitania* e *vila*, nomes de pessoas, como *Francisco* e *Manuel*, e pronomes de tratamento, como *Vossa Senhoria* e *Vossas Mercês*. No entanto, essas palavras também se encontram grafadas sem serem abreviadas, o que revela variabilidade de escrita do mesmo escritor. Ilustramos algumas delas na Figura 5 a seguir:

FIGURA 5: Exemplos de abreviaturas presentes no documento



4. Tradições discursivas das Cartas de Datas: observações iniciais

Por Tradição Discursiva (doravante TD) entende-se “a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio” (KABATEK 2006: 508). Isso faz referência a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo entendidos como tarefas comunicativas expressas por meio de fórmulas, tais como agradecimentos, reclamações, requerimentos etc. (op. cit).

O modelo de TD pressupõe que qualquer finalidade comunicativa deve passar por pelo menos dois filtros: o da própria língua com suas normas sintáticas, fonológicas etc. e o filtro das TD, que em certa medida delinearão as normas da língua, para assim se chegar ao enunciado.

No caso das Cartas de Datas, para que o pedido de terras fosse reconhecido e tivesse peso de lei, era necessário que ele se enquadrasse numa determinada tipologia de texto, com o uso de certas fórmulas e seguindo uma determinada estruturação (ou macroestrutura). Essa afirmação se aplica, em grande parte, a documentos notariais em geral. Como não há estudos filológicos e linguísticos a respeito de Cartas de Datas, iniciamos o estudo pela macroestrutura do documento, composto das seguintes partes:

- (i) **Título:** lugar em que o escrivão anuncia o tipo de documento que será elaborado:
- (2) Tresllado de huã Carttadedattade chaõs pera | Cazas Equinttal De João Paulo /.
- (ii) **Abertura:** início da Carta de Data em que o escrivão anuncia os membros da câmara que doam a porção de terra e o local onde a Carta de Data está sendo feita:
- (3) Os offissiais daCamera Juis E ureadores e mais offissiais desta | uilla fermoza De noscasenhorado Desterro de Jundiij | Capittania desam *Vicente* dequehe donattario perpettuper sua | *magestade* omarques deCascais *VossaSenhoria* fazemos asaber aos | que esta nosca prezente Carttadedattade chaõs peraCazas |
- (iii) **Justificativa do Suplicante:** lugar no documento onde o escrivão explica porque o suplicante solicita terras:
- (4) Equinttal uirem eConhesimento dellaConderejtto perttençer | como anos nos Em uiou adizer persuapectissão na mea | folha atras EsCrita João Paulo *morador* nesta uillafer | mozade nossa *Senhora* doderro de Jundiahj que ellesuplicante | quer fazer suas moradas deCazas *eque* não podefazer | semLissença de *VossaMeres*
- (iv) **Solicitação:** lugar no documento em que o escrivão apresenta a quantidade de terra solicitada e a localização onde a terra será concedida:
- (5) semLissença de *VossaMeres* pello *que* pede a*VossaMeres* lhedemquarentta | braças de ttestada Equarenttadequinttal pelloRua*que* uaj | Perdettras de gaspar sardinha pella Rua abaixo pera | Abanda deJundiahj
- (v) **Atestado de doação:** lugar onde o escrivão atesta a concessão do pedido do suplicante:

- (6) E seupedir ser Justo puzemos per nos codespacho domez | aosup^{licante} uinte braças de ttestada Equarenttadequinttal | na mesma parage *que* pede oes Criuão da Camera lhepasse Cartta | na ferma ordinaria Desterro EnCamera
- (vi) **Endosso e data:** lugar onde o escrivão discrimina os responsáveis pela doação da terra e a data:
- (7) na ferma ordinaria Desterro EnCamera des defeuereiro de | mill E seis senttos Esincoentta esette Annos Anttonio | Luis depinha = João Ribeiro = Joze duarte Pedro Cabral de mello | Como mais claramente seue doditto nos codespacho atraz | asy queper estadamos aosup^{licante} os chaões que pede per suaz | confrentassões Como constapersuapettiscão Enos Repertamos | ao feral E Regimentos das Cameras que a inda não temos | os quais chaões nesta uilladamos aosup^{licante}
- (vii) **Obrigações do suplicante:** lugar em que o escrivão esclarece as obrigações por parte do suplicante:
- (8) per a elle E seuz / herdeiros asendenttes E desendenttes forros Liures E izenttoz | et todo trebutto E pensão sementes odizimo a Deos nossos *senhor* E | de hoje E mdiantte faça delles seu querer E uonttade E per a | logo Em uerttude desta oauemos per Enpossado aodittosup^{licante} | dos dittos chaões quelhe auemos dado E não ser a nessecario outra | posse alguã sementes ser a obrigado a sea Ruar pella Justica |
- (viii) **Procedimentos da Câmara:** lugar onde o escrivão descreve quais serão as obrigações da Câmara para que a doação seja válida:
- (9) Coandofizer Czas E esta nossa Cartta dedatta se Registrara | no Liuro dos Registos desta Camera per aqueseaibafize | mos Esta merce aosup^{pl}icante dada nesta uilla fermoza de nossa | *senhora* do desterro sob. nossos sinais sementtes Em os des |

(ix) **Fechamento:** lugar onde o escrivão coloca novamente a data do documento e nomeia os responsáveis pela doação e esclarece o porquê de o documento ter sido lavrado:

- (10) *senhora* dodesterro sob. nossos sinais sementtes Em os des | dias do mes defeuereiro de mil Eseis senttos Esincoentta | Esette Annos Eu Mathias machadoCastanho EsCriuão | daCamera o esCreuj per mandado dos dittos offissiais da | Camera Anttonio Luis depinha = João Ribeiro Joze |duartte PedroCabral demello /.

Todas as 60 Cartas de Datas que fazem parte do *Caderno de Cartas de Datas de Jundiaí* seguem a mesma sequência de estruturas apresentadas acima. Como visto, esse documento somente era reconhecido quando de seu enquadramento nesse modelo rígido. Trata-se de uma tradição discursiva em função da repetição não apenas de fórmulas, como também de toda a estruturação do texto Kabatek (2006).

A doação de terras no período colonial seguia, em certa medida, as leis vigentes na época, e o documento sob análise comprovava o ato desde que fosse composto nesses padrões. Por outras palavras, os agentes da doação (membros da Câmara da vila) faziam com que o documento fosse identificado como sendo legal, isto é, com peso de lei e pudesse, assim, cumprir sua função. A Lei de Terras promulgada em 1850 (GLEZER, 2007) acarretará em profundas mudanças na prática de doação de terras como se fazia até então e como se vê atestado nas Cartas de Datas sob análise. Essa lei fez com que a única forma de adquirir terras fosse pela compra.

Considerações finais

Neste artigo, apresentamos o documento Cartas de Datas da vila de Jundiaí datado de 1657 quanto aos aspectos codicológicos, paleográficos

e linguísticos, ainda que de forma preliminar, por se tratar de pesquisa em andamento. A importância desse documento, dentre outros, se dá tanto pela tipologia quanto pelo século. Por outras palavras, não há estudos sobre Cartas de Datas nos campos da Filologia e da Linguística Histórica, e documentos do século XVII são mais raros do que de séculos subsequentes.

A partir da edição semidiplomática, foi possível observar a estruturação das Cartas de Datas, que se divide em nove partes, cada um contendo determinadas fórmulas e finalidades comunicativas. O que varia de documento para documento são os dados específicos de cada suplicante, a quantidade de terras, sua localização e limitação. Documentos da esfera jurídico-administrativa tendem a conservar a estrutura e as fórmulas (KABATEK, 2006), de modo que sejam reconhecidos como oficiais, com peso de lei em alguns casos, como se vê nas Cartas de Datas de Jundiá aqui apresentadas.

A continuidade da pesquisa prevê um estudo apurado das características filológicas de todas as 60 Cartas de Datas. Complementará a pesquisa a descrição linguística desses documentos quanto às macroestruturas, a partir do que apresentamos neste artigo, e suas respectivas estruturas linguísticas com base no modelo de Tradições Discursivas.

Juntamente com as Atas da Câmara de Jundiá do século XVII (MORAIS, 2014), a edição das Cartas de Datas representa uma contribuição para a formação de *corpora* do português paulista no âmbito do PHPP II quanto a documentos do século XVII, além de fornecer bases mais seguras para a história da cidade. Especificamente, as Cartas de Datas constituem uma inovação por ser inédita a edição filológica desse tipo de texto.

Referências

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à Crítica Textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CARDOSO, Alírio. **Poderes internos: a cidade de São Luis e o discurso da Câmara no século XVII.** Ciências Humanas em Revista. São Luís, Vol. 5, N.º 2, dez./2007.

COSTA, Renata F. **Violência e insubordinação militar na São Paulo do século XVIII:** estudo histórico e filológico de três manuscritos. **Filologia e Linguística Portuguesa**, 10/11, 2009, p.221-236.

GLEZER, Raquel. **Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo.** São Paulo: Alameda Editorial, 2007.

KABATEK, Johannes. **Tradições Discursivas e Mudança Linguística.** In: Lobo, T.; Ribeiro, I.; Carneiro, Z.; Almeida, N. (Orgs.) **Para a História do Português Brasileiro, vol. VI:** Novos dados, novas análises. Salvador: EDUFBA, Tomo II, 2006, p. 505-527.

KOCH, Peter; OESTERREICHER, Wulf. **Gesprochene Sprache in der Romania: Französisch, Italienisch, Spanisch.** Tübingen: Niemeyer (Romanistische Arbeitshäfte, 31), 1990.

MAKINO, Miyoko. **Jundiaí: povoamento e desenvolvimento.** 1655-1854. São Paulo, Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, inédita, 1981.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Português Arcaico:** Fonologia, Morfologia e Sintaxe. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Para a História do Português Brasileiro.** Vol II. São Paulo: Humanitas, 2 tomos. 2001 Org.

MAZZUIA, Mário. **Jundiaí e sua história.** Jundiaí: Prefeitura Municipal. 1979.

_____. **Jundiaí, através de documentos.** Empresa gráfica e Editora Palmeiras LTDA: Campinas – S.P. 1976.

MORAIS, Kathlin. **Edição semidiplomática do 1º Livro de Atas da Câmara de Jundiaí**. São Paulo, Pesquisa de Iniciação Científica, FFLCH, USP, 2014. Disponível em www.phppp.fflch.usp.br/corpus.

_____. **Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica**. CNPq, FFLCH, USP. 2013.

MORAIS, Kathlin C. de; KEWITZ, Verena. **Manuscritos produzidos em Jundiaí**: uma contribuição à formação de corpora do Português Paulista. In: Simões, J.S. (Org.) **História do Português Paulista**, Vol. V, Série Estudos, no prelo.

MORALES, Walter F. **A escravidão esquecida**. A administração indígena em Jundiaí durante o século XVIII. Dissertação de mestrado em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000, inédita.

MORALES, Walter F.; MOI, Flavia P. **Índios e Africanos no interior paulista**: um estudo sobre a transição do cativo indígena para a escravidão na Vila de Jundiaí, SP, no século XVIII. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 18, p. 115-131.

PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos Paulistas**. São Paulo: EDUSP, 1995.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. **Os manuscritos e impressos antigos: a via filológica**. In: Gil, B.; Cardoso, E.; Condé, V. (Orgs.) **Modelos de Análise Linguística**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 223-234.

Recebido em 10/10/2016 e aceito em 06/12/2016.

AMADEU AMARAL E A PRODUÇÃO DE UM ACONTECIMENTO DISCURSIVO

Lígia Mara Boin Menossi de ARAUJO
Pós-doutoranda em Filologia e Língua Portuguesa
Universidade de São Paulo (USP)

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar discursivamente como se constroem novas formas de representar a obra O Diaeto Caipira de Amadeu Amaral (1920) a partir de um funcionamento discursivo próprio de cada narrador-produtor – Castro (2006) e Rodrigues 1974) – tomando como base teórica a noção de narrativa do acontecimento de Guilhaumou (2009).

ABSTRACT

This article aims to analyze discursively how to build new ways of representing the work Dialect Countrified Amadeu Amaral (1920) from its own discursive functioning of each narrator-producer - Castro (2006) and Rodrigues 1974) - on the basis theoretical notion of Guilhaumou narrative event (2009).

PALAVRAS-CHAVE

Diaeto Caipira. Amadeu Amaral. Acontecimento discursivo.

KEYWORDS

Dialect Countrified. Amadeu Amaral. Discursive event.

Introdução

Amadeu Amaral é considerado, entre muitos estudiosos, um dos “fundadores” da dialetologia brasileira isto porque um de seus mais relevantes trabalhos é *O Dialeto Caipira* publicado em 1920. Trata-se de uma obra de referência na história da dialetologia brasileira, pois sua presença contribuiu para que especialistas da área acentuassem a importância de uma nova orientação nos estudos da língua, a nosso ver, um verdadeiro acontecimento na história da linguística no Brasil.

Ademais, a obra empreende um metodologia orientada por princípios rigorosos que o estudioso considerou indispensáveis na investigação dialetológica e que conferiram confiabilidade à sua descrição, como, por exemplo, a rejeição de dados não verificados pessoalmente por ele que, vale ressaltar, era um autodidata e desenvolveu seu estudo sem o respaldo de centro universitário de pesquisa em São Paulo, ainda não implementado na época. Além disso, não podia contar com um instrumento de pesquisa, pela falta de invenção, que praticamente revolucionou o modo de produção das pesquisas científicas linguísticas, sobretudo as que lidavam e lidam com os aspectos fonológicos das línguas, a partir dos anos 1950: trata-se dos gravadores de áudio.

Um dos objetivos do autor era o de descrever o falar caipira em seus diferentes aspectos: fonético, lexical, morfológico e sintático, a fim de retratar de forma mais abrangente um falar regional brasileiro. Sua importância é indiscutível por ter a língua falada do Brasil o principal material de análise e descrição.

Com o intuito de contribuir para que seu trabalho seja sedimentado de modo biográfico como um acontecimento discursivo arraigado de situações históricas peculiares, por meio de (re)leituras de sua obra primeira, datada de 1920, objetivamos, nesse artigo, (a)compreender como duas narrativas (re)construíram esse acontecimento histórico – *O Dialeto Caipira*; (b) analisar como se constroem novas formas de representar as contribuições de Amaral a partir de um funcionamento

discursivo próprio de cada autor tomando como base teórica a noção de narrativa do acontecimento de Guilhaumou (2009); (c) compreender como cada novo dizer (re)constrói os discursos ditos anteriormente e verificar como essas (re)construções passam a circular e adquirir efeitos de sentidos diferentes a partir de narrativas do acontecimento;

Na primeira parte desse texto, trouxemos o embasamento teórico metodológico que está alicerçado na Análise do Discurso de orientação francesa, para tanto, iremos expor, resumidamente, as noções de acontecimento linguístico, discursivo e narrativa do acontecimento do professor Jacques Guilhaumou (2009), em seguida, descreveremos o material de análise que (re)constrói o acontecimento discursivo *O Dialeto Caipira* para então partimos para a análise norteada pela seguinte pergunta de pesquisa: como *O Dialeto Caipira* tomado como um acontecimento linguístico, histórico e discursivo seria (re)construído e (res)significado em diferentes narrativas promove e emergência de diferentes efeitos de sentido?

1. Acontecimento Discursivo

Guilhaumou, considerado um historiador-linguista, é um dos expoentes do campo da Análise do Discurso – doravante, vez ou outra, AD –, tendo frequentado os primeiros círculos de discussão ainda nos tempos de Michel Pêcheux. Foi um dos responsáveis por trazer em seus trabalhos alguns conceitos foucaultianos que se tornaram elucidativos nos estudos da AD, primordialmente os conceitos de enunciado, arquivo, história e acontecimento; mostra-nos que o acontecimento não é mais redutível somente à situação enunciativa nem ao chamado contexto histórico.

Em sua obra, o autor afirma “o que é dito está carregado de acontecimentalidade, de uma singularidade em constante renovação” (GUILHAUMOU, 2009: 10).

Nesse caminho, assumimos a concepção de acontecimento de Guilhaumou (2009), como algo que se dá no interior do arquivo, isto é, que permanece perpetuamente reinterpretável juridicamente e, por conseguinte, atual ao próprio sentido. O arquivo, segundo Guilhaumou (2009), não é simplesmente um conjunto de textos que são produzidos e circulam na sociedade, como práticas documentais, é composto por saberes que se constituem ao longo dos tempos, nas mais distintas formações sociais, e que se articulam por meio de gestos de leitura que atualizam as configurações significantes, os dispositivos de significações de enunciados atestados. Em outras palavras, o arquivo não pode ser descrito em sua totalidade, mas se dá a ler por fragmentos de enunciados que se configuram em novas instâncias de enunciação e têm por consequência o surgimento de novos acontecimentos discursivos.

A situação, quer se trate de um elemento do mundo real, quer se trate, mais simplesmente, de uma situação dita de enunciação, é conjuntamente momento genético da realidade e lugar de sentido. O acontecimento, portanto, é formulado por um conjunto heterogêneo de enunciados constitutivos do acontecimento discursivo, no interior do arquivo. Para dar conta do exposto, na perspectiva do autor, o acontecimento deve ser vislumbrado enquanto enunciado de arquivo, no qual os textos e a produção dos sentidos se dão no interior de uma historicidade. Desse modo, propõe que o acontecimento seja abordado e descrito a partir de uma ordem racional: i) acontecimento linguístico; ii) acontecimento discursivo e; iii) narrativa do acontecimento. Segundo ele,

ao se considerar o acontecimento linguístico estamos interessados em problemas de gradação do concreto ao abstrato, da norma referencial de língua, da tipificação histórica de sujeitos e objetos cognitivos. Diferentemente, em se tratando de acontecimento discursivo, consideraremos, na perspectiva aberta por

Michel Foucault (1969), apenas a simples inscrição do que é dito como elemento atestado do enunciado (...) saímos do mundo dos nomes e dos referentes para entrar no universo da reflexividade do discurso, dos recursos próprios dos sujeitos da enunciação implicados no acontecimento (GUILHAUMOU, 2009: 124).

A partir dessas reflexões, o pesquisador francês contempla a noção de acontecimentalidade, sendo que esta se concretiza a partir do que ele chama de narrativa do acontecimento:

a narrativa do acontecimento relança, então, a ação infinita da interpretação, permite uma abertura máxima das narrações, assimila ação e pensamento, associa o ato e a revelação, torna memorável a vida da heroína e do herói. Introduz-nos no agir político verdadeiro, no sentido em que a ação política é trazida ao julgamento desinteressado da dimensão universal do acontecimento singular, a exemplo de Kant ao julgar com entusiasmo a Revolução Francesa (GUILHAUMOU, 2009: 137).

O acontecimento parte do linguístico ao discursivo e, deste, à narrativa do acontecimento. O acontecimento linguístico relaciona-se com a norma referencial da língua, ou seja, se inscreve na perspectiva referencial, o mundo dos nomes, em que o sujeito já é constituído, tratado como sujeito cognitivo. Por sua vez, o acontecimento discursivo é considerado na perspectiva de Foucault, em *A Arqueologia do Saber*, em que a simples inscrição do que é dito como elemento é atestado pelo enunciado. O estudioso considera necessário pensar o arquivo não como um amontoado de documentos fechados, mas sim, o arquivo como algo que participa de um gesto de leitura: “saímos do mundo dos nomes e de seus referentes para entrar no universo da reflexividade do

discurso, dos recursos próprios dos sujeitos da enunciação implicados no acontecimento” (1969: 124).

De acordo com o Guilhaumou (2009), é preciso pensar em avançar sobre o sujeito cognitivo, responsável pelo acontecimento que se produz, e também o sujeito que irrompe na enunciação do acontecimento para um sujeito histórico, portador de emancipação, que busca autonomia. Para pensar nessa nova perspectiva, é necessário trazer a noção da narrativa do acontecimento:

Na realidade, a efetividade da narrativa do acontecimento, mais especificamente da ação que descreve, é ainda maior quando ela revela a vontade de independência de um sujeito, em geral coletivo e tornado aquele que age no interior da narração...Certamente estamos já distantes desse alguém que permite ao sentido chegar ao acontecimento linguístico, e até mesmo do universo auto constituído desse *aquilo* que ocorreu no interior do acontecimento discursivo, mas estamos, ainda assim, prontos para conceber que a intriga vinda das profundezas dos tempos termina pela presença de um sujeito emancipado que dispõe plenamente de sua inteligência narrativa (2009: 137).

A narrativa do acontecimento, tida como algo prospectivo, isto é, apreendida em julgamentos universalizáveis dos atos da vida de cada um na relação com os outros, permite investigar “[...] as expectativas vividas e as expectativas dos homens atuantes e sofrendores, a tematização do tempo histórico em adequação com ele mesmo introduz a transformação no curso das ações humanas” (GUILHAUMOU, 2009:135). Ademais, ela visa a apresentar o percurso de um acontecimento que produz historicidade sobre os fatos, levando em consideração a lógica sequencial e sua dimensão configurante. A narrativa do acontecimento é algo

universalizante, é relato do coletivo para o movimento de interpretação do acontecimento.

2. O dialeto desacantado: reflexões discursivas

Com base em Guilhaumou (2009), entendemos que os dizeres sobre *O Dialeto Caipira* e Amadeu Amaral se constituíram com base em diferentes narrativas em que os sujeitos a partir de diferentes condições históricas foram paulatinamente construindo os acontecimentos, isto é, foram dando legitimidade institucional por meio dos mais variados trabalhos e pesquisas acadêmicas.

Assim, diante desse conjunto de enunciados, no interior de práticas discursivas, muito pôde ser (re)dito, (re)visitado e, principalmente, (res) significado, e, por consequência, é possível pensar na transformação dos grandes feitos da história, os episódios do passado em acontecimentos que marcam uma época, uma sociedade.

Os sujeitos, inseridos num lugar institucional e determinados por certas regras sócio-históricas, constroem diferentes narrativas em torno de um acontecimento marcante na história, proporcionando (re)visitar um pensamento e trazer novas instâncias discursivas, novos gestos de interpretação. Pode-se afirmar, com isso, sob a perspectiva de Guilhaumou (2009), que determinadas narrativas, “sob sua forma singular e/ou coletiva, seriam a forma histórica mais acabada de experimentação do real ao longo da existência da humanidade” (2009:138). Elas tematizariam também, em seu percurso, formas sociais particulares que dão consistência universal a uma narração de vida, a uma representação histórica num determinado contexto de transformações heroicas.

Para efeito de análise, apresentaremos duas narrativas produzidas sobre o *falar caipira* após a publicação de *O Dialeto Caipira* de Amadeu Amaral. Diante de sua obra, publicada em 1920, pôde-se pensar no desenvolvimento de um campo de saber importante, a dialetologia,

tomando como objeto de estudos as diferentes variações da língua portuguesa em solo brasileiro. Muitos estudos e pesquisas surgiram e contribuem para a construção do cenário dialetológico brasileiro; assim, foi possível a promoção de diferentes narrativas que retomassem o discurso primeiro formulado pelo autor paulista, reforçando a importância de sua pesquisa.

A partir do surgimento dessas narrativas, presentes em diferentes materiais de estudo, é que propomos pensar os efeitos de sentidos produzidos por duas delas, que ora refletem uma dada história já contada ora contribuem para a (re)escritura dos fatos conforme novas reflexões e, com isso, novas possibilidades de (re)leituras. Para a promoção dessas narrativas, tomamos dois sujeitos estudiosos como *narradores-produtores* cuja função é (re)visitar as reflexões de Amaral acerca do dialeto caipira e (re)dizê-las a partir de novos acontecimentos discursivos. Podemos pensar no *narrador-produtor* como aquele cujo sujeito narra e descreve os fatos, produz julgamentos, avaliações e, principalmente, atribui aos enunciados diferentes gestos de interpretação. O *narrador-produtor* torna-se autorizado a falar não apenas sobre o dialeto caipira e sobre Amadeu Amaral, mas também, muitas vezes, como Amaral.

Importante ressaltar que os discursos produzidos pelo material que selecionamos devem ser encarados como conjuntos de acontecimentos discursivos que retomam em forma de narrativas um acontecimento na história. Assim, a partir de Amaral (1920) com *O Dialeto Caipira*, trouxemos para essa análise a obra de Rodrigues (1974) *O dialeto caipira na região de Piracicaba* e a tese de doutoramento de Castro (2006) *A Resistência de Traços do Dialeto Caipira*.

As pesquisas de Amadeu Amaral sistematizaram um dos falares mais característicos do Brasil, o dialeto caipira que, como defende o autor, estava bem sedimentado até o século XIX, no território da antiga província de São Paulo. Era este dialeto “bastante característico para ser notado pelos mais desprevenidos como um sistema distinto e inconfundível”, e que

dominava em absoluto a grande maioria da população e estendia a sua influência até outros grupos, inclusive os de grupos mais cultos, a minoria da população, da época. No entanto, já àquela época, era possível notar que o estabelecimento de padrões cultos no ensino estavam afastando as características típicas desse dialeto caipira, algo que Amaral descreve bem (1920: 1).

Entendemos *O Dialeto Caipira* (AMARAL, 1920) como é um acontecimento histórico que reflete as mudanças sobre o modo de falar caipira, à época da província de São Paulo, mobilizando modificações não apenas no âmbito lexicográfico, mas também na observação da língua em uma determinada área, procurando caracterizá-la por meio de termos léxico-semânticos, fonético-fonológico e morfossintático. Segundo o autor,

tivemos, até cerca de vinte e cinco a trinta anos atrás, um dialeto bem pronunciado”, no território da antiga província. É de todos sabido que o nosso *falar caipira* – bastante característico para não ser notado pelos mais desprevenidos como um sistema distinto e inconfundível – dominava em absoluto a grande maioria da população e estendia a sua influência à minoria culta. As mesmas pessoas educadas e bem falantes não se podiam esquivar a essa influência. Foi o que criou aos paulistas, há bastante tempo, a fama de corromperem o vernáculo com muitos e feios *vícios* de linguagem. Quando se tratou, no Senado do Império, de criar os cursos jurídicos no Brasil, tendo-se proposto São Paulo para sede de um deles, houve quem alegasse contra isso o linguajar dos naturais que poderia contaminar de modo inconveniente os futuros bacharéis que vinham de diferentes circunscrições do país (1920: 1).

Amaral contribuiu para uma nova fase da dialetologia brasileira, pois preocupou-se em observar os dados *in loco* levando em consideração os diferentes aspectos da realidade observada. Dentre eles, destacamos: o “R” caipira - O fonema /r/, em fim de sílaba ou em posição intervocálica, assume as características aproximante alveolar [ɹ], retroflexo [ɻ], e a rotacização do “L” - a permutação, em fim de sílaba, da aproximante lateral [l] pelo fonema /r/ (enxoval > enxovar, claro > craro). Pode-se dizer que esses traços não são exclusivos do dialeto caipira, mas se fazem presentes em todo país, sendo menos comum na linguagem culta.

Após a leitura da obra de Amaral (1920), partimos para a investigação acerca dos dizeres outros produzidos por Rodrigues (1974) e Castro (2006) nas respectivas obras selecionadas. Esses *narradores-produtores* permitiram visualizar a produção de novos percursos narrativos sobre a obra de Amaral, possibilitando outras leituras e gestos de interpretação.

Na narrativa de Rodrigues (1974) e Castro (1920), o dialeto caipira permanece forte em determinadas regiões do país, ao contrário do que pensava Amaral quando afirma que em pouco tempo esse “caipirismo” deixaria de existir.

Este [o dialeto caipira] acha-se condenado a desaparecer em prazo mais ou menos breve. Legará, sem dúvida, alguma bagagem ao seu substituto, mas o processo novo se guiará por outras determinantes e por outras leis particulares (1920: 2).

Ao retomar os enunciados de Amaral, novas instâncias de sentidos são atualizadas com base em novos desdobramentos da língua no contexto atual de observação. A presença do falar caipira torna-se tão forte que é constantemente retomada em piadas, novelas e sátiras, cujo objetivo é (de)marcar expressivamente as características de um modo de falar brasileiro em virtude das condições de enunciabilidade.

Amaral, de forma pessimista, afirma que esse dialeto característico da região achava-se condenado a desaparecer em prazo mais ou menos breve. Dizia o autor que o falar caipira se achava “acantado em pequenas localidades” que ficaram à margem do progresso, existindo apenas “na boca de pessoas idosas” (1920: 1). Tal afirmação se dava em virtude dos fatores que alteraram o meio social da época, como a libertação dos escravos, o crescimento da população, a imigração e a ampliação das vias de comunicação e intensificação do comércio, os “genuínos caipiras”, “os roceiros ignorantes e atrasados” e o “caipirismo” vão perdendo espaço de influência. Notamos nas afirmações de Amaral que ele baseia-se nos dados e fatos que tinha à época de sua investigação, ou seja, as condições de produção e enunciabilidade.

Já na narrativa de Rodrigues (1974), que delimita-se a investigar o dialeto caipira apenas na região de Piracicaba, os estudos de Amaral não poderiam observar com afincos o quanto o dialeto poderia perdurar, pois o estudioso não teria demarcado sua coleta de dados a partir de uma localização precisa. Segundo Rodrigues:

Amaral não delimita a área de suas investigações. Diz apenas que ‘O falar do norte do país não é o mesmo que o do Centro ou do Sul. O de São Paulo não é igual ao de Minas. No próprio interior deste Estado se pode distinguir, sem grande esforço, zonas de diferentes matizes dialetais – o Litoral, o chamado “Norte”, o Sul, a parte confinante com o Triângulo Mineiro (AMARAL, 1920: 14-15 apud RODRIGUES, 1974: 22).

Nesse caminho, Rodrigues atesta a vitalidade do “caipirismo” que ainda perdura no Estado de São Paulo, sobretudo na região de Piracicaba, mostrando que ainda hoje, após vários anos de estudos promovidos por Amaral, continua forte a presença do dialeto caipira e que ele não se esgotou ou desapareceu, pelo contrário, continua vivo.

Em estudos posteriores, como os da Profa. Dra. Vandersi Castro (2006), o dialeto sobreviveu e em algumas regiões ainda seria forte e marcante:

A previsão do autor todavia não parece ter se concretizado e é esse justamente o nosso ponto de interesse. Cerca de 50 anos após a publicação do estudo de Amadeu Amaral, Rodrigues (1974) atesta a vitalidade do dialeto caipira na região de Piracicaba (CASTRO, 2006: 19).

Para mostrar a resistência do dialeto caipira, a pesquisadora traz a descrição fonética do “r retroflexo” como um dos traços mais marcantes do falar caipira que sobreviveu ao tempo e também influenciou várias regiões do país.

Uma das peculiaridades mais marcantes do dialeto descrito por Amaral (1920) é o “r retroflexo” ou também chamado “r caipira”, expressão tomada do próprio Amaral (CASTRO, 2006: 80).

Castro (2006) afirma que a descrição que Amaral faz do “r caipira” é minuciosa, porém pudemos constatar que ela é mais uma das inúmeras características descritas com rigor metodológico na obra de Amaral. Já a Profa. Vandersi Castro, quando compila os estudos iniciados por Amaral, tenta mostrar que hoje o dialeto permanece e uma de suas características que resistiram ao tempo e as mudanças históricas foi o /r/ retroflexo.

Essas diferentes narrativas do acontecimento emergem a partir do trabalho de Amadeu Amaral, porém elas se consolidam para além de um acontecimento linguístico, mas também como acontecimentos discursivos quando são retomadas e, muitas vezes, (re)significadas pelos *narradores-produtores*. A medida que diferentes discursos são trazidos e

(re)visitados possibilitam que novos gestos de interpretação sobre o dialeto surjam e adquiram novos efeitos de sentido. Dizendo de outro modo, Rodrigues (1974) possibilita a emergência de um discurso outro ao asseverar que Amaral não delimita o espaço observado, não tece um recorte territorial mais preciso e esse fato o impede de prever a sobrevivência do dialeto, diferentemente de Rodrigues que se detém a região de Piracicaba, demarcando o espaço de estudo na tentativa de recontar a história do dialeto na região.

Para Castro (2006), que também confirma a existência nos dias atuais do dialeto, ele teria sobrevivido em virtude de uma de suas características ser demasiadamente marcante e influente, mas que não foi perceptível para Amaral na época de suas pesquisas. Tais retomadas contribuem para que a memória de Amaral seja (re)produzida discursivamente e seu papel, num cenário tão importante e pouco estudado na década de 1920, seja reconhecido como um dos primeiros estudiosos a abordar questões de certa forma, brasileiras, tais como os diferentes dialetos regionais, sobretudo o caipira.

Considerações Finais

As reflexões analítico-discursivas trazidas para esse artigo fazem parte de nossa pesquisa de pós-doutoramento no Programa de Pós-graduação em Linguística e Filologia da Universidade de São Paulo supervisionada pelo Prof. Dr. Manoel Mourivaldo Santiago Almeida, fato que nos permite afirmar que muitos são os trabalhos já empreendidos acerca do dialeto caipira, principalmente pelas pesquisas que compõem o *Projeto História do Português Paulista* – PHPP Projeto Caipira –, portanto, a análise trazida é apenas uma parte do olhar linguístico-discursivo voltado para a obra de Amadeu Amaral (1920) e seus respectivos *narradores-produtores*.

É possível ainda empreender outros recortes por meio do levantamento de diferentes regularidades e singularidades. Nesse sentido, voltar à tais conceituações e pressupostos teóricos da obra de Amadeu

Amaral pode contribuir para que um arcabouço seja fortificado com base nas (re)leituras de sua obra primeira.

Tais (re)leituras, postas em circulação, contribuem e tornam ainda mais visíveis uma história importante do desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil numa época “marginalizada”, em que a linguística, no seu *stricto sensu*, ainda não adquiria espaço e determinação, cujo único modo era a descrição empírica dos fatos. Era necessário, pois, mostrar para toda sociedade contemporânea os caminhos que tais estudos, resquícios de uma primeira tomada científica sobre a língua, despontavam e principalmente a importância para o desenvolvimento social. Ou seja, a essência dos estudos de Amadeu Amaral é entender certas características tidas como “genuinamente” brasileiras, além de trazer certa identidade ao nosso país à respeito da língua falada.

Tudo isso constitui-se terreno fértil para estudos como de Castro (2006) e Rodrigues (1974) quando tecem uma releitura do que previa Amaral na escrita da história dos estudos da linguagem no Brasil e permitem a circulação de suas ideias, a partir de novas narrativas, proporcionam uma nova maneira de se olhar o período dialetológico, identificando-o por meio de características oriundas do povo brasileiro.

A partir de nossa pergunta de pesquisa: como *O Dialeto Caipira* tomado como um acontecimento linguístico, histórico e discursivo seria (re)construído e (res)significado em diferentes narrativas promove e emergência de diferentes efeitos de sentido? Arriscaríamos dizer que essas duas narrativas, Rodrigues (1974) e Castro (2006) confirmam a singularidade da obra de Amadeu Amaral assim como sua relevância e nos possibilitam pensar que é preciso a cada dia não tomar os estudos linguísticos como apartados de suas condições históricas e ideológicas já que são elas que poderiam nos aclarar acerca dos estereótipos e as memórias de uma língua; em outras palavras, poderíamos pensar em como certo momento foi afirmado que o dialeto iria desaparecer e, posteriormente, retomado e (re)afirmado, ainda vivo, refletindo a realidade

da língua portuguesa no Brasil. Influenciados por este pensamento tão profícuo e estimulador é que buscamos (re)montar a este importante estudioso e sua obra tecendo alguns caminhos que proporcione-nos observar um cenário linguístico talvez pouco conhecido e divulgado nas grandes mídias, mas fortemente presente e herança de todo povo brasileiro.

Referências

AMARAL, A. **O dialeto caipira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec-SCET-CEC, 1976. [1920].

CASTRO, V. **A Resistência de Traços do Dialeto Caipira**: estudo com base em Atlas Linguísticos Regionais Brasileiros. Tese apresentada ao Curso de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2006.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. 6ª ed. RJ: Forense Universitária, 2000 [1969].

RODRIGUES, A. **O dialeto caipira na região de Piracicaba**. São Paulo: Ática, 1974.

Recebido em 10/10/2016 e aceito em 06/12/2016.

GRAMÁTICAS QUINHENTISTAS E SUAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O DIACRÍTICO TIL

Marcelo MÓDOLO

Universidade de São Paulo (USP)

Helena de Oliveira Belleza NEGRO

Universidade de São Paulo (USP)

RESUMO

O presente artigo propõe a análise de um processo criminal do final do século XVII e os paralelos entre a utilização do diacrítico til e sua aplicação como sinal gráfico para representação da nasalidade. A análise paleográfica do manuscrito e um prévio estudo das gramáticas quinhentistas foram realizados, bem como o resgate da história social da época para levantarmos as hipóteses sobre sua aplicabilidade.

ABSTRACT

This article proposes the analysis of a criminal process of the end of the seventeenth century and the parallel between the use of the tilde and its application as a graphic representation to nasality. The paleographical analysis of the manuscript and a previous study of the sixteenth century grammars were held and the recovery of the social history of the age to stand up hypotheses about its applicability.

PALAVRAS-CHAVE

Filologia. Historiografia linguística. História social. Paleografia.

KEYWORDS

Philology. Linguistic historiography. Social history. Paleography.

Introdução

O presente trabalho partiu da análise de processo criminal elaborado na Vila de Santa Cruz de Ubatuba, no final do século XVII. O intuito principal é verificar a regularidade e uso dos sinais diacríticos no decorrer dos séculos, iniciando as observações a partir do processo de 1695.

A ação crime, como é denominado o processo por seu escrivão, foi lavrado na Vila de Santa Cruz de Ubatuba a pedido do juiz ordinário Miguel Pires. A abertura do processo deu-se para iniciar a investigação da morte de Amaro Pires, que ocorreu em Itagoa, distrito da Vila de Ubatuba.

Nossa proposta é apresentar uma das etapas dessa análise, voltada para o uso do diacrítico til nesse documento. Buscaremos nas gramáticas e ortografias do século XVI, os usos e propostas para emprego dos diacríticos, apoiando-nos no contexto histórico-social em que os autores estavam inseridos para estabelecer a relação entre a obra e os manuscritos escolhidos. Para tanto, verificaremos Fernão de Oliveira e a *Grammatica da Lingoa Portuguesa*, de 1536, João de Barros e a *Grammatica da Língua Portuguesa*, de 1540, Pero de Magalhaes e Gandavo, e as *Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da língua portuguesa, com hum Diálogo que a diante se segue em defensam da mesma língua*, de 1574 e Duarte Nunes do Leão e a *Orthographia da Língua Portuguesa*, de 1576, mas antes de qualquer correlação entre os manuscritos e os autores é imprescindível relacioná-los no tempo e na história. A escolha destes autores deve-se à relevância de suas obras. No período em que foram concebidas mudanças político-religiosas e a busca de uma identidade nacional passou a ser um dos principais pontos abordados na literatura do XVI. Espanha, no final do século XV, já possuía uma obra de referência e a *Grammatica sobre la lengua*, de Nebrija, trazia a importância da língua para a nação e sua relação com o império e as conquistas. Isso se deve ao sucesso nas investidas ultramarinas e segundo MENDES (2001)

ao proclamar a gramática como chave para a reforma cultural e moral do homem, através dele, de toda uma sociedade [...]o programa de Nebrija rompia com o classicismo medievalizado e incorporava no clássico o ideário do humanismo

A influência da corte e da língua espanhola era perceptível nas obras portuguesas do início do século XVI, como o Monólogo do Vaqueiro e o Cancioneiro Geral, que traziam as línguas espanhola e portuguesa em suas composições (CURTO, 2001).

Diante disso e da necessidade de busca por uma unidade nacional, as obras passaram a apresentar a importância da língua portuguesa, não desconsiderando a língua latina, mas a colocando em segundo plano, caminhando ainda em paralelo com o português. O principal intuito era estabelecer o português como uma língua padrão, validando assim os preceitos humanistas renascentistas que surgiam em Portugal. O enaltecimento do idioma e seu posicionamento como língua nacional confirmariam a posição da metrópole nas terras conquistadas. Essa preocupação foi apresentada por João de Barros, no *Dialogo em lovor da nossa linguagem*, ao referenciar os métodos de ensino das primeiras letras e o modo como era realizada a aprendizagem na época, pois uma pequena parte da população tinha conhecimento da escrita e as primeiras letras eram ensinadas por Cartilhas ou Ortografias.

Mas o pensamento crítico humanista se chocaria com os interesses da Igreja Católica, quando D. João III passa a investir na cultura e na educação em Portugal, com intuito de trazer à nação mestres de outros países, diante da ausência de profissionais na Coroa Portuguesa. O marco dessa modernização foi a criação do Colégio das Artes, inaugurado em 1548, formado por pensadores, filósofos e mestres com formação erasmiana, motivo esse suficiente para as perseguições da Igreja Católica, que já havia instituído o Tribunal do Santo Ofício em 1534.

A prisão de diversos professores pela Inquisição, sob acusação de práticas heréticas, foi crucial para o fechamento da instituição e a mudança de sua direção, que passou às mãos da Companhia de Jesus. Assim foram eliminadas as intenções de um ensino inovador e a censura contava com o apoio do Rei, representado pelo Desembargador do Paço e pelo bispo diocesano.

No entanto, foi com o “humanismo dos descobrimentos” que Portugal apresentou-se para a Europa. Obras como *Décadas da Ásia* (1552), de João de Barros, e *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* (1551), de Fernão Lopes de Castanheda foram importantes marcos para referenciar a expansão portuguesa, reafirmando um marco de poderio na aquisição de novas terras e a expansão de seu idioma em outros pontos do globo.

1. O manuscrito e a análise paleográfica

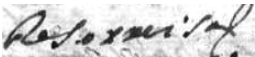
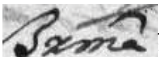
A análise paleográfica será fundamental na análise dos usos dos diacríticos e na distinção de sua aplicação. Ao longo do documento identificamos similaridades entre os sinais gráficos empregados e a análise dos traçados auxiliou na interpretação das características caligráficas que pudessem nortear a pesquisa.

O processo crime apresenta um único punho nas quatorze páginas que o compõem, mantendo as características na forma de acentuar em toda a sua extensão.

Optamos pela transcrição semidiplomática ou diplomático-interpretativa (não faremos o detalhamento das normas, dada a falta de espaço), mantendo as características originais do manuscrito, apesar das pequenas modificações como o desenvolvimento das abreviaturas, obedecendo às características de escrita presente no manuscrito.

Manoel Pires de Vargas foi o tabelião responsável pela escrita do auto, chegamos a essa conclusão devido à aparição de seu nome ao fim de todos os testemunhos relatados.

Encontramos diversas escritas para representar o til como marca de nasalidade. Apresentaremos inicialmente as recorrências comuns para assim detalharmos as análises realizadas, chegando a algumas hipóteses, que serão apresentadas na conclusão.

Nesse fac-símile encontramos o diacrítico til representando a nasalidade e dentre elas citamos a aposição do sinal gráfico apostro sobre a segunda vogal do ditongo nasal, como em <naõ> , <escrivaõ> , <Resorreisaõ> , no entanto em <Irmã> , hũ>  o til não apresenta as mesmas características.

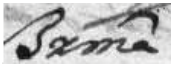
Em análise preliminar, supomos que o diacrítico empregado nestas palavras fosse o circunflexo, mas após analisar o traçado do escriba e as ocorrências em vocábulos similares como <huá> , por exemplo, concluímos que a marcação aposta sobre as vogais remete ao til. A verificação do traçado e as características dos prolongamentos ao final das palavras e na junção entre elas auxiliaram-nos nessa identificação.

Ao compararmos o traçado do diacrítico em <hũ>  e em <huã> , situações em que o sinal suprime o uso da consoante nasal <m> ao fim da palavra e em posição intervocálica, identificamos uma similaridade no feitio do sinal gráfico, ou seja, se a nasal é comum nos vocábulos huã, hũ e o diacrítico utilizado possui a mesma função. A semelhança com o diacrítico apresentado em <irmã> deve-se ao modo

como é realizado e a feitura do til quando em palavra finalizada em <a>.

No quadro 1 ilustra identificar esses traçados.

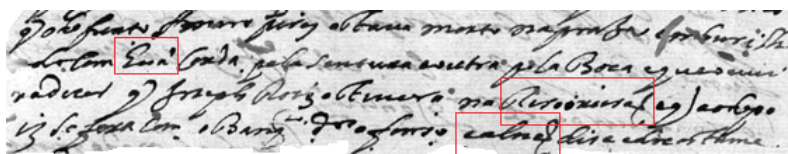
QUADRO 1: comparação entre as incidências do til.

Localização	1695, 2r, linha 21	1695, 4v, linha 07	1695, 5v, linha 09
Vocabulo	 <irmã>	 <hũ>	 <huã>

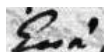
O quadro apresenta o prolongamento do diacrítico sobre a última vogal, que, ao que se apresenta, ocorre somente, quando da existência de um sinal gráfico na última sílaba. Além destas ocorrências, o manuscrito apresentou situações em que a indicação da nasalidade foi representada por sinal gráfico semelhante ao agudo. O trecho ilustrado da figura 2 apresenta duas ocorrências do diacrítico com função nasal, apresentado traçados distintos: <huá>, <naõ> e <Resorreição>.

<Huá> apresenta uma risca, que se assemelha a um agudo sobre a última vogal do ditongo, mas, ao contrário de <naõ> e <Resorreição>, a cauda da vogal não se prolonga sobre a última vogal para realização do sinal gráfico.

FIGURA 1: Fólio 7v, linhas 25 a 30

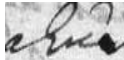
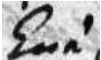


que o defunto Amaro Pires estava morto napraIa embrulha
docom huá corda pela sintura eoutra pela Boca equeuo uvi
radizer que Jozeph Roiz estava na Resorreisaõ oque aodepo
iz se fora com o **Banquetedos Ofertorio** calnaõ dise odecostume

Como inferimos que os diacríticos apostos sobre o <a> em  e  são o agudo e nem o circunflexo, respectivamente? Devido à característica do diacrítico empregado sobre a vogal <a> e a função que o sinal exercia no vocábulo. Em <huá>  e <huã>  verificamos que ambos sinais gráficos possuem a mesma função, pois agem como marca de nasalidade e suprimem a consoante nasal intervocálica. Os diferentes formatos para <huá> remetem à existência de alografias para o til, cuja exemplificação é apresentada no Quadro 2.

Embora o punho seja único, percebemos a mudança de traçado na realização do diacrítico que, inicialmente, apresenta-se como uma risca curva sobre o <a> e posteriormente um traçado reto.

QUADRO 2: huá e o diacrítico

Localização	1695, 1v, l. 22	1695, 2r, l. 21	1695, 5v, l. 09	1695, 7v, l. 26
Vocábulo				

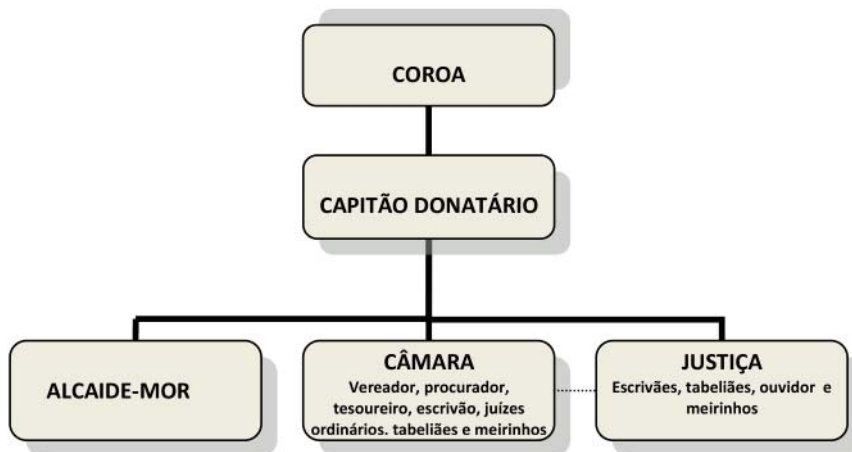
2. Os processos criminais e as características da escrita

Da estrutura documental às motivações da escrita há uma série de questões intrínsecas aos conteúdos documentais, que permeiam as entrelinhas dos testemunhos e dos prólogos processuais, suprimidos das análises iniciais por questões metodológicas.

Todos os documentos trazem-nos os reflexos da organização judiciária e das mudanças que permeavam a administração colonial no decorrer dos séculos, pautadas na estrutura judicial e do que vigorava no

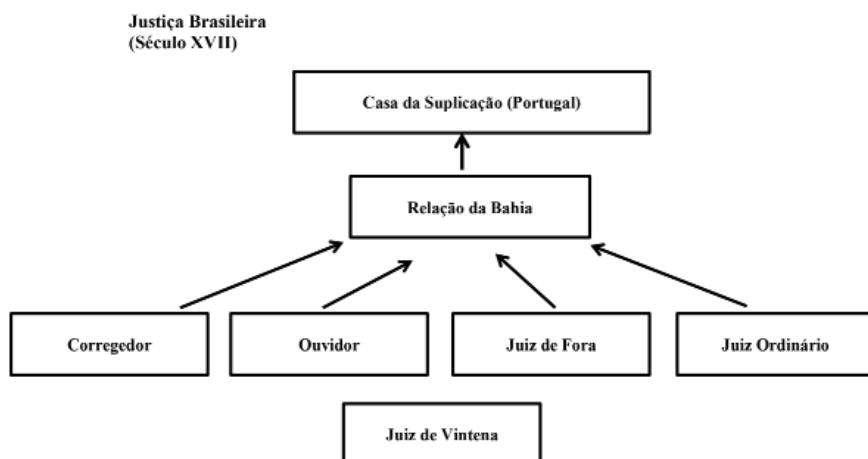
Brasil a partir do século XVII, período em que o primeiro documento analisado está inserido.

FIGURA 2: Organograma adaptado de Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial. Formação de 1530 a 1640



Mas foi a partir de 1690 que os juizes ordinários passaram a ser nomeados pelo rei. Antes desse período a administração judicial da colônia contava com uma organização enxuta e subdividida entre órgãos subordinados ao governo geral, representado no organograma da Figura 3. As características e detalhamento da hierarquia jurídica poderão ser consultados em SALGADO (1985: 75). Com o intuito de centralizar e minimizar o poder dado aos ouvidores, a Coroa cria o Tribunal de Relação no Brasil, inicialmente, dando origem ao Tribunal de Relação da Bahia e posteriormente à Relação do Rio de Janeiro. No organograma seguinte vê-se a subordinação do Ouvidor em relação ao Tribunal da Bahia e a figura do Juiz e Vintena e do Juiz de Fora, que não foram citadas na Figura 3.

FIGURA 3: Quadro da Revista Jurídica Virtual. Organograma simplificado da justiça brasileira a partir de 1644



Diversos funcionários auxiliavam nas funções destes profissionais e a escrita das devassas era parte desse processo. Os responsáveis pela transcrição dos testemunhos eram escrivães, tabeliães e meirinhos que, embora não constem no organograma da estrutura judicial no século XVII, são parte importante da disseminação da estruturação documental.

Apesar do índice de alfabetização e letramento dos funcionários que compunham esse quadro não ser o mesmo dos que prestavam serviços em Portugal, devido às dificuldades da vida oferecida na colônia, manter o mesmo nível funcional no Brasil exigia muita procura. Schwartz (2011: 77) aborda essa questão ao afirmar que

(...) os melhores tabeliães estavam na corte em Lisboa e os piores rabiscavam um português de semianalfabeto nas pobres cidades coloniais. Geralmente, os letrados recusavam-se a servir como tabeliães, de modo que esses empregos eram dados a homens de instrução não mais que rudimentar.

A menção realizada pelo autor faz-nos refletir sobre a feitura dos documentos. A ausência de formação na área jurídica classifica esses profissionais como não legistas ou não letrados, o que não os colocam como desconhecedores da escrita, mas sim como desconhecedores das normativas jurídicas. Isso permitia que reproduzissem as fórmulas adotadas na época para a construção dos depoimentos, bem como permitia que transcrevessem, ao seu modo, as informações fornecidas pelos arrolados.

Serrão (2000: 710) delimita a fronteira entre legistas e letrados ao referenciar a importância que acadêmicos tiveram nas decisões relacionadas ao reino de Portugal, desde o século XIV.

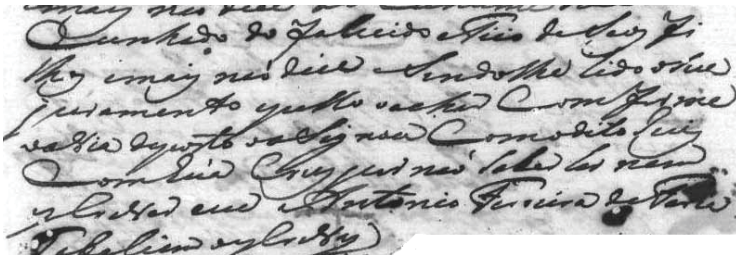
E, com a subida ao trono de D. João I (1385-1433), nada menos de sete legistas estavam ao serviço da coroa, abandonado já o velho título de mestre e adoptados os qualificativos, também académicos, de doutor, licenciado ou bacharel (...).

De uma maneira geral, as funções atribuídas à administração judicial e identificadas no conteúdo dos documentos respeitavam aos preceitos das Ordenações Filipinas, série de legislações vigentes e que regulamentava o sistema jurídico português implantado na colônia a partir do século XVI.

Em nosso artigo, especificamente, o processo criminal analisado em toda sua escrita foi realizado por Manoel Cardoso de Vargas, que apresenta um traçado firme e definido, não se assemelhando à escrita de um inábil. Marquilhas (2003: 297) afirma que um punho inábil apresenta ausência de *cursus*, uso de módulo grande, traçado inseguro, aparência desenquadrada das letras, irregularidade da paginação, falta de leveza do conjunto e letras monolíticas.

Identificamos que parte das testemunhas não sabia ler e nem escrever e sua assinatura era aposta nos depoimentos em formato de cruz. Apresentamos partes do processo criminal que apresentam estes dizeres. São encontrados em quase todos os documentos analisados.

FIGURA 4: Trecho do auto de devassa de 1695



Cunhado do falecido e Tio deseos fi
lhos e mais não dice e Sendolhe lido o seu
Juramento epello o achar conforme
Avia deposto oa Signou comodito Juís
Comhuá Crus por não Saber ler nem
escrever eu Antonio Ferreira de Faria
Tabelliam oescrevy

Os parâmetros utilizados nos autos de devassas seguem os preceitos das Ordenações Filipinas, que traziam diversos procedimentos para a tomada de depoimentos, dentre eles, um referente à assinatura dos depoimentos no livro I, título 79, Do Tabellião Judicial, menciona o seguinte:

E todos os Tabelliães e Scrivães, quando tirarem inquirições judiciais, sempre perguntem as testemunhas no começo de seus ditos e testemunhos pelo costume e idade (4). E nas devassas geraes e speciaes perguntem pelo costume no fim de cada testemunho, sob pena de perderem os Offícios, nunca os mais haverem.

A partir desse procedimento foi possível captarmos muitas informações sobre os aspectos sociais e econômicos dos depoentes. O livro traz também no título 86, “dos Enqueredores”, os meios como devem ser realizadas as inquirições, mencionando a necessidade de habilidade e conhecimento que os profissionais deveriam possuir para realizar o ofício. Afirma o seguinte:

Os Enqueredores devem ser bem entendido e diligentes em seus Officios, em modo que saibam perguntar e inquiri as testemunhas por aquillo, para que forem oferecidas. E antes que a testemunha seja perguntada, lhe será dado juramento dos Santos Evangelhos (4), em que porá a mão, que bem e verdadeiramente diga a verdade do que souber, acerca do que for perguntado. O qual juramento lhe será dado perante a parte, contra quem he chamada, se ella a quizer ver jurar, do qual juramento o Tabelliao, ou Scrivao dará sua fé no dito da testemunha que screver. E depois que assi jurar, dará seu testemunho secretamente, sem nenhuma das artes delle ser sabedor, até as inquirições serem aberta e publicadas.

Embora citeamos as atribuições do *Enqueredor*, ela foi extinta no Código do Processo Criminal do Império, em 20 de novembro de 1832 e pelo artigo 25 das Disposições Provisórias, também inserido no código de processo criminal, que no Capítulo IV, “Das Provas”, menciona novos dados referentes ao juramento, diferentes dos abordados nas Ordenações e que serão encontrados nos documentos do século XX, apenas. Dentre eles estão o juramento das testemunhas e a forma com que se capta o testemunho:

Art. 86. As testemunhas devem ser juramentadas conforme a Religião de cada uma, excepto se forem de tal seita, que prohiba o juramento. Devem declarar seus nomes, pronomes, idades, profissões, estado, domicilio, ou residencia; se são parentes, em que gráo; amigos, inimigos, ou dependentes de alguma das partes; bem como o mais, que lhe fôr perguntado sobre o objecto.

Art. 87. A declaração das testemunhas deve ser escripta pelo Escrivão: o Juiz a assignará com a testemunha, que a tiver feito. Perante o Jury se guardará o que está disposto nos arts. 266, e 268. Se a testemunha não souber escrever, nomeará uma pessoa, que assigne por ella, sendo antes lida a declaração na presença de ambas.

Art. 90. Se o delinquente fôr julgado em um lugar, e tiver em outro alguma testemunha, que não possa comparecer, poderá pedir que seja inquirida desse lugar, citada a parte contraria, ou o Promotor, para assistir á inquirição.

Aos analisarmos os documentos identificamos que o escrivão sempre assina ao final, assim como citam as Ordenações Filipinas. Então, diante disso, os documentos básicos que direcionavam ao formato de escrita dos processos preveem que a escrita seja realizada pelo escrivão. As Ordenações trazem ainda a metodologia para captação dos testemunhos em seu Livro I. Título 86, em que se subtende que o escrivão transcrevia o ditado realizado pela testemunha, como apresenta o trecho a seguir:

E se disserem que o sabem de ouvida, perguntem-lhes a quem ou ouviram. E, e que tempo e lugar. E todo o que disserem, façam screver, fazendo-lhes todas as outras perguntas, que lhes parecerem necessárias, per

que melhor e mais claramente se possa saber a verdade. E atentem bem com que aspecto e constância falam, e se variam, ou vacilam, ou mudam a côr, ou se torvam na falla, em maneira, que lhes pareça, que são falsas, ou suspeitas. E quando assi o vire, ou sentirem, devem-no notificar ao Julgador do feito, se for no lugar onde se tirar a inquirição [...]

As Ordenações trazem os reflexos dos relatos oficiais nos autos de devassa. Em todo o *corpus* os trechos repetem-se com os dizeres das testemunhas em expressões como “e mais não sabia e nem ouvira dizer” e nos mostram um dado importante para a pesquisa linguística no que tange à captação do relato das testemunhas. Ao analisarmos o uso dos acentos nos processos criminais teremos que considerar as influências do escriba, além da influência do relato em si, ou seja, da forma como a testemunha apresentou seu depoimento e como o escrivão/ tabelião transcreveu o relato.

3. As obras do século XVI e sua relação com a escrita documental

Iniciaremos por Fernão de Oliveira, pois foi o autor da primeira gramática portuguesa. Iluminista e estudioso foi preso pelo Santo Ofício em Portugal e detido por três anos, foi libertado graças à intervenção do Cardeal Dom Henrique.

Historiador, cartógrafo, gramático e construtor naval, Fernão de Oliveira transmitiu em suas obras o seu pensamento crítico. Apresentada pelo autor como “uma primeira anotação”, sua gramática não mostrava uma sistematização, fugindo ao esquema da gramática latina, pois conforme Buescu (1984: 11)

os gramáticos do Renascimento subordinaram os esquemas de suas obras aos esquemas das gramáticas latinas, que consistia em partes específicas, dentre elas, a fonética, morfologia, sintaxe e ortografia.

Sua formação religiosa esteve presente em seus escritos e no legado deixado na *Grammatica da lingoa*. Também escreveu outras obras, dentre elas, *Arte da guerra e do mar* (1554), *Livro da fábrica das naus* (1898) e a *Arte da Navegação* e a *História de Portugal*. É perceptível essa influência ao relacionar muitas características da escrita da língua ao latim e remeter a este idioma a defesa pelo uso de algumas formas.

Importante ícone para o humanismo português, embora reconhecido posteriormente, Oliveira representa e apresenta o humanismo em trechos de sua obra, remetendo, inclusive, aos movimentos expansionistas e à questão da língua, como afirma nessa passagem na *Grammatica* (1536):

E desta feyção nos obrigarão a que ainda agora trabalhemos em aprender e apurar oseu esquecendo nos do nosso não façamos assy mastornemos sobre nos agora que he tempo e somos senhores porque millhor he que ensinemos a Guine a que sejamos ensinados de Roma: ainda que ella agora teuera toda sua valia e preço. E não desconhecemos da nossa língua porque s homens fazem alingua/ e não a lingoa os homens.

No final do “Quinto Capitulo”, o autor apresenta a divisão de sua gramática, anunciando a sua finalidade

tomemos o falar dos nossos homens e da hi juntaremos preçeitos pera aprenderem os q vierem e tambem os ausentes. A primeyra partição que fazemos em qualquer língua e sua grãmatica seja esta em estas tres partes. Letras,

Sylabas e vozes: que tembẽ há na nossa de Portugal com suas considerações cõformes a propria melodia.

E a partir do “capitolo seysto” inicia-se o assunto que nos aprofundaremos, pois tratará das letras e das vozes. Nesse capítulo o autor novamente faz menção às diferenças existentes entre o latim e o português, ao descrever as nomenclaturas dadas às letras: “as figuras destas letras chamão os Gregos caracteres: e os latinos notas: e nos lhe podemos chamar sinaes”. Dessa forma, reafirma que o português é um idioma diferente do latim, remetendo à unidade da língua portuguesa, como língua nacional, apesar dos diversos traços que traz da herança latina, como o uso das consoantes nasais <m> e <n> em final de palavra e a esse assunto faz menção no “capitolo nono”, argumentando que estas letras não são semivogais, pois não há possibilidade de “fenecer em ella as nossas vozes”. Defende o uso do til quando da necessidade de emprego destas consoantes no final de palavra e dá uma pista importante sobre o uso das nasais: “he. m. nem. n. como nos escreuemos ora hũa dellas: ora outra imitando os latinos” (p.08), ou seja, o til não era um diacrítico utilizado pelos latinos como sinal abreviativo, mas sim na língua portuguesa.

Esse será o ponto principal para a análise aqui proposta, pois o autor defende o uso do diacrítico e, inclusive, aplica-o nas nasais em sua *Grammatica*. Isso é identificado na grafia de homens, cõformes e hũa.

No *corpus* identificamos que a incidência de terminações nasais com o uso do diacrítico <aõ> ou <ão> representam a totalidade das ocorrências, em detrimento da terminação <am>, que remete à tradição latina e terminação latina.

A segunda gramática publicada no século XVI é a de João de Barros, autor da *Grammatica da Língua Portuguesa* (1540), é reconhecido como historiador e ensaísta. Nasceu em Viseu, por volta do ano de 1496. Exerceu cargo de tesoureiro da Casa da Índia, Mina e Ceuta, atividade

que o influenciou nas atividades de historiador. Ocupou durante toda a vida altos cargos na Coroa e morreu em 1570.

Além da *Grammatica*, Barros também foi autor das seguintes obras: *Crónica do Imperador Clarimundo* (1522), *Rhopicapneuma* (1532), *O Panegírico de D.João III* (1533), *Diálogo da Viçiosa Vergonha* (1540), *Grammatices Rudimenta* (1540), *Diálogo sobre Preceitos Morais* (1540), *Diálogo Evangélico sobre os artigos da fé* (1543), *Panegírico à muy alta, e esclarecida Princeza Infanta D. Maria nossa senhora* (1545), *Libro das antiguidades e cousas notaveis de antre Douro e Minho, e de outas muitas de España e Portugal* (1549) e *Da Ásia, dos feitos que os portugueses fizeram no descubrimento, e conquista dos mares, e terras do Oriente* (1777).

Contando com estudos dedicados à sua obra, Barros representou o humanismo pelas produções histórico-pedagógicas, pois como afirma Buescu (1984: 32)

para além e acima de historiador, do filósofo, do pensador, do crítico da sociedade e do homem do Paço, estão o sopro renascentista que condicionou a Gramática no seu conjunto pedagógico-didático e fez do seu autor um dos mais relevantes espíritos do Humanismo português.

João de Barros representou o movimento humanista em sua obra ao atrelar o uso do latim clássico ao português, sugerindo ao paralelo histórico entre ambas. No *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, o autor enaltece o português, referenciando as conquistas do além mar no diálogo entre pai e filho, além de mencionar a língua latina “q durará eternálmẽte”.

Quanto ao uso do til, em detrimento das consoantes nasais <m> e <n>, determina algumas condições, dentre elas, a ausência destas consoantes em final de sílaba, utilizando o diacrítico em seu lugar. Ao mencionar o uso do <m> em final de sílaba, afirma que

M. tem menos trabalho que as outras leteras, por que todalas syllabas cuia letera elle ẽ final, sêrue em seu lugar til, a que podemos chamar soprimẽto delle e do, n, como nestas dições, mandár, razám, E da maneira que fica liquido quando leuamos ao plurár as dições que acabã nelle, nas formações do nome ô uimos. E em algũas dições onde elle ẽ final, e que diante sy tem letera uogál, nũca ô poremos, senam til, por nam fazer a parte amfibológica, como, cõ estas, e nam, com estas, ca parece que diz comestas. Em algũas dições se quẽr dobrádo: como, grammática, immortal: por que tẽm esta natureza, ante de sy nam consente, n, como p, e, b. [...] (BARROS, 1540: 42)

Suas orientações quanto ao uso do diacrítico compõem a quinta regra de sua gramática, como segue:

Quinta regra, todo nome que no singular acaba em algũa destas, am, em, im, om um, no plurár (como vimos nas formações delles) em lugar, de, m, se porá tíl: o qual liquesçena prolaçam do nome: como nestas dições. Pães, homẽes, ceit iis, bõos, atũus. (BARROS, 1540: 42)

Dessa forma reforça as orientações já transmitidas por Oliveira, em 1536.

Pêro de Magalhães e Gandavo, autor da terceira gramática analisada, nasceu em Braga e exerceu a função de copista da Torre do Tombo e ensinou latim e português, em Entre Douro e Minho. Esteve por duas vezes no Brasil, o que foi retratado em sua obra *História da Província Sãcta Cruz à que vulgarmete chamamos Brasil*, de 1576. Além deste livro, Gândavo

é autor de *Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da língua Portuguesa, com hum Dialogo que adiante se segue em defesam da mesma língua*, que será nosso foco de análise.

Inicia sua obra esclarecendo que as regras são destinadas “senão pera os que não são latinos. E por esta razão quis nelas vsar de algũs exẽplos, pera que assi ficassem mais claras [...]” (GANDAVO, 1574: 34). A sua intenção, expressa nas primeiras páginas de suas Regras, era fazer com que o povo português escrevesse da forma como a língua de apresentava, ou seja, conforme sua pronúncia.

No capítulo “Dos accentos qve se hão de vsar em algũas letras, ou vocabulos que teuerem duvidosa a significação”, o ortógrafo exemplifica as finalidades para o emprego dos diacríticos como, por exemplo, a distinção dos tempos verbais, pois “há muitos verbos que não se sabe se falão dotempo passado, se o por vir”. Resolve a questão com a utilização do diacrítico na penúltima sílaba, para os casos em que o tempo verbal estiver no passado. Para os verbos no futuro, o diacrítico deverá ser apostrofo na última sílaba. Esse princípio de sistematização da utilização dos diacríticos é identificado inicialmente na obra de Gandavo, pois Oliveira e Barros não fazem menção a esses usos fora do campo fonológico.

E quando falarem do futuro que fezerem o acento na vltima, se escreuerão com ão, aßi como, alcançarão, louuarão, &c. Ou também se podem escrever com m, que falem do passado quer do por vir, distinguindo esta duuida com os mesmos accentos da maneira que acima digo. (1574: 35)

Conclui, afirmando que:

Alem destes há outros muitos vocábulos, em que he necessário vsarse deste & doutros accentos, pera que

melhor se saibão pronunciar, & entender a significação deles. (1574: 35)

Ainda que não faça referência ao diacrítico, deixa-o implícito ao mencionar o ditongo nasal *ão*, dando exemplos de verbos no tempo futuro. Com isso apresenta quando e como empregar o til em detrimento o <m>, confirmando a necessidade do uso de diacríticos para auxiliar a pronúncia. Embora não se aprofunde no tema, apresenta o uso dos diacríticos como parte da ortografia portuguesa, para os portugueses, pois a finalidade de sua obra é “não serem necessários senão a estes que escassamente sabem que cousa he nome, & que cousa he verbo”.

O documento de 1695 analisado não traça essa relação de temporalidade no uso do til, pois verbos empregados no passado ou no futuro possuem a mesma terminação. A inexistência da terminação <am> em vocábulos com final nasal ratifica a busca por uma singularidade no idioma, em detrimento de usos que pudessem representar empréstimo castelhano, além da obediência a um padrão, pois mesmo palavras que teriam a consoante intervocálica, receberam o diacrítico, como <hũa> e <hũ>. Ocorrências como <foraõ> e <matarãõ> foram localizadas nos relatos das testemunhas que apresentaram depoimento e representaram o tempo na terceira pessoal do plural do pretérito perfeito.

A última obra analisada foi a de Duarte Nunes do Leão, que nasceu em 1530 em Évora, filho de hebreus, formou-se na Universidade de Coimbra e atuou como procurador e desembargador na Casa da Suplicação, falecendo no ano de 1608.

Escreveu Repertorio dos cinco liuros das Ordenações (1560), *Artigos das sizas* (1566), *Leis extrauagantes* (1569), *Annotações sobre as Ordenações dos cinco liuros* (1569), *Genealogia verdadera de los reyes de Portugal: con sus elogios y summario desus vidas* (1569), *Regimento dos Officios Mecanicos* (1573), *Orthographia da lingoa portuguesa* (1576), *Determinações que se tomaram per Mandado d'El-Rei Nosso Senhor sobre as duvidas que avia entre os prelados*

e justiças eclesiásticas e seculares (1578), *Ordenaçam da Nova Ordem* (1578), *Censurae in Libellum de Regum ortogalieae origine* (1585), *De vera regum portugaliae Genealogia Liber* (1585), *Genealogia verdadeira de los reyes de Portugal* (1590), *Primeira parte das chronicas dos reis de Portugal* (1606), *Origem da lingua portvguesa* (1606), *Descripção do reino de Portugal* (1610), *Chronicas d'El-Rei D. João de Gloriosa Memória* (1643).

A partir das abordagens da *Orthographia da lingua portuguesa* que faremos paralelos com as outras obras analisadas. Leão, conforme Buescu (1984), apresenta a sua *Orthographia* nas seguintes partes: regras particulares para cada letra, estudo de algumas modificações, dos ditongos, regras gerais da ortografia, os artigos, os acentos e o seu uso como sinal do tom, lista de correções e tratado dos pontos.

Duarte Nunes do Leão remete ao til como forma de abreviação, afirmando que o “Til não he letra, mas hũa linha & abbreviatura, que se põe sobre as dições, com que suprimos muitas letras”. (1576, pp. 24). O autor também defende o uso do diacrítico como meio de supressão dos grafemas <m> e <n>, embora mencione que o sinal pudesse suprimir muitas letras.

Para o ortógrafo, <m> é “letra semivogal, cuja propriedade he não ir ante outra algũa cõsoante. Porq sempre vsamos do.n. ainda q pareça q vai teer ao soido do .m; polo q não diremos, Amtonio, nẽ emtemdimento, senão, Antonio, entendimento.” (1576).

Conclusões

Dentro do século XVI, os gramáticos apresentam distintas perspectivas acerca do emprego dos diacríticos.

As obras de Fernão de Oliveira e João de Barros assemelham-se na forma e na abordagem, principalmente no que tange à fonologia, pois enquanto Oliveira fez uso dos grafemas gregos e remete ao “tom da dição” não fazendo referência ao sinal gráfico. Barros adaptou-

os, aplicando os diacríticos sobre as vogais, modelo não seguido por seus sucessores. Gandavo e Leão, que usaram igualmente a mesma classificação de vogais, não enfatizaram o caráter fonético, reduzindo a representação das vogais, conseqüentemente, embora essa temática não tenha sido o centro de nossa abordagem, julgamos importante sua apresentação.

A primeira menção aos diacríticos como forma de diferenciação na escrita partiu de Gandavo, que, embora não os nomeie apresenta-os sobre o grafema <a>. Leão, assim como Gandavo, procura sistematizar o uso, apresentando as formas de uso, por regras e especificações pré-determinadas.

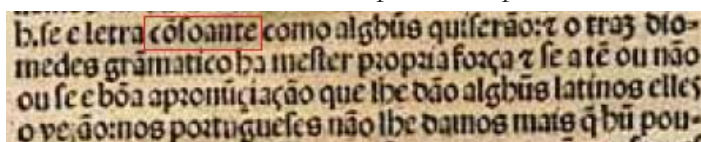
O til, diferente dos outros diacríticos, faz-se presente desde os escritos da primeira gramática portuguesa. Apresentado por Oliveira como um sinal de abreviatura e classificado como uma letra, o til tinha como função principal a supressão dos grafemas <m> e <n>. Até então, o uso destes dos grafemas para expressar nasalidade, era uma herança da escrita latina, em muito buscada no classicismo, período em que a sociedade passa a enaltecer a literatura greco-romana e o racionalismo.

É comum encontrarmos o emprego desse diacrítico em meio e final de palavra, mas é a partir da obra de Gandavo que o til é colocado como sinal abreviativo e diferenciador morfológico, ao ser utilizado para representar os tempos verbais no futuro, enquanto o <m> deveria ser empregado para os tempos verbais do tempo pretérito. Podemos, ainda, remeter esse processo ao início de regularização ou da tentativa de “uniformização” da escrita, movida por Gandavo ao contexto sócio-histórico, pois foi nessa época que Portugal passou ao julgo do reino de Castela e a busca pela identidade nacional voltou-se para a necessidade de identificar diferenças com o espanhol e para além da tentativa de estabelecer verossimilhança com o latim, o uso do til seria um aliado a essa mudança, tendo em vista que o emprego dos grafemas <m> e <n> eram marcas presentes nesse idioma.

Além disso, a ruptura com os formatos latinos de escrita seria uma forma de reposicionamento de Portugal e uma quebra com a tradição latina. Os “Diálogos” apresentados na obra de Barros (*Dialogo em lovor da nossa Lingragem*) e de Gandavo (*Dialogo em defesa da língua Portuguesa*) trazem à tona a necessidade de evidenciar e defender a língua portuguesa como importante ponto de coesão e identidade nacional.

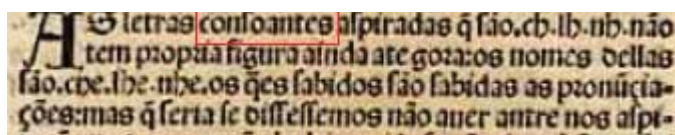
Ainda que os autores apresentem diretrizes sobre determinadas formas de escrita é notória a substituição existente na época. Ao analisar a impressão, encontrarmos grafias diferentes para um mesmo vocábulo, contrariando, inclusive, as orientações quanto à forma como a ortografia devia ser realizada. Exemplos disso podem ser encontrados em Barros e Oliveira, como apresentam os trechos abaixo:

FIGURA 1: Fernão de Oliveira; capítulo 14; p. 12; linha 15.



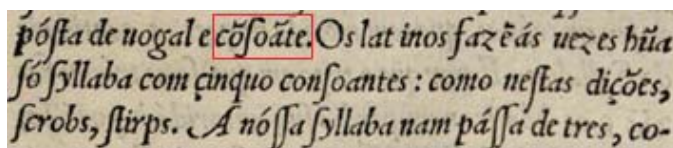
h. se e letra côsoante como alghūs quiserão: e o traz diomedes grãmatico há mester própria força e até ou não ou se e boa apronũciação que lhe dão alghūs latinos elles o verão: nos portugueses não lhe damos mais q̃ hũ pou-

FIGURA 2: Fernão de Oliveira; capítulo 16; p. 14; linha 06.



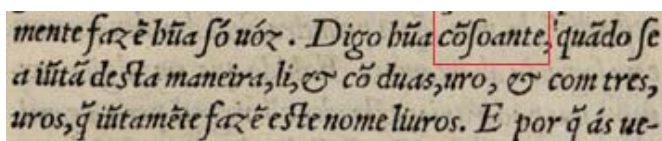
As letras consoantes aspiradas q̃ são, ch, lh, nh. não tem própria figura ainda ate gora: os nomes delas são. Che, lhe, nhe, os q̃es sabidps são sabidas as pronũciações: mas q̃ seria se dissêssemos não auer antre nos aspi-

FIGURA 3: João de Barros, da syllaba, p. 4, linha 7



Pósta de uogal e cõsoãte. Os latinos fezẽ ás vezes hũa
 Só syllaba com çinquo consoantes: como nestas dições,
 Scrobs, stirps. A nõssa syllaba nam pássa de tres, co-

FIGURA 4: João de Barros, da syllaba, p. 4, linha 2



mente fazẽ hũa só uóz. Digo hũa cõsoante, quãdo se
 a iũtã desta maneira, li, & cõ duas, uro, & com tres,
 uros, q̃ iũtamẽte fazẽ este nome liuros. E por q̃ ás ue-

A mesma pluralidade ortográfica foi percebida na escrita dos documentos oficiais também, pois sob a feitura de um mesmo punho foram encontradas diversas formas de representar a nasalidade na escrita e, além de <hũa>, também foi representada por <huma>, além das diversas formas de representação do diacrítico com função de nasal, ora semelhante a um agudo, ora semelhante ao circunflexo, apresentando a diversidade na apresentação do diacrítico til. Mas é notório que as anotações de Fernão de Oliveira são representadas na obra de Barros, principalmente, no que tange à abordagem fonético-fonológica. Silveira Bueno (1955) afirma que a obra do historiador foi um plágio à gramática de Oliveira, tendo em vista que o segundo havia sido professor dos filhos do primeiro e, além disso, a abordagem de Oliveira sobre a ortografia é semelhante à abordagem de Barros. As obras de Gandavo e Leão já dimensionam capítulos específicos, que explicitam o uso dos diacríticos, diferentemente dos antecessores.

Mas, para além de um comparativo entre as formas utilizadas, se verificarmos os aspectos etimológicos dos vocábulos analisados, podemos fazer algumas considerações a saber:

1. Naõ < non (XV) < nō < **non** (latim)
2. Escrivão < escriuam < escriuã (XIII) < **scribanis** (latim)
3. Resorreisaõ<rresureyçõ(XIV)<resurreioçom< **resurrectionis** (latim)

O uso da forma final <aõ> ou <ão> nas palavras que possuem origem latina em terminação <onis> e <anis> já foi amplamente debatida. Mattos e Silva (2006, p. 73) afirma que

a norma que se estabelece no século XVI avalia negativamente <om/õ> e prestigia a variante <am/ão> [...]. É esta a realização de prestígio até hoje, enquanto ainda hoje a realização <om/õ> é marcada como popular, arcaizante e regional. Essa avaliação sociolinguística e provavelmente o fator fonético favorecedor ao ditongo e não à vogal nasal em posição final contribuíram para a seleção do ditongo nasal <ão/am>, como pronúncia de prestígio em detrimento da nasal final e do ditongo nasal <om/õ> que persiste em variantes regionais do norte de Portugal.

Duarte Nunes do Leão, em sua *Orthographia da Lingoa Portuguesa* (p.29) atenta para as questões regionais que envolviam a pronuncia de vocábulos com terminação <om> ao mencionar que:

[...] A qual ainda agora guardão algũus homẽes d'entre Douro & Minho, & os Gallegos, que dizem fizeram, amarom, capitom, cidadom, taballiom, appelaçom. O

qual respecto, & analogia, se guardão em muitas palavras, hũas lingoas a outras, como se vee nas lingoas, Latina, Thoscana, Castelhana, & Portuguesa [...].

1. Irmã < irmã < irmana < germana (latim)
2. Uma (XVII) < **Huã** < ãa (XIII) < una (latim)
3. Um (XVII) < Hum (XIII) < **Hũ** < ùu < unus (latim)

Já nos casos 4, 5 e 6 a questão central é a utilização do diacrítico em detrimento da consoante nasal, suprimida com o uso do til. Como já afirmado, a utilização do diacrítico para representar a nasal intervocálica etimológica é apresentada em todas as obras do século XVI e apresentada como forma usual de emprego.

Como na utilização do ditongo em final de palavra, o emprego do til em detrimento da consoante foi maior evidenciada a partir do século XVI, em resposta à necessidade de reafirmar a língua portuguesa como idioma nacional e distanciá-la do castelhano. Em contrapartida, as correntes clássicas tinham como preceito o resgate ao latim e às origens da língua. Entre esses polos, nesse âmbito, a diferenciação português x castelhano prevaleceu e o til, abreviatura não existente naquele idioma, perpetuou-se.

Acreditamos que isso se deve à necessidade de fazer das ortografias, objetos de esclarecimento e disseminação da língua portuguesa. Apesar da busca pela identidade nacional, o entrelaçamento do português e o latim são características presentes em todas as ortografias, embora utilizem diferentes discursos como valorização do idioma pátrio.

Referências

- BARROS, João de. **Grammatica da língua portuguesa**. Lisboa, 1540. Disponível em <http://purl.pt/12148>. Acesso em 01.11. 2015
- BUESCU, Maria Leonor Carvalho. **Historiografia da língua Portuguesa, século XVI**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1984.
- CURTO, Diogo Ramada. **A língua e a literatura**. In: MATTOSO, José. **História de Portugal**. Volume 3. Lisboa: Editora Estampa, 2001. pp.357-374
- GANDAVO, Pero de Magalhães. **Regras que ensinam a maneiro de escrever a orthographia da lilngua portuguesa**: com hum Dialogo que adiante se seguem em defensam da mesma língua. Lisboa, Oficina de Antonio Gonsaluez. 1574. Disponível em <http://purl.pt/index/geral/aut/PT/29941.html>. Acesso em 02.01. 2016.
- LEAO, Duarte Nunes do. **Orthographia da lingoa portuguesa**: obra vtil & necessaria assi pera bem screuer a lingoa Hespanhol como a Latina & quaesquer outras que da Latina teem origem. Lisboa, 1576. Disponível em: <<http://purl.pt/index/geral/aut/PT/47390.html>. Acesso em 20.03.2010>.
- MARQUILHAS, Rita. **A faculdade das letras**: leitura e escrita em Portugal no século XVII. Bragança Paulista: EDUSF, 2003
- MATTOS e SILVA, Rosa Virginia. **O português arcaico**: fonologia, morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto, 2006.
- MENDES, Antonio Rosa. **O pré-humanismo português**. In: MATTOSO, José. **História de Portugal**. Volume 3. Lisboa: Editora Estampa, 2001, p. 375-421
- OLIVEIRA, Fernão de. **Grammatica da lingoagem portuguesa**. Lisboa: Germão Galharde, 1536

SALGADO, Graça **Fiscais e Meirinhos**: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SERRÃO, Joel. **Dicionário da História de Portugal**. Porto: Livraria Figueirinhas, 2000.

SILVEIRA BUENO, Francisco da Silveira. **A formação histórica da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1955.

MALHEIRO DIAS, Carlos **História da colonização portuguesa no Brasil**. Porto: Litografia Nacional, 1921.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Recebido em 10/10/2016 e aceito em 06/12/2016.

UM PROBLEMA DE FORMA E CONTEÚDO: A DATAÇÃO DAS CARTAS DE CATARINA DE BRAGANÇA A SEU IRMÃO D. PEDRO

Maria Antonieta Amarante de Mendonça COHEN
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

RESUMO

Este artigo tem por objetivo demonstrar, através da análise das cartas de D. Catarina de Bragança a D. Pedro II, do século XVII, a intersecção entre forma e conteúdo que pode estar em jogo na edição de um texto manuscrito de épocas pretéritas.

ABSTRACT

This paper discusses the interplay between form and content in the preparation of a conservative edition of a 17th Century Portuguese manuscript, the letters of Catherine of Bragança queen of England to her brother Pedro the second, king of Portugal.

PALAVRAS-CHAVE

Cartas. Século XVII. Português. Catarina de Bragança. Manuscrito.

KEYWORDS

Letters. 17th Century. Portuguese. Catherine of Bragança. Manuscript.

Introdução

Neste artigo, damos continuidade a notícias anteriores (COHEN, 1995, 1998) sobre a edição das cartas da rainha Catarina de Bragança (1638-1705), a seu irmão D. Pedro II, rei de Portugal, ainda em elaboração (LIMA, 2009; CATÃO, MELO, COHEN, 2012) . Escritas

em português entre 1662 a 1685, essas cartas são um raro testemunho da escrita feminina dessa época. Catarina foi a rainha de Carlos II, da dinastia de Stuart, ou seja, rainha da Inglaterra, de 1662, ano de seu casamento a 1685, ano da morte do monarca. As cartas que aqui se analisam são circunscritas a esse período.

Como já observado por outros, foi um hábito raro das senhoras portuguesas registrarem, seja por diários, como por cartas, seus anseios e aspirações. Muito pouco nos chegou dessas damas, principalmente desse século, que contando com expoentes como o Padre Antônio Vieira, tão pouco deixa de escrita feminina.

Além de seu valor como escrita feminina, as cartas são redigidas em um não menos raro registro linguístico da língua portuguesa do século XVII. Uma vez serem cartas missivas, em que muito dos problemas particulares de Catarina são endereçados a seu irmão, de quem ela espera ajuda, seu estilo é bastante informal. Revela alguns padrões interessantes da língua da época, período muito pouco explorado linguisticamente, como a predominância da próclise, cujo estudo está em andamento.

Essas cartas estão guardadas no Department of Manuscripts, do British Museum, Inglaterra, sob o no. 1534 da coleção Egerton. Trabalhamos, para sua transcrição, com 1 cópia microfilmada e 1 digitalizada, além de termos feito duas visitas de reconhecimento do original. Embora tenha coletado dados desse manuscrito há mais tempo, - fizemos de fato uma cópia manual de 1/3 das cartas nos anos 1980, quando coletávamos dados linguísticos do português do século XVII-, somente após o advento das facilidades da informática, da digitalização, nos foi possível dar um tratamento adequado à transcrição e edição desse manuscrito.

Nesse códice há 88 cartas: 83 são autógrafas de Catarina, 3 são de D. Pedro à Catarina, 2 são do Padre Manoel Dias, seu capelão.

Catarina casa-se com Carlos como parte do acordo feito entre Portugal e Inglaterra, por iniciativa de D. Luísa de Gusmão, mãe de

Catarina. Como explicitamos anteriormente, em Cohen (1998:92): “Foi parte de um tratado entre os dois países, quando se restaurou a monarquia na Inglaterra após onze anos da república de Cromwell e resolveu os problemas financeiros de Carlos II, até então exilado e tentando reaver seu direito ao trono. Ao embarcar a infanta, segundo Livermore (1947) e outros historiadores, esta leva de dote um milhão de cruzados (correspondentes a 300.000 libras), e outro milhão após um ano.(...) Além desse dote, Inglaterra recebia Bombaim e Tânger, pontos estratégicos importantes e comércio livre no Brasil- na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro-, e na Índia- em Goa, Cochim e Diu. Em troca, Catarina teria liberdade de credo e Portugal teria reforço por mar e terra em caso de ataque da parte de Espanha e Holanda.

A aliança foi, portanto, vantajosa para a Inglaterra, que, segundo consta, nunca ofereceu real proteção a Portugal, tendo a corte inglesa abertamente hostilizado a rainha católica, chegando a mesma a ser injustamente denunciada ao Parlamento sob a alegação de armar uma conspiração para matar o rei e os católicos tomarem o poder, por volta de 1678.”

Sua vida tem sido narrada, embora bastante romanceada, em várias publicações recentes e mesmo mais antigas. Há uma boa iconografia espalhada em museus e castelos pela Inglaterra, Escócia e Portugal. São pinturas de várias fases de sua vida, desde mais jovem até mais madura. Em Lisboa encontram-se estátuas da rainha, como a do Largo da Bem-Posta e uma outra doada pela comunidade portuguesa do bairro Queens em Nova Iorque.

Trazemos aqui a imagem de uma dessas estátuas¹:

¹ Acervo pessoal.

FIGURA 1: Catarina de Bragança, no Largo da Bem-Posta, em Lisboa.²



Há crônicas coetâneas a seu casamento pela Officina de Henrique Valente de Oliueira, 1662³, que relatam a jornada da rainha depois de seu casamento em abril de 1662 até sua entrada em Londres, acompanhada do rei, em setembro do mesmo ano. Ela aí vive, como rainha, de 1662, com alguns poucos deslocamentos, até 1685, quando lhe falece o rei, e desse ano até 1692, quando retorna à sua terra natal, como a rainha viúva.

² Oferecida à cidade de Lisboa pela British Historical Society of Portugal e a Espírito Santo Financial Group, em 2002.

³ Há também um relato em castelhano, pela mesma oficina, que descreve a mesma jornada e as mesmas festas.

As cartas que examinamos são desse período de viuvez, em que ela plangentemente pede ao irmão que facilite seu retorno a Portugal. Ela temia causar uma crise nas relações entre Portugal e Inglaterra se retornasse à sua pátria sem a anuência e apoio de seu irmão, D. Pedro, o rei de Portugal. Também como portuguesa não poderia partir sem o concurso de um embaixador português, que a assistisse no necessário para sua volta; a etiqueta portuguesa não lhe teria permitido essa liberdade. A animosidade dos ingleses para com ela, acentuada depois da morte do rei, o precário estado de sua saúde, o clima, tudo tornou-se desfavorável à vida de Catarina na corte inglesa. Portanto, nesses 7 anos ela insistentemente roga ao irmão que lhe facilite a volta a Portugal; as cartas se sucedem umas às outras.

Catarina conquistou o respeito da corte inglesa, a despeito das características que não a favoreciam: era morena, católica, e não deu filhos ao rei. Seus hábitos rigorosos de vida em nada combinavam com os de uma das mais dissolutas cortes da época e ela, tendo sido criada em um convento, era de todo despreparada para esse ambiente. O rei não lhe era fiel e tomava suas damas de companhia como amantes. Mesmo assim sendo, teve o respeito e amor dele e aos poucos integrou-se à sociedade inglesa, assistindo-o como uma secretária, participando das decisões que ele tomava. Há testemunhos de que se interessava por teatro, jogava cartas e era exímia jogadora de arco e flecha.

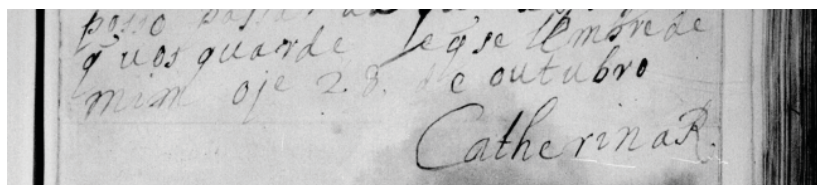
A cartas são, no entanto, silenciosas quanto a esses aspectos de sua vida, de sua personalidade, uma vez serem de seu período de viuvez, de quando já não atuava na corte como rainha. Os temas que conseguimos extrair de sua leitura são: lamento/tristeza; desejo de retornar a Portugal; afeto/ amor pelo irmão; referência a fatos históricos.

O trabalho de transcrição está em fase de revisão final e dentre muitos outros aspectos passíveis de análise escolhemos trazer o problema da datação dessas cartas, pois temos o intuito de coloca-las em ordem cronológica.

1. A datação das cartas

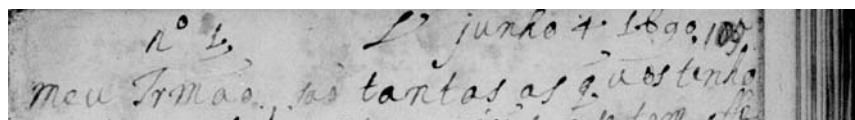
A datação das cartas é tarefa que nos propusemos e que depende de outras etapas da edição estarem avançadas, como a de sua completa transcrição. Como já mencionamos em trabalhos anteriores (COHEN, 1995, 1998), as cartas de Catarina de Bragança não são datadas, ou completamente datadas. Muitas não possuem nenhuma indicação do dia, mês ou ano em que foram escritas. Outras têm apenas o dia e o mês, mas não o ano, como a que copiamos abaixo, em que a rainha escreve: “oje, 28 de outubro”, mas não coloca o ano:

FIGURA 2: Datação incompleta da carta no.42 (Imagem 064)



Apenas a carta no. 105 (numeração do BM, Imagem 166r) tem a data completa: junho 4 1690, ou seja, 4 de junho de 1690. Consequentemente a sequência em que foram encadernadas não reflete a diacronia das cartas. Nossa tentativa é de datá-las e assim conseguir colocá-las na diacronia correta.

FIGURA 3: Carta de 4 de junho de 1690 (Imagem 166r)



Antes de abordarmos a diacronia da datação das cartas, uma explicitação sobre a parte material do documento é necessária.

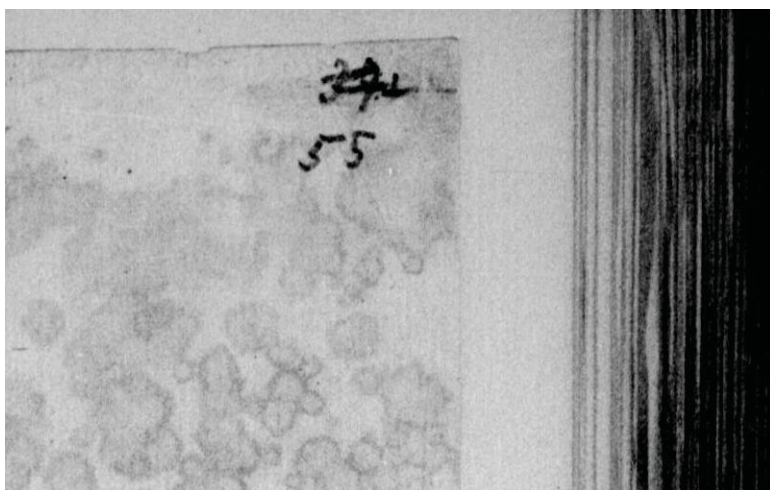
A cópia digitalizada que utilizamos tem 266 imagens, com 176 fólios que contêm as cartas propriamente (88), os resumos, alguns envelopes

e fólhos em branco. A informação de que são 176 fólhos é manuscrita, depois do último fólho. A capa é em couro, a lombada, dourada.

As cartas foram acondicionadas em um volume de folhas duras (cartolina), que deixam uma aba de tamanho variável ao meio. Na extremidade dessa a carta é colada (e/ou presa por um fio de linha vermelha).

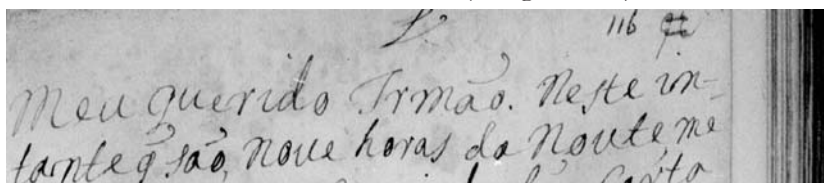
Da compulsão do manuscrito fica evidente que pelo menos duas tentativas de numeração das cartas foram feitas. À atual numeração superpõe-se a uma outra. A partir da carta no.55 (Imagem 085) isso fica claro, pois há um número riscado e abaixo um outro, com esta no. 55 (com 39 riscado):

FIGURA 4: Numeração da carta 55 (Imagem 085)



Na carta 59 um número foi sobrescrito a outro, que não se consegue decifrar. A de número 66 tem um 44 bem desbotado acima. A de número 70 também se superpõe a outro número. A de número 110 tem claramente um outro número riscado com dois traços, como também a 115, a 116, a 118, a 121, 124, 126, 127, 132, 140, 147, 165 e outras.

FIGURA 5: Numeração da carta 116 (Imagem 174)



A 1ª. pessoa que numerou as cartas parece ter marcado apenas o primeiro fólio de cada uma, enquanto a numeração mais recente leva em conta o recto dos fólhos, incluindo os em branco, perfazendo o total dos 176 fólhos. Nenhuma das numerações guarda a ordem cronológica das cartas. Na proposta de numeração que apresentamos consideraremos os versos dos fólhos também e colocaremos as cartas em sua ordenação cronológica.

Para procedermos a essa diacronia, e antes de efetivá-la, foi necessária a identificação dos cadernos em que as cartas se organizam.

O caderno básico é composto da seguinte forma:

1. Caderno modelo
 - 1.1. 1 recto: escrito
 - 1.2. 1 verso: em branco
 - 1.3. 1 recto: em branco
 - 1.4. 2 verso: com o resumo do conteúdo da carta.

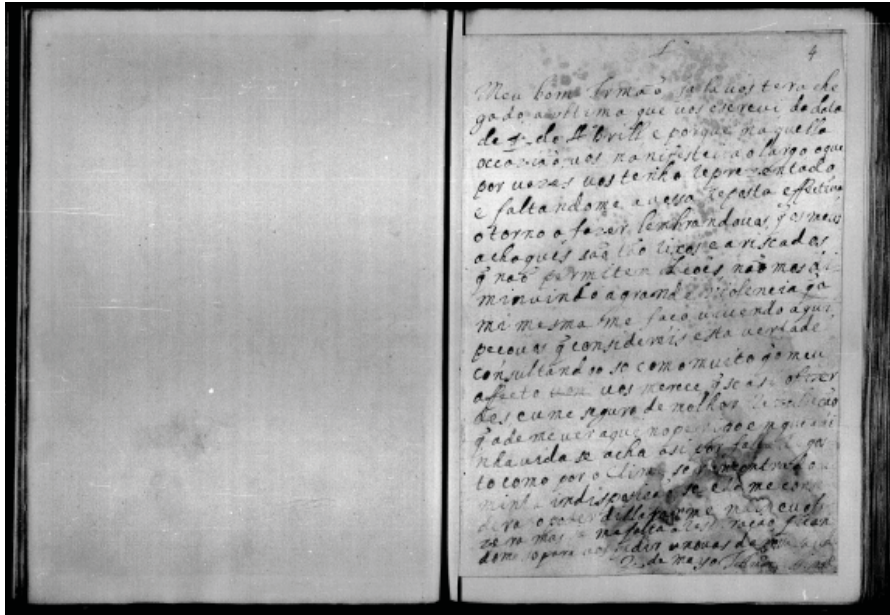
Portanto, o padrão básico da carta é ter 4 fólhos em 1 caderno.

Há variações: algumas vezes o 1v tem ou a continuação da carta de 1r ou uma outra, que continua no fólio seguinte: 2r.

Mostramos abaixo uma carta, a título de exemplificação do trabalho de reordenação/edição elaborado.

Esta carta, numerada no canto superior direito como no. 4, é a imagem 008 da cópia digitalizada do ms. Egerton 1534 do BM. A 1ª. imagem ocupa o fólio 4r.

FIGURA 6: Fólio 4r, à direita (Imagem 008)



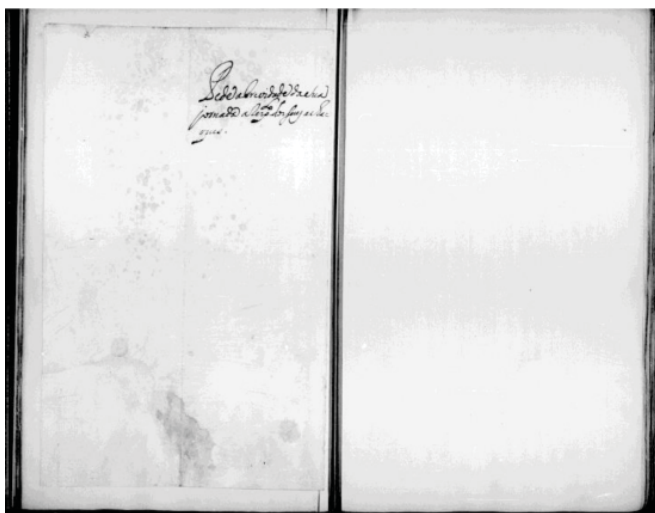
A seguinte é a imagem dos Fólios 4v e 5r, respectivamente, que estão em branco, (imagem 009): no fólio 4v há apenas um carimbo do Museu Britânico. O 5r está em branco, sem data

FIGURA 7: Fólios 4v e 5r (Imagem 009)



Em seguida, apresenta-se o fólio 5v (Imagem 010): com o resumo da carta, que reproduzimos em transcrição modernizadora: “Pede a brevidade da sua jornada, a despeito de seus achaques”.

FIGURA 8: Fólio 5v

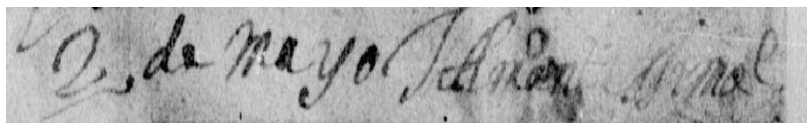


Segue a transcrição conservadora desta carta, a título de exemplificação das transcrições feitas. As normas de transcrição utilizadas são as que constam de COHEN (2010), que são por sua vez uma adaptação de normas correntes no Brasil. A principal diferença refere-se ao tratamento das abreviaturas que em nossas transcrições não são desenvolvidas no texto, mas num glossário à parte.

L

- Meu bom Irmão ja la vos tera che
gado a ultima que vos escrevi da data
de 7 de Abrill e porque naquella
5 occazião vos manifestei ao largo o que
por vezes vos tenho representado,
e faltando me a vossa resposta effetiva,
o torno a fazer lembrandovos, q os meus
achques são tão rixos e ariscados
10 q' não permitem dilações, não mos di-
minuindo a grande violencia q' a
mi mesma me faço vivendo aqui,
peçovos q' considereis esta verdade
consultando o so com muito q' o meu
15 affecto [~~vem~~] vos merece q' se asi o fizer
des eu me seguro de melhor rezulução
q' a de me ver aqui no perigo em que a mi
nha vida se acha asi por falta de gos
to como por o clima ser encontrado a
20 minha indisposição se ela me conse-
dera o poder dillatar me mais eu o fi-
zera mas ja me falta a respiração, fican-
do me so para vos pedir as novas da vossa saude
2 de mayo I Amantissima C

FIGURA 9: Realçando a imagem original, à esquerda: 2 de mayo



Como se vê, seja no original e seja em sua transcrição, ao final, à linha 24, a data é 2 de maio, mas não há o ano. A hipótese é de que seja de 1687, sendo uma das primeiras cartas enviadas pela rainha.

Estamos elaborando uma datação e consequente ordenação aproximada para essas cartas. Dentro desse período conseguimos identificar blocos de cartas, pertencentes a determinados períodos de tempo, tomando uma combinação de fatores como parâmetro norteador.

O primeiro deles é a presença das 3 cartas datadas de D. Pedro a Catarina: 17 de dezembro de 1685, 1 de março de 1689, 24 de fevereiro de 1690. O segundo é a existência de um bloco de 13 cartas todas escritas de Windsor e de Somerset House que são numeradas pela própria Catarina, cujas datas podem ser deduzidas de referências a fatos históricos; o terceiro é interno às próprias cartas, relativo ao seu conteúdo associado ao que delas se diz na obra de Augusto Casimiro (1954); o quarto são as cartas já de sua viagem de volta a Portugal, em 1692, cujos lugares onde foram escritas e o tema nos indicam de que período são (Mullins, na França, Avignon, na França, Almeida, Portugal). Observe-se que no códice do Museu Britânico, a de Almeida é a Imagem no. 030, no. 19 na numeração manuscrita no canto direito, logo do início da coletânea. Na nossa proposta, será a última.

Um das de D. Pedro, de 17 de dezembro 1685, vai abrir a coleção. Este é o ano da morte de Carlos II, em 6 de fevereiro deste mesmo ano. A de Almeida, Portugal, será a última da jornada de Catarina de volta à sua terra natal, de dezembro de 1692. Assim começa: “Almeida 30 de Dezembro/o grande Alvorosso, com q’me/ acho he inexplicável (...)”

Até o momento conseguimos colocar em ordem cronológica 55 das 88 cartas do ms. Egerton 1534. Muito mais será elucidado no decorrer desse trabalho, e espero possamos entender a saga de Catarina através de suas cartas pessoais, a seu irmão, através da leitura das cartas devidamente ordenadas em sua ordem cronológica.

Conclusão

Constatamos que a análise do conteúdo das cartas é de fundamental importância para resolver este quebra-cabeças aparentemente formal, o da sua numeração numa sequência cronológica, para que o futuro leitor possa entender a trama da narrativa. O que parecia ser um dos aspectos exclusivamente materiais do manuscrito revelou-se dependente de uma interpretação do conteúdo das cartas, um problema de forma e conteúdo, portanto, de como o material associa-se ao conteúdo nesse tipo de análise.

Referências

CASIMIRO, Augusto. **Dona Catarina de Bragança**. Rainha de Inglaterra, Filha de Portugal. Portugália Editora, 1956.

CATÃO, Cíntia; MELO, Livia, COHEN, M A. **Edição de documento inédito do século XVII**: Revisão e contextualização. SIC Conhecimento e Cultura. UFMG. 2012.

COHEN, Maria Antonieta A M. *MAPA GEOGRÁFICO*: Apresentação e breve estudo de documento relativo ao caminho para as Minas. Caligrama, 2010, v.15, n.2.p.111-131.

_____. **Catarina de Bragança, Personagem Histórica x Catarina, Figura Feminina**. Boletim do Centro de Estudos Portugueses, 1998, v.18, Fale/UFMG, 1998.

_____. **Manuscrito inédito do século XVII:** cartas de Catarina de Bragança, rainha de Inglaterra a seu irmão D. Pedro II, rei de Portugal. In: Anais do IV Encontro Internacional de Pesquisadores do Manuscrito e de Edições. WILLEMART, P.; SALLES, C.A. SP: Annablume, 1995.

COSTA, Pe. Avelino de Jesus da. **Normas Gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos.** 3ª. Ed., Coimbra, 1993.

LIMA, Cassandra C. & Cohen. M. A. **Preparação de material para o estudo lingüístico da língua portuguesa seiscentista através da edição das Cartas inéditas de Catarina de Bragança.** XVIII SIC. UFMG. 2009.

OLIVEIRA, Henrique Valente de. **Relaçam diaria da Jornada qve a serenissima raynha da Gram Bretanha D. Catherina fez de Lisboa a Londres,** jndo já desposada com Carlos IJ, rey daquelle reyno e das festas, qve se fizeram até entrar em seu palácio, Anno de 1662. Lisboa, 1662.

PEARSON, Hesketh. **Charles II, his life and likeness.** London: Heineman, 1960.

RAU, Virgínia. **Dona Catarina de Bragança.** Rainha de Inglaterra. Coimbra: Coimbra Editora, 1945.

SANTOS, Diana F. dos **Santos et al. D. Catarina de Bragança e o Paço da Rainha** [1705-2005]. Lisboa: Europress, 2005.

Recebido em 10/10/2016 e aceito em 06/12/2016.

“O COLOCADOR DE PRONOMES”: MONTEIRO LOBATO E A QUESTÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA

Maria Inês Pagliarini COX

Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL/UFMT)

Criseida Rowena ZAMBOTTO DE LIMA

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL/UFMT)

RESUMO

Neste estudo focaliza-se a polêmica sobre a independência linguística do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, a partir de um conto de Monteiro Lobato, “O colocador de pronomes”, publicado em 1924. Com base em noções da Análise de Discurso, tais como propostas por Dominique Maingueneau, busca-se desenredar do conto, que funciona como uma espécie de arena, os embates entre o narrador, um separatista, e o protagonista, um legitimista, acerca das idiossincrasias brasileiras na colocação pronominal.

ABSTRACT

This study focuses the controversy over Brazil's linguistic independence, in the first decades of the twentieth century, from a short story written by Monteiro Lobato, “O colocador de pronomes”, published in 1924. Based on the notions of the Discourse Analysis, such as those proposed by Dominique Maingueneau, one seeks to unravel the short story, which works as a kind of arena, the conflicts between the narrator, a separatist, and the protagonist, a legitimist, about the Brazilian idiosyncrasies regarding pronoun placement.

PALAVRAS-CHAVE

A polêmica sobre a independência linguística do Brasil. Conto de Monteiro Lobato. A questão pronominal.

KEYWORDS

Controversy over Brazil's linguistic independence. Monteiro Lobato short story. The pronoun issue.

Introdução

Se por “saber português” entendes conhecer por miúdo os bastidores da Gramática e a intrigalhada toda dos pronomes que vem antes ou depois, concordo com o que dizes na carta: um burro bem arreado de regras será eminente (LOBATO, [1944] 2010).

Neste estudo buscamos nos aproximar de posições ideológico-discursivas sobre a cogitada independência linguística do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, a partir de um conto de Monteiro Lobato, “O colocador de Pronomes”, publicado em 1924. Em sua época, Lobato era uma figura controversa e a convivência com muitos dos modernistas, conflituosa, sobretudo depois da crítica corrosiva que fez da pintura de Anita Malfatti no artigo intitulado “Paranóia ou mistificação” (1917: 1), por ver nela novamente subserviência a tendências artísticas europeias, principalmente francesas: “Sejamos sinceros: futurismo, cubismo, impressionismo e *tutti quanti* não passam de outros ramos da arte caricatural”. Lobato ([1933] 2008: 17) reprovava o dualismo – “o espírito da literatura francesa e a língua portuguesa de Portugal” – que assombrava as Letras no Brasil e cobrava da vanguarda modernista uma forma de superar o servilismo aos modelos europeus. Se destoava do modernismo em alguns pontos, em outros, a exemplo da emancipação da variedade linguística brasileira em relação à norma lusa, afinava-se totalmente com o movimento. O escritor sempre lutou pela construção de uma identidade brasileira, ocupando a questão do idioma nacional o centro de suas preocupações.

Suas reflexões sobre as diferenças entre as normas linguísticas lusitana e brasileira revelam o quanto a questão da colocação pronominal o amolava. Obsessivamente voltava a esse tema para defender a existência de uma língua brasileira. Não estranhamos, pois, que essa obsessão tenha desembocado no conto “O colocador de pronomes”, chamado por Lobato também de “Conto Gramatical”. O conto narra a história tragicômica de Aldrovando Cantagalo, assim resumida pelo próprio escritor ([1924] 1981: 70): “Filho dum pronome impróprio, a má colocação doutro pronome lhe cortaria o fio da vida”.

Na leitura do conto, apoiando-nos na Análise de Discurso, vamos focalizar a desafinação entre a posição-sujeito assumida pelo narrador e pela personagem em relação ao discurso legitimista que abona as normas lusitanas de colocação pronominal.

A noção de interdiscurso, tal como proposta por Maingueneau (2005), nos parece fundamental. Ela é o centro de uma constelação em torno de que gravitam outras noções como a de heterogeneidade, interincompreensão, polêmica, tradução e simulacro. O linguista afirma o primado do interdiscurso como um princípio básico para estudar diferentes formações discursivas na interação que elas estabelecem umas com as outras num dado espaço discursivo perfilado pelo analista em função de seu objeto de estudo.

Nos limites de um espaço discursivo, o interdiscurso, como rede de interação semântica, significa, sobremaneira, interincompreensão. Enunciar a partir de um dado discurso significa, a um só tempo, compreender e reiterar seus enunciados e *in*compreender e recusar os enunciados do Outro, uma vez que “cada discurso é delimitado por uma grade semântica que, em um mesmo movimento, funda o desentendimento recíproco” (MAINGUENEAU, 2005: 103). Essa grade é constituída por semas positivos, que são reivindicados, e por semas negativos, que são recusados. Assim, assumir uma dada posição discursiva significa necessariamente interpretar/traduzir os enunciados

do Outro por meio dos semas negativos, significa “não poder haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele” (MAINGUENEAU, 2005: 103).

Traduzir, aqui, não significa verter de uma língua a outra, ou de uma linguagem a outra, mas de uma formação discursiva a outra, pois, dentro de uma mesma língua, há zonas de interincompreensão recíproca. O linguista chama de discurso-agente aquele que realiza a tradução e de discurso-paciente aquele que é alvo da tradução. Isso quer dizer que um discurso não define apenas um universo de sentido próprio, ele “define igualmente seu modo de coexistência com os outros discursos” (MAINGUENEAU, 2005: 110).

Não devemos entender polêmica apenas como controvérsia explícita, como a que ocorre no conto aqui analisado, mas como “a dupla interincompreensão que atravessa o espaço discursivo”, “uma troca regrada [...] que cria situações irreversíveis, provoca múltiplos encadeamentos e enunciações novas” (2005: 111 e 112). Respondendo à crítica de que essa compreensão do conceito de polêmica poderia esvaziar o sentido do termo, Maingueneau propõe uma distinção entre um nível dialógico – o da interação/heterogeneidade constitutiva – e um nível polêmico – o da interação/heterogeneidade mostrada, mais e melhor dizendo, o da citação. Ao polemizar, ou seja, ao citar o discurso-paciente, mediante fragmentos textuais identificáveis, o enunciador não incorpora o real do discurso do Outro ao discurso do Mesmo; dele, efetivamente, só faz incorporar um simulacro.

1. O desencontro do português consigo mesmo: o caso da colocação pronominal

No estudo que apresenta a coletânea “O português brasileiro”¹,

¹ Nosso ponto de partida para este estudo foi a representativa e monumental coletânea “O português do Brasil”, organizada em dois volumes por Edith Pimentel: o volume I, publicado em 1978, compreendendo textos de 1820 a 1920, e o volume II, publicado em 1981, compreendendo textos de 1920 a 1945.

Pimentel (1978; 1981) identifica, no conjunto dos textos selecionados que vão de 1820 a 1945, duas posições interpretativas acerca do português falado no Brasil: a posição legitimista e a separatista, sendo que essa última pode ser mais radical (a diferença implica em uma língua outra) ou menos radical (a diferença implica em um novo dialeto ou em nova norma, mas não em uma nova língua).

De acordo com Albuquerque e Cox (1997: 45), as diferenças do português observadas no Brasil eram significadas, entre legitimistas, como “aniquilamento”, “retrocesso”, “desvio”, “deturpação”, “abastardamento”, “decadência”, “corrupção”, “empobrecimento”, “deformação”, “barbárie”, “crime contra o português”, e, entre os separatistas e dialetistas, como “progresso”, “evolução”, “florescência”, “melhoramento”, “aperfeiçoamento”, “enriquecimento”, “formação de uma nova língua”. Se, do lado da ortodoxia legitimista, o português mudar e se afastar do padrão europeu era um acontecimento avaliado negativamente, do lado dos separatistas, essa mudança tinha valor positivo, pois significava a eclosão de uma nova língua, norma ou dialeto, necessários para atingir a maioria cultural e completar o processo de independência política deflagrado em 1822.

Ao se encontrar com outras línguas na *terra brasilis*, o português principiava a desencontrar-se consigo mesmo e isso era percebido por aqueles que, de uma forma ou de outra, lidavam com as Letras. Dentre os traços que indiciavam esse desencontro da língua do colonizado com a língua do colonizador, alguns foram recorrentemente apontados como os neologismos, a colocação pronominal e a ortografia.

Dentre esses traços, a questão pronominal, sobretudo, a colocação dos pronomes oblíquos átonos, tendencialmente proclíticos entre os falantes brasileiros e enclíticos entre os portugueses, ganharia a cena do debate sobre a autonomia da língua no país. Ao observar a tenacidade com que “a preocupação locativa do pronome oblíquo” se fazia presente na história do pensamento linguístico brasileiro, Mário de Alencar,

em 1919, publicou, na *Revista da língua portuguesa*, um ensaio intitulado “Período pronominal”, período, segundo o autor, iniciado no último quartel do século XIX e ainda não encerrado à época da publicação do referido texto. Nesse longo intervalo temporal, a colocação dos pronomes oblíquos átonos conforme a ortodoxia gramatical portuguesa “assumiu aspecto de fetichismo”, “tornou-se fanatismo” e “chegou a ser uma obsessão”, nos termos de Alencar ([1919] 1978: 457). Segundo o autor, “o escritor que não quer ficar desmoralizado tem de aquilatar ali a sua linguagem. Do contrário, a uma penada de repórter, que lhe enxergue um pronomezinho fora do ponto, já ninguém lhe dá mais atenção e apreço” (ALENCAR, [1919] 1978: 457). A fúria dos caçadores de infrações à tabua das leis pronominais era tal que nada mais era levado em conta no julgamento da boa escrita.

Porém, essa posição subserviente ao dogmatismo gramatical lusitano foi combatida com ferocidade por aqueles que viam nas diferenças de colocação pronominal não um erro, mas uma peculiaridade de uso geral no português falado por brasileiros. A “intrigalhada” em torno dos pronomes não passou despercebida a Lobato ([1944] 2010) que era um defensor ferrenho da emancipação linguística brasileira. Incisivamente, lembrava que o público-leitor brasileiro era minguido porque não entendia o que os escritores diziam, uma vez que eles pensavam em francês e escreviam em português que não eram nem o modo de pensar e nem o modo de se expressar na língua do Brasil. Lobato ([1933] 2008: 124 e 125) lutava para apressar a chegada do tempo em que a literatura brasileira fosse pensada e escrita “em língua da terra, brasileiríssima”, pensada com “chapéu de palha” e escrita em “mangas de camisa”, à maneira de Cornélio Pires e Catulo, tornando-se, assim, palatável ao leitor comum e não apenas à elite letrada e educada à moda europeia.

Como observado anteriormente, a alteridade linguística do Brasil em relação à língua do reino era notada desde o século XIX, mas não havia acordo se se tratava de uma diferença dialetal ou sistêmica. O mais comum

era significá-la como “dialecto brasileiro”, “fala/falar brasileiro”, “linguajar brasileiro”, “variedade brasileira”, “regionalismo”, “provincianismo”, “brasileirismo”, admitindo o processo de transformação, mas não a ponto de legitimar sua classificação como uma língua independente. Porém, havia os mais radicais que imputavam a essas diferenças o *status* de uma nova língua, a exemplo de Salomé Queiroga ([1873]1978: 167 e 168) que afirmava: “Os literatos portugueses castiguem seus patrícios quando escrevem idioma brasileiro, mas por Deus, deixem-nos em paz falando *nossa língua que é brasileira*, não portuguesa”; “Escrevo em nosso idioma, que é *luso-bundo-guarani*”. Entre os separatistas mais severos estava Monteiro Lobato, para quem “A nova língua, filha da lusa, nasceu no dia em que Cabral pisou no Brasil. [...] é provável que o primeiro brasileirismo surgisse exatamente no dia 22 de abril de 1500 (LOBATO, [1922b] 1981: 58).

Escrevendo no início do Século XX, Lobato ([1922b] 1981: 58) via a diferenciação linguística entre Brasil e Portugal de um modo muito acentuado, a ponto de afirmar que “um jeca de São Paulo” e “um camponês do Minho” não mais podiam se entender, a despeito de supostamente falarem uma mesma língua. Destarte, o escritor defendia a existência de uma língua brasileira que nomeou de “*brasilina*”. A seu ver essa língua já existia na modalidade oral, mas não na escrita, pois os escritores continuavam prestando reverência às normas gramaticais codificadas a partir de clássicos da literatura portuguesa. A *brasilina*, no verbo de Lobato, haveria de se tornar uma língua escrita, gramatizada e dignificada pela literatura. O nome “*brasilina*” patenteava uma ruptura em relação ao processo dominante de significação que a nomeava como língua portuguesa, lembrando a nossa filiação ao discurso da colonização.

Para explicar o processo de mudança que vinha transformando o português na *brasilina*, Lobato recorre à teoria evolucionista, desenvolvida pela linguística histórica e comparada no século XIX, sob a inspiração do darwinismo. Essa teoria, dominada pela visão *genealógica*,

além de agrupar as línguas em famílias, deriva cada membro de uma fonte inicial. Assim, como o português nasceu de uma transformação do latim ao ser falado pelos bárbaros que viviam na península ibérica, a brasilina estava sendo forjada pelos bárbaros brasileiros, que o escritor chama de “arraia miúda”, “povinho humilde e sofredor das cidades”, “roceiros”, “patuleia urbana”, “jecas”, “poviléu”. São os bárbaros os responsáveis pela evolução linguística e não os acadêmicos, os letrados, “os magnatas cortesanesco que fazem roda de peru em torno da rainha metropolitana” ou aqueles que se limitavam a “bizantinar sobre verrugas da língua-mãe, mexericando com os clássicos, fossando como bécora pulverulentos alfarrábios reinóis” (LOBATO, [1922a] 1981: 55 e 56).

Contudo, à medida que amadurecia, o escritor se tornava menos radical na defesa da língua brasileira como um fato já consumado, passando a falar dela como em processo de formação: “Não temos ainda uma língua brasileira definitivamente formada. Temos, entretanto, uma língua em formação. O ‘brasileiro’ delinea-se, organiza-se, cria vocabulário, constitui-se. Está em plena evolução” (LOBATO, [1941] 1981: 75 e 76). O Brasil era uma nação jovem: quatrocentos anos de fundação e cem anos de alforria política não eram suficientes para completar o dissídio linguístico entre o colonizado e o colonizador. Porém, os sinais linguísticos desse desencontro se avolumavam de modo crescente e, certamente, apostava Lobato, chegaria o dia em que constituiriam uma nova língua, independente da portuguesa.

1.1 O uso dos pronomes por brasileiros: o desencontro com as prescrições gramaticais lusitanas

No conto estudado, os sinais linguísticos do desencontro entre as prescrições gramaticais lusitanas e os usos brasileiros envolvem questões pronominais. Porém, nem todos dizem respeito à colocação pronominal, como o título nos sugere. Nomeando o conto como “O colocador de

pronomes”, o escritor provavelmente desejou aludir à querela estrepitosa sobre o tema em sua época. Os usos pronominais em desacordo com as normas que são tematizados no conto emergem entre brasileiros comuns (um escrevente, um ferreiro de cascos de cavalo, um carroceiro e um tipógrafo) responsáveis, segundo Lobato pelas transformações que se operavam no português.

O primeiro caso trazido por Lobato é o do uso do *lhe* (tido como terceira pessoa) com valor de *te* (uma forma de segunda pessoa), comum no português brasileiro na modalidade oral coloquial, principalmente entre falantes de áreas dialetais nordestinas. Esse uso figura no “bilhetinho” que o pai de Aldrovando Cantagalo escrevera à sua amada Laurinha: *Anjo adorado! Amo-lhe!...?...* O emprego de *lhe* gerou o mal-entendido que acabou desembocando no casamento com Maria do Carmo, e não com Laurinha, e trazendo ao mundo o protagonista do conto. Intransigente com a observância do padrão gramatical lusitano de uso dos pronomes pessoais, o pai de Laurinha, coronel Triburtino, interpreta o *lhe* como referindo-se a uma terceira pessoa e não ao enunciatário, como um possível substituto de *te*. E arrematando sua ardilosa leitura do bilhete, como pai que engenha casar a filha encalhada, relembra “a lição de sua gramática matrimonial”: “Os pronomes, como sabe, são três: da primeira pessoa — quem fala, e neste caso vassuncê; da segunda pessoa — a quem se fala, e neste caso Laurinha; da terceira pessoa — de quem se fala, e neste caso Maria do Carmo, minha mulher ou a preta”.

Nas aulas de gramática que recebemos nos bancos escolares, aprendemos que *lhe* sempre funciona como objeto indireto (dativo), ou seja, é regido por verbos preposicionados por *a* e *para*. Porém, entre os que contestam o padrão gramatical português, é aceitável o funcionamento do *lhe* como objeto direto (acusativo), a exemplo do que ocorre no malfadado bilhetinho (amo-lhe). O filólogo Antenor Nascentes, enumerando uma extensa lista de escritores brasileiros da segunda metade do século XIX e primeira do século XX que empregaram

o *lhe* em função acusativa, defende a legitimidade desse uso contra “o espírito retrógrado e conservador” dos gramáticos que a ele se opõe:

Até hoje os gramáticos se têm recusado a admitir este fato da língua. A quem conhece a mentalidade retrógrada e ultraconservadora dos gramáticos o fato não parece estranho. Os que, respeitando embora os ditames razoáveis da gramática, olham para a evolução natural da língua e aceitam os fatos consumados contra os quais é inútil lutar, pensam de outro modo e admitem **lhe** como objeto direto (NASCENTES, 1960: 447).

Sobre o uso de *lhe* em função acusativa, Nascentes (1960) observa ainda que ele é bastante comum no *diálogo* e refere-se sempre a *pessoas*, nunca a seres inanimados, o que explica sua presença no bilhete que dá origem à trágica história de Aldrovando. Afinal, um bilhete é um diálogo mediado pela escrita e o *lhe*, que segue o verbo transitivo direto *amar* (*amo-lhe*), refere-se à interlocutora Laurinha. Lobato, que era um separatista patrocinador da brasilina, põe o autor do bilhete empregando o *lhe* como um índice de 2ª. pessoa em função de acusativo, mas o coronel Triburtino, legitimista e guardião da tradição gramatical portuguesa, o interpreta como um pronome de 3ª. pessoa.

Segundo Bagno (2011: 765), na língua falada, “o *lhe* jamais se refere a *ele* ou a *ela* – ou seja, nunca é pronome –, mas única e exclusivamente a *você/tu*, - ou seja, é um índice de pessoa que o falante usa para designar seu interlocutor: é um elemento *dêitico* e não *anafórico*². O *lhe* vale o mesmo

² Marcos Bagno (2011), na Gramática Pedagógica do Português Brasileiro, opta por tratar do pronome não como uma classe de palavra, mas como uma função. Por essa via, os chamados pronomes pessoais (1ª, 2ª e 3ª. pessoas) não são vistos como pertencendo a um mesmo paradigma lexicogramatical. Enquanto a 3ª. pessoa (também considerada uma não-pessoa) exerce a função da retomada anafórica de algo dito/nomeado anteriormente num dado enunciado, a 1ª. e 2ª. referem-se aos participantes efetivos da enunciação e à instância discursiva. Ao invés de pronomes pessoais, Bagno, acompanhando Benveniste, chama a 1ª. e 2ª. de “índices de pessoas”. Apenas à 3ª. pessoa cabe a classificação como pronome.

que o *te*, de uso mais difundido no português brasileiro”. E com valor de *te*, reafirmando a tese de Nascentes, o *lhe* pode funcionar como dativo e acusativo. Portanto, nada havia de errado com o bilhete para gerar a leitura tendenciosa do coronel, a não ser sua má intenção.

O segundo caso tematizado por Lobato em seu conto é o do *se* classificado com pronome apassivador pela tradição gramatical portuguesa. Trata-se da chamada passiva sintética. Aparece no momento em que Aldrovando, diante do fracasso da “Agência de Colocação de Pronomes e Reparos Estilísticos”, decidiu, tal um missionário, andar pelas ruas de Itaoca à caça de erros gramaticais em tabuletas, oferecendo-se para saná-los, mesmo que para isso tivesse que remunerar o dono do estabelecimento e não receber pelo serviço prestado.

Numa de suas missões, topou com a “asnidade” do ferreiro da esquina em cuja tabuleta se podia ler o comunicado: “Ferra-se cavalos” que “escoicinhava a santa gramática”. Aldrovando propôs ao ferreiro a correção do comunicado, evocando a norma gramatical: “O *ferra-se* tem que cair no plural, pois que a forma é passiva e o sujeito é cavalos. [...] O sujeito sendo cavalos, continuou o mestre, a forma verbal é *ferram-se* — *ferram-se cavalos!*”. O ferreiro dava mostras de não entender patavina da explicação gramatical dada pelo professor, mas ao ouvir que o sujeito era *plural* não se conteve: “V. Sa. me perdoe, mas o sujeito que ferra os cavalos sou *eu*, e eu não sou plural. Aquele *se* da tabuleta refere-se cá a este seu criado. É como quem diz: Serafim ferra cavalos — Ferra Serafim cavalos. Para economizar tinta e tábua abreviaram o meu nome, e ficou como está: Ferra Se(rafim) cavalos.” Por mais anedótica que pareça a explicação dada por Serafim para o *se* do comunicado “ferra-se cavalos”, ele tem razão em dizer que esse *se* é o sujeito da ação de ferrar. Trata-se de uma frase de voz ativa e não passiva como tem insistido a tradição gramatical portuguesa. Nesse segundo caso, o legitimista Aldrovando se bate com um reles representante da patuleia urbana a quem Lobato atribuía a evolução da língua.

Há mais de 100 anos, estudiosos do português brasileiro vêm afirmando que o chamado pronome apassivador *se* (formador de passivas sintéticas) é efetivamente um sujeito indeterminado, disso decorrendo o uso do verbo no singular, a despeito de o objeto direto estar no plural. Na abordagem da passiva sintética, Marta Scherre (2005: 80) resenha os trabalhos de Antenor Nascentes, Said Ali e Mattoso Câmara, todos eles vendo nela “uma estrutura ativa com sujeito indeterminado, semelhante a outras estruturas irmãs do tipo: *No Brasil, precisa-se urgentemente de reforma agrária* e *Vive-se bem nesta terra*”. O funcionamento do verbo transitivo direto, seguido de *se* não reflexivo, seria homólogo ao do verbo transitivo indireto ou intransitivo.

Antenor Nascentes (1938, *apud* SCHERRE, 2005: 80) afirma que as chamadas passivas sintéticas contraditoriamente têm sentido ativo. Por exemplo, na oração *Vendem-se casas*, “A ideia é que alguém que não se sabe quem seja, *vende casas* e não que *casas sejam vendidas por alguém*. A prova é que na linguagem vulgar o verbo vai para o singular”. A forma *Vende-se casas* é bem mais produtiva no português brasileiro do que *VendeM-se casas*.

Para Said Ali (1957, *apud* SCHERRE, 2005: 80 e 81), “[...] emerge entre as dúvidas, esta verdade incontestável: em *Compra-se palácio* e *Morre-se de fome*, o pronome *se* sugere, na consciência de todo mundo, a ideia de alguém que compra, de alguém que morre, mas que não conhecemos ou não queremos nomear”.

Já Mattoso Câmara (1976, *apud* SCHERRE, 2005: 81) diz que, na linguagem coloquial, tanto no Brasil como em Portugal, a tendência é de se usar “um verbo no singular, para designar uma atividade sem ponto específico de partida, ou sujeito, mas com um ponto de chegada, ou objeto: *já se escreveu muitas cartas*, *vê-se ao longo nuvens ameaçadoras*, etc.”.

Contemporaneamente, Bagno (2011: 807) ratifica peremptoriamente a tese dos estudiosos anteriores e de inúmeras pesquisas linguísticas científicas já realizadas:

Todos os estudos científicos empreendidos em torno deste tema, de Said Ali até hoje, têm se empenhado em demonstrar a urgente necessidade de interpretar o *se* nessas orações como um recurso de que a língua dispõe para indicar a *indeterminação do sujeito*. A nomenclatura que ainda usa conceitos como “se apassivador”, “passiva sintética” e “passiva pronominal” é inteiramente descabida e tem de ser abandonada de uma vez por todas, junto com a concordância bizarra que ela implica.

De acordo com Bagno (2000), essa tendência não é exclusiva do português brasileiro, assim como a releitura que dela tem sido feita por inúmeros linguistas e sociolinguistas. O autor relata sua presença no espanhol falado na América Latina, citando a conclusão a que Moliner chegou, depois de estudar o fenômeno em pauta: “No hay, pues, más remedio que assignar a ‘se’ el *papel de sujeto*; de pronombre indeterminado em *función de sujeto*” (MOLINER, 1988, *apud* BAGNO, 2000: 228, grifos do autor). Ademais, inúmeros estudos diacrônicos e sincrônicos, resenhados por Scherre (2005), revelam que esse fenômeno não é um brasileirismo, pois é encontrado com frequência em inúmeros jornais portugueses, assim como não é contemporâneo, pois está presente até mesmo nos Lusíadas: “E como por toda África *se soa*, Lhe diz, *os grandes feitos* que fizeram” (CAMÕES, *apud* SCHERRE, 2005: 85, grifos da autora).

Os dois últimos casos tematizados por Lobato são efetivamente casos de colocação pronominal. O terceiro deles figura na fala dos dois “brutamontes” que entregaram a primeira carroçada de livros na casa de Aldrovando. Concluída a tarefa de descarregá-los e empilhá-los, um deles solicitou: “Me dá um mata-bicho, patrão!...”, usando uma próclise em início de período abominada pelos legitimistas de plantão.

No português brasileiro, a próclise é a posição francamente favorita. Essa preferência, notada desde o século XIX, era justificada mediante explicações diversas, segundo Alencar ([1919] 1978). Seria fruto de *arcaísmo*, uma vez que o português teria se mantido inalterado na colônia e se transformado na metrópole nos séculos seguintes. Defensores dessa tese costumavam apresentar um rol de exemplos de escritores portugueses, como Gil Vicente e Camões, com pronomes colocados na oração de modo similar ao brasileiro. Outra forma de explicar a colocação pronominal à brasileira era o *acastelhanamento* do português na América em virtude da vizinhança com a colônia espanhola. Dizia Alencar ([1919] 1978: 463): “Em Portugal diz-se: *Dás-me isso?* E não *Me dá isso?* como no Brasil, à maneira do castelhano: *Me das eso?*”. Contudo, a explicação que lhe soava mais plausível era a proposta por Said Ali, segundo a qual a colocação dos pronomes se definiria pela prosódia e não pela sintaxe: “O que em Portugal é raro em virtude da fonética de lá, é entre nós comuníssimo em consequência da nossa pronúncia” (SAID ALI, *apud* ALENCAR, [1919] 1978: 464).

Complementando a hipótese prosódica de Said Ali, o autor menciona também Silva Ramos que vê a diferença de colocação dos pronomes oblíquos como possível reflexo da diferença de tonicidade: seriam partículas efetivamente átonas no português europeu, mas tônicas no português brasileiro (SILVA RAMOS, *apud* ALENCAR, [1919] 1978: 464).

O próprio Lobato (1941) improvisa uma explicação (imputada a João Ribeiro) para a tendência brasileira à próclise, associando-a à economia açucareira e à sociedade patriarcal dividida em duas classes: mandantes (senhores de engenho) e mandados (escravos). Adaptada a essa estrutura socioeconômica, a língua portuguesa ia se transformando. De acordo com Lobato (1941: 77), “João Ribeiro explicava dessa maneira a colocação do pronome oblíquo no início das frases. É, incontestavelmente, muito mais dócil e consentâneo com a situação de escravo dizer ‘me dê isto’ do que

dizer ‘dê-me isto’.” Para se fazer entender pelo escravo, o senhor tinha de usar a linguagem que ele usava e “a repetição do fato se tornaria, com o correr dos tempos, um hábito de vastas consequências”. É impossível não nos lembrarmos do poeminha “Pronominais” de Oswald de Andrade: “Dê-me um cigarro/ diz a gramática/ do bom professor e do aluno/ e do mulato sabido/mas o bom negro e bom branco/ da nação brasileira/ dizem todos os dias/ deixa disso camarada/me dá um cigarro.”

Contemporaneamente, Galves e Abaurre (1996), Perini (2010) e Bagno (2011), embasados em resultados de pesquisas linguísticas, concluem haver uma única norma de colocação dos pronomes oblíquos no português brasileiro: próclise ao verbo principal.

Trata-se, o quarto caso, de fatídica ênclise na dedicatória a Fr. Luís de Sousa, resultante do embaralhamento dos tipos pelo tipógrafo, ênclise que pôs fim à vida e à história de Aldrovando. O texto original era: “À memória daquele que *me* sabe as dores”, escrito segundo a tradição gramatical portuguesa que normatiza o uso da próclise se o verbo vier logo após um pronome relativo (que). Ao abrir o primeiro exemplar, a ser enviado a Rui Barbosa, para lançar a dedicatória, o autor Aldrovando se depara com o erro: “daquele QUE SABE-ME as dores”. Provavelmente, o tipógrafo tenha aprendido “bem demais” as lições anti-próclise incutidas nas mentes dos falantes de português brasileiro pelos depositários da tradição gramatical portuguesa, a ponto de hipercorrigi-la.

Em todos os casos, o desvelo legitimista com o uso dos pronomes em conformidade com as normas lusitanas redundava em fiasco, castigado por uma espécie de humor aziago, satírico, que, apostando na mudança, ataca as convenções e faz do riso a sua principal estratégia.

1.2 Diferenças brasilinas no uso dos pronomes: evolução ou corrupção?

Para analisar o conjunto das formulações de Lobato sobre a língua brasileira no conto aqui estudado, vamos considerar, com Brandão (1994: 130), que “a polêmica se instala quando há coexistência, num mesmo espaço discursivo, de dois polos em torno dos quais se estruturam formações discursivas oponentes”.

Nesse sentido, o texto “O colocador de pronomes” é exemplar, pois, enquanto o protagonista Aldrovando Cantagalo é posto, pelo escritor, a assumir a posição-sujeito conservadora, tradicional, colonialista e legitimista relativamente ao padrão gramatical lusitano, o narrador assume a posição-sujeito liberal, inovadora, anticolonialista e separatista. A partir dessas posições, narrador e protagonista só fazem produzir simulacros um do discurso do outro.

Estamos diante de um narrador onisciente que tudo sabe acerca dos personagens e do enredo, uma espécie de Deus que, de fora e de cima, tem o poder de controlar o curso da narrativa. Ele expõe aos olhos do leitor um protagonista risível – o professor Aldrovando que é uma caricatura, carregada nas tintas, do homem de Letras, contemporâneo de Lobato, defensor da posição legitimista. É principalmente pela linguagem que o narrador, como um duplo do próprio escritor, caracteriza a personagem central, fazendo dela um concentrado de toda a gramatiquice e preciosismo vocabular que o escritor obstinadamente combatia. O efeito caricatural e cômico é garantido pelo exagero no uso de palavras rebuscadas e desusadas e pela ordem inversa dos constituintes das frases, como se pode ler no expediente que envia ao congresso, “concitando os pais da pátria à criação dum Santo Ofício Gramatical”. Diz o expediente: “— Leis, senhores, leis de Drácão, que diques sejam, e fossados, e alcáçares de granito prepostos à defesa do idioma. Mister sendo, a força se restaure, que mais o barão merece quem conspurca o sacro patrimônio da sã vernaculidade, que quem ao semelhante a vida

tira.” Em contraste com o empolamento verbal e a eloquência vazia do protagonista, a linguagem do narrador é mais simples, comum, direta, a menos que esteja a ironizar, em sua formulação, o estilo sinuoso de Aldrovando.

Em cada formulação de “O colocador de pronomes”, é possível observar o embate entre legitimistas e separatistas acerca da alteridade linguística brasileira relativamente a Portugal, mas sempre sob a batuta de um maestro separatista. É ele quem dá o tom.

O Aldrovando de Lobato não é um legitimista qualquer; ele é a sua quintessência. Para ele a culminância da língua portuguesa fora atingida com Fr. Luís de Sousa e deveria ser preservada a qualquer custo, até mesmo do patíbulo. Assumindo essa posição, não aceita as mudanças em curso no português brasileiro como normais. Nesse sentido, o protagonista atualiza de modo impecável enunciados do discurso legitimista como: *o padrão gramatical lusitano* é imutável, daí decorrendo a referência aos usos brasileiros que o infringem como uma *não-língua*, nomeada no curso da narrativa, por meio de termos que portam o sentido de *desordem, confusão, ignorância*, como “ingranzéu barbaresco”, “ingresia”, “garabulha bordalenga”, “asnidade”, “dislate”; de *sujeira*, como “espurcícia negral”, “podriqueira”; de *deterioração física* ou *adoecimento*, como “gafa ou gafaria” (lepra, sarna), “a grande enferma”, “cadáver em putrefação”; de *deterioração moral* ou *religiosa*, como “monstro da corrupção”, “chafurdeiro da corrupção”, “vícios de língua”, “época de ouro da corrupção”, “eiva grave”, “Gomorra! Sodoma!”; de *erros gramaticais*, como “solecismo”, “horrenda cinca”; de *descuido estético*, como “desprimor”, “mau gosto”. Assim, os usos outros do português que se ouvem/escrevem na terra de Vera Cruz significam a conspurcação da língua, a ponto de fazer do povo brasileiro, um “povo sem língua”, reafirmando o enunciado legitimista *um povo/uma língua*, essa sendo significada como única, homogênea, invariável e eterna. Assim, *tem* língua quem usa o padrão lusitano; qualquer usuário de português que desafine em relação a esse padrão

culto, civilizado, é um "sem língua", é um bárbaro (no sentido original da palavra). Em contraste com as designações negativas usadas para se referir à alteridade do português brasileiro, o protagonista sempre se refere à língua lusa, supostamente genuína, mediante termos positivos como "tabu sagrado", "divino idioma", "as boas letras d'antanho", "lei suma", "nível cisne", "sacro patrimônio de sã vernaculidade", "dizer castiço", "estreme vernáculo", "lídimo vernáculo", "asseio gramatical", "sã gramaticalidade", "lusitanidade" etc, o conjunto deles portando semas de pureza, autenticidade, legitimidade, inviolabilidade, superioridade etc.

Enquanto o protagonista, como um sujeito que fala interpelado por uma formação discursiva legitimista, *incompreende* a alteridade linguística brasileira, interpretando-a por meio de simulacros, o narrador, como um sujeito que fala interpelado pela formação discursiva separatista, a vê como algo natural, a vê como *o que é*, dispensando *o dever-ser* do padrão gramatical lusitano, esse sim *incompreendido* e traduzido negativamente. Ao se referir ao pendor de Aldrovando para o estudo da gramática como "o latejar do furúnculo filológico" ou como "[o coçar da] sua incurável sarna filológica", o narrador interpreta/traduz mediante simulacros semas positivos do discurso legitimista. No recorte a seguir (F1), podemos acompanhar o narrador, vestindo a farda separatista, *incompreender* a tese legitimista da decadência da língua lusa.

Formulação 1 (F1)

01	Passou esse período de vida alternando revisão de provas com padecimentos renais. Venceu. O livro compôs-se, magnificamente revisto, primoroso na linguagem como não existia igual. Dedicou-o a Fr. Luís de Sousa: <i>À memória daquele que me sabe as dores – O Autor.</i>
02	Mas não quis o destino que o já trêmulo Aldrovando colhesse os frutos de sua obra. Filho dum pronome impróprio, a má colocação doutro pronome lhe cortaria o fio da vida. Muito corretamente havia ele escrito na dedicatória: ...<i>daquele que me sabe...</i> e nem poderia escrever doutro modo um tão conspícuo colocador de pronomes. Maus fados intervieram, porém – até os fados conspiram contra a língua! – e por artimanha do diabo que os rege empastelou-se na oficina esta frase. Vai o tipógrafo e recompõe-na a seu modo ... <i>daquele que sabe-me as dores...</i> E assim saiu nos milheiros de cópias da avultada edição. Mas não antecipemos.
03	Pronta a obra e paga, ia Aldrovando recebê-la, enfim. Que glória! Construíra, finalmente, o pedestal da sua própria imortalidade, ao lado direito dos sumos cultores da língua.
04	A grande ideia do livro, exposta no capítulo VI – Do método automático de bem colocar os pronomes – engenhosa aplicação duma regra mirífica por meio da qual até os burros de carroça poderiam zurrar com gramática, operaria como o “914? da sintaxe, limpando-a da avariose produzida pelo espiroqueta do pronomococus. A excelência dessa regra estava em possuir equivalentes químicos de uso na farmacopéia alopata, de modo que a um bom laboratório fácil lhe seria reduzi-la a ampolas para injeções hipodérmicas, ou a pílulas, pós ou poções para uso interno. E quem se injetasse ou engolissem uma pílula do futuro PRONOMINAL CANTAGALO, curar-se-ia para sempre do vício, colocando os pronomes instintivamente bem, tanto no falar como no escrever. Para algum caso de pronomorreia aguda, evidentemente incurável, haveria o recurso do PRONOMINOL n.º 3, onde entrava a estricnina em dose suficiente para liberar o mundo do infame sujeito.

05	Que glória! Aldrovando prelibava essas delícias todas quando lhe entrou casa a dentro a primeira carroçada de livros. Dois brutamontes de mangas arregaçadas empilharam-nos pelos cantos, em rumas que lá se iam; e concluso o serviço um deles pediu: – Me dá um mata-bicho, patrão! Aldrovando severizou o semblante ao ouvir aquele “Me” tão fora dos mancais, e tomando um exemplo da obra ofertou-a ao “doente”. – Toma lá. O mau bicho que tens no sangue correrá asinha às mãos deste vermífugo. Recomendo-te a leitura do capítulo sexto. O carroceiro não se fez rogar; saiu com o livro, dizendo ao companheiro: – Isto no “sebo” sempre renderá cinco tostões. Já serve!...
06	Mal se sumiram, Aldrovando abancou-se à velha mesinha de trabalho e deu começo à tarefa de lançar dedicatórias num certo número de exemplares destinados à crítica. Abriu o primeiro, e estava já a escrever o nome de Rui Barbosa quando seus olhos deram com a horrenda cinca: “<i>daquele QUE SABE-ME as dores</i>”. – Deus do céu! Será possível? Era possível. Era fato. Naquele, como em todos os exemplares da edição, lá estava, no hediondo relevo da dedicatória a Fr. Luís de Sousa, o horripilantíssimo – “que SABE-ME”... Aldrovando não murmurou palavra. De olhos muito abertos, no rosto uma estranha marca de dor – dor gramatical inda não descrita nos livros de patologia – permaneceu imóvel uns momentos. Depois empalideceu. Levou as mãos ao abdômen e estorceu-se nas garras de repentina e violentíssima dor. Ergueu os olhos para Fr. Luís de Sousa e murmurou: – <i>Luís! Luís! Lamma Sabachtani?!</i> E morreu.
07	De que não sabemos – nem importa ao caso. O que importa é proclamarmos aos quatro ventos que com Aldrovando morreu o primeiro santo da gramática, o mártir número um da Colocação dos Pronomes. Paz à sua alma. (O colocador de pronomes, [1924] 1981: 70-72)

Em princípio (01), ao descrever o desvelo de Aldrovando para com a sua própria obra, o narrador parece compreender e até mesmo comungar do ideal de correção gramatical característico do legitimista, sendo solidário no seu esforço para vencer a empreitada, em meio ao padecimento físico que o atormentava e consumia sua vida. Por instantes, o narrador nos faz pensar que está do lado do protagonista e com ele se identifica.

Contudo, já no trecho seguinte (02), deparamo-nos com um primeiro movimento de desidentificação do narrador em relação a ele, introduzido pelo conector adversativo “mas”, por meio de que conta o episódio do empastelamento dos tipos da dedicatória pelo tipógrafo que, na arrumação, transformou, sem que o autor tomasse conhecimento, a próclise obrigatória acarretada pela antecedência do relativo “que” – *daquele que me sabe as dores* – em uma ênclise errada aos olhos de um legitimista – *daquele que sabe-me as dores*. Quer dizer, a obra tinha tudo para ser um sucesso, mas o destino, os “maus fados” e “o diabo” não quiseram que fosse assim. Com isso, o narrador põe o leitor a rir do acontecimento tragicômico que selaria a vida de Aldrovando, antes mesmo que ele viesse a saber do acontecido na fase de composição e impressão do texto na gráfica.

Em 03, diante de um leitor a quem já antecipou a tragédia a ser vivida por Aldrovando quando descobrisse o erro de colocação pronominal logo na dedicatória a Fr. Luís de Sousa, o narrador, por meio de fina ironia, antecipa os louros (“glória”, “imortalidade”) a serem usufruídos pelo protagonista com o sucesso da obra finalmente publicada. O efeito irônico é produzido pelo descompasso entre o que o leitor já sabe e o que o protagonista ainda não sabe sobre o empastelamento dos tipos na oficina de composição e impressão do livro. O flagrante de um erro de colocação pronominal por um “sumo cultor” da língua lusa em uma obra intitulada *Do pronome se* seria motivo de danação e não de sucesso. Daí o trecho 03, adiantando o sucesso da empreitada de Aldrovando,

soar como ironia. O narrador parece querer nos lembrar de que quanto mais alto o pedestal da fama, maior é tombo.

Da ironia sutil, o narrador passa, em 04, para o tropo zombeteiro, ridicularizando o protagonista por meio de termos que parodiam a terminologia médica. Indubitavelmente, o tropo zombeteiro é a ironia em estado hiperbólico. Zombando, pois, dos legitimistas que falam, de modo circunspecto, das variações/mudanças do português no Brasil como uma doença da língua lusa, o narrador carrega nas tintas da metáfora médica para produzir um efeito de caricatura. O “método automático de bem colocar os pronomes”, exposto no capítulo VI, como a solução do problema até mesmo para “os burros de carroça”, consistia numa “regra mirífica”, referida jocosamente como o “914 da sintaxe”. Esse numeral cardinal refere-se ao Elixir 914, produzido pelo Laboratório Simões, a partir da combinação de extratos fitoterápicos da flora brasileira, possuindo ação depurativa, expectorante e tônica. Enquanto o Elixir 914 tinha o poder de depurar o sangue de quem o ingerisse, o “914 da sintaxe”, ou seja, a regra prodigiosa de colocar pronomes criada por Aldrovando teria o poder de depurar a língua da “avariose produzida pelo espiroqueta do pronomococus”. Nesse trecho, mais três termos aludem ao jargão da medicina: “avariose” que é uma outra designação para a sífilis; “espiroqueta” que designa um tipo específico de bactéria em forma helicoidal e o neologismo “pronomococus” que é, certamente, uma alusão paródica a *Pneumococcus*, uma espécie de bactéria pertencente ao gênero *Streptococcus*, causadora de pneumonia, meningite e outras doenças infecciosas. Trata-se, pois, de uma junção aleatória e exagerada de termos médicos para produzir o efeito de humor. Não há lógica (ou há uma lógica do absurdo) nas relações de causa e efeito que o narrador estabelece entre esses termos, pois a avariose (sífilis) é produzida não por *Pneumococcus*, (muito menos pelo *pronomococus* que é uma invenção morfológica de Lobato), mas por *Treponema pallidum*. Porém, a sífilis da língua (quer dizer, a má colocação pronominal) é produzida pelo

pronomococus e pode ser depurada do sangue dos falantes de português pelo “914 da sintaxe”, a regra redentora de colocação de pronomes.

Persistindo no tom médico-burlesco, o narrador afirma que o genial da regra de colocação pronominal inventada por Aldrovando é que ela pode também ser transformada pela farmacopeia alopata em “ampolas para injeções hipodérmicas, ou pílulas, pós ou poções para uso interno”. Na sua imaginação chistosa, o escritor/narrador inventa o PRONOMINAL CANTAGALO, uma pílula que leva o nome do professor e cuja ingestão curaria para sempre os falantes de português dos vícios de colocação pronominal tanto na fala quanto na escrita, bem como o PRONOMINOL n.º 3, contendo estricnina, a ser usado em caso de “pronomorreia” incurável para “liberar o mundo do infame sujeito”. Recorrendo a estes termos – *pronomococus*, *pronominal Cantagalo*, *prominol n.º 3* e *pronomorreia* – que decalcam a terminologia médica, o narrador ridiculariza o protagonista, tornando-o caricato e risível na sua ideia fixa de sanear a língua de uma de suas enfermidades – a deficiência na colocação dos pronomes. O termo *pronomorreia* parece ser um pastiche de *gonorreia* que, como *avariose*, nos remete ao discurso da prostituição e da promiscuidade sexual, uma forma grotesca e caricata de o narrador se referir ao modo como o protagonista significa a desobediência às regras de colocação pronominal. É pela exageração que o narrador converte em pilhéria o tom grave da tradução realizada pelo protagonista, por meio de termos médicos, das diferenças que se operavam no português brasileiro.

A metáfora médica continua a ser explorada no trecho 05, momento em que Aldrovando recebe em sua casa a primeira carroçada de exemplares da obra pronta, entregues por dois brutamontes que, ao concluírem a tarefa, lhe pedem uma gorjeta para um trago de pinga: “Me dá um mata-bicho, patrão!”, assim mesmo, com o “Me” em início de período, lance imperdível para a atuação do especialista em “pronomorreia”. O protagonista recusa-se a dar a gorjeta (o “mata-bicho”), mas presenteia o

“doente” da língua com um dos exemplares de sua obra, recomendando a leitura do capítulo VI. Na boca de Aldrovando, o “mata-bicho” vira o “mau bicho” a ser posto para correr do sangue do brutamonte pela ação da leitura da obra, aqui comparada a um “vermífugo”. Indiferente ao tratamento que lhe fora dispensado pelo professor, o carroceiro aceita o livro, imaginando convertê-lo em “cinco tostões” no sebo, com o que poderia pagar a dose de pinga. Essa personagem secundária é um representante do vulgo que, segundo Lobato, alheio e imune à pregação gramatical legitimista, maneja o machado do bárbaro, transformando a língua lusa em brasilina.

Finalmente (06), é chegado o momento de Aldrovando gozar da fama que sua obra prometia, endereçando-a a pessoas notáveis do mundo das Letras, a exemplo de Rui Barbosa. Porém, ao abrir o primeiro exemplar, depara-se com a “horrenda cinca” logo na dedicatória que abria o livro e homenageava Fr. Luís de Sousa, tido como modelo de perfeição gramatical lusitana. Abala-se, duvida e renega o que vê, mas o fato é que o “horripilantíssimo – ‘que SABE-ME’...”, com “me” usado enclítica e não procliticamente, desrespeitando a regra de atração do pronome oblíquo átono pelo pronome relativo ‘que’, não só maculava a dedicatória, mas também punha em descrédito a obra inteira e o infalível método de colocação pronominal. Nem na agonia de morte de seu protagonista, o narrador perde a chance de castigá-lo zombeteiramente, descrevendo sua dor como uma “dor gramatical inda não descrita nos livros de patologia”. Nos seus momentos finais, Aldrovando repete as palavras que Jesus, segundo o Evangelho de São Mateus (27:46), teria pronunciado na hora de sua morte: *Eli! Eli! Lamma Sabachtani?!* (Deus meu, Deus meu, por que me abonastes?). Porém, ao invés de invocar Deus (Eli), é a Luís, o deus da correção gramatical e da plenitude da língua lusa, que ele suplica: – *Luís! Luis! Lamma Sabachtani?!*

No desfecho do conto (07), a metáfora médica é substituída pela metáfora religiosa, afinal, como diz o ditado popular, “basta morrer

para virar santo”. Sem abandonar o tropo zombeteiro, o narrador eleva o protagonista à condição de “primeiro santo da gramática” e “mártir número um da Colocação dos Pronomes”. “Mártir”, em sentido político ou religioso, é aquele que morre por uma causa, por uma ideologia. Assim, foi com Aldrovando que, lutando pelo purismo da língua lusa e pela correção gramatical, morreu vítima daquilo que combatia bravamente – o desrespeito às regras de colocação pronominal. Afinal, nenhum legitimista seu contemporâneo entenderia que aquele “me”, mal colocado na dedicatória, era obra do ignorante tipógrafo e não do ilustre autor do livro. Assim, rindo da sisudez de seu azarado protagonista, o narrador/escritor veicula sua crença na impossibilidade de leis e regras gramaticais impedirem que línguas vivas variem e mudem na boca do populacho, até se fazerem outras.

Poderíamos dizer que o conto aqui analisado é uma espécie de microcosmo do mundo das Letras na São Paulo das primeiras décadas do século XX, com sua ruidosa polêmica acerca da formação de uma língua outra – brasileira – que selaria, finalmente, o processo de emancipação política, cultural e linguística do país, iniciado com o gesto da Independência. Lobato participou ativamente dessa polêmica, combatendo, como separatista que era, a posição legitimista favorável à manutenção do português fixado nos moldes do padrão lusitano. E é precisamente explorando os embates acerca da questão pronominal que o escritor urde o enredo do conto “O colocador de pronomes”, pondo em confronto o narrador, que aposta no dissídio linguístico entre Brasil e Portugal, e o professor Aldrovando Cantagalo, protagonista da história, que defende a unidade linguística entre a ex-colônia e o antigo reino. Contrariando as normas gramaticais que prescrevem lugares fixos para os pronomes de acordo com a posição do verbo no período, o escritor, na irreverência que lhe é peculiar, afirma que “os pronomes arrumam-se como podem – antes ou depois, embaixo ou em cima, e muitas vezes nem entram na frase” (LOBATO, [1940] 2009: 58).

Lobato patrocina/legitima as variações pronominais observadas no português do Brasil que, no conto, são introduzidas por personagens secundárias (o escrevente, o ferreiro de cascos de cavalo, o carroceiro e o tipógrafo), ou seja, por representantes da “arraia miúda” que, segundo o escritor, brande as ferramentas da evolução linguística. Essa posição é assumida pelo narrador, uma espécie de dublê do próprio escritor que cria um protagonista, aliás, um antagonista, retratando seus adversários de crença na vida real. Onde o protagonista vê corrupção, doença, deterioração e morte do português, o narrador vê nascimento, evolução e desenvolvimento de uma outra língua, a brasilina. Nos termos mesmos do escritor, podemos acompanhar o separatista interincompreendendo/traduzindo a palavra “corromper” para sua perspectiva de significado como “evoluir”: “Assim como o português saiu do latim pela corrupção popular dessa língua, o brasileiro está saindo do português. O processo formador é o mesmo: corrupção da língua mãe. A cândida ingenuidade dos gramáticos chama ‘corromper’ ao que os biólogos chamam ‘evoluir’” (Lobato, [1922b] 1981: 58).

Conclusão

É impossível ler “O colocador de pronomes” sem que pensemos no que Lobato diz sobre seus contos serem, todos eles, vinganças pessoais: “Eu sentia a necessidade de vingar-me de um sujeito qualquer e essa necessidade não cessava e eu não tinha alívio enquanto não desabafasse, pintando o freguês numa situação cômica ou trágica, que me fizesse rir” (LOBATO, 1959: 28, *apud* CAVALHEIRO, 1959). O desafeto em relação aos gramáticos normativistas começou cedo em sua vida, aos quatorze anos de idade, com uma “bomba” em uma prova oral de português quando fazia o exame para ingresso no Instituto de Ciências e Letras em São Paulo. Depois desse episódio nunca mais deixou de criticar e ridicularizar os “carranças”, designação que, no léxico lobateano,

englobava gramáticos e filólogos. Lobato comparava o que o gramático fazia com a língua ao que era feito com os cadáveres durante a necropsia ou com os animais nos matadouros, práticas que resultavam em uma dissecação linguística, a seu ver, descartável e inútil para quem tinha por ofício a escrita literária, como ele. Jurava que a obsessão gramatical faria do Brasil um país de “letrudos” e não de “escritores”.

De gramática guardo a memória dos maus meses que em menino passei decorando, sem nada entender, os esoterismos do Augusto Freire da Silva. Ficou-me da “bomba” que levei, e da papagueação, uma revolta surda contra a gramática e os gramáticos, e uma certeza: a gramática fará letrudos, não faz escritores.

[...] tentei refocar num Carlos Eduardo Pereira. Impossível. O engulho voltou-me – a imagem do Freire e da bomba. Dá-me ideia duma morgue onde carneiros de óculos e avental esfaqueiam, picam e repicam as frases, esburgam as palavras, submetem-nas ao fichário da cacofonia grega. A barrigada da língua é mostrada a nu, como a dos capados nos matadouros – baços, fígados, tripas, intestino grosso, pústulas, “pipocas”, tênias. Larguei o livro para nunca mais, convencido de que das gramáticas saem Silvios de Almeida, mas não Fialhos. Mil vezes (para mim) as ingramaticalidades destes do que as gramaticalidades daqueles. E entreguei-me a aprender, em vez de gramática, língua – lendo os que a têm e ouvindo os que falam expressivamente (LOBATO, [1944] 2010: 329).

Certamente, o conto “O colocador de pronomes” é fruto de uma dessas vinganças pessoais, aliás, ele mesmo confessa em carta (28/12/1917) ao amigo de mais de quarenta anos, Godofredo Rangel,

que a inspiração para a personagem central, Aldrovando Cantagalo, era meia dúzia de “gramaticantes” de São Paulo, quer dizer, de praticantes da gramática e não de pensadores da língua:

Estou com aquele conto gramatical a me morder a cabeça como um piolho. Vida, aventuras, males, doenças e morte trágica dum sujeito, tudo por causa da gramática. Nasce em consequência dum pronome fora do eixo e morre vítima de outro pronome mal colocado. Entram na personalidade de Aldrovando Cantagalo meia dúzia de gramaticantes cá de São Paulo. Coisa *pince sans rire*” (LOBATO, [1944] 2010, s/p).

Na introdução, referimo-nos ao conto como uma tragicomédia. Naquele momento ainda não tínhamos nos deparado com o trecho anterior, recortado de uma das centenas de cartas endereçadas a Rangel; não tínhamos visto Lobato se referir à morte de seu protagonista por causa da gramática como uma tragédia; não tínhamos visto o escritor se referir ao conto como “Coisa *pince sans rire*”. Buscando o significado dessa expressão francesa a que Lobato recorre para dizer do tom de seu conto, descobrimos que ela nomeia uma espécie de humor que se caracteriza por um ar sério assumido pelo autor da piada. O humor *pince-sans-rire* é um humor de segundo grau, uma vez que repousa sobre uma compreensão mútua entre o autor e o leitor. Reside em um deslocamento entre uma afirmação irônica ou de humor que, se fosse verdadeiramente séria, desafiaria as regras de bom senso e a suposta seriedade daquele que a pronunciasse. Convenhamos que nascer e morrer com o destino selado pela infração às normas de colocação pronominal não é algo razoável. A sensação que nos fica da leitura da história de Aldrovando é que ela seria trágica se não fosse cômica, mas o gênio maligno de Lobato, encarnado na figura do narrador, não lhe permite levar nada a sério. Ele nos faz rir

do colocador de pronomes, castigando-o por ele não perceber que “o dono da língua somos nós, o povo – e a gramática o que tem de fazer é, humildemente, ir registrando nosso modo de falar” (LOBATO, 1958: 48). É a rigidez de Aldrovando e dos legitimistas que o narrador penaliza com seu olhar separatista que vê a relação da língua com a gramática de modo contrário – não a língua seguindo a gramática, mas a gramática seguindo os usos da língua. *De si mesmo Lobato dizia: “O ruim, o peste, sou eu só. E sabe por quê? Porque não consigo levar a sério coisa alguma nesse indecentíssimo mundo. Academia, presidente, papa, bispos, generais: tudo bonecos, sacos de tripa com muita merda por dentro e só vaidades e bobagenzinhas por fora. [...] E ria-se, ria-se, pois só o riso nos salva.”* (LOBATO, 1944, *apud* SALIBA, 2002: 14 e 148).

Referências

ALBUQUERQUE, J. G.; COX, M. I. P. **A polêmica entre separatistas e legitimistas em torno da língua do Brasil na segunda metade do século XIX.** Revista Polifonia, Cuiabá, EdUFMT, N. 3, 1997, p. 31-51.

ALENCAR, Mário de. **O período pronominal.** In: PINTO, Edith Pimentel (org.) O Português do Brasil: textos críticos e teóricos I - 1820-1920 - Fontes para a teoria e a história. São Paulo: Edusp, [1919] 1978, p. 457- 468.

ANDRADE, Oswald. **Obras completas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

BAGNO, Marco. **Dramática da língua portuguesa:** tradição gramatical, mídia e exclusão social. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____. **Gramática pedagógica do português brasileiro.** São Paulo: Edições Loyola, 2011.

BRANDÃO, H. H. N. **Discurso e polêmica num debate político.** *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v. 37, p. 129-143, 1994.

CAVALHEIRO, Edgard. **Vida e Obra de Monteiro Lobato.** Obras Completas de Monteiro Lobato (1ª. série de Literatura Geral, vol. 1) São Paulo: Ed. Brasiliense, 1959, p. 28.

GALVES, Charlotte; ABAURRE, M. B. M. **Os clíticos no português brasileiro: elementos para uma abordagem sintático-fonológica.** In: CASTILHO, A. de; BASÍLIO, M. (orgs.). *Gramática do português falado*, vol IV. Campinas: EdUNICAMP, 1996.

LOBATO, Monteiro. **O dialeto caipira.** In: PINTO, Edith Pimentel (org.) *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos II - 1920-1945 - Fontes para a teoria e a história.* São Paulo: Edusp, [1922a] 1981, p. 55-58.

_____. **O dicionário brasileiro.** In: PINTO, Edith Pimentel (org.) *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos II - 1920-1945 - Fontes para a teoria e a história.* São Paulo: Edusp, [1922b] 1981, p. 58-6.

_____. **O colocador de pronomes.** In: PINTO, Edith Pimentel (org.) *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos II - 1920-1945 - Fontes para a teoria e a história.* São Paulo: Edusp, [1924] 1981, p. 51-79.

_____. **Língua brasileira.** In: PINTO, Edith Pimentel (org.) *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos II - 1920-1945 - Fontes para a teoria e a história.* São Paulo: Edusp, [1941] 1981, p. 75-78.

_____. **Emília no país da gramática.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1958.

_____. **Na antevéspera.** São Paulo: Globo, [1933] 2008.

_____. **Prefácios e entrevistas.** São Paulo: Globo, [1940] 2009.

_____. **Correspondência a Godofredo Rangel** (30 de setembro de 1915). In: *A Barca de Gleyre.* São Paulo: Globo, [1944] 2010.

_____. **Paranoia ou mistificação?** O Estado de São Paulo, 20/12/1917. Disponível <http://www.mac.usp.br/mac/templates/projetos/educativo/paranoia.html>. Acesso em 21 de julho de 2016.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar, 2005.

NASCENTES, Antenor. **O idioma nacional**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, [1938] 1960.

PINTO, Edith Pimentel (Org.). **O Português do Brasil: textos críticos e teóricos I - 1820-1920 - Fontes para a teoria e a história**. São Paulo: Edusp, 1978.

_____. **O Português do Brasil: textos críticos e teóricos II - 1920-1945 - Fontes para a teoria e a história**. São Paulo: Edusp, 1981.

PERINI, Mário. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.

QUEIROGA, Salomé. **Prólogo**. In: PINTO, Edith Pimentel (Org.). **O Português do Brasil: textos críticos e teóricos I - 1820-1920 - Fontes para a teoria e a história**. São Paulo: Edusp, [1873] 1978, p. 155-172.

SAID ALI, M. **Dificuldades da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957.

SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira – da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola, 2005.

Recebido em 10/10/2016 e aceito em 06/12/2016.

ÁGUA VIVA, DE CLARICE LISPECTOR: CRÍTICA TEXTUAL, *ESCRITURA ENTRELINHAR*, *PALAVRA OBJETIVADA*

Neiva de Souza BOENO

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

RESUMO

Este artigo, partindo de alguns conceitos de Mikhail Bakhtin e de Roland Barthes em relação ao texto literário e sua interpretação, tem por objetivo apresentar o resultado parcial de nossa pesquisa no doutorado em Estudos de Linguagem, pela Universidade Federal de Mato Grosso, em que o objeto de estudo é a obra “Água Viva”, romance de Clarice Lispector, de 1973. Iniciamos trazendo em foco a escritura de Lispector e o método da Crítica Textual, passando pelo período de gestação e primeiras análises de cotejo das edições da obra. Na sequência, desenvolvemos a noção de “escritura entrelinhar” e da “palavra objetivada”. E, por fim, são tecidas as considerações sobre a relevância deste trabalho.

ABSTRACT

The present paper - starting from some concepts of Mikhail Bakhtin and Roland Barthes in relation to the literary text and its interpretation – has as aim to present the partial result of our doctorate research in Language Studies, by the Federal University of Mato Grosso, in which the object of study is the romance “Água Viva”, by Clarice Lispector, from 1973. The focus is on Lispector’s scripture and Textual Criticism Method, going through the gestation period and the first analysis of comparison of the romance. We also develop the notion of “interlinear scripture” and “objectified word”. Finally, we bring some considerations about the relevance of our study.

PALAVRAS-CHAVE

Crítica Textual. Escritura entrelinhar. Palavra objetivada.

KEYWORDS

Textual Criticism. Interlinear scripture. Objectified word.

Introdução

Ensaia-se, neste estudo, a apresentação de nossas reflexões iniciais da pesquisa de doutorado em Estudos de Linguagem, na Universidade Federal de Mato Grosso, em que temos por objeto a obra *Água Viva* (1973), de Clarice Lispector. Esse romance, em sua constituição, é cunhado de prosa poética, traço que a maioria dos críticos literários exalta e aprecia na escritura de Lispector, “uma criação cósmica”, como denominou Álvaro Pacheco, editor da primeira edição do romance *Água Viva*, publicada em agosto de 1973 pela Editora Artenova, de São Cristóvão, Rio de Janeiro. Sobre esse editor em particular, Clarice Lispector falou na entrevista de 1976, gravada no Museu da Imagem e do Som (RJ): “[...] *Água Viva* foi o Álvaro Pacheco quem publicou, porque ninguém tinha coragem de publicar, e o Álvaro quis, ele é arrojado, então publicou” (SANT’ANNA; COLASANTI, 2013: 227).

Uma escritura que não obedecia aos padrões do romance clássico, em relação ao conteúdo com enredo, histórias com fatos sequenciados, clímax, desfecho, bem como à forma, pois já trazia em si uma especificidade a do “incidente” [o particular abrangendo o geral]. “É a libertação, em termos de criação literária”, nas palavras de Álvaro Pacheco (LISPECTOR, 1973).

Esta fenda, a rede tecida da pesquisa até o presente momento, nos permite optar em destacar três recortes, os quais temos nos aprofundado durante este primeiro ano de estudos, que são: 1) Inicialmente, apresentamos o tratamento a ser dado ao romance pelo viés do método moderno da Crítica Textual, por meio do enfoque diacrônico. 2) Em seguida, o delineamento da “escritura entrelinhar” de Clarice, como “escritura”, em que o texto e a leitura não coincidem, porque se trata de

um texto de leituras infinitas, um texto em que a metáfora “matrioska” [bonecas russas] cai-lhe apropriadamente, pois a cada leitura desse texto sempre emerge uma “outra” leitura, emerge novas imagens, sempre proporcionando novas leituras como imagens-matrioska. 3) E por último, falamos do uso da palavra objetivada como caracterização da palavra no espaço literário.

Atravessando estes recortes, o artigo traz a questão da autoria que se mostra como evidência da “escritura” de Clarice, e a relação autor-herói e leitor que fazem parte das questões estéticas relacionadas à arquitetônica do autor, na concepção de Bakhtin e o Círculo. Iniciamos trazendo em foco a escritura de Lispector e o método da Crítica Textual, passando pelo período de gestação e primeiras análises de cotejo das edições da obra *Água Viva*. Na sequência, desenvolvemos a noção de “escritura entrelinhar” e da “palavra objetivada”. E, por fim, são tecidas as considerações sobre a relevância deste trabalho.

1. Escritura e crítica textual

A escritura de Clarice Lispector pode ser considerada como aquela que tem uma missão visionária, uma escritura que vê sem olhos, como reflete Derrida (2010), em sua obra *Memórias de cego*. Tal escritura, no espaço literário, não se submete à regra do discurso funcional e produtivo, das regras do mercado e da necessidade tecnológica, aquele pelo qual a pessoa [escritor] se identifica com o “eu” do discurso e que se apresenta com a sua “palavra própria”. Segundo Bakhtin (2011: 385), “a procura da própria palavra pelo autor é, basicamente, procura do gênero e do estilo, procura da posição de autor [autor-criador]”. Por isso, a escritura de Lispector é uma obra de arte que se lança ao olhar e ponto de vista [pela leitura] de cada espectador/leitor, aos “outros”.

O texto literário, nos pressupostos de Bakhtin (*idem*), não deve ser lido apenas do ponto de vista autobiográfico, nos contextos biográficos,

históricos, sociológicos, políticos etc. de seu autor, pois a obra deve ser lida no *tempo grande*, no *espaço literário* (BLANCHOT, 1987) da interpretação.

Nesse espaço literário, estético e filosófico é necessário um horizonte de expectativa por parte do leitor, que não deve ser uma atitude passiva, mas a de uma leitura ativa e *responsiva* (BAKHTIN, 2011) de coautoria e reescritura, que se estabelece a partir de cada leitura. O que significa, não apenas um movimento de leitura como entendimento, decifração, identificação, mas uma leitura mais aprofundada, uma leitura de compreensão.

Tais reflexões iniciais se referem ao “texto de escritura” como texto criativo, que diz muito mais pelas possibilidades infinitas de leitura, do que pelas relações e menções à biografia do autor, que deve ser sugerido apenas como ponto de partida para leitura de textos literários.

E com respeito a essa escritura deixada em obra por Clarice Lispector que optamos também em utilizar o método moderno da Crítica Textual, por meio do enfoque diacrônico (cotejar o conjunto das edições que temos em mãos: a edição original – primeira versão publicada em vida e a última edição, comercializada atualmente). Pensamos no escopo da Crítica Textual porque se ocupa em observar se “um texto sofre modificações ao longo do processo de sua transmissão” (CAMBRAIA, 2005). No caso de *Água Viva* não se trata especificamente de uma restituição à genuinidade “perdida” da obra [tarefa primordial de uma edição crítica quando se trata de texto corrompido durante seu processo de transmissão] porque o testemunho da primeira edição existe e o temos como nosso objeto, mas de considerar, em nossa análise, a primeira forma ou versão publicada, autorizada pela autora, com “suas palavras próprias” como autora-criadora.

A seguir, descrevemos as primeiras análises em relação à gestação da obra e ao cotejo das edições.

1.1 Clarice Lispector e a gestação da obra *Água Viva*

Clarice Lispector (1920-1977) escritora consagrada, de renome internacional. Cremos que esse *status*, dispensa-nos de ampliarmos sua apresentação. De tudo o que se pode dizer em relação à Clarice Lispector, de tudo o que nos evoca, nos suscita e nos provoca, queremos aqui destacar dois fatos de sua chegada ao Brasil: o nome do navio [uma identificação de aproximação entre pesquisadora e escritora] e o significado do nome de registro ucraniano de Lispector [Haia = vida], que se condensa e se intensifica em suas obras. Falamos um pouco mais de cada um desses destaques.

O primeiro está relacionado ao nome do navio, que trouxe a família Lispector, partindo do Porto de Hamburgo [Alemanha] até a chegada em Maceió [AL], em 1922: *Navio Cuyabá*. Esse nome se identifica com o nome da cidade onde residimos, Cuiabá [capital de Mato Grosso], assim nossa primeira aproximação [pesquisadora e escritora, de nosso ponto de vista] se dá pelos cronótopos reais [navio e cidade].

O segundo destaque está relacionado à questão dos nomes da família, com exceção de Tania (irmã de Clarice), os demais mudaram de identidade por iniciativa do pai, Sr. Pinkouss, posteriormente, Sr. Pedro Lispector. Haia Lispector era o nome de Clarice Lispector, conforme a certidão de nascimento original expedida em Tchetchélnik, na Ucrânia, que em hebraico significa “vida” e “que, devido a semelhanças fonéticas com Clara, suscitou a versão em português do nome da menina: Clarice”, segundo pesquisa de Gotlib (2013: 37). *Vida* [Haia] que vê vida. Essa visão de mundo, modo de ver a vida de Clarice escritora encheu de “vida” suas obras. Em especial, nossos estudos nos levam à vida afigurada na obra *Água Viva*, o sétimo romance escrito por Lispector, dos nove romances que foram escritos e publicados.

A própria gestação da obra *Água Viva*, que levou três anos, foi de muita reflexão, muitos diálogos trocados com amigos, até a composição e resultado mais esperado pela escritora. Os títulos também, plenos de

vida, foram amadurecendo com o delinear e a maturidade do processo criador da escritora Lispector. Dessa forma, os títulos assim ficaram dispostos pelo ato e fazer criativo.

Primeira versão: *Atrás do pensamento: monólogo com a vida* (1970-71)

Segunda versão: *Objeto gritante* (1972)

Versão final e publicada: *Água viva* (1973)

Além do título final, Lispector solicitou ao editor Álvaro Pacheco, da Artenova, que colocasse na capa a definição do gênero como “ficção”, assim, esperava-se que os leitores pudessem se depreender da matéria subjetiva da escritura, sem procurar as identificações entre a escritora e sua narração e sem classificar seu texto literário em um determinado gênero. Porém, ainda hoje, vemos análises e leituras afixadas nas identificações biográficas, o que para nós, seria apenas o processo inicial de uma leitura literária.

Alexandrino Eusébio Severino (1931-1993) foi Professor de Literatura Americana na Universidade de São Paulo (Marília), de Língua e Literatura Portuguesa na Universidade de Texas (Austin) e na Universidade Vanderbilt e amigo de Clarice Lispector. Em seu texto homenageando a escritora, *As duas versões de Água Viva*, publicado pela Revista Remate de Males, Campinas, em 1989, declara que nos encontros que teve com a escritora em julho e agosto de 1971, além de ter um significado especial para sua vida, herdou da escritora a primeira versão de *Água Viva*, que na ocasião se chamava *Atrás do Pensamento: Monólogo com a Vida*, em forma datilografada. O objetivo era que o Prof. Severino fizesse a tradução do livro para a língua inglesa, porém, a “tradução não se efetuou, mesmo porque o livro, tal como fora escrito, nunca foi publicado” (SEVERINO, 1989: 115).

Foram feitas algumas modificações nos três anos de gestação da obra conhecida como *Água Viva*. Sobre isso, Severino transcreve um trecho da carta recebida de Clarice em que ela dizia “[...] quanto ao livro interrompi-o porque achei que não estava atingindo o que eu queria atingir. Não posso publicá-lo como está. Ou não o publico ou resolvo trabalhar nele [...]” (SEVERINO, 1989). E ela resolveu trabalhar na obra.

De fato, foi um labor literário, um trabalho de obra de arte, que segundo Lispector em entrevista à Revista Textura, maio de 1974, disse:

Esse livrinho tinha 280 páginas; eu fui cortando – cortando e torturando – durante três anos. Eu não sabia o que fazer mais. Eu estava desesperada. Tinha outro nome. Era tudo diferente... [...] Era Objeto Gritante, mas não tem função mais. Eu prefiro Água Viva, coisa que borbulha. Na fonte (GOTLIB, 2014: 399).

Essa fonte, nosso objeto de análise. Aproveitamo-nos do cotejamento que Severino (1989) fez em seu texto de homenagem, entre os dois textos de Clarice, *Água viva* (agosto de 1973) e a primeira versão “Atrás do pensamento: monólogo com a vida” (1971), que em um segundo momento passou a se chamar “Objeto gritante”, para demonstrarmos o processo criativo e crítico do fazer artístico de Lispector.

Vejamos de forma sintética os registros feitos pelo autor ao cotejar os dois textos:

- As duas versões diferem, sobretudo, na inclusão de aspectos biográficos.
- A versão de 1971 sofreu profundas alterações, para que dela fossem extraídas referências demasiado pessoais.
- O resto, o âmago do livro, já se encontra na primeira versão.

Além das modificações, revisões profundas, houve também acréscimos à versão publicada, e segundo Severino (1989: 116), tais acréscimos “são tentativas de dizer melhor o que fora apenas esboçado ou dito de forma inadequada”, “dando maior relevo aos aspectos impessoais do texto”, porque para ele, a espontaneidade e a precisão da palavra escrita, quase automática, era a marca da escritora. Sendo, portanto, a versão final de *Água Viva*, produto da beleza estética e ética da produção artística, atingindo “um dos pontos mais altos de sua ficção” (*idem*).

É essa obra publicada em 1973, depois de toda a gestação artística que Clarice depreendeu na criação de *Água Viva*, que nossas atenções e estudos se voltam para a realização de uma análise estética com o viés da Crítica Textual.

1.2 Cotejo de edições

Alguns manuscritos e datiloscritos, anteriores à publicação da obra *Água Viva* (1973), estão disponíveis em acervos no Instituto Moreira Salles e na Fundação Casa de Rui Barbosa, ambos com sede no Rio de Janeiro, onde recorreremos para obtermos mais informações sobre a referida obra com o objetivo de desenvolvermos um tratamento mais apurado pelo viés da Crítica Textual, disciplina que se configura e está relacionada ao sentido mais estreito (*stricto sensu*) da Filologia, conforme Santiago-Almeida (2011: 2).

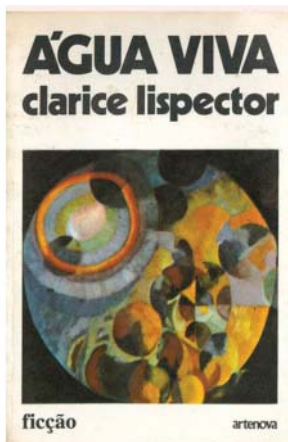
Após a revisão, primeira etapa do método da moderna Crítica Textual, focaremos nossa análise nos testemunhos que façam parte da última forma que lhe foi dada por sua autora, publicada em vida, e a última edição de 1998, comercializada atualmente. Esse procedimento nos possibilita uma investigação literária, como se delineia em nossas

observações iniciais de preocupação com a palavra da escritora. Inicialmente, temos em mãos dois testemunhos para o cotejamento: a primeira edição de 1973 e a versão de 1998, publicada pela Editora Rocco, que hoje detém os direitos autorais em relação às obras de Clarice Lispector.

A) *Água Viva*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1973.

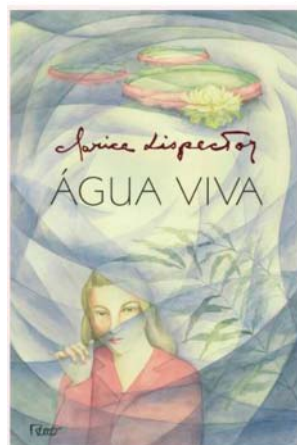
B) *Água Viva*. S/identificação. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

FIGURA 1: Testemunho A



Fonte: Foto/Acervo pessoal

FIGURA 2: Testemunho B



Fonte: Foto/Acervo pessoal

Na continuidade da pesquisa, buscaremos ainda a resposta sobre se há uma nova e última edição de *Água Viva* (1973) publicada em vida pela autora, que nos deixou em dezembro de 1977, ainda concluindo seu 9º e último romance *Um sopro de vida – Pulsações*, publicado postumamente em 1978. Poderemos encontrar uma nova edição ou ainda confirmar a existência apenas da primeira edição; a pesquisa segue e irá nos trazer a resposta.

Após a identificação dos testemunhos existentes e que temos em mãos, segue-se, nesta primeira etapa, a fase da colação (confronto dos testemunhos). As variantes de natureza tipográfica e ortográficas não serão levadas em conta, em virtude de se tratarem, respectivamente, da modernização dos instrumentos de tipografias e da regulamentação do Acordo Ortográfico assinado pelos Estados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, convenção aprovada pelo Decreto Legislativo 54, de 18 de abril de 1995, que entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2009 (BARONAS, 2010). Ao longo da pesquisa, se tais variantes forem resultar na intervenção de sentidos no texto ou no estilo da autora, retomaremos nossas considerações a respeito.

FIGURA 3: Testemunho A

É com uma alegria tão profunda. É uma tal aleluia. Aleluia, grito eu, aleluia que se funde com o mais escuro uivo humano da dor de separação mas é grito de felicidade diabólica. Porque ninguém me prende mais. Continuo com capacidade de raciocínio — já estudei matemática que é a loucura do raciocínio — mas agora quero o plasma — quero me alimentar diretamente da placenta. Tenho um pouco de medo: medo ainda de me entregar pois o próximo instante é o desconhecido. O próximo instante é feito por mim? ou se faz sozinho? Fazemo-lo juntos com a respiração. E com uma desenvoltura de toureiro na arena.

Eu te digo: estou tentando captar a quarta dimensão do instante-já que de tão fugidio não é mais porque agora tornou-se um novo instante-já que também não

Fonte: LISPECTOR (1973: 9)

FIGURA 4: Testemunho B

É com uma alegria tão profunda. É uma tal aleluia. Aleluia, grito eu, aleluia que se funde com o mais escuro uivo humano da dor de separação mas é grito de felicidade diabólica. Porque ninguém me prende mais. Continuo com capacidade de raciocínio — já estudei matemática que é a loucura do raciocínio — mas agora quero o plasma — quero me alimentar diretamente da placenta. Tenho um pouco de medo: medo ainda de me entregar pois o próximo instante é o desconhecido. O próximo instante é feito por mim? ou se faz sozinho? Fazemo-lo juntos com a respiração. E com uma desenvoltura de toureiro na arena.

Eu te digo: estou tentando captar a quarta dimensão do instante-já que de tão fugidio não é mais porque agora tornou-se um novo instante-já que também não é mais. Cada coisa tem um instante em que ela é. Quero apossar-me do é da coisa. Esses instantes que decorrem no ar que respiro: em fogos de artifício eles espocam mudos no espaço. Quero possuir os átomos do tempo. E quero capturar o presente que pela sua própria natureza me é interdito: o presente

Fonte: LISPECTOR (1998: 9)

Como se vê nas figuras 3 e 4, que apresentam o início do romance *Água Viva*, o texto literário em seu aspecto textual e linguístico, inclusive com respeito às pontuações, não se diferencia. O testemunho B, por ser uma reprodução de 25 anos depois, segue a genuinidade literário-linguística do testemunho A, portanto, não corrompida durante seu processo de transmissão ao longo do tempo. Porém, se olharmos com

atenção os espaços entre cada parágrafo em ambas os testemunhos A e B veremos que há diferença. Essa distinção se dá no romance todo, do princípio ao fim, podemos notar na sequência das páginas 9 – 10, em ambos os testemunhos. (ver as figuras 3, 4, 5 e 6).

FIGURA 5: Testemunho A

é mais. Cada coisa tem um instante em que ela é. Quero apossar-me do é da coisa. Esses instantes que decorrem no ar que respira: em fogos de artifício eles espocam mudos no espaço. Quero possuir os átomos do tempo. E quero capturar o presente que pela sua própria natureza me é interdito: o presente me foge, a atualidade me escapa, a atualidade sou eu sempre no já. Só no ato do amor — pela límpida abstração de estrela do que se sente — capta-se a incógnita do instante que é duramente cristalina e vibrante no ar e a vida é esse instante incontável, maior que o acontecimento em si: no amor o instante de impessoal jóia refulge no ar, glória estranha de corpo, matéria sensibilizada pelo arrepio dos instantes — e o que se sente é ao mesmo tempo que imaterial tão objetivo que acontece como fora do corpo, faiscante no alto, alegria, alegria é matéria de tempo e é por excelência o instante. E no instante está o é dele mesmo. Quero captar o meu é. E canto aleluia para o ar assim como faz o pássaro. E meu canto é de ninguém. Mas não há paixão sofrida em dor e amor a que não se siga uma aleluia.

Meu tema é o instante? meu tema de vida. Procuro estar a par dele, divido-me milhares de vezes em tantas vezes quanto os instantes que decorrem, fragmentária que sou e precários os momentos — só me

Fonte: LISPECTOR (1973: 10)

FIGURA 6: Testemunho B

me foge, a atualidade me escapa, a atualidade sou eu sempre no já. Só no ato do amor — pela límpida abstração de estrela do que se sente — capta-se a incógnita do instante que é duramente cristalina e vibrante no ar e a vida é esse instante incontável, maior que o acontecimento em si: no amor o instante de impessoal jóia refulge no ar, glória estranha de corpo, matéria sensibilizada pelo arrepio dos instantes — e o que se sente é ao mesmo tempo que imaterial tão objetivo que acontece como fora do corpo, faiscante no alto, alegria, alegria é matéria de tempo e é por excelência o instante. E no instante está o é dele mesmo. Quero captar o meu é. E canto aleluia para o ar assim como faz o pássaro. E meu canto é de ninguém. Mas não há paixão sofrida em dor e amor a que não se siga uma aleluia.

Meu tema é o instante? meu tema de vida. Procuro estar a par dele, divido-me milhares de vezes em tantas vezes quanto os instantes que decorrem, fragmentária que sou e precários os momentos — só me comprometo com vida que nasce com o tempo e com ele cresce: só no tempo há espaço para mim.

Escrevo-te toda inteira e sinto um sabor em ser e o sabor-a-ti é abstrato como o instante. É também com o corpo todo que pinto os meus quadros e na tela fixo o incorpóreo, eu corpo a corpo comigo mesma. Não se compreende música: ouve-se. Ouve-me então com teu corpo inteiro. Quando vieres a me ler perguntarás por que não me restrinjo à pintura e às minhas exposições, já que escrevo tosco e sem ordem. É que agora sinto necessidade de palavras — e é novo

Fonte: LISPECTOR (1998: 10)

Essa distinção de espaços entre os parágrafos no texto literário percebidas no testemunho A tomamos por uma variante, pois é significativa em se tratando da escritura de Lispector. Para um olhar rápido, poderia ser uma escolha de diagramação feita pelas editoras responsáveis: Artenova e Rocco, porém, em se tratando de Clarice Lispector e seu método de escritura, cremos que todo cuidado na análise faz a diferença.

Em entrevista ao Museu da Imagem e do Som (SANT'ANNA; COLASANTI, 2013: 212-213), Lispector declarou que teve que descobrir, desde o início de seus escritos, o seu método de escritura, e o descobriu sozinha, já em 1940, quando trabalhava e fazia a faculdade de Direito. As ideias ocorriam a qualquer hora e no início Lispector não anotava, deixava “para amanhã”. Quando ela queria anotar, a ideia já não existia mais. A partir de então, resolveu tomar nota de tudo o que lhe ocorria. De forma que, juntou muitas folhas “soltas” inicialmente. Depois, contou a seu amigo Lúcio Cardoso [poeta, romancista e pintor mineiro] que ela estava com um monte de notas para um romance. Ele disse que tudo faria sentido, que uma se ligaria à outra. Dito e feito, nasceu o primeiro romance de Clarice Lispector, *Perto do coração selvagem*, em 1943.

Anotações em folhas de cheque, guardanapos, folhas de agenda, cupons de compra etc. continuaram por toda sua existência (GOTLIB, 2014: 440). Método que captura o instante-já e o afigura em obra literária *a la* Clarice Lispector.

A anotação é o procedimento inicial da criação lispectoriana, observação diretamente da vida, uma prática cotidiana que fazia entre as outras tantas tarefas que desenvolvia como mãe, dona de casa, esposa, jornalista, intelectual, escritora. Essa prática cotidiana de “anotação” nos aproxima da discussão desenvolvida no Curso *Preparação do Romance* por Roland Barthes, no Collège de France entre 1978 a 1980. A “anotação” uma forma breve [que vem de *notatio* (ato)] captura “uma lasca do presente, tal como ela *salta* à nossa observação, à consciência”, segundo BARTHES (2005a: 184). Essa forma de olhar a vida e capturar perceptos requer um artista que tenha disponibilidade e que escuta a vida, e isso, Lispector tinha de sobra.

Das anotações aos fragmentos na criação literária [gênero incluído por Roland Barthes (*idem*: 198-199) em seu levantamento das formas breves na Literatura: máximas, epigramas, pequenos poemas, fragmentos, notas

de diário íntimo], Lispector presentifica sensações e diálogos interiores a partir de suas personagens.

Sobre isso, temos duas hipóteses. A primeira: a partir do testemunho A, autógrafo original, primeira edição de *Água Viva* publicada pela escritora Clarice Lispector, é de que os espaços entre os parágrafos correspondam aos fragmentos literários característicos de seu método e processo de escritura. A segunda: partindo da pesquisa de Roland Barthes que se ocupou com o estudo do haikai por causa da relação com o “incidente”, busca pessoal por uma forma análoga à experiência joyciana das Epifanias. Essa forma que Barthes chamou de “incidente” foi experimentada muito em suas obras: *O prazer do texto*, Roland Barthes por Roland Barthes, *Fragmentos de um discurso amoroso*, e em um texto inédito *Au Maroc* e nas crônicas da revista *Le Nouvel Observateur*, todas elas redigidas entre 1973 e 1979. Sobre suas tentativas de escritura em “fragmentos” [‘incidentes’ = nota] disse ainda: “eu giro em torno disso por intermitências, mas com insistência – e, portanto, que experimento suas dificuldades e seus atrativos” (BARTHES, 2005a: 210).

Por isso, nossa segunda hipótese é de que a obra *Água Viva* corresponda à realização da busca pessoal de Roland Barthes por uma forma análoga à das Epifanias de Joyce e, complementar a isso, atende, portanto, ao perfil da obra desejada por Barthes [que ele desejava escrever ou que alguém escrevesse]. Em suma, essa obra, sem preocupação com o gênero, deveria ser “simples, filial, desejável” (BARTHES, 2005b: 349). Tudo isso precisa ser verificado nos próximos passos da pesquisa.

2. Escritura entrelinhar em *Água Viva*

Escrevo ao correr das palavras.

Clarice Lispector

Clarice Lispector, em vários trechos de sua obra *Água viva* (1973), enuncia que seu fascínio pelo processo de escritura é o “correr das palavras”, é escrever o desconhecido, que não é esperado e vem do *devenir*.

Nesse sentido, chamaremos esse movimento de escritura, como denominou Lispector: “correr das palavras”, de movimento *para ver*, como atividade de visão que afigura e não *representa*, que apresenta pelo signo da abdução e da hipótese uma ideia em forma de conceito, de *percepto* segundo Deleuze (2014). Em entrevista intitulada *Abecedário de Gilles Deleuze* (1988-1989), o filósofo explica que *percepto* é “um conjunto de sensações e percepções que se tornaram independentes de quem as sentem”. Sua explicação envolve a concepção de *conceito*, *percepto* e *afeto*, e explica que ambos, por mais que sejam trabalhos independentes se entrelaçam constantemente, diferenciando-se pela análise que se pretende fazer, pelo percurso do pesquisador sobre a “questão de acentuar as coisas” (*idem*).

A escritura de Lispector é assim evoca percepções, sensações. Uma *escritura* que vive no *tempo grande* (BAKHTIN, 2013), lugar da arte, em que o fenômeno literário é visto em sua multiplicidade de tons, visões de mundo, sem aderir nunca ao já-dito e ao *pré*-escrito da ideologia oficial, dos sistemas ideológicos já formados. A Literatura, de forma geral, reflete as ideologias não oficiais, inacabadas, em formações.

Do romance, tomamos o signo “Água” do título, para falarmos que se o signo for reduzido a conceito/percepto ele não estará no espaço da compreensão responsiva (BAKHTIN, 2011), espaço da interpretação. Desse modo e como Bakhtin (2009) nos mostrou todo signo é ideológico, por isso, um signo não existe sem a relação com outro signo que o interprete (PEIRCE, 2003). E, assim, consequentemente, se inicia um percurso interpretativo, pois sempre um signo é intencional, pois intenciona sempre alguma coisa, refere-se a algo, não apenas ao seu significado, mas também a novos sentidos. Nessa abordagem, todas as análises sintáticas do texto constituem o material verbal como corpo vivo da enunciação, por serem as que mais se aproximam das formas

concretas da enunciação (formas sintáticas). Sendo a enunciação, o território para o estudo produtivo das formas. Para Bakhtin (2013), a organização sintática de um texto é a própria realização do dialogismo.

Esse todo da obra, essa escritura que pulsa, plena de signos e da relação entre signos, forma-conteúdo, é a *escritura* pela qual Lispector se joga, se lança adiante, de modo a escrever o mundo diferentemente, “improvisadamente” como diz, e por sua essência se entrelaça no jogo da construção combinatória e atividade criadora. Esse movimento de escritura, por sua potencialidade de fazer do texto e a leitura, mesmo sem se coincidirem, espaços de leituras infinitas (imagens-*matrioska*), de infinitos intertextos é o que chamaremos de “escritura entrelinhar” no romance *Água Viva*.

Essa noção de “escritura entrelinhar” tem base na potência do texto literário, da compreensão responsiva (BAKHTIN, 2011), e em relação às palavras precisas, ao sabor de Lispector, e muito mais pelas palavras não-escritas, pelas “entrelinhas” e o movimento de leitura e interpretação (BARTHES, 2010) por parte dos leitores da obra.

Recorremos a um trecho de *Água Viva* para demonstrarmos alguns aspectos da “escritura entrelinhar” de Clarice Lispector:

Escrevo-te toda inteira e sinto um sabor em ser e o sabor-a-ti é abstrato como o instante. É também com o corpo todo que pinto os meus quadros e na tela fixo o incorpóreo, eu corpo a corpo comigo mesma. Não se compreende música: ouve-se. Ouve-me então com teu corpo inteiro (LISPECTOR, 1973: 11).

Pelo exposto, depreendemos alguns recursos da “escritura entrelinhar” de Clarice em sua organicidade: a condição emotiva da linguagem expressa pela personagem-pintora, o diálogo interior, o signo que remete a outro signo, cena que remete a outra cena, a maneira de iniciar a frase, a utilização das pontuações ou ausências delas [Lispector

tinha preferência pela ausência das vírgulas], o poder sugestivo das palavras, do ritmo e das associações sensoriais, a presença do corpo como unidade e enunciação: o corpo que age. Esses recursos estão revestidos de vivências singulares e estéticas.

Para um leitor responsivo, ativo e atento, não bastará decodificar as palavras, nessa organização textual, apenas em seu sentido denotativo, contato mecânico, de decodificação e de identificação das palavras [primeira fase da compreensão], mas ir além do ato de reconhecimento do código, “sentir” o texto e dar sentido ao texto. Um “leitor móvel, plural” que “se põe a escrever” com o escritor pelo ato de leitura (BARTHES, 2003: 180), como coautor.

Esse “além do ato” corresponde à “compreensão responsiva” (BAKHTIN, 2011), que por sua vez, se relaciona ao ato em que a “leitura” e a “escritura” são associadas a duas atividades complementares: reconhecimento (leitura) como a desconstrução do texto [pelas categorias linguísticas, em especial pelas formas sintáticas, da relação entre as palavras, ou de palavra com o conjunto de palavras], e compreensão (escritura) como a construção de um outro texto.

A “escritura entrelinhar” de Lispector composta por palavras inscritas no “espaço literário” (BLANCHOT, 1987) de *Água Viva* (1973) e principalmente pelas *não-inscritas* [entrelinhas] nos movem à elaboração de sentidos, sensações (DELEUZE, 2007). Assim, centrada no dialogismo, no intertexto, de um pensamento a outro pensamento, de um signo a outro signo, de um texto a outro texto, a “escritura entrelinhar” se salta pela leitura como “compreensão responsiva”, de interpretação infinita, no todo do romance.

O romance como um mosaico de significações, de realidades potencializadas e afiguradas da vida social vai se construindo a partir da leitura tecida pelo leitor ativo, como algo sempre vindo do âmago de cada “entrelinha”, como imagens-*matrioska* da obra artística *Água Viva* (1973).

Por isso, essa “escritura entrelinhar” tem vocação visionária, próxima da ideia do cego que pode ser um vidente, na hipótese “obocular” (não no sentido de função fisiológica, biológica dos olhos, mas no sentido filosófico de visão) de Derrida (2010), em seu livro *Memórias de cego*.

Nesse sentido, Lispector procedeu mesmo com medo desse “desconhecido instante” a uma escritura de visão por meio das mãos em sua máquina de datilografia ou, às vezes, por meio de lápis, utilizando esses artefatos “como uma lâmpada de mineiro na ponta da escrita” (*idem*: 11), uma “prótese de vidente”. E essa essência “entrelinhar” da escritura de Lispector se relaciona à noção de “branco da escritura” (BARTHES, 1990), o que não quer dizer que pode ser categorizada, pois nada é possível de ser definido ou terminado, concluso em uma obra artística do estilo de *Água Viva* (1973). Nesse espaço da “escritura entrelinhar”, podemos falar também que a atividade de escrever corresponde simetricamente à atividade de leitura, como um complemento, uma continuidade da criação de espaços, páginas e brancos. A leitura como ato que restitui a virgindade da página em branco e o escrever como ato de criar “brancos”, criar “espaços”, espaços de manutenção do mistério, de pensamento, de ‘lançar dados’: ideia que emerge do poema de Mallarmé (1897), *Un coup de dés jamais n’abolira le hasard*.

Com esses parâmetros críticos delineamos nossa compreensão da noção de “espaço”, de “branco”, de “vazio” para darmos o contorno à noção de “escritura entrelinhar” em Clarice, na obra *Água Viva*, para além do dizível, para o lado de lá de dizer o *indizível*.

3. A palavra objetivada

Clarice, na entrevista realizada no Museu da Imagem e do Som (RJ), em 1976, já citada anteriormente, comentou que em 1963, quando escrevia *A paixão segundo GH*, passava por uma situação pessoal, a “pior das situações” - como falou - “tanto sentimental como de família, tudo

complicado”, e mesmo assim escreveu o romance mencionado que nada tinha a ver com a sua vida naquele momento, que nada refletia, então lhe perguntam: “Você acha que não?” E Clarice respondeu: “Acho, em absoluto. Porque eu não escrevo como catarse, para desabafar. Eu nunca desabafei num livro. Para isso servem os amigos. Eu quero a coisa em si” (SANT’ANNA; COLASANTI, 2013: 228-229).

Comentamos sobre essa parte da entrevista de Clarice, justamente para desconstruirmos a ideia que alia, no pensamento global, de que um escritor só escreve por causa de suas vivências pessoais biográficas, pois os fatos de vida vivida, apenas, não fazem de uma pessoa um artista. É necessário muito mais do que viver a vida, é preciso desenvolver o trabalho com a linguagem e o fazer artístico. O escritor, em sua função estética, utiliza-se da “palavra objetivada”, a palavra dita, articulada a partir da posição de autor-criador.

Na palavra objetivada, na escritura literária, optamos por falar da forma artística, que é dada, de acordo com Bakhtin (2011), pela palavra do autor. Dessa maneira, a “forma artística – palavra do autor organiza os conteúdos da palavra e da vida alheia [a de seu personagem]”. Segundo a explanação de Ponzio (2009: 59): “A palavra do autor tem que expressar uma alteridade real para que o personagem seja convincente, para que o conteúdo resulte em realidade e se obtenha verossimilhança de valores”. Esse resultado de verossimilhança, a obra de Lispector aqui em foco, atinge com louvor.

Alguns críticos dizem que a escritura de Clarice é autobiográfica, o que não discordamos, pelo alcance da potencialidade de sua criação artística, em torno da verossimilhança de valores, desse conteúdo próximo da realidade da vida, do diálogo interior e exterior que as pessoas travam no seu dia a dia, pela relação autor-personagem, isto é, pela forma-conteúdo. Mikhail Bakhtin nos faz perceber como essa relação entre forma e conteúdo é dialogicamente estruturada. É a relação dialógica da palavra literária com a palavra da vida concreta, cotidiana; da

forma artística com os conteúdos da vida social; do valor estético com os valores extraestéticos (PONZIO, L., 2016: 33). Esse ponto de vista constitui a alteridade no fazer artístico de Clarice Lispector.

A obra *Água Viva* demonstra sim aspectos de identificação, porém Ponzio (2009) esclarece que mesmo onde parece haver identificação [entre autora e personagem], a obra literária comporta sempre uma determinada distância, que acaba sendo a condição necessária para que o conteúdo receba forma artística. Essa distância é denominada na palavra literária, objetivada da teoria da linguagem e cultura de Mikhail Bakhtin por “exotopia”. E, portanto, a palavra literária, objetivada, por sua “exotopia”, é sempre dialógica, sendo o romance, apontado por Bakhtin (2013), como o gênero mais dialógico, especialmente, o romance polifônico de Dostoiévski.

A exotopia na escritura literária permite a representação da alteridade constitutiva da consciência e da palavra do autor-criador, no caso, da escritora Clarice Lispector. A palavra fica objetivada e o autor permanece fora dela. A obra literária como tal está irremediavelmente separada de seu autor: podemos encontrar nela o autor afigurado, convertido em outro, mas não o autor que representa o autor-pessoa, na sua unidade singular. Portanto, o movimento de criação é exotópico, é a primeira postura a ser tomada pelo escritor como “autor-criador” no campo estético e literário. O autor-criador se distancia do mundo da representação, toma posição a respeito desse mundo já pronto, olha a realidade de um outro ponto de vista, estético, para dizer coisas novas, introduzindo sua visão artística, que nunca fora vista antes. A esse novo ponto de vista artístico, chamamos de “escritura”.

É certo, diz Bakhtin (2011), que também na linguagem ordinária pode-se assumir o discurso como afigurado, objetivado, mas tal imagem objetivada não toma parte das intenções nem dos fins do emissor. Falamos de uma linguagem “ordinária”, no sentido original da palavra, no sentido de “ordem” e fazendo referência à “ordem do discurso”

desenvolvida por Foucault (1996), da comunicação humana na esfera extraliterária. Como exemplo, tomamos a palavra de um palestrante em um Seminário Acadêmico, o qual tem um propósito, uma finalidade determinada naquele espaço e para o público ouvinte. A partir de sua identidade acadêmica como palestrante, suas leituras, suas percepções teóricas etc. não presumem uma imagem objetivada, mas sim, objetiva, do cronótopo real, cotidiano, das esferas das funções sociais.

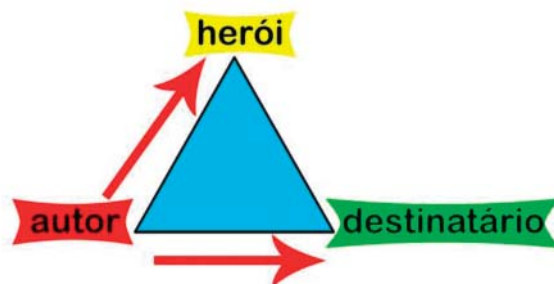
A palavra literária, ao contrário, é sempre palavra objetivada. Por esse motivo, nela podemos sentir o autor-criador, mas não vê-lo, como ocorre na palavra ordinária, extraliterária, direta, que tende à identificação do falante ou daquele que escreve com o “eu” do discurso, a exemplo do palestrante que mencionamos acima.

Por isso, como diz Bakhtin (2011), um escritor é aquele que sabe trabalhar com a língua permanecendo fora dela, é aquele que possui o dom de falar indiretamente. A “escritura entrelinhar” de Clarice Lispector em *Água Viva* fala indiretamente.

O diálogo no interior da obra, como nos mostra Bakhtin (2013) em seus estudos sobre a obra de Dostoiévski, não acontece somente entre “autor-criador e herói”. A arquitetônica da obra artística é influenciada pelo diálogo com um terceiro protagonista, o destinatário, que não é pessoa física, mas um terceiro elemento “virtual” (no sentido original, do latim *virtuale/virtualis* como “capacidade para, potência de *vir a ser*”) constitutivo da obra.

Como forma de representação dessa relação interna na obra literária, recorreremos ao esquema da interação dialógica elaborada por nós para a dissertação de mestrado Boeno (2013):

FIGURA 7: Esquema da interação dialógica: autor-herói-destinatário



Fonte: BOENO (2013: 79)

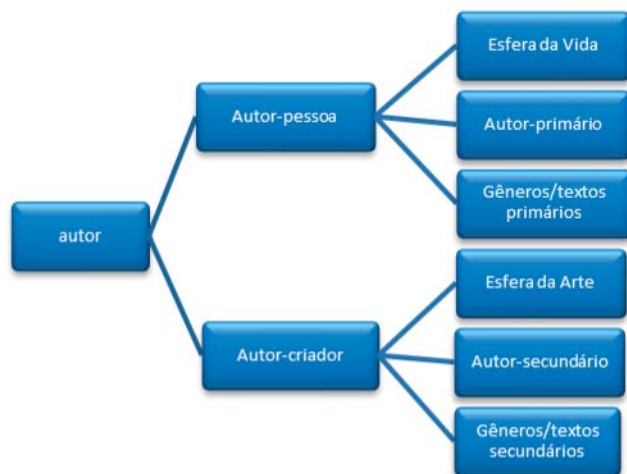
A “escritura entrelinhar” de Clarice na obra *Água Viva* é influenciada também por essa relação de participação entre autor→herói e autor→destinatário; por isso, capaz de alcançar valores artísticos, saindo dos interesses da contemporaneidade, da comercialização, da comunicação direta e vivendo no “tempo grande” (BAKHTIN, 2011), o tempo filosófico da criação estética.

Nessa “escritura” com valor estético, a palavra se dá, devidamente abordado acima, como “palavra objetivada”, distanciada, e apresentada como palavra de um herói (na concepção bakhtiniana), o *outro* em relação ao autor-criador, e não como palavra *objetiva*, como palavra direta do autor-pessoa.

Em nossa dissertação de mestrado abordamos a “Arquitetônica do Autor”, definida nos estudos de Bakhtin (2011), como as relações: entre autor-pessoa e autor-criador e entre autor-criador e herói no campo da criação artística que não é de indiferença, pois o autor-criador responde ao herói [distanciado do autor-pessoa], “às suas escolhas, nos confrontos de situações, pessoais e coisas”, e o desenvolvimento da “escritura”, por isso, não se mostra de forma neutra, indiferente e não participativa (BOENO, 2013: 76-81).

Nesse universo da afiguração na escritura literária, podemos apresentar uma síntese (com intenção pedagógica e didática) dessa “arquitetônica”. Vejamos:

FIGURA 8: Síntese didática da “Arquitetônica do autor”



Fonte: BOENO (2016b: 860)

O autor-criador é um elemento constitutivo da forma artística, que ocupa a posição criativa em relação ao material (sistema da língua) e ao conteúdo (visão de mundo e modo particular de ver o mundo, as pessoas, as coisas) Bakhtin (2010). No âmbito do objeto estético, o autor-pessoa na função de autor-criador vivencia a vida da personagem em categorias axiológicas, valores e visões de mundo inteiramente diversas daquelas em que vivencia em sua própria vida e a vida de outras pessoas, no mundo inacabado, sempre no *devenir*.

É evidente que podemos perceber na obra *Água Viva* (1973) traços, como já situamos anteriormente, de caráter biográfico, visto que a escritora é auto-objetivada esteticamente na personagem principal, pintora, sem nome, desenvolvendo-a de modo total e absoluta. Tal leitura é possível, levando-se em conta que a narrativa de Lispector em

Água Viva apresenta algumas evidências autobiográficas, possibilitando-nos pensar em uma relação da escritora consigo mesmo por meio da linguagem, da cultura e da escritura, não como deciframento de si por si, mas como abertura a sua atividade criativa, partindo do seu contexto ético de vivências, percepções e experiências.

Sobre isso, Bakhtin (2011: 6), em seu texto *O autor e a personagem*, diz que o autor-criador nos ajuda a compreender também o autor-pessoa, e que tais declarações sobre sua obra ganharão significado elucidativo e complementar. No mesmo texto, Bakhtin continua nos esclarecendo que no término de uma obra literária, as personagens criadas se desligam do processo que as criou e começam a levar uma vida autônoma no mundo. Nessa situação, a obra passa a viver no *tempo grande* da linguagem e da cultura, percorrendo o tempo filosófico distante do tempo cronológico de seu autor.

Considerações finais: algumas últimas palavras, mas não finais

O talento de Clarice Lispector é reconhecido nacional e internacionalmente. É evidente e necessário que os leitores de sua obra compreendam que sua atividade criadora não está vinculada aos fatos biográficos de sua vida pessoal, apenas podem ser tomados como ponto de partida para a leitura e reflexões, a nosso ver. O movimento de leitura feito por um leitor se dá por seu “horizonte social” (BAKHTIN, 2009: 45), de “compreensão responsiva” ativa, e é desse leitor atento que a obra *Água Viva* (1973) predica, pois se trata de uma obra que se abre a um infinito mar de possibilidades interpretativas.

Os recortes aqui desenvolvidos como resultados parciais de nossa pesquisa, referente aos dois primeiros semestres de doutoramento, encaminham-nos para o lineamento de uma análise estética e crítica do romance lispectoriano, partindo do delineamento da noção de “escritura entrelinhar” no espaço literário e pelo uso da “palavra objetivada”, sob

o ponto de vista da afiguração e do diálogo bakhtiniano, enriquecida pelos estudos de Roland Barthes, com relação ao texto de escritura e interpretação e também pelo viés da Crítica Textual, que consiste no levantamento dos testemunhos existentes da obra, etapa conhecida como *recensão*, seguida pelos procedimentos iniciais de *cotejamento*, comparação entre os testemunhos, com a meta de verificarmos o processo de transmissão dessa obra literária ao longo dos quarenta e três anos de sua publicação.

O delineamento e as reflexões sobre a “escritura entrelinhar” de Clarice nos dá a consciência dos perceptos, na configuração que estamos a construir. Deleuze (2007) explica que uma obra artística se compõe como texto que suscita “sensações e percepções” que vão além de seus leitores/espectadores, quando se dispõem a compreender tal obra de forma ativa e na postura de “ver pela leitura” a escritura criada.

Clarice Lispector, por meio de sua escritura que transpõe fronteiras e transgride os limites da linguagem e do pensamento, nos mostra perceptos criados a partir de suas vivências e experiências na vida, por seu discurso interior, singular e talentoso que é só seu enquanto escritora, enquanto autora-pessoa e ser inacabado.

Água Viva (1973) é uma obra que permite muitas e infinitas possibilidades de leitura, para as quais atribuímos como metáfora as imagens-*matrioska* que nos acenam a diversidade interpretativa e de compreensão responsiva, elaboradas a partir da leitura da “escritura entrelinhar”, a qual nos move a prosseguirmos pelos caminhos da pesquisa, ora iniciada. Também em busca de respostas, especialmente aqui delineadas como hipóteses, tanto pelo estilo da escritora e forma/estilo e conteúdo da obra como “fragmentos literários”, quanto ser a obra lispectoriana a realização do desejo de escritura em “Ut maior” (BARTHES, 2005b), almejada pelo escritor e filósofo francês, porém não concretizada em vida.

A pesquisa prossegue.

Referências

- BAKHTIN, M.M. [1929] **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.
- _____. [1963] **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- _____. [1975] **Questões de Literatura e de Estética**. A Teoria do romance. Equipe de tradução: Aurora F. Bernardini, José P. Júnior, Augusto G. Júnior, Helena S. Nazário e Homero F. Andrade. 6. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2010.
- _____. [1979] **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BARONAS, Roberto Leiser (Org.). **Do Acordo à Reforma Ortográfica**: reflexões linguísticas & discursivas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.
- BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- _____. Roland Barthes por Roland Barthes. Tradução Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- _____. **A preparação do romance I**: da vida à obra. Texto estabelecido, anotado e apresentado por Nathalie Léger. Tradução Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005a.
- _____. **A preparação do romance II**: a obra como vontade. Notas de curso no Collège de France 1979-1980. Texto estabelecido e anotado por Nathalie Léger. Tradução Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005b.
- _____. [1973] **O prazer do texto**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

BLANCHOT, Maurice. **O Espaço Literário**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BOENO, Neiva de S. **Memórias literárias**: das práticas sociais ao contexto escolar. 2013. 253 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem). Instituto de Estudos em Linguagem, PPGEL, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2013. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/ufmt/unidade/userfiles/publicacoes/5972979015547fb0db93c7e8bddd411d.pdf>> Acesso em: 25 set. 2016.

_____. **A escritura entrelinhar de Clarice**. In: Anais do VII Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica, Narrativas (Auto)biográfica: conhecimentos, experiências e sentidos. SOUZA, Elizeu Clementino de, MONTEIRO, Filomena de Arruda, PASSEGGI, Maria da Conceição. CD-ROM. Cuiabá: BIOgraph, 2016a. Disponível em: <http://viicipa.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2016/07/C4T_A-ESCRITURA-ENTRELINHAR-DE-CLARICE.pdf> Acesso em: 30 set. 2016.

_____. **Diálogo e escritura entrelinhar no romance *Água Viva* de Clarice**. In: Anais dos artigos completos do I Congresso Internacional de Ficção, Identidade e Discurso. Organização: Naiara Sales Araújo Santos. São Luís: Edufma, 2016b. Disponível em: < https://conifidcom.files.wordpress.com/2015/11/anais_i_conifid-versao_final.pdf> Acesso em: 30 set. 2016.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DELEUZE, Gilles. **Francis Bacon**: lógica da sensação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

_____. **Abecedário di Gilles Deleuze**. Letra I. A cura di Claire Parnet, regia di Pierre-André Boutang. DVD. Roma: Derive Approdi, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-fkv9IkG0_g&feature=youtu.be> Acesso 21 abr. 2016.

DERRIDA, Jacques. **Memórias de Cego**. O auto-retrato e outras ruínas. Tradução de Fernanda Bernardo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GOTLIB, Nádía Battella. **Clarice**: uma vida que se conta. 7ª edição rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

_____. **Clarice Fotobiografia**. 3ª. Edição anual. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

LISPECTOR, Clarice. **Água Viva**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Artenova, 1973.

_____. **Água Viva**. S/Identificação. Rio de Janeiro : Rocco, 1998.

MALLARMÉ, Stéphane. **Un coup de dés jamais n'abolira le hasard**. 1897. Disponível em: <<https://math.dartmouth.edu/~doyle/docs/coup/scan/coup.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2016.

PEIRCE, Charles Sanders. **Opere**. [obra completa]. A cura di M. A. Bonfantini. Milano: Bompiani, 2003.

PONZIO, Augusto. **A revolução bakhtiniana**: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea. Tradução Valdemir Miotello. São Paulo: Contexto, 2009.

PONZIO, Luciano [2000; 2008]. **Icona e Raffigurazione**. Bachtin, Malevic, Chagall. Milano: Mimesis Edizioni, 2016.

SANT'ANNA, Affonso R.; COLASANTI, Marina. **Com Clarice**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. **Para que Filologia/Crítica Textual?** In: Revista Acta – Revista do Grupo de Pesquisa “*A escrita no Brasil colonial e suas relações*”. Acta, Assis, v.1, 2011. Disponível em <[http://www.assis.unesp.br/Home/SitesInternos/RevistaActa/PARAQUEFILOLOGIACRITICATEXTUAL\(revistoISSN\).PDF](http://www.assis.unesp.br/Home/SitesInternos/RevistaActa/PARAQUEFILOLOGIACRITICATEXTUAL(revistoISSN).PDF)> Acesso em: 26 set. 2016.

SEVERINO, Alexandrino E. **As duas versões de Água Viva.** Remate de Males, Campinas (9): p. 115-118, 1989. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/article/view/2992/2475>> Acesso: 21 abr 2016.

Recebido em 10/10/2016 e aceito em 06/12/2016.

DEDICATÓRIAS EM OBRA DO SÉCULO XVI: INDÍCIOS DE MARCAS AUTORAIS

Rejane CENTURION

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

RESUMO

Em 1576, na oficina de Antônio Gonçalves, em Lisboa, fora publicada a “Historia da prouincia Sãta Cruz a que vulgarmete chamamos Brasil”, de Pero de Magalhães de Gândavo, o qual teria dedicado mais de dez anos de trabalho à sua elaboração. Durante o processo de escrita e reescrita, passou por diferentes versões, sendo três manuscritas anteriores à edição príncipe, as quais se encontram arquivadas em bibliotecas de três países diferentes. Cada versão manuscrita recebera uma dedicatória diferente, o que nos levou à investigação desse elemento pré-textual, a partir de Bakhtin (1997), Chartier (1998), Hue (2004), Pereira Filho (1965), entre outros, concebendo-o como um gênero discursivo, cuja função vai além de indicar uma homenagem ou pedido de proteção, mas também marcas autorais.

ABSTRACT

In 1576, in Antônio Gonçalves' typography, in Lisbon, the “Historia da prouincia Sãta Cruz a que vulgarmete chamamos Brasil” was published by Pero de Magalhães de Gândavo, who would have devoted more than ten years of work to its preparation. During the process of writing and rewriting, it went through different versions, with three previous manuscripts to prince edition, which are archived in three libraries in different countries. Each manuscript version received a different dedication, that led us to research this pre-textual element taking as references Bakhtin (1997), Chartier (1998), Hue (2004), Pereira Filho (1965), among others, conceiving it as a discursive genre, which function goes beyond indicating a tribute or a request for protection, but also authorship marks.

PALAVRAS-CHAVE

Dedicatórias. Século XVI. Gândavo. Gentileza. Proteção. Marcas de autoria.

KEYWORDS

Dedications. The XVI century. Gândavo. Gentleness. Protection. Authorship marks.

Introdução

A história de elaboração de uma obra é envolta de curiosidades (e, por que não, mistérios?) e informações nem sempre conhecidas pelos seus leitores. Ao referir-nos a obras antigas, a proporção se acentua. “[...] é complexa a história que um texto pode ter no processo de sua transmissão ao longo dos tempos” (CAMBRAIA, 2005: 63).

Em 1576, Pero de Magalhães de Gândavo, publicava, na oficina tipográfica de Antonio Gonçalves, em Lisboa, sua *Historia da prouincia Sãcta Cruz a que vulgarmete chamamos Brasil*¹, considerada a primeira história sobre o Brasil em língua portuguesa, procurando propagar, pois, vários aspectos da terra então descoberta: habitantes, capitanias, frutas, animais, sistema de governo, entre outros.

Antes de sua publicação, o texto passa, num intervalo de aproximadamente dez anos de trabalho, por um processo de escrita e reescrita, conhecendo-se três versões manuscritas anteriores à edição príncipe (PEREIRA FILHO, 1965; HUE, 2004), oportunizando o conhecimento de parte do histórico de sua elaboração e parte de suas condições de produção, sendo, pois, um diferencial, haja vista não ser uma regra as obras antigas e raras oferecerem tal histórico, havendo, portanto, quatro versões da obra em questão: os manuscritos *Tractado da prouinçia do Brasil* (ms.1), *Tractado da terra do Brasil* (ms.2) e *Historia da prouincia Sancta Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil* (ms.3); e a edição príncipe *Historia da prouincia Sãcta Cruz a que vulgarmete chamamos Brasil*.

Estamos, portanto, diante de um dêsses casos raríssimos de documentação integralmente conservada, de molde a

¹ Doravante “Historia”.

permitir a reconstituição do roteiro, exato e ao vivo, de um caso de gênese literária. Um mundo de fascinantes curiosidades, não só históricas, como literárias e estilísticas, inclusive lingüístico-filológicas, palpita no seio dêsses quatro textos. Além do que, representam êles quatro monumentos preciosos do patrimônio cultural e afetivo de todos os brasileiros, quatro retratos vivos e de corpo inteiro das fases de elaboração de uma obra que havia de ser o marco da nossa Historiografia (PEREIRA FILHO, 1965: 12).

Cada uma das versões manuscritas apresenta uma dedicatória diferente, o que nos levou a investigar esse elemento pré-textual à luz de alguns conceitos da Filologia e considerando a cena de enunciação. Inicialmente, discutimos a função da dedicatória na Idade Média; depois, apresentamos o *corpus*, em edição fac-símile e semidiplomática, seguido de considerações analíticas, de forma a tratar o gênero dedicatória como um indício de marca autoral.

1. Dedicatória na Idade Média: “moeda de troca”?

Ao estudarmos a tradição textual da “Historia”, um aspecto que nos instigou foi o fato de que as versões manuscritas foram dedicadas a personalidades diferentes (mantendo-se na edição príncipe o homenageado da terceira versão), sobre as quais apresentamos algumas informações.

A primeira versão manuscrita é dedicada à **Dona Catarina** de Áustria, que se casou com o rei João III em 1525, o qual reinou entre 1521 e 1557. Após a morte deste, assumiu D. Sebastião (de 1557 a 1578), neto de D. Catarina, a qual assumiu a regência do reino entre 1557 e 1562. **Dom Henrique**, segundo homenageado, no ms.2, foi o sucessor de Dom Sebastião, reinando entre 1578 e 1580. **Dom Leonis Pereira**,

homenageado na terceira versão manuscrita e também na edição príncipe, não pertencia à família real. Fora governador de Malaca e lutara contra o sultão de Achém, sendo o principal herói da defesa do território.

A partir de tal constatação, refletimos acerca dos motivos pelos quais o locutor pode ter decidido dedicar as versões da primeira fase (enquanto Tratado) a representantes da realeza, e as da segunda fase (enquanto História) a um então ex-governador, procurando ler especificamente a respeito deste elemento pré-textual tão importante ao panorama da obra, mas muitas vezes desconsiderado – a dedicatória.

Chartier (1998) aborda o fato de o autor da Idade Média estar entre a punição e a proteção. Punição devido às ações da Inquisição, as quais o forçavam, antes mesmo do reconhecimento do direito que tinha sobre sua obra, a ater-se à censura e interdição dos textos como primeira afirmação da sua identidade, o que corrobora a afirmação de que “a cultura escrita é inseparável dos gestos violentos que a reprimem” (p. 23). Em relação à proteção, destaca a função da dedicatória, a qual passa a ser utilizada como uma espécie de gesto de gentileza e respeito como estratégia para receber algo em troca. Determinado trecho da obra de Chartier (1998: 36-7) traz como ilustrações cenas de dedicatória do século XV, extraídas de manuscritos do referido século, nas quais seu autor entrega um manuscrito a quem se dedica a obra, nos casos ilustrados, uma duquesa e um rei, dos quais se espera proteção como forma de retribuir a oferta. Para Chartier (1998: 23), “as perseguições são como que o reverso das proteções, privilégios, recompensas ou pensões concedidas pelos poderes eclesiásticos e pelos príncipes. O espetáculo público do castigo inverte a cena da dedicatória”. É como se esta servisse como uma forma estratégica de fugir ao “castigo” de não receber permissão para a publicação de uma obra que não representasse os interesses da Inquisição, o que, de certa forma, funcionaria como proibição à sua leitura. Assim, ao se dedicar uma obra buscava-se, sobretudo, sua proteção.

Ao estabelecer a função autor, Chartier (1998: 39) coloca em questão a “condição” de autor, destacando que somente no século XVIII surgem autores que tentam viver de sua escrita. No século XVII, a cessão dos manuscritos aos livreiros-editores não proporciona uma renda suficiente², então, ao escritor desta época restam duas possibilidades:

Uma é que ele seja provido de benefícios, cargos, postos, caso ele não pertença a uma linhagem aristocrática ou burguesa, dispondo de uma fortuna patrimonial. Ou ele é obrigado a entrar nas relações de patrocínio e recebe uma remuneração não imediata de seu trabalho como escritor, sob a forma de pensão, de recompensa ou de emprego.

A dedicatória passa a funcionar, dessa forma, como um rito que inicia as relações de clientela ou patrocínio, podendo ser representada, tratando-se de um impresso, pelo oferecimento de uma cópia manuscrita com bela grafia e ricamente ornamentada ou um exemplar do livro impresso, luxuosamente encadernado e impresso sobre pergaminho, e não em papel, como as edições eram preparadas. O autor da Idade Média, a partir da dedicatória, tenta se proteger de uma provável punição ou ser recompensado por seus méritos:

No século XVII, no Ocidente, se o autor é um culpado em potencial, ele se vê também como um pensionista virtual. Ele teme que se lhe impute uma responsabilidade política ou religiosa, que lhe valeria uma punição, mas espera também que seus méritos sejam recompensados por uma pensão (CHARTIER, 1998: 38),

² Apesar de o *corpus* de nossa pesquisa ser do século XVI, utilizamos a referência de Chartier (1998) ao século XVII, pois acreditamos poder se enquadrar aquele, já que entendemos que no século XVI, tal cessão também não rendesse suficientemente.

o que nos leva a entender o funcionamento da dedicatória, na Idade Média, como “moeda de troca”.

Relacionando as afirmações de Chartier (1998) ao nosso objeto de investigação, é possível afirmar que as dedicatórias, nos quatro textos, tenham sido direcionadas aos seus homenageados não por mera gentileza, mas com a função de pedido de proteção, primeiramente ao poder real, e depois, a um “herói”, o que pode ser comprovado pelos seguintes versos de Camões (na edição príncipe) o qual pede, ao homenageado (Dom Leonis), pelo livro do amigo Gândavo: “E seja elle com vosco defendido, Como o foy de Malaca o fraco muro” (GÂNDAMO, 1576, f. 4r); e também pela seguinte afirmação de Gândavo (1576, f. 4v) na epístola a Dom Leonis: “Poronde com muita razam fauorecido desta confiança possa seguramente sair a luz com esta pequena empresa e diuulgala pela terra sem nenhum receo, tendo por defensor della a *Vossa Merve*”. Tal relação de interesse por proteção se reforça se considerarmos o fato de a segunda versão ser dedicada a alguém que ocupava o cargo de Inquisidor Geral. É como se Gândavo já estivesse adiantando um pedido de proteção disfarçado de gentileza.

Convém destacar que de acordo com Moura (2000: 131-2), “este D. Leonis Pereira, conquanto ilustrado pelos seus feitos guerreiros, com certeza não regressava a Lisboa propriamente coberto de retumbâncias da glória militar”, de forma que:

Muito provavelmente teremos de ver na dedicatória de Gândavo e nos versos de Camões que a acompanham um gesto de utilização da pena em prol de alguém que em tempos tivera um comportamento valoroso no Oriente e que, em Lisboa, estivesse porventura a atravessar uma situação próxima do desfavor, ou pelo menos da indiferença real, de modo a pôr-lhe os feitos em relevo e a auferir algum estipêndio condigno da solidariedade assim manifestada.

Como D. Leonis era rico (MOURA, 2000), existe a hipótese de que financiara a edição príncipe da “Historia”, corroborando as afirmações de Chartier (2008), para quem a dedicatória poderia funcionar como um gesto para receber algo em troca, neste caso, o “estipêndio” e a proteção do defensor de Malaca. Dessa forma, a afirmação de que a função da dedicatória seria a de pedido de proteção funciona, na verdade, no sentido de “passar como” pedido de proteção, pois Gândavo teria encontrado na dedicatória a contrapartida da “negociação”. Nos ms.1 e ms.2, por sua vez, ela “passa como” uma obrigação de vassalo, como o próprio locutor enfatiza, no entanto, a partir dela estaria, indiretamente, tentando encontrar um financiador para sua publicação: “[...] e o pobre do Gândavo surge com ar pedinchão e seu quê de sabujo, a distribuir *Tratados* a todos, como diva de alegoria barata, cornucópia na mão e sendais duvidosos, jogando flores por todos os lados” (PEREIRA FILHO, 1965: 45), corroborando nossa proposta de ler na dedicatória bem mais que gentileza e proteção.

Na seção seguinte, apresentamos a análise do *corpus* junto à consideração da dedicatória enquanto um gênero discursivo e, especificamente, das dedicatórias em questão como indícios de marcas autorais.

2. Apontamentos acerca da dedicatória como gênero discursivo e marca autoral

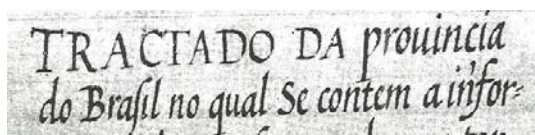
Comumente concebida como um componente de obras literárias, trabalhos acadêmicos, entre outros, a dedicatória, conforme apresentada no material em estudo, faz-nos pensá-la, a partir de Cox (2014), como um “gênero discursivo independente” junto a cada uma das versões na qual se encontra. Considerando que o locutor a inclui nas quatro versões com traços similares, e que os manuscritos sejam apógrafos e anônimos, seu estudo pode fornecer pistas para a investigação de indícios da voz do locutor da edição príncipe nas versões manuscritas, nos auxiliando a

responder: onde está Gândavo nos manuscritos?

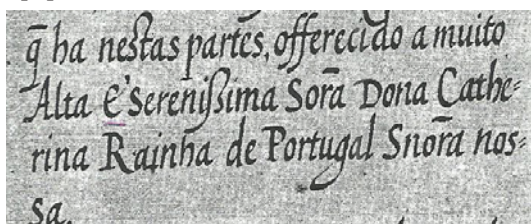
A seguir, a citação dos nomes dos homenageados como apresentados nas quatro versões. Três delas trazem-nos já na folha de rosto; depois, nas quatro versões, de forma específica, junto à página reservada à dedicatória, na qual o locutor direciona um texto epistolar ao homenageado. Em relação às terceira e quarta versões, o nome do homenageado também é visível antes da apresentação de tercetos e soneto de Camões:

a) primeira versão manuscrita:

a.1) folha de rosto:

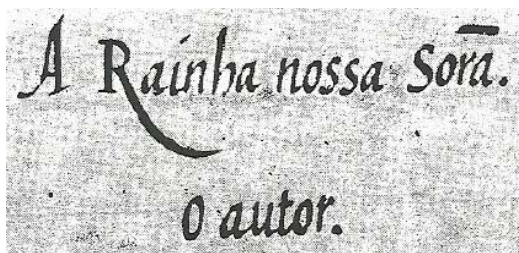


[...]



(GÂNDAVO, ms.1, f. 1r)

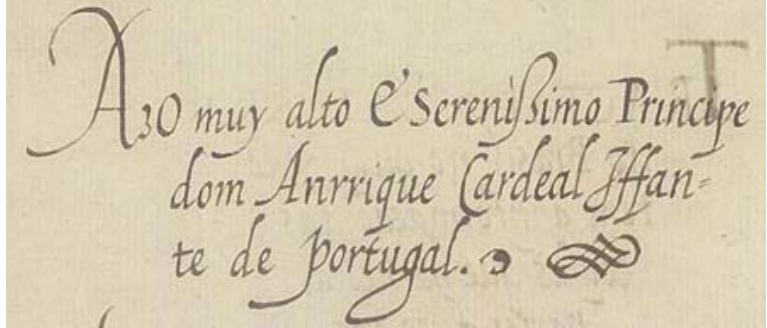
a.2) página da dedicatória:



(GÂNDAVO, ms.1, f. 1v)

b) segunda versão manuscrita:

b.1) página da dedicatória:



(GÂNDAVO, ms.2, f. 1v)

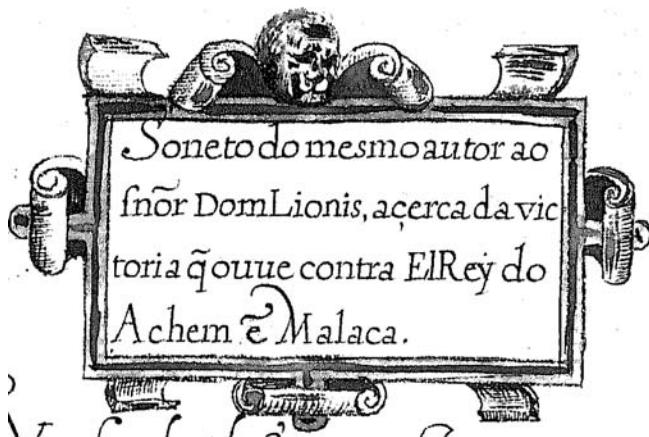
c) terceira versão manuscrita:

c.1) página inicial dos tercetos de Camões:



(GÂNDAVO, ms.3, f. 1r)

c.2) página do soneto de Camões:



(GÂNDAVO, ms.3, f. 4r)

c.3) folha de rosto:

HISTORIA
da prouíncia Sancta Cruz, a que
vulgar mente chamamos Brasil :
feita por Peto de Magalhães de
Gandauo, dirigida ao muito
Íllustre Sñor Dom Lionis
Pereira .

(GÂNDAVO, ms.3, f. 5r)

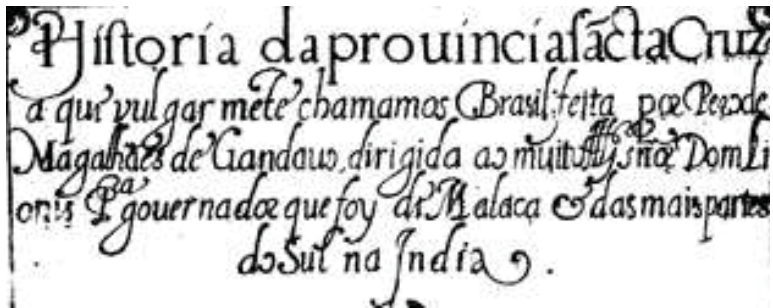
c.4) página da dedicatória:



(GÂNDAVO, ms.3, f. 5r)

d) edição príncipe:

d.1) folha de rosto:



(GÂNDAVO, 1576, f. 1r)

d.2) página inicial dos tercetos de Camões:

**Ao muito illustre senhor Dom
LIONIS PEREIRA sobre o liuro que lhe
offerece Pero de Magalhães: tercetos
de Luis de Camões.**

(GÂNDAVO, 1576, f. 2r)

d.3) página do soneto de Camões:

**Soneto do mesmo Autor ao senhor Dom
Lionis , acerca da victoria que ouue
contra el Rey do Achem
em Malaca**

(GÂNDAVO, 1576, f. 4r)

d.4) página da dedicatória:

**AO MVITO ILLVSTRE SENHOR
DOM LIONIS PEREIRA,
Epistola de Pero de
Magalhães.**

GÂNDAVO, 1576, f. 4v)

Um gênero discursivo, segundo Bakhtin (1997: 279), se constrói a partir de três constituintes: estrutura composicional, conteúdo temático e estilo:

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional.

Para este teórico, os três constituintes “fundem-se indissolúvelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação”, a qual elabora seus “tipos relativamente estáveis de enunciados” – os gêneros do discurso.

Para sustentar nossa proposição de vermos na dedicatória um gênero discursivo independente, procuramos mostrar, por referências textuais, sua constituição, a qual se dá por traços específicos no conjunto dos quatro textos, cuja composição se caracteriza por referências breves e não breves aos homenageados. As primeiras, no formato de frases curtas, se encontram em páginas diferentes à da dedicatória e numa espécie de cabeçalho na seção específica. As não breves são representadas pelo texto ao homenageado na página da dedicatória.

A tabela, a seguir, representa as referências breves:

TABELA 1: Referências breves aos homenageados

	folha de rosto	página da dedicatória	página inicial dos tercetos	página do soneto
ms.1	[...] oferecido a muito Alta e Serenissima Soã Dona Catherina Rainha de Portugal Snõra nossa.	A Rainha nossa Soã. O autor.		
ms.2		Ao muy alto e Serenissimo Principe dom Anrrique Cardeal Jffante de Portugal		

ms.3	[...] dirigida ao muito Íllustre Snõr Dom Lionis Pereira.	Epístola ao Senhor Dom Lionís.	Ao muito illustre Snõr Dom Lionis Pereira sobre o liuro q̃ lhe offerece Pero de Magalhães. [...]	[...] ao snõr Dom Lionis, açerca da victoria q̃ ouue contra ElRey do Achem ã Malaca.
e.p.	[...] dirigida ao muito Ill snõr Dom Lionis P ^{ra} gouernador que foy di Malaca E das mais partes do Sul na India.	AO MVITO ILLVSTRE SENHOR DOM LIONIS PEREIRA, Epistola de Pero de Magalhães.	Ao muito illustre senhor Dom LIONIS PEREIRA sobre o liuro que lhe offerece Pero de Magalhães [...].	[...] ao senhor Dom Lionis, acerca da victoria que ouue contra elRey do Achem em Malaca.

Nas versões da fase “tratado” (ms.1 e ms.2), a relação de similaridade se dá a partir da relevância que o locutor pretende conferir aos atributos dos homenageados: “muito Alta e Serenissima” (ms.1) e “muy alto e Serenissimo” (ms.2); e ainda na necessidade de apontar o reino ao qual pertencem: “de Portugal” (ms.1) e “de portugal (ms.2).

Na fase “história” (ms.3 e e.p.), por sua vez, a relação entre as duas versões é marcada por:

- a) lexia “illustre”: “Íllustre” e “illustre” (ms.3); “Ill”, “ILLVSTRE” e “illustre” (e.p.);
- b) concepção do texto da dedicatória como uma epístola;
- c) destaque aos atributos do homenageado: “muito Íllustre” e “muito illustre” (ms.3); “muito Ill”, “MVITO ILLVSTRE” e “muito illustre” (e.p.);

- d) indicação de feito glorioso do homenageado: “açerca da victoria ã ouue contra ElRey do Achem ã Malaca” (ms.3) e “acerca da victoria que ouue contra elRey do Achem em Malaca” (e.p.);
- e) indicação da dedicatória, na folha de rosto, a partir do verbo “dirigir”: “dirigida” (ms.3 e e.p.);
- f) indicação da dedicatória, na página inicial dos tercetos, a partir do verbo “oferecer”: “offerece” (ms.3 e e.p.).

Na comparação entre as fases, destacamos a indicação da dedicatória, a partir do verbo “oferecer”: “offerecido” (1ª fase – ms.1) e “offerece” (2ª fase – ms.3 e e.p.); e também o fato de o locutor se incluir nos textos: “O autor” (1ª fase – ms.1) e “Pero de Magalhaes”/ “Pero de Magalhães” (2ª fase – ms.3 e e.p.).

Citando, finalmente, similaridades entre as quatro versões, temos: necessidade de ressaltar as qualidades dos homenageados; intensificação dos atributos destes a partir do advérbio “muito”; e indicação topográfica.

As próximas figuras representam as referências não breves, tomando, pois, os textos constantes à seção da dedicatória de cada versão. Como método, apresentamos, à esquerda de cada tabela, o fac-símile do texto, e, à direita, nossa transcrição semidiplomática – com conservação da ortografia; desenvolvimento das abreviaturas; e indicação de mudança de linha com um traço vertical, e de página, com dois.

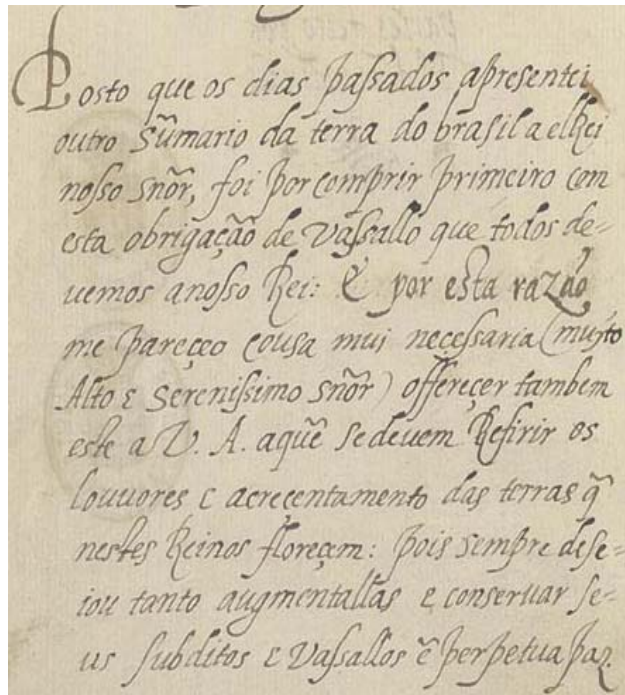
FIGURA 1: Dedicatória do ms.1

Não me pareceu cousa fora de propo-
 sito (muito alta é Sereníssima Sñora) mas
 antes devida e necessaria offerrecer a V.A.
 este Summario da provincia do Brasil,
 (cousa que ategora não imprende peſoa algua)
 assy por mostrar doberdiencia e obrigação
 de humil-vassallo, como tambem por dar
nouas particulares destas partes a V.A.
 onde por alguis annos me achei e colligi esta
breue informação na verdade e maior.

parte das cousas q' aqui escreuo Vi. e expre-
mentey. Pello q' ſpeço a V.A. me re-
ceba este pobre preſente como fructa da
terra, e com tamaña merce piarez sabey
feito logando a' regio sñor lhe de proſpe-
ros e largesimos annos de vida pora o'
seruir e me fazer muittas mentes. ----

1v. Não me pareço cousa fora de propo= | sito (muito alta e
 Serenissima Senhora) mas | antes diuida e necessária offerecer aVossa
 Alteza | este summario da prouíncia do Brasil, | (cousa que ategora não
 imprendeo pessoa alguã) | assy por mostrar aobediência e obrigação
 | de humil vassalo, como tambem por dar | nouas particulares destas
 partes aVossa Alteza | onde por algũs annos me achei E colligi esta |
 breue informação na verdade e a maior || 2r. parte das cousas que aqui
 escreuo vi. e expre= | menteý. Pello que peço aVossa Alteza me re= |
 çeba este pobre presente como fruita da | terra, E com tamaña merçe
 ficareý satis= | feito Rogando a nosso senhor lhe de prospe= | ros e
 largissimos annos deVida pera o. | servir e nos fazer muitas merçes. |
 (GÂNDARO, ms.1, f. 1v-2r).

FIGURA 2: Dedicatória do ms.2



Posto que os dias passados apresentei
 outro Sumario da terra do brasil a elrei
 nosso snor, foi por cumprir primeiro com
 esta obrigação de Vassallo que todos de-
 uemos ao nosso Rei: E por esta razão
 me pareceo cousa mui necessaria (muito
 Alto e Serenissimo snor) offerer tambem
 este a V. A. a que se deuem Refrir os
 lououres e acrecentamento das terras q'
 nestes Reinos floream: pois sempre dese-
 iou tanto augmentallas e conseruar se-
 us subditos e Vassallos e perpetua paz.

Como eu isto entenda, e conheça quam
 a^qu^oitos são os b^os serviços a V. A. que
 ao Reino se fazem imaginei comigo que
 podia trazer destas partes com que de^ose
 testemunho de minha pura tencão: e á^que
 que não se podia d^o fraco hom^om esperar
 maior serviço (ainda que tal não pareça)
 que lançar mão desta informação da
 terra do Brasil (coisa q^{ue} agora não im-
 prendeo pessoa alguma) pera q^{ue} nestes
 Reinos se de^ou^olga sua fertilidade e
 prouoque a muitas pessoas pobres que
 se vão viuer acsta prouincia, que nisso
 consiste a felicidade e augmento d^oella.
 E porque V. A. sabe quanto serviço
 de Deos e d^ol^ohe^o n^osso Sn^or seja esta

denunciação determinei collegilla com de-
 liberação de a offerrecer a V. A. aq^{ue}
 humilmente peço ma he^oba, e com tama-
 nha mere^o ficarei satisfeito rogando a
 n^osso Sn^or the de prosperos e largissimos
 annos de vida e deixe per-
 manecer seu Real estado
 em perpetua feli-
 cidade. am^o

1v. Posto que os dias passados apresentei | outro sũmario da terra
do brasil a elRei | nosso *senhor*, foi por cumprir primeiro com | esta
obrigação de vassallo que todos de= | uemos a nosso Rei: e por esta
razão | me pareço cousa mui necessaria (muýto | Alto E serenissimo
senhor) offereçer tambem | este a *Vossa Alteza* a quẽ se deuem Refrir os
| louuores E acreçentamento das terras *que* | nestes Reinos florem:
pois sempre dese= | iou tanto augmentallas e conseruar se= | us
subditos E vassallos e perpetua paz. || 2r. Como eu isto entenda, e
conheça quam | aççeitos são os bõs seruiços a *Vossa Alteza* que | ao
Reino se fazem imaginei comigo que | podia trazer destas partes com
que desse | testemunho de minha pura tenção: e acheý | que não se
podia dũ fraco homẽ esperar | maior seruiço (ainda que tal não pareça)
| que lançar mão desta informação da | terra do Brasil (cousa *que*
ategora não im= | preendeo pessoa algũa) pera *que* nestes | Reinos se
deuulge sua fertillidade E | prouoque a muitas pessoas pobres que | se
vão viuer a esta prouinça, que nisso | consiste a feliçidade e augmento
della. | E porque *Vossa Alteza* sabe quanto seruiço | de Deos e delRei
nosso *senhor* seýa esta || 2v. denunciação determineý collegilla com
de= | liberação de a offereçer a *Vossa Alteza* a quẽ | humilmente peço
ma Reçeba, E com tama= | nha merçe ficarei satisfeito Rogando a |
nosso *senhor* lhe de prosperos e largissimos | annos de vida E deixe
per= | maneçer seu Real estado | em perpetua felli= | çidade. amẽ |
Humilde vassallo de *Vossa Alteza* Pero de Magalhães || (GÂNDAVO,
ms.2, f. 1v-2v).

FIGURA 3: Dedicatória do ms.3


 este pequeno escruiço, muito illustre sñor,
 que offereço a vossa mercê das prêmicias
 de meu fraco entendimto, poderá' nalgua
 maneira concece os desejos que tenho de pagar e
 minha possibilidadi' a alguma parte do muito que se de-
 ue' a inclita fama de vosso heroico nome'. E' isto
 assi pelo merecimento do nobilissimo sangue e clara
 progenie' donde traz sua origem, como pelos trophe-
 os das grandes victorias e casos bem afortunados
 que he' lá' succedido nessas partes do oriente em que
 Deos o quis fauorece com tam larga mão, que não
 cuido ser toda minha vida bastant' para satisfazer
 a menor parte de seus louvores. E' com todas

estas razões me' pondo' em tanta obrigação, e' eu en-
tenda que' outra nenhuma cousa deue' ser mais aceita
a pessoas de altos animos que a Sicaõ das escrituras,
por cujos me'jos se alcançaõ os segredos de todas as
ciencias, e' os homes vem a illustrar seus nomes, e'
perpetuallos na terra com fama immortal: determi-
nej' escolher a vossa moço' entre' os mais eruditos da
terra, e' dedicar-lhe esta breui' historia. A qual es-
peço' qui' folgu' de vez com attençaõ, e' recebea ma
benigna mente' de haico de' seu emparo, assi por
ser cousa noua e' eu a escreuez como testimonho
de vista: como tambem por saber quam parti-
cular afficção vossa moço' tem as cousas do in-
genho, e' qui' por esta causa se não sece' me-
nos aceita o exercicio das escrituras, qui' o das
armas. Poronde' com muita razão, favorecido
desta confiança, posso seguramente sair a luz co'
esta pequena impresa, e' diuulgala pela terra

sem nenhum receo, tendo por defensor della a. V.
M. Sua illustrissima pessoa nosso senho' guarde
e' acrecente sua vida e' estado por longos e' felices
annos. —

6r. Nesti pequeno seruiço, muito illustre *senhor*, | qui offereço a
vossa merci das premicias | de meu fraco entendimeto, poderá
nalgũa | maneira conhecer os desejos qui tenho de pagar cõ | minha
possibilidadi alguã parte do muito que se de= | ue á inclita fama de
vosso heroýco nomi. E isto | assi pelo merecimento do nobilissimo
sangui e clara | progenie dondi traz sua origem, como pelos trophe=
| os das grandes victorias e casos bem afortunados | qui lhe haõ
sucedido nessas partes do orienti em qui | Deos o quis fauorecer com
tam larga maõ, que não | cuidio ser toda minha vida bastanti para
satisfazer | á menor parti de seus louuores. E como todas || 6v. estas
razoẽs me ponhaõ em tanta obrigação, e eu en= | tenda que outra
nenhuã cousa devi ser mais aceita | a pessoas de altos animos qui a
lição das escrituras, | per cujos meýos se alcançaõ os segredos de todas
as | ciencias, e os homẽs vêm a illustrar seus nomes, e | perpetualos na
terra com fama immortal: determi= | neý escolher a vossa merci entre
os mais *senhores* da | terra, e dedicarlhi esta breui historia. A qual es=
| pero qui folgui de ver com attenção, e Receberma | benignamenti
debaixo de seu emparo, assi por | cousa noua e eu a escreuer como
testemunha | de vista: como tambem por saber quam parti= | cular
affeição vossa merci tem ás cousas do in= | genho, e qui por esta causa
lhe não será me= | nos aceito, o exercicio das escrituras, qui o das |
armas. Porondi com muita razão, fauorecido | desta confiança, posso
seguramenti sair a luz cõ | esta pequena impresa, e diulgala pela terra
|| 7r. sem nenhum receo, tendo por defensor della a. *Vossa* | *Merci*.
Cuja illustrissima pessoa nosso senhor guardi | e acrecente sua vida e
estado por longos e felices | annos. || (GÂNDAVO, ms.3, f. 6r-7r).

FIGURA 4: Dedicatória da edição príncipe



E S T E pequeno serviço
(muito illustre senhor) que ofere-
ço a V.M. das premicias de meu fra-
co entendimento, poderá nalgũa
maneira conhecer os desejos que
tenho de pagar com minha possibi-
lidade algũa parte do muito que se
deue á inclita fama de vosso heroy-
co nome. E isto así pelo mereci-
mêto do nobilíssimo sangue & cla-
ra progenie donde traz sua origem,
como pelos tropheos das grandes

victorias, & casos bem afortunados que lhe hão succedido nestas par-
tes do Oriente em que Deos o quis fauorecer com tam larga mão,
que nam cuido ser toda minha vida bastante pera satisfazer á menor
parte de seus lououres. E como todas estas razões me ponham em
tanta obrigaçam, & eu entenda que outra nenhũa coisa deue ser
mais aceita a pessoas de altos animos que a liçam das escrituras, per
cujos meys se alcançam os segredos de todas as sciencias, & os ho-
mês vêm a illustrar seus nomes & perpetualos na terra com fama im-
mortal, determiney escolher a V.M. entre os mais senhores da ter-
ra, & dedicarlhe esta breue historia. A qual espero que folgue de
ver có attençaõ & receberma benignamente debaixo de seu empa-
ro: así por ser cousa noua, & eu a escreuer como testemunha de vi-
sta: como por saber quam particular affeiçam V. M. tem ás cousas
do ingenho, & que por esta causa lhe nam sera menos aceito o exer-
cicio das escrituras, que o das armas. Poronde com muita razam
fauorecido desta confiança possa seguramente sair a luz com esta pe-
quena empresa & diuulgala pela terra sem nenhum receo, ten-
do por defensor della a V. M. Cujá muito illustre pes-
soa nosso Senhor guarde & acrecete sua
vida & estado por longos &
felicis annos.

4v. NESTE pequeno seruiço | (muito illustre senhor) que offere= |
 ço a *Vossa Merve* das premicias de meu fra= | co entendimento, poderá
 nalgũa | maneira conhecer os desejos que | tenho de pagar com
 minha possibi= | lidade algũa parte do muito que se | deue á inclita
 fama de vosso heroy= | co nome. E isto assi pelo mereci= | mēto
 do nobilissimo sangue e cla= | ra progenie donde traz sua origem, |
 como pelos tropheos das grandes | victorias, e casos bem afortunados
 que lhe hão succedido nessas par= | tes do Oriente em que Deos o
 quis fauorecer com tam larga mão, | que nam cuido ser toda minha
 vida bastante pera satisfazer á menor | parte de seus louuores. E como
 todas estas razões me ponham em | tanta obrigaçam, e eu entenda que
 outra nenhũa cousa deue ser | mais aceita a pessoas de altos animos
 que a liçam das escrituras, per | cujos meynos se alcançam os segredos
 de todas as sciencias, e os ho= | mēs vêm a illustrar seus nomes e
 perpetualos na terra com fama im= | mortal, determiney escolher a
Vossa Merve entre os mais senhores da ter= | ra, e dedicarlhe esta breue
 historia. A qual espero que folgue de | ver cõ attençam e receberma
 benignamente debaixo de seu empa= | ro: assi por cousa noua, e
 eu a escreuer como testemunha de vi= | sta: como por saber quam
 particular affeiçam *Vossa Merve* tem ás cousas | do ingenho, e que por
 esta causa lhe nam sera menos aceito o exer= | cicio das escrituras, que
 o das armas. Poronde com muita razam | fauorecido desta confiança
 possa seguramente sair a luz com esta pe= | quena empresa e diuulgala
 pela terra sem nenhum receo, ten= | do por defensor della a *Vossa
 Merve*. Cujá muito illustre pes= | soa nosso Senhor guarde e acrecete
 sua | vida e estado por longos e | felicis annos. | | (GÂNDAVO, 1576,
 f. 4v).

As referências não breves, conforme pudemos observar, não apenas se mantêm no processo de elaboração da obra, como também se tornam mais amplas, como ocorre com a obra como um todo, representando, pois, uma marca autoral.

A primeira observação que fazemos é em relação ao locutor tomar o gesto do oferecimento da obra como uma “obrigação”:

- a) “Não me pareço cousa fora de proposito [...] mas antes diuida e neçessaria offereçer a *Vossa Alteza* este summario da prouinçia do Brasil, [...] por mostrar aobediência e **obrigação** de humil vassalo, [...]” (GÂNDAVO, ms.1, f. 1v, grifo nosso);
- b) “Posto que os dias passados apresentei outro sũmario da terra do brasil a elRei nosso *senhor*, foi por cumprir primeiro com esta **obrigação** de vassallo que todos deuemos a nosso Rei: e por esta razão me pareço cousa mui necessaria [...] offereçer tambem este a *Vossa Alteza* (GÂNDAVO, ms.2. f. 1v, grifo nosso);
- c) “E como todas estas razões me ponhão em tanta **obrigação** [...] determiney escolher a vossa merci entre os mais *senhores* da terra, e dedicarlhi esta breui historia” (GÂNDAVO, ms.3, f. 6v, grifo nosso);
- d) “E como todas estas razões me ponham em tanta **obrigaçam**, [...] determiney escolher a *Vossa Merce* entre os mais senhores da terra, e dedicarlhe esta breue historia” (GÂNDAVO, 1576, f. 4v, grifo nosso).

É como se a “obrigação” em dedicar a obra fosse o preço a se pagar pelo que se supunha receber em troca: apoio, financiamento, proteção, entre outros.

Assim como nas referências breves, são enfatizadas as qualidades dos homenageados, o que já era de se esperar haja vista as especificidades do gênero em questão, concentrando-se nesse aspecto o conteúdo temático esperado. Entre as tais qualidades, enfatizamos:

- a) Dona Catherina: “muito alta e Serenissima Sñora”;
- b) Dom Anrique: “muýto Alto e serenissimo snõr”, “a quẽ se deuem Refirir os louuores E acreçentamento das terras ã nestes Reinos florecem: pois sempre deseiou tanto augmentallas e

- conseruar seus subditos E vassalos e perpetua paz”;
- c) Dom Lionis/ms.3: “muito illustre sñor”, “inclita fama”, “heroýco nomi”, “nobilissimo sangui e clara progenie”, “tropheos das grandes victorias e casos bem afortunados”, “Deos o quis fauorecer com tam larga mão”, “naõ cuido ser toda minha vida bastanti para satisfazer á menor parti de seus lououres”, “pessoa de alto animo”, “defensor”, “illustrissima pessoa”;
 - d) Dom Lionis/e.p.: “muito illustre senhor”, “inclita fama”, “heroýco nome”, “nobilissimo sangue e clara progenie”, “tropheos das grandes victorias, e casos bem afortunados”, “Deos o quis fauorecer com tam larga mão”, “nam cuido ser toda minha vida bastante para satisfazer á menor parte de seus lououres”, “pessoa de alto animo”, “defensor”, “muito illustre pessoa”.

Além das referências aos homenageados, mostramos, a seguir, que o locutor também faz referências a si e à sua obra.

Ao se referir a si, pelos adjetivos e expressões utilizadas, o locutor tenta se colocar numa situação de inferioridade em relação aos seus homenageados:

- a) ms.1: humil vassalo;
- b) ms.2: vassalo, fraco homẽ, humilmente peço, Humilde vassalo;
- c) ms.3: fraco entendimento, debaixo de seu emparo;
- d) e.p.: fraco entendimento; debaixo de seu emparo.

E ao se referir à obra e ao seu trabalho, a tentativa de parecer humilde se repete:

- a) ms.1: breue informação, pobre presente, fruita da terra;
- b) ms.2: informação, denunciação;
- c) ms.3: pequeno seruiço, breui historia, pequena impresa;

- d) e.p.: pequeno seruiço, breue historia, pequena empresa.

Entendemos que apesar de o conteúdo temático esperado para o gênero dedicatória venha a ser o conjunto das referências (breves e não breves) à pessoa a quem se dedica a obra, ao inserir as referências supracitadas a si e à obra, o locutor o faz para dar mais ênfase ainda às qualidades de seus homenageados, colocando-os na qualidade de imortais, e ele, na de mero humilde mortal. Na redação da edição príncipe, há a seguinte referência à fama imortal que se pode alcançar pelas escrituras:

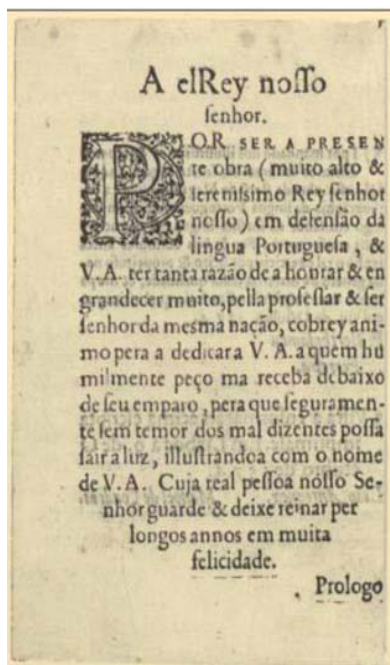
E como todas estas razões me ponham em tanta obrigação, e eu entenda que outra nenhũa cousa deue ser mais aceita a pessoas de altos animos que a liçam das escrituras, per cujos meynos se alcançam os segredos de todas as sciencias, e os homens vêm a illustrar seus nomes e perpetualos na terra com fama immortal, determiney escolher a *Vossa Merve* entre os mais senhores da terra, e dedicarlhe esta breue historia (GÂNDAVO, 1576, f. 4v).

Podemos notar que embora Gândavo acredite nisso para si, destaca e busca despertar no homenageado tal interesse, haja vista seu interesse próprio na publicação e proteção de sua obra. Assim, a partir da dedicatória, “vende” a fama imortal em troca do apoio à publicação.

Com o objetivo de reunirmos mais indícios que exemplifiquem, por referências textuais, a constituição do gênero em questão, consultamos a dedicatória constante à obra *Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da língua Portuguesa, com hum Dialogo que a diante se segue em defensam da mesma língua*³ (GÂNDAVO, 1574).

³ Esta publicação de Gândavo (1574), dedicada ao rei, apresenta preocupação com a escrita, e é contemporânea das gramáticas de Fernão de Oliveira e João de Barros, publicadas em 1536 e 1540, respectivamente. A obra funcionaria como um manual para aprender a ortografia portuguesa, a única (BUESCU, 1981), a propósito, entre as dos gramáticos portugueses, a ter

FIGURA 5: Dedicatória da obra “Regras”



A elRey nosso | senhor. |

POR SER A PRESEN= | te obra (muito alto e | serenissimo Rey
senhor | nosso) em defensão da | lingua Portuguesa, e | *Vossa Alteza*
ter tanta razão de a honrar e en= | grandecer muito, pella professar
e ser | senhor da mesma nação, cobrey ani= | mo pera a dedicar a
Vossa Alteza a quem hu= | milmente peço ma receba debaixo | de
seu emparo, pera que seguramen= | te sem temor dos mal dizentes
possa | sair a luz, illustrandoa com o nome | de *Vossa Alteza*. Cuja real
pessoa nosso Se= | nhor guarde e deixe reinar per | longos annos em
muita | felicidade. | Prologo

mais de uma edição no século XVI (1574, 1590 e 1592), sendo, portanto, o livro de regras gramaticais mais editado em Portugal em sua época (Doravante “Regras”).

Constatamos, junto às referências breves e não breves dessa, algumas semelhanças com as dedicatórias anteriormente estudadas, as quais contribuem não apenas para sustentar a constituição do gênero, mas apoiar a regularidade enunciativa:

- a) relevância às qualidades e importância do homenageado: “muito alto e sereníssimo Rey senhor nosso”, “*Vossa Alteza* ter tanta razão”, “real pessoa”;
- b) indicação topográfica: “ser senhor da mesma nação” – [Portuguesa]
- c) lexia “illustre”: “**illustr**andoa com o nome de *Vossa Alteza*”;
- d) emprego do advérbio “muito” para intensificar a qualidade do rei;
- e) apesar de não empregar o termo “epístola” junto às referências não breves, é possível entender que o locutor concebe o texto como uma carta ao rei;
- f) pedido de proteção: “ma receba debaixo de seu emparo, pera que seguramente sem temor dos mal dizentes possa sair a luz, *illustrandoa* com o nome de *Vossa Alteza*”;
- g) referência a si em situação de inferioridade em relação ao homenageado, tentando parecer humilde: “a quem humilmente peço ma receba debaixo de seu emparo”;
- h) referência à relevância da obra: “POR SER A PRESENte obra [...] em defesa da lingua Portuguesa, e *Vossa Alteza* ter tanta razão de a honrar e engrandecer muito”.

Os indícios apontados nos mostram similaridades às dedicatórias da “História”, havendo, portanto, uma relação de regularidade enunciativa entre os cinco textos. Assim, ao mobilizarmos este exemplo da primeira obra de Gândavo (1574), reunimos traços que confirmam a função da dedicatória como indício de marca autoral.

Considerações finais

Ainda sobre este elemento, importa um esclarecimento. Na segunda versão (GÂNDAVO, ms.2, f. 1v), temos: “Posto que os dias passados apresentei outro sũmario da terra do brasil a elRei nosso *senhor*, foi por compir primeiro com esta obrigação de vassallo que todos deuemos a nosso Rei [...]”, no entanto, o texto anterior fora dedicado à D. Catarina e trazia no título o termo “tratado”, e não “sumário”. Assim, alguns estudiosos desta obra passaram a cogitar a possibilidade de haver uma versão entre as duas supracitadas. Pereira Filho (1965, p. 44-8), com quem concordamos, descarta tal possibilidade elencando as seguintes razões: pelo nexó que as versões representam entre si, o tal sumário só poderia estar antes do ms.1 ou entre este e o ms.2. A primeira opção é descartada haja vista o ms.1 deixar indícios de que o assunto está sendo tratado pela primeira vez e também pelo fato de, se o ms.1 já fosse uma segunda versão, Gândavo teria feito alguma referência, como o fez no ms.2. Também descarta a possibilidade de haver outra versão entre os ms.1 e ms.2, pois não há, na tradição textual, nenhum indício ou alusão de outra versão, sendo que tudo o que há se enquadra em alguma das versões conhecidas, além do fato de haver um lapso de tempo muito curto entre estas. A duvidosa expressão do autor é o que restou, dessa forma, como parâmetro de análise para Pereira Filho (1965, p. 47), o qual cita Gândavo, a partir de exemplos das duas redações do Tratado, para mostrar que este usava o termo “sumário” de forma genérica, como um vocábulo para aludir às referidas redações. Sobre o fato de se referir à “Terra do Brasil”, e não “Província do Brasil”, o estudioso justifica como uma escolha lexical, a qual foi introduzida no próprio título do ms.2.

Pode ter “apresentado” ao rei o texto ora “dedicado” à Dona Catarina, cumprindo com a obrigação de vassalo, já que à sua época, todo o bem comum era antes proclamado como serviço prestado ao rei. Assim, estaria “avisando” a Dom Henrique (o homenageado em

questão) que o rei estava ciente do “assunto”. Quanto ao emprego dos termos “tratado” e “terra”, o primeiro pode ter sido empregado por fazer referência aos clássicos, já que era muito usado nos tempos da boa latinidade; o segundo, por sua vez, pelo fato de, na reescrita, o locutor entender que província fizesse referência a algo menor do que “terra”, lexia denotadora de algo mais amplo.

Considerando a hipótese de os manuscritos da “Historia” serem considerados anônimos e apógrafos, e encontrarmos pela análise da dedicatória marcas do discurso do locutor da edição príncipe, vemos nela bem mais que gentileza e proteção, mas um indício de autoria, conceito este que, para Foucault (2001, p. 26), vem a ser um “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência”, o que contribui, substancialmente, aos estudos filológicos. Pelo estudo, entendemos ser possível, a partir da regularidade enunciativa, nas dedicatórias, ver o Gândavo da edição príncipe nos manuscritos.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. **Introdução**. In: GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. **Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da Língua Portuguesa**. Edição fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. Disponível em: <<http://purl.pt/324/3/>> Acesso em: 06.set.2012

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador. Conversações com Jean Lebrun.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998.

COX, Maria Inês Pagliarini. **Deus:** uma presença quase obrigatória nos “agradecimentos”. In: BARONAS, Roberto Leiser; ARAÚJO, Lúcia Mara Boin Menossi de; PONSONI, Samuel. **Análise de discurso: continuidades, calibrações, interfaces.** Paulistana: São Paulo, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GANDAVO, Pero de Magalhães de. **Tratado da prouincia do Brasil.** ms.1. In: GÂNDAMO, Pero de Magalhães de. **Tratado da prouincia do Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1965. Edição preparada por Emanuel Pereira Filho.

_____. **Tractado da terra do Brasil.** ms.2. Disponível em: <<http://purl.pt/211>> Acesso em: 30.out.2011

_____. **Historia da prouincia Sãcta Cruz a que vulgarmete chamamos Brasil.** ms.3.

_____. **Regras qve ensinam a maneira de escrever e orthographia da língua Portuguesa, com hum Dialogo que a diante se segue em defensam da mesma língua.** Lisboa: Officina de Antonio Gonsalvez, 1574. Disponível em: <<http://purl.pt/12144/3/>> Acesso em: 06.set.2012

_____. **Historia da prouincia Sãcta Cruz a que vulgarmete chamamos Brasil.** Lisboa: Officina de Antonio Gonsalvez, 1576. Disponível em: <<http://purl.pt/121>> Acesso em: 02.abr.2012

HUE, Sheila Moura. **Introdução:** Peripécias de um livro. In: GÂNDAMO, Pero de Magalhães de. **A primeira História do Brasil: História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil** [Modernização do texto original de 1576 e notas, Sheila Moura Hue, Ronaldo Menegaz; revisão das notas botânicas e zoológicas, Ângelo Augusto dos Anjos; prefácio, Cleonice Berardinelli]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 13-25.

MOURA, Vasco Graça. **Sobre Camões, Gândamo e outras personagens: hipóteses de história da cultura.** Porto: Campo das Letras, 2000.

PEREIRA FILHO, Emanuel. **Introdução.** In: GÂNDAMO, Pero de Magalhães de. **Tratado da província do Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1965.

Recebido em 10/10/2016 e aceito em 06/12/2016

A IMAGEM DO INDÍGENA BRASILEIRO NO DISCURSO OFICIAL DO SÉCULO XVIII

Renata Ferreira MUNHOZ
Universidade de São Paulo (USP)

Paulo Roberto GONÇALVES-SEGUNDO
Universidade de São Paulo (USP)

Abel Leandro Freitas RODRIGUES
Universidade do Porto (U.PORTO)

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar como os governantes portugueses da segunda metade do século XVIII construíram a imagem dos índios brasileiros em seus discursos. A partir de textos do período pombalino e de uma proclamação endereçada aos próprios indígenas, pelo viés crítico-discursivo, observam-se, as estratégias linguístico-cognitivas de posicionamento e de aproximação espacial, temporal e axiológica empregadas na proposta de amizade e ruptura com o passado hostil.

ABSTRACT

This paper aims at analyzing how the Portuguese governors construed the image of the Brazilian Indians in their written discourses during the second half of the eighteenth century. The critical discourse analysis is based on some texts of the Pombaline period as well as on a proclamation addressed straight to the Indians, in order to observe the cognitive and linguistic strategies of spatial, temporal and axiological positioning and proximization employed in order to break up with the hostile past and to propose a friendly relationship.

PALAVRAS-CHAVE

Análise crítica do discurso. Ethos. Filologia. Morgado de Matens. Espaço discursivo.

KEYWORDS

Critical discourse analysis. Ethos. Philology. Morgado de Mateus. Discourse Space.

Introdução

Este artigo objetiva analisar a maneira como a imagem do indígena brasileiro foi construída no discurso oficial setecentista. Isso porque, na segunda metade do século XVIII, durante o período do governo do Rei Dom José I, em que as leis pombalinas visavam ao desenvolvimento econômico da metrópole e das colônias, os jesuítas foram responsabilizados como aqueles que atrasavam o progresso social e econômico dos domínios portugueses. Nesse sentido, a tratativa em relação aos índios alterou-se consideravelmente, de modo a valorizá-los como seres humanos livres e, portanto, desabonar as práticas jesuíticas. Contudo, nota-se que apesar das estratégias que visam à construção de um *ethos* positivo, as ideologias coevas permeiam todo o discurso.

Para o estudo mais detido do discurso oficial, apresenta-se uma análise de cunho crítico-discursivo de uma proclamação aos caciques dos índios redigida em 1767 pelo Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus. Para a melhor compreensão desse documento manuscrito, retrata-se sucintamente o contexto histórico de sua produção. A seguir, apontam-se características filológicas, de ordem paleográfica, codicológica e diplomáticas, que o configuram enquanto uma fonte primária da História “verdadeiro artefacto destinado a perpetuar um tempo vivido [que se] configura como o primeiro e indispensável passo para um processo que visa rememorar fidedignamente o passado” (RODRIGUES, 2006: 63).

De maneira central e com o respaldo de documentos coevos, desenvolve-se a análise crítico-discursiva do manuscrito, tendo como base de análise linguística o modelo cognitivo de Espaço Discursivo, com vistas à apreensão das relações entre autor e seus interlocutores.

1. Contexto histórico

O conceito de “civilização” é basilar ao discurso colonizador europeu do século XVIII, conforme SILVA (2014: 235). Essa noção carrega em si a carga semântica da alteridade coeva, uma vez que desde o século XVI o verbo “civilizar” significava “levar à civilidade, tornar civis os costumes”. Dessa maneira, é fundamental que se estabeleçam as diferenças entre o olhar que o colonizador português tinha sobre si e sobre o outro, representado, neste caso, pelo silvícola brasileiro. Como pontua ELIAS (1994: 23), “a consciência que o Ocidente tem de si mesmo” fez com que a visão predominante durante o período colonial fosse a de que os índios brasileiros eram “selvagens”, “bárbaros” e “insociáveis”. Esse posicionamento apoiava-se na constatação de que os indígenas não professavam a religião católica, tampouco tinham uma organização política nos padrões europeus.

Fruto dessa visão do Antigo Regime, permeada pelo iluminismo afluído e bem desenvolvido pelo Padre António Vieira no século anterior, o texto em que se apoiam as análises aqui propostas é o *Directorio, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão: em quanto Sua Magestade não mandar o contrario*¹ - doravante, “Diretório” - que objetivava mormente abolir as distinções entre os povos português e indígena.

Como indica MENDONÇA (2005), os 95 parágrafos² do Diretório resultam da observação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado como governador entre os anos de 1751 a 1759 do Estado do Grão Pará e Maranhão, local onde a questão indígena era de grande importância. Sua avaliação sobre os índios revela-se já no primeiro parágrafo: “Não se podendo negar, que os Índios deste Estado se conserváram até agora na mesma barbarie, como se vivessem nos incultos Sertoens,

¹ O Diretório, criado em simultaneidade à Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, estendeu-se a todo o Brasil posteriormente.

² Almeida (1997) divide o Diretório por temas: §§ 3 a 15 tratam da conversão e civilidade dos índios; §§ 16 a 34 versam sobre a agricultura; §§ 35 a 58, sobre o comércio; §§ 59 a 73 abordam a divisão do trabalho aos índios. Os demais parágrafos tratam, de maneira geral, das vilas indígenas.

em que nascerão, praticando os pessi³mos, e abominaveis costumes do Paganismo, não só privados do verdadeiro conhecimento dos adoraveis mysterios da nossa Sagrada Religião, mas até das mesmas conveniencias Temporaes, que só se podem conseguir pelos meios da civilidade, da Cultura, e do Commercio...”³

De acordo com o §4 do Diretório, o principal objetivo era o de cristianizar os índios, supostamente de maneira a reduzir sua distância social com o colonizador. Contudo, o ponto de vista etnofóbico é ressaltado no §10, em que se afirma o absurdo de serem chamados “negros”: “inj³usta, e escandalosa introducção de lhes chamarem Negros; querendo talvez com a infamia, e vileza deste nome, persuadir-lhes, que a natureza os tinha destinado para escravos dos Brancos, como regularmente se imaginava a respeito dos Pretos da Costa de Africa.”

Inserido na dinâmica da governança pombalina, o fidalgo português Dom Luís António de Sousa, o Morgado de Mateus, governou a capitania de São Paulo de 1765 a 1775. Os escritos desse Governador e Capitão-General acerca dos indígenas apoiavam-se sempre no preceito do trabalho agrícola como o meio mais eficaz de combater a ociosidade, verdadeiro entrave ao desenvolvimento econômico de sua capitania, exatamente ao encontro do que prevê o §68 do Diretório: “em todas as Naçoens civilizadas, e polidas do Mundo á proporção das Lavouras, das rnanufaéluras, e do Commercio, se augr³menta o numero dos Comerciantes, operarios, e Agricultores.”

Apesar de sua aparente fundamentação humanitária, o Diretório extrapola o objetivo de defender a liberdade dos índios. Segundo DOMINGUES (2000), a política pombalina intentava reestruturar a economia da região, sobretudo com vistas à redução do poder dos jesuítas e ampliação dos lucros da região, de maneira a evitar investimentos da coroa portuguesa. Essa intenção pode ser comprovada pelo fragmento de uma carta enviada pelo próprio Marquês de Pombal ao Morgado de Mateus: “Hà muitos tempos que | aqui tem Constado, que esses Sertoês

³ Diretório dos Índios, §3.

saõ ferteis em Indios, os quaes civilizados | naforma das Leys, eOrdens do mesmo Senhor,| Constituihiraõ Povaçoens Capazes depoderem man=|ter-se; havendo igualmente informação dequeos|Indios dessas partes são docéis, efaceis de Alde= |ar, e reduzir a Sociedade Civil, quehé oquemais importa” (MUNHOZ, 2015: 301).

2. O documento manuscrito

A correspondência manuscrita destinada aos caciques dos índios que habitavam as redondezas da capitania de São Paulo foi produzida pelo Morgado de Mateus em sua Secretaria de governo em 22 de abril de 1767. Uma vez que as correspondências eram produzidas em mais de uma via, acredita-se que esta tenha sido aquela agendada nos arquivos de seu cartório. Essa inferência deve-se ao fato de o original encontrar-se atualmente no Arquivo da Fundação Casa de Mateus, catalogado como documento individual sob a referência SICM 06.02. Encontra-se junto dos demais documentos que compõem o subsistema “Governo da capitania de São Paulo”, formado pelo conjunto dos documentos que o Morgado de Mateus levou consigo de volta a Portugal quando foi destituído do cargo, a fim de comprovar todas as etapas dos dez anos de sua atuação política.

Dada a sua relevância de conteúdo e a sua especificidade, esse manuscrito encontra-se reproduzido como protótipo no Catálogo do Arquivo (ALBUQUERQUE, 2005: 166).

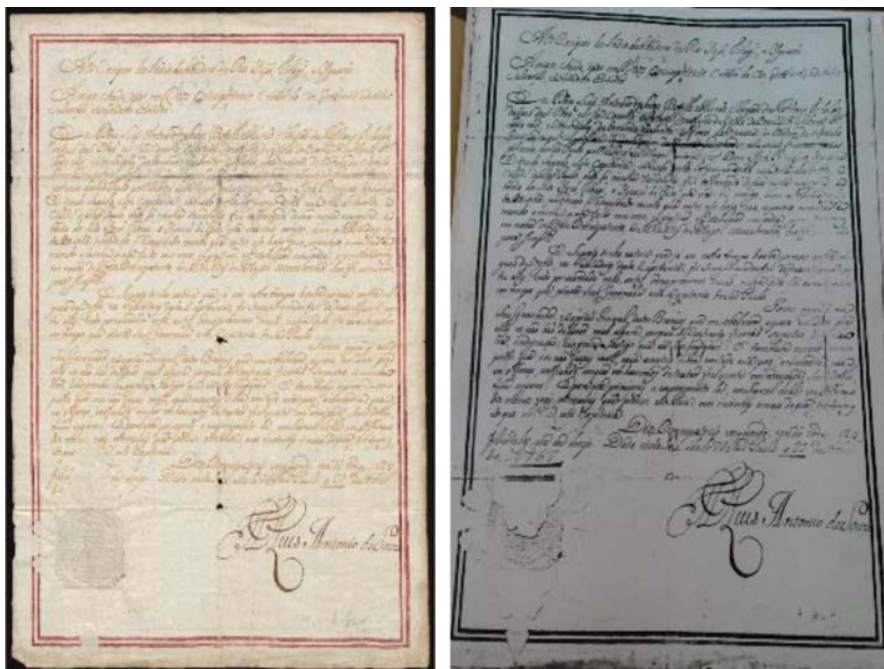
Interessante mencionar que há uma xerocópia deste documento integrando o acervo do “Museu Histórico e Pedagógico Morgado de Mateus” em Bauru. De acordo com o Arquivista Sérgio Losnak, uma grande quantidade de documentos reproduzidos por xerocópia em papel foi doada em 18 de agosto de 1980 pelo administrador da Casa de Mateus, Eng. Fernando de Albuquerque, o Conde de Mangualde, a Hilário Rosa, representante do museu na ocasião por intermédio de Roberto Padilha,

do Rotary Club de Bauru. Essa documentação é considerada de grande importância ao acervo e dela advém o atual nome do museu.

A espécie documental “proclamação” não consta nos catálogos acerca dos estudos diplomáticos: MARTINHEIRA (2000) e BELLOTTO (2002). Trata-se de um gênero produzido no Antigo Regime quando um detentor de um cargo público militar ou político desejava comunicar-se com as populações e motivá-las para o cumprimento de um determinado desiderato, como mensagem oficial do poder. Para tanto, as proclamações eram afixadas nos lugares de poder civil e religioso da capitania. Trata-se, portanto, de um documento oficial, com validade jurídica. Esta espécie tem um viés ligado à oralidade, haja vista a definição de BLUTEAU (1728: 248) “publicação em voz alta; pregão solemne”. A proclamação mantém as mesmas características estruturais das cartas, com linguagem formulaica nas partes diplomáticas: protocolo inicial, texto e protocolo final, conforme se apresenta a seguir, em sua reprodução fac-similar e respectiva transcrição semidiplomática, em que se mantêm todas as características da grafia original e as linhas são separadas por barras verticais (|).

2.1 Reprodução fac-similar

Seguem as imagens do documento manuscrito. A primeira, colorida, consiste na reprodução digital do original e a segunda, em preto e branco, na xerocópia:



2.2 Transcrição

Aos Caciques dos Indios habitantes dos Rios Yapó, Tibagi, eYguaçu. | Amigos, Saude, epaz emDeos Omnipotente, Creador do Cêo, edaterra, edetodos | Salvação, eVerdadeiro remedio. | EuDom Luis AntoniodeSouza Botelho Mourão, MorgadodeMatheus, | Fidalgo | daCasa deSua Magestade, edoSeu Conselho, SenhorDonatariodaVilla deOvelha do Maraõ Al- | caide mor, eComendador daComenda deSanta Maria deVimioza daOrdem de Christo | Governador actual doCastello daBarra deVianna, Governador, eCapitão General daCa- | pitania deSãoPaulo porElRey dePortugal meuSenhor Dom Iozé Primeiro donome: | E tendo chegado aesta Capitania; etomado posse doGovernodella naVilla deSantos, e | Cidade deSão Paulo, onde hé minha residencia, fui informado de que nessa margem e | borda dos

Rios Yapó, Tigagi, e Yguaçu há Povos que vizinhaõ comigo, ecom os Portadores des- | taMinha jurisdição, e desejando muito que entre nós haja paz, comercio, eamizade, | mando a minha gente falar com vosco, e a praticar, eEstabelecer concordia, prometendovoz | em nome deDeosOminipotente, edeElRey dePortugal meuSenhor, boafé, eamizade | paraSempre. | ESuposto tenho noticia que já em outro tempo houve armas entre al- | guns dosVossos, eos habitantes destaCapitania, foi Successoaccidental de desconfiança en- | tre elles, não por mandado nosso, antes odesaprovamos muito, e alem disso foi esseSucesso | em tempo que estava Sem Governador estaCapitania deSãoPaulo. | Porem agora q^{ue} eu | SouGovernador, eCapitãoGeneral destes Brancos que meobedecem, espero em Deos que | estes vos não haõ defazer mal algum, porque doContrario ficaraõ sugeitos aminha | ira, eindignação, eaogrande castigo que eu lhes heidedar: E tambem espero davossa | parte que nos não façais mal, eque aceyteis deboa vontade esta paz, e concordia, que | vos offereço, confiando emque vos havemos de tratar fielmente em amizade Sem dolo, | nem engano. Epara que principieis a experimenta-la, emSignal della vosOffereço | dos mimos mais estimaveis que produz estePaiz, evos inviarey o mais de que gostarez, | edeque abunda esta Capitania. | DeosOmnipotente vos guarde, evos dê todas as | felicidades, que eu desejo. Dada nestaCidade deSão Paulo a 22 deAbril | de1767. | DomLuis Antonio deSouza

2.3 Aspectos filológicos

Uma análise paleográfica permite determinar, a partir do estudo da grafia do manuscrito, que se trata de um documento original autógrafo. Grafado pelo punho do próprio autor intelectual, o Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo, conta com sua assinatura no campo da subscrição. A caligrafia é humanística, bastante regular e legível, com traçado (*ductus*) feito por mão hábil, com letras individualizadas e dextróginas (tombadas à direita). A pautação imaginária é bastante

observada pelo autor, com distribuição regular do texto no papel, compondo uma mancha bastante regular. Do mesmo modo, as margens são obedecidas. Vale ressaltar, contudo, que o traçado duplo que delimita as margens representa um acréscimo posterior ao documento, haja vista a qualidade da tinta e o seu posicionamento, que se sobrepõe à última letra da assinatura. Os elementos comprovam, pois, ser a escrita produzida por mão hábil, de acordo com os critérios estabelecidos por MARQUILHAS (2000).

A partir da Codicologia, é possível observar as características físicas do documento. A exemplo dos demais documentos produzidos pela Secretaria de governo do Morgado de Mateus, o texto foi redigido sobre suporte cartáceo, da marca D&C Blauw, cujas medidas são 35cm de altura por 22cm de largura. Embora o suporte esteja em excelente estado de conservação, apresenta as marcas de dobradura, que dividem o papel em quatro partes na horizontal e em duas na vertical, indicando que a correspondência tenha sido remetida dentro de um envelope, ou de modo a compor o próprio sobrescrito. O instrumento de escrita é a pena de ave e a tinta empregada é a ferrogálica, de diferentes qualidades para o texto e para a subscrição.

Destaca-se um carimbo, ou selo de lacre, feito à base de cera vermelha por sinete e recoberto por recorte de florácea em papel com brasão com as armas do Morgado de Mateus, próximo à margem esquerda do leitor. Sua função era a de cancelar, identificar a autoria e, portanto, conferir autoridade jurídica ao documento.

Os aspectos diplomáticos que devem ser levados em conta são os elementos que compõem a estrutura textual do documento. Essas características que o tornam um documento bastante peculiar fundamentam sua gênese como um documento diplomático capaz de registrar e legitimar o ato administrativo com finalidade pública nas palavras de BELLOTTO (2002: 17). Objetivando, neste caso, estabelecer um contato com os povos que vizinhavam a capitania de São Paulo a fim de garantir a paz.

Quanto à construção do texto, nota-se a tentativa de interlocução da maneira mais simples possível, inclusive com vocabulário menos erudito do que o comumente empregado pelo Governador em suas correspondências nas esferas pública e privada. A constatação dessas estratégias corrobora a consciência autoral acerca de seus interlocutores, colocados em posição de inferioridade social.

Interessante apontar que o Morgado de Mateus não emprega pronomes de tratamento. Ora tratando em terceira pessoa “há povos que vizinham comigo”; ora por meio de pronomes possessivos de segunda pessoa do plural: “alguns dos vossos”, “vossa parte”; ou ainda empregando o “nós” de inclusão e pertença ao grupo, o autor parece evitar o estabelecimento de um dado pronome de tratamento e, por conseguinte, o juízo de valor sobre a posição social de seus destinatários.

3. Análise da Proclamação

3.1 Sobre discurso, cognição e linguagem: pressupostos teóricos fundamentais

Os estudos discursivos e, dentre eles, especialmente, os crítico-discursivos têm se preocupado, cada vez mais, com a integração da Linguística e da Cognição em seu arcabouço de análise, que já conta, desde suas origens, com um diálogo estrito com a História e as Ciências Sociais.

Em especial, no que concerne a uma análise textual de documentos históricos, torna-se essencial a integração de todos esses saberes para que uma análise coerente e reveladora dos processos de construção e reconstrução do sentido possa ser bem empreendida. Por conseguinte, um trabalho multidisciplinar sobre a realidade discursiva se torna necessário. Assim, assume-se, neste trabalho, a visão de GONÇALVES-SEGUNDO & ZELIC (2016: 68), ligada aos estudos crítico-discursivos, segundo os quais

o discurso é encaixado socialmente, constituído pela história e desenvolvido interacionalmente. Além disso, é constitutivamente dialógico, cognitivamente (re)construído e materializado na forma de texto em distintas modalidades semióticas. Por fim, é atravessado por padrões de representar, agir e ser (BOLÍVAR, 2003; VAN DIJK, 2014; FAIRCLOUGH, 2003).

Para a análise textual aqui depreendida, enfocar-se-á, prioritariamente, a dimensão das representações instanciadas, procurando dar atenção ao papel que este texto cumpre na rede interdiscursiva de um discurso ainda em formação, em um ponto de tensão entre representações conflitantes acerca do indígena, que se guiam, é claro, pelos interesses do colonizador, conforme se mostrará posteriormente.

Nesse sentido, torna-se relevante atentar para esse jogo discursivo por meio da construção estratégica da voz autoral em termos de dimensões *espaciais*, *axiológicas* e *temporais* na proclamação. A fim de observar, com detalhe, tal procedimento, partir-se-á da tipologia de operações de *construal* proposta por HART (2014), com especial atenção à estratégia discursiva de *posicionamento*, ligada ao sistema cognitivo de *perspectivação*.

CROFT (2012) entende *construal* como a estruturação semântica da experiência, que está diretamente relacionada a nossas capacidades cognitivas de apreensão da realidade interna e externa, por um lado, e ao contexto situacional e cultural, por outro. Todo *construal*, portanto, envolve direcionamento de atenção, categorização, esquematização de cenas e pontos de perspectiva assumidos pelo falante-escritor de forma a guiar a conceptualização das cenas, dos eventos, das situações e das entidades pelo ouvinte-leitor, tendo em vista parâmetros sociointeracionais e discursivos relevantes, de caráter estrutural, tais como os gêneros discursivos, as relações de poder e a ideologia.

O modelo de HART (2014) – ainda em construção e, portanto, passível de revisão, adaptações e ampliações, como vindo desenvolvendo GONÇALVES-SEGUNDO (2014; 2016) para o Português – prevê um conjunto de categorias para uma abordagem discursiva do *construal*, orientada para se pensar no papel da linguagem na mobilização de ações sociais e na legitimação de estados de mundo. Para isso, os autores dialogam com as abordagens sobre metáfora (KÖVECSES, 2010), mesclagem conceitual (FAUCONNIER & TURNER, 2002), esquematização (TALMY, 2000; LANGACKER, 2008), espaço discursivo e espaço dêitico (CHILTON, 2004, 2014) e proximização (CAP, 2013), dentre outras.

Essas duas últimas estão diretamente associadas à construção da perspectiva nos textos e às formas pelas quais a voz autoral constrói um espaço discursivo ao redor do *self*, que inclui o seu *endogrupo*, em face de um *exogrupo*, com o qual estabelece relações hostis ou pacíficas, de apoio ou resistência, tendo em vista aproximações e distanciamentos primordialmente espaciais – entre o *aqui* e o *lá*, entre o nosso território e o território deles, entre o conhecido e protegido *versus* o desconhecido e perigoso –, temporais – entre o passado, o presente e o futuro, ora comprimindo essas dimensões, ora alongando-as, ou ainda ofuscando tais fronteiras, tendo em vista as visadas persuasivas dos enunciadores – e axiológicos – entre o positivo e o negativo, o certo e o errado, o bom e o ruim, o preferível e o evitável, dentre outras possibilidades. Segundo CAP (2013), *construals* que privilegiam aproximações, nesses eixos, tendem a estar vinculadas a discursos de legitimação de intervenção, como é o caso do texto em análise neste artigo. Neste estudo, contudo, ver-se-á que a tentativa é de aproximação rumo à conciliação e a relações cordiais, e não rumo ao conflito, conforme os estudos de Proximização tendem a enfocar.

Expostos sinteticamente os pressupostos teóricos fundamentais, passa-se à análise discursivo-textual⁴.

⁴ Maiores detalhamentos quanto à construção do Espaço Discursivo e da perspectiva serão

3.2 Sobre a dinâmica entre *endo* e *exogrupo* no espaço discursivo

O texto selecionado apresenta uma organização conceptual complexa em termos da relação entre *endo* e *exogrupo*, que é refletida nas dimensões social, espacial, temporal e axiológica do Espaço Discursivo (ED). A análise permitirá mostrar instâncias de disjunção temporal, de aproximação social, axiológica e espacial que colaboram para efeitos retórico-persuasivos visados pelo Morgado de Mateus, em sua tarefa de estabelecer paz, comércio e amizade com os índios, na busca de civilizá-los e cristianizá-los, conforme aponta o Diretório e outros documentos relevantes do período.

Em termos da dimensão social do ED, largamente associada à construção de objetos-do-discurso – referentes, a depender da orientação teórica assumida –, é possível depreender uma tentativa de aproximar o *exogrupo* – constituído pelos caciques e pelos índios de que habitam os Rios Yapó, Tibagi e Yguaçu – do *endogrupo* – o Morgado de Mateus e os brancos portugueses – no Presente construído pelo *self*enunciador, o que revela a busca de construir um novo *nós*, pela partilha de um conjunto de valores comuns, a saber: a civilidade e a cristandade.

Essa aproximação do *eles* em relação ao *nós* já é observada no início do documento, em que a voz autoral se refere aos caciques como *Amigos*, forma de cortesia que indica essa proximidade rumo a um mesmo grupo. Tal efeito de sentido é reforçado pela apresentação que o Morgado de Mateus faz em relação à divindade, quando realiza, neste mesmo parágrafo, seus votos em relação aos índios: *Saude, epaz emDeos Omnipotente, Creador do Céu, edaterra, edetodos / Salvaçaõ, eVerdadeiro remédio*. A apresentação da Divindade em termos universais insere a todos – índios

oferecidos, quando necessário, no decorrer da análise.

e brancos – em um mesmo grupo, submetido aos mesmos princípios escatológicos e terrenos.

Tal construção – dentre outras ao longo da proclamação – encontra-se nitidamente associada às diretrizes do Diretório – nomeadamente, a de “cristianizar, e civilizar estes até agora infelizes, e miseráveis Povos, para que saindo da ignorância, e rusticidade, a que se acham reduzidos, possam ser úteis a si, aos moradores e ao Estado” (Diretório, 1757, §3).

Destacou-se a subdivisão interna do *endo* e do *exogrupo* entre líderes e subalternos como reflexo do tratamento do Morgado de Mateus às relações intragrupais. A voz autoral dialoga diretamente com os caciques, em uma relação em que se simula uma igualdade de poder e, portanto, deferência; já em relação aos membros do *endogrupo*, o enunciador deixa explícito que exerce poder sobre eles, como forma de garantia do estabelecimento de paz e de concórdia com os indígenas, conforme se pode observar no excerto seguinte: *Porem agora que eu SouGovernador, eCapitãoGeneral destes Brancos que meobedecem, espero em Deos | que estes vos não baõ defazer mal algum, porque doContrario ficarão sujeitos aminha | ira, eindignação, eaogrande castigo que eu lhes heidedar [...]*⁵

O verbo *obedecer* assinala uma relação de poder temporal entre a voz autoral (*me*) e os membros de seu grupo, referenciados como *Brancos*, assumindo, assim, terminologia corrente entre os habitantes da colônia. Além disso, a menção à *ira* e à *indignação*, nomes que instauram reações afetivas no plano da insatisfação, em geral, associados à instanciação indevida de um acontecimento que não deveria ocorrer, reforça a construção de um desejo autoral de consolidação de uma relação não hostil entre os grupos e a garantia pessoal de que qualquer transgressão a essa atitude será punida. O uso da primeira pessoa do singular como Sujeito e Agente do processo *dar o grande castigo* corrobora nesse efeito e envolve diretamente o Morgado de Mateus, centro do ED construído.

⁵ Deve-se destacar que a apresentação da voz autoral, na proclamação, com todos os seus honoríficos, também consiste em uma forma de demonstrar, para o exogrupo, seu poder diante do endogrupo e, por extensão, incutir temor e/ou respeito.

É relevante destacar tal excerto, na medida em que a voz autoral realiza uma importante disjunção temporal, que cinde dois momentos em termos das relações entre índios e brancos na colônia. Tal disjunção – temporal, na base, mas também axiológica, conforme demonstrar-se-á – consistirá em um dos pilares da sustentação retórica da proclamação.

Seguindo a proposta de CHILTON (2014), pode-se propor uma subdivisão da dimensão temporal em cinco regiões: o Presente (P), centro do ED, que engloba não somente o tempo da enunciação, mas uma conceptualização autoral de todos os acontecimentos que envolvem esse momento, sejam eles passados ou futuros; o passado e o futuro próximos (PP e FP), conceptualizados como regiões temporais cujos acontecimentos impactam diretamente o Presente ou são por ele impactados; e, por fim, o passado e o futuro distantes (PD e FD).

Uma primeira consideração importante diz respeito ao fato de a proclamação centrar-se na enunciação de eventos presentes cujas consequências são orientadas para o futuro. Há apenas um excerto que focaliza o passado próximo, e este está diretamente ligado a um comportamento presente. A segunda consideração relevante está associada, contudo, ao papel crucial da construção ligada ao passado distante para o efeito retórico-persuasivo da proclamação como um todo. Será por meio do contraste entre esses dois momentos (PD e P) que o Morgado de Mateus construirá seus *ethos* e procurará mobilizar o *pathos* do *exogrupo*, com o provável fim de conquistar sua confiança. Seguem os excertos em ordem condizente com a sequência textual:

(1) PD: ESuposto tenho noticia que já em outro tempo houve armas entre al- | guns dosVossos, eos habitantes destaCapitania, foi Successoaccidental de desconfiança en- | tre elles, então por mandado nosso, antes odesaprovamos muito, e alem disso foi esseSucesso | em tempo que estava Sem Governador estaCapitania deSãoPaulo.

(2) PP: E tendo chegado aesta Capitania; etomado posse doGovernodella naVilla deSantos, e | Cidade deSão Paulo, onde hé minha residencia, fui informado de que nessa margem e borda dos Rios Yapó, Tigagî, e | Yguaçu há Povos que vizinhaõ comigo, ecom os Portadores destaMinha jurisdição

(3) P → FD: e desejando muito que entre nós haja paz, comercio, eamizade, mando a minha gente falar com vosco, e a praticar, eEstabelecer concordia, prometendovoz | em nome deDeosOminipotente, edeElRey dePortugal meuSenhor, boafé, eamizade | paraSempre

(4) P → FD: Porem agora que eu | SouGovernador, eCapitaõGeneral destes Brancos que meobedecem, espero em Deos que | estes vos não haõ defazer mal algum, porque doContrario ficaraõ sugeitos aminha | ira, eindignação, eaogrande castigo que eu lhes heidedar: E tambem espero davossa | parte que nos não façais mal, eque aceyteis deboa vontade esta paz, e concordia, que | vos offereço, confiando emque vos havemos de tratar fielmente em amizade Sem dolo, | nem engano.

(5) P → FP: Epara que principieis a experimenta-la, emSignal della vosOffereço | dos mimos mais estimaveis que produz estePaiz, evos inviarey o mais de que gostarez, | edeque abunda esta Capitania.

Em (1), a voz autoral constrói um passado remoto – não identificado no tempo (*em outro tempo*), o que colabora para o efeito de distanciamento – marcado pelo conflito entre os grupos. É relevante destacar a seleção

léxico-gramatical do enunciador, que opta por metonímias INSTRUMENTO POR AÇÃO – *houve armas* por *houve conflitos* – e baixa quantificação – *alguns dos Vossos* – para invocar, textualmente, a temática bélica, reduzindo, assim, o teor crítico de seu relato e possíveis interpretações de censura às atitudes do exogrupo. A baixa quantificação é, inclusive, deveras estratégica, na medida em que não imputa o comportamento violento à toda comunidade indígena, evitando possíveis associações de que a *agressividade* seria um traço ligado ao *exogrupo* como um todo.

É de extrema relevância, também, o uso do pronome *elles* em *foi Sucessoaccidental de desconfiança entre elles*, que engloba índios e brancos em um mesmo grupo não identificado nem com o *endo* ou com o *exogrupo* atuais. Em outros termos, não só os tempos são outros, mas também as pessoas são outras, o que resulta em um distanciamento temporal, social e axiológico em relação ao que ocorre em P.

Destacar o caráter *accidental* do conflito, somado à atitude de *desconfiança* e à ausência de governador na Capitania, em contraste com a busca do vínculo atual de *amizade, paz, concórdia e comércio* e com a presença de um líder – a própria voz autoral –, atua como um mecanismo de dissociação que embasa um raciocínio transitivo (REBOUL, 2004), de forma que se A leva à B, então, não A leva a não B. Em outros termos, o que se faz em P é o oposto do que se tinha em PD e, mesmo assim, o que ocorreu em PD foi *accidental*; logo, em P, não ocorrerá de forma alguma (ou em probabilidade ínfima). Nesse sentido, pode-se depreender que a hierarquização consiste em traço positivo e eufórico no discurso do Morgado de Mateus, corroborando o discurso do Diretório, que a concebe como elemento da civilidade.

(2) e (3) encontram-se encadeados sequencialmente no texto, integrando parte do segundo parágrafo. É relevante que a voz autoral tenha construído a Figura narrativa *fui informado de que nessa margem e borda dos Rios Yapó, Tigagí, e | Yguaçu há Povos que vizinham comigo, e com os Portadores des- | taMinha jurisdição* – evento textualizado em primeiro

plano, por meio do Pretérito Perfeito – como oração principal de um período que apresenta uma subordinada temporal não finita, o Fundo, que ressalta a contiguidade temporal entre os dois planos – *E tendo chegado aesta Capitania; etomado posse doGovernodella naVilla deSantos, e | Cidade deSão Paulo, onde hé minha residência [...]*. Nesse sentido, o Morgado de Mateus, ao aproximar temporalmente os dois eventos, simula que a preocupação com a questão indígena é de primeira ordem, com prioridade sobre outros aspectos do gerenciamento da capitania, procedimento voltado ao *pathos*, demonstrando uma mudança na conduta metropolitana em relação aos povos indígenas, merecedores de atenção e de atendimento privilegiado. Por conseguinte, busca-se o vínculo de confiança entre os grupos.

Tal procedimento fica nítido em (3), em que o verbo *mandar*, no Presente do Indicativo, em primeira pessoa do singular, textualiza uma atitude presente do governador de enviar membros do *endogrupo* para o estabelecimento de relações pacíficas e para a realização de comércio com o *exogrupo*. Assim, a construção autoral atualiza uma estratégia de aproximação espacial no sentido *endo* → *exogrupo*, embasada não na hostilidade do passado, mas na conciliação do presente. É relevante apontar que a voz autoral constrói essa proximidade espacial com vistas a uma aproximação axiológica, para uma convergência de valores, que levará a uma situação permanente, um estado que sairá do presente e atingirá o futuro distante, como se verifica em *prometendovoz | em nome deDeosOminipotente, edeElRey dePortugal meuSenhor, boafé, eamizade | paraSempre*.

A aproximação axiológica é fato relevante de análise, uma vez que ela está associada ao discurso do Diretório, que visa a uma ruptura com as representações vigentes sobre o indígena até aquele momento. Como bem ressalta SANTOS (2014:), o Diretório visava a preparar os índios para vida civil, o que implicava a adoção do idioma português, o respeito às distinções sociais, a imitação do estilo de vida português e

a prática de atividades econômico-comerciais. Tal processo culminaria na sua transformação em homens de verdade, para, posteriormente, tornarem-se cristãos. A instrução dada pelo Morgado de Mateus ao chefe da expedição para o descobrimento dos sertões do Tibagi em 1767, Francisco Pinto de Rego, retrata a perspectiva iluminista e o consequente conflito representacional, de base axiológica, vigentes na época:

(6) Os índios não são feras, mas sim homens racionais.
| E, por isso mesmo, por que são racionais, hão de fugir
dos que | os perseguirem, afugentarem, matarem e lhe
roubarem suas | mulheres e filhos. E, pelo contrário, hão
de buscar e seguir aos que | lhes fizerem justiça e os
receberem com caridade [...]

(7) E achan- | do-se os índios deste Estado vivendo
nos bosques como feras, destitui- | dos de todo o
conhecimento, não só da civilidade, mas até de que
há | uma união universal de racionais, que se chama
sociedade civil, | é necessário advertir que necessitamos
de fazer que os índios sejam | primeiro homens, antes
que possam ser cristãos, por que, do contrário, | seria
perder o grão do evangelho e lançá-lo entre as pedras
infru- | tíferas.

O excerto (6) permite depreender uma tentativa de subverter o discurso vigente sobre o indígena. A negação que inicia o segmento sinaliza uma contraposição direta à concepção de que índios seriam feras, circulante no período, tornando-a epistemicamente distante do *self*. Assim, as atitudes dos indígenas – antes interpretadas como sinais dessa rusticidade – são, aqui, reconceptualizadas a partir de um olhar racional, que lhes restitui a humanidade. Como homens, reagirão positivamente à justiça e à caridade.

Interessantemente, em (7), os mesmos indígenas são comparados a *feras*, atributo que decorre de sua moradia nos bosques, em ambiente rústico. Tem-se, portanto, um conflito aspectual: os indígenas não **são** *feras*; eles **estão** *feras*. Retirar-lhes deste estado torna-se, portanto, a missão do colonizador, que lhes deve dotar, antes, de civilidade – atributo que fará com que eles estejam aptos à cristianização, a tornarem-se “terra fértil”, em uma recuperação da alegoria que embasa a construção da Parábola do Semeador (Mateus 13: 1-9; Marcos 4: 3-9; Lucas 8: 4-8).

Essa visão retoma o conceito de civilidade previsto no Diretório que, conforme Santos (2014: 248), consiste na completa mudança cultural dos índios, com fixação ao território, abandono da língua e adoção de valores europeus, tais como o cristianismo e o trabalho como forma de combater a ociosidade e promover a autosuficiência econômica. Assim, é possível depreender – deste passado conceptualizado como distante na carta do Morgado de Mateus – oposições bem marcadas entre o *endogrupo* e o *exogrupo*. Enquanto aquele, representado pelos brancos, era concebido como civilizado, cristão, urbano, humano, socialmente organizado, racional e sedentário, valores euforizados na cultura europeia, o indígena era tomado como rústico, pagão, silvícola, fera, desorganizado socialmente, irracional e nômade, valores disfóricos ao europeu. Nesse sentido, o discurso do Diretório e, por conseguinte, o discurso do governador da Capitania de São Paulo orientam-se no sentido de construir, no Presente, um *exogrupo* que se desloca axiologicamente rumo aos valores eufóricos do *endogrupo*, recebendo, discursivamente, tratamento análogo ao que se daria aos membros deste grupo. Logicamente, trata-se de um discurso etnofóbico adornado como salvacionista, com nítido viés de intervenção sobre a cultura e o modo de vida do outro.

Os excertos (4) e (5) já apresentam essa dinâmica pressuposta. Como se observa em (4), o Morgado de Mateus constrói uma atitude de oferecimento pessoal, calcando no seu *ethos* como representante da

metrópole a relação de *paz, amizade e fidelidade* oferecida. A propósito, é relevante destacar a inscrição textual do verbo *oferecer*, que está associado a um movimento espacial, de transferência, ainda que metafórica, de uma origem centrada no *endogrupo* para um destino centrado no *exogrupo*. Em outros termos, a construção autoral parece privilegiar o *endogrupo* como aquele que proporcionará as condições ideais para a aproximação do *exogrupo*, rumo a um futuro *sem dolo nem engano*.

Como prova da sinceridade de tal compromisso, a voz autoral – em (5) – constrói, no FP, a oferta e o envio de produtos desejados pelo *exogrupo*, em um gesto de aproximação espacial e transferência de bens, realizada no território do outro, sem que isso implique conflito; pelo contrário. Nesse sentido, há inclusive uma simulação de subserviência à vontade deste outro – *evos inviarey o mais de que gostareyz, edeque abunda esta Capitania* –, gesto que aponta para a busca de relações cordiais entre grupos.

Isso posto, é possível depreender na proclamação:

a. uma relação interdiscursiva com o Diretório e com o discurso circulante naquele momento histórico sobre a natureza do indígena;

b. a articulação de um discurso de proximização espacial, no Presente, do *endogrupo* em relação ao *exogrupo*, calcada em uma proximização *axiológica* deste em relação àquele, apoiada na noção de *civilidade*;

c. o uso da disjunção temporal e axiológica como estratégias discursivas que visam ao convencimento do *exogrupo* sobre a nova postura da metrópole frente aos grupos indígenas;

d. um obscurecimento das fronteiras entre os grupos ao longo do texto, que insere, ainda que inicialmente, os índios no mesmo grupo que os portugueses, tomando como eixo a religiosidade que se pretende instaurar no *exogrupo*, a partir da proposta de civilização.

Conclusões

Diante da sucinta contextualização histórica e dos apontamentos filológicos, desenvolveu-se uma análise discursiva da proclamação produzida pelo Morgado de Mateus endereçada aos índios que habitavam os arredores da capitania de São Paulo. Observou-se que o manuscrito, cuja espécie documental é bastante peculiar no contexto das correspondências administrativas oficiais do Brasil colonial, visa a estabelecer relações amistosas entre o endogrupo, de que participa o autor, e o exogrupo, de que fazem parte seus interlocutores. Pelas análises calcadas na perspectiva crítico-discursiva, observam-se as estratégias retórico-persuasivas empregadas pelo autor no ED, a fim de construir vínculos de paz, de amizade e relações comerciais com os caciques. Para tanto, o Governador serve-se do conceito de civilidade em voga no período e protocolado pelo Diretório.

A perspectiva pombalina de mudança na tratativa dos índios, imbricada à desvalorização das missões jesuíticas, está presente no ED da proclamação, em suas dimensões social, espacial, temporal e axiológica, com o objetivo de comprovar a situação de ruptura com o passado de hostilidades pela construção de um futuro de integração entre brancos e índios.

Por meio da construção em seu discurso oficial de um *ethos* mais positivo aos indígenas, o Morgado de Mateus atende aos ditames da coroa portuguesa acerca da primazia da questão indígena e, em última instância, delega à posteridade a sua própria imagem como sendo um governante respaldado pelos conceitos da era das luzes em que esteve inserido.

Referências

ALBUQUERQUE, T. (Coord.). **Casa de Mateus**: Catálogo do Arquivo. Vila Real: Fundação da Casa de Mateus, 2005.

ALMEIDA, R. H. **O Diretório dos Índios**: Um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

BLUTEAU, R. **Vocabulario portuguez & latino** [...] Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1728.

BOLÍVAR, A. Análisis del Discurso y compromiso social. **Akademios**, vol 5., n. 1, 2003, p. 3-71.

CAP, P. **Proximity**. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing/John Benjamins North America, 2013.

CHILTON, P. **Language, Space and Mind**: The Conceptual Geometry of Linguistic Meaning. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

_____. **Analysing Political Discourse**: Theory and Practice. London: Routledge, 2004.

CROFT, W. **Verbs**: Aspect and Causal Structure. Oxford: Oxford University Press, 2012.

DOMINGUES, Â. **Quando os índios eram vassalos**: Colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FAIRCLOUGH, N. **Analyzing Discourse**: Textual Analysis for Social Research. London: Routledge, 2003.

FAUCONNIER, G. & TURNER, M. **The way we think**: Conceptual blending and the mind's hidden complexities. New York: Basic Books, 2002.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R.; ZELIC, H. C. RELACIONAR-SE É INVESTIR: ideologia, cognição e metáfora no discurso sobre relacionamento em revistas femininas para o público adolescente. In: MEDEIROS, B. W. L.; NASCIMENTO, L. (Orgs.). **Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso**: heranças, métodos objetos. 1ed. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016, v. 1, p. 64-91.

_____. Convergências entre a Análise Crítica do Discurso e a Linguística Cognitiva: Integração Conceptual, Metáfora e Dinâmica de Forças. **Veredas**, v. 18, n.2, p.32-50, 2014.

HART, C. **Discourse, Grammar and Ideology**: Functional and Cognitive Perspectives. London: Bloomsbury, 2014.

KÖVECSES, Z. **Metaphor**. A Practical Introduction. 2^a ed. New York: Oxford University Press, 2010.

LANGACKER, R. **Cognitive grammar**: a basic introduction. New York: Oxford University Press, 2008.

MARQUILHAS, R. **A Faculdade das Letras**: Leitura e escrita em Portugal no séc. XVII. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

MARTINHEIRA, J. S. **Catálogo dos Códices do Fundo do Conselho Ultramarino relativos ao Brasil existentes no Arquivo Histórico Ultramarino**. Rio de Janeiro: Editora Nórdica, 2000.

MENDONÇA, M. C. de. **A Amazônia na era pombalina**. Brasília: Senado Federal, 2005.

MUNHOZ, R. F. **Filologia e discurso na correspondência oficial do Morgado de Mateus**: edição de documentos administrativos e estudo das marcas de avaliatividade Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RODRIGUES, A. L. F. (org). **José Anastácio da Cunha**: O Tempo, as Ideias, a Obra e... Os Inéditos. Braga: Universidade do Minho, 2006.

SANTOS, F. L. A “civilização dos índios” no século XVIII: da legislação pombalina ao “plano” de Domingos Barreto. In: **Revista histórica**. São Paulo, n. 170, p. 233-260, jan.-jun., 2014.

TALMY, L. **Towards a Cognitive Semantics** v. 1. Cambridge: MIT Press, 2000.

VAN DIJK, T. A. **Discourse and Knowledge**: A Sociocognitive Approach. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

Fontes

Directorio, que se deve observar nas povoaçoens dos índios do Pará, e Maranhão: em quanto Sua Magestade não mandar o contrario. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1758.

Registro de INSTRUÇÃO para catequese dos índios – APESP – SEGOV [1.5.1].

Bíblia Sagrada. 201^a ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 2013.

Recebido em 10/10/2016 e aceito em 06/12/2016

REVISTA DA ABRALIN – INFORMAÇÕES AOS AUTORES

A Revista da ABRALIN publica trabalhos pertencentes aos seguintes gêneros:

- a) Artigos – Textos contendo análise, reflexão e conclusão sobre temas acadêmicos ou profissionais;
- b) Resenhas – Textos contendo o registro e a crítica de obras, livros, teses, monografias, etc., publicadas recentemente;
- c) Retrospectivas – Textos contendo histórico analítico e crítico de teorias ou escolas de pensamento linguístico;
- d) Questões e problemas;
- e) Debates.

Formatação - Pede-se que os autores dêem aos originais a serem avaliados uma formatação próxima da formatação final da revista. Para esse fim, eles poderão valer-se tanto das *Normas para a preparação de originais*, quanto do “boneco” montado pela equipe editorial. Acesse esses dois recursos neste mesmo site.

Importante: ao submeter seu artigo, lembre-se que ele será processado por um profissional. Por essa razão, a revista não aceita arquivos em PDF.

Submissão – A submissão de artigo à Revista da ABRALIN é feita através do Serviço Eletrônico de Revistas da Universidade Federal do Paraná www.ser.ufpr.br. Como etapa prévia à submissão propriamente dita de trabalhos, o SER exige que os autores se cadastrem no sistema, fornecendo informações básicas que serão utilizadas, essencialmente, para efeito de contato. As instruções que seguem procuram ajudar os autores a realizar a contento essas duas etapas.

Para cadastrar-se, acesse o site www.ser.ufpr.br e siga o caminho Capa > Usuário > Cadastrar. O próprio sistema explica a você o que deve fazer a cada passo.

Ao cadastrar-se como usuário, você define para você mesma um login e uma senha, que deverão ser lembrados.

Para submeter um artigo, siga os seguintes passos:

1. Entre no site do SER, www.ser.ufpr.br
2. Digite nos dois espaços no alto à direita o seu login e a sua senha./ O sistema manda você para a “Página do Usuário”.
3. Estando na Página do Usuário, clique à esquerda em AUTOR / O sistema manda a você uma tela intitulada “Submissões ativas”.
4. Estando em “Submissões ativas”, clique em CLIQUE AQUI PARA INICIAR OS CINCO PASSOS DO PROCESSO DE SUBMISSÃO”.
5. O sistema manda a você a tela PASSO 1 - INICIAR A SUBMISSÃO. Daí para frente, é só seguir as instruções.

Avaliação – A avaliação dos trabalhos submetidos depende da aprovação por dois membros do Conselho Editorial (veja a composição do Conselho Editorial no site do SER).

Publicação – A revista da Abralín foi publicada inicialmente em versão impressa (O ISSN dessa versão era **1678-1805**)

Desde 2011, a Revista da ABRALIN é uma somente publicação eletrônica (ISSN **2178-7603**).

Acesso aos trabalhos já publicados

Em maio de 2013, começou a postagem da coleção da revista junto ao SER-UFPr. O link <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/abralin/issue/archive> dá acesso aos números já postados. A expectativa é tornar acessíveis através desse endereço toda a coleção já publicada, inclusive os números especiais (que reúnem trabalhos apresentados em congressos). Também serão disponibilizados os Boletins, que foram por muito tempo a única publicação da Associação Brasileira de Linguística.